DATA MERCANTIL

São Paulo

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM √ TRANSPARÊNCIA, √ SEGURANÇA E √ QUALIDADE.

datamercantil.com.br

SÃO PAULO, *Sábado*, 28, *Domingo*, 29 e *Segunda-Feira*, 30 de março de 2026 | *edição nº 1496*

R$ 2,50

DÓLAR E BOLSA FECHAM EM QUEDA COM GUERRA NO ORIENTE MÉDIO EM FOCO

O dólar caiu 0,33% nesta sexta-feira (27) e encerrou a semana cotado a R$ 5,238, com operadores ainda mantendo a guerra no Oriente Médio como principal norteador das decisões de investimentos.

Em mais um capítulo da nebulosa negociação entre Estados Unidos e Irã, o presidente Donald Trump adiou em 10 dias os ataques contra o sistema energético da teocracia. A expectativa segue sendo por um acordo que encerre o conflito, mas a falta de notícias concretas sobre um cessar-fogo motiva buscas por segurança entre os mercados.

Nas praças acionárias, o dia foi de perdas. Os três principais índices de Wall Street -S&P500, Nasdaq e Dow Jones- encerraram com perdas entre 1,6% e 2,15%, e as Bolsas de Valores europeias também registraram queda. No Brasil, o Ibovespa caiu 0,64%, a 181.556 pontos.

"A combinação de petróleo elevado, juros globais em alta e incerteza em torno do conflito no Oriente Médio sustentou a demanda por proteção", diz Bruno Shahini, especialista em investimentos da Nomad.

A pausa dos ataques dos Estados Unidos às bases energéticas iranianas vai se estender até a segunda-feira após a Páscoa, 6 de abril. A medida foi anunciada pelo presidente na plataforma Truth Social e, segundo ele, as conversas com o Irã "vão muito bem, ao contrário do que diz a mídia das fake news".

Trump havia ameaçado atacar o sistema de energia do país persa, uma promessa para o caso de o Irã não reabrir o estreito de Hormuz. O ultimato foi feito no sábado (21) e suspenso na segunda (23), com pausa até então prevista para este sábado (28).

Trump havia apresentado, por meio do Paquistão, um plano de 15 pontos que incluía itens já acomodados pelo Irã em negociações anteriores, como a renúncia à bomba atômica, mas também diversos temas inaceitáveis para o regime, como o total desmantelamento de suas capacidades nucleares e de seu programa de mísseis ofensivos. Na quinta, o Irã deixou claro que rejeita a proposta.

Folhapress

DESTAQUES DO DIA

Preços dos combustíveis sobem pela quarta semana, e diesel já é encontrado a quase R$ 10 por litro

Tensão global alimenta especulação com preços de fertilizantes, diz governo

Governo isenta componentes de caneta emagrecedora enquanto EMS prepara rival do Ozempic

Bolsonaro recebe alta de hospital em Brasília e fica em prisão domiciliar

Lula cobra em reunião pressa para reagir a Flávio Bolsonaro

NO MUNDO

EUA e Israel bombardeiam duas importantes usinas siderúrgicas do Irã

Ataques realizados por Estados Unidos e Israel atingiram, na manhã de hoje, duas importantes usinas siderúrgicas do Irã. As informações foram divulgadas pela imprensa iraniana.

Bombardeios atingiram usinas em diferentes regiões do Irã. Um dos ataques teve como alvo a siderúrgica de Khuzestan, na região sudoeste do país. O outro ataque foi direcionado contra a siderúrgica de Mobarakeh, em Isfahan, região central, informou a agência de notícias Fars.

Forças aéreas de Israel atingiram "duas grandes fábricas de aço" no Irã, reportou a imprensa israelense. As instalações estariam ligadas à produção industrial iraniana e que, supostamente, tinham finalidade civil e militar para Teerã, de acordo com o jornal "The Times of Israel".

Até o momento, não há registros de feridos. O

aço é um material estrategicamente importante, essencial para a produção industrial e militar, incluindo a fabricação de mísseis, drones e navios.

Israel continua a bombardear o Irã hoje, às vésperas de a guerra completar um mês. O ministro da Defesa israelense, Israel Katz, afirmou que os ataques continuarão e deverão se expandir enquanto Teerã continuar a revidar e disparar mísseis em território israelense.

Em menos de um mês, a guerra já deixou pelo menos 1.900 pessoas mortas no Irã. Outras 20 mil ficaram feridas desde o início dos ataques dos EUA e de Israel, informou Maria Martinez, da Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

Paralelamente aos ataques no Irã, o Exército israelense mantém os bombardeios no Líbano. Hoje, a capital libanesa foi alvo de ofensivas e explosões foram ouvidas no sul de Beirute, área considerada por Israel um reduto do grupo extremista Hezbollah, que saiu em defesa de Teerã no atual conflito. Folhapress

Barcos que levavam ajuda a Cuba desaparecem no mar

O líder de Cuba, Miguel Díaz-Canel, afirmou nesta sexta-feira (27) que está preocupado após o desaparecimento de dois veleiros que estavam a caminho da ilha para levar ajuda humanitária. As embarcações zarparam de Isla Mujeres, no México, há uma semana, mas não chegaram a Havana como previsto.

"De nosso país, fazemos todo o possível na busca e salvamento desses irmãos de luta", afirmou Díaz-Canel em sua conta no X. A Marinha do México informou na quinta-feira (26) que deflagrou uma operação para localizar os barcos, tripulados por nove pessoas de diferentes nacionalidades.

As embarcações eram esperadas para atracar em Cuba entre terça (24) e quarta (25), mas não houve comunicação por parte delas nem confirmação de sua chegada, disse ainda a Marinha.

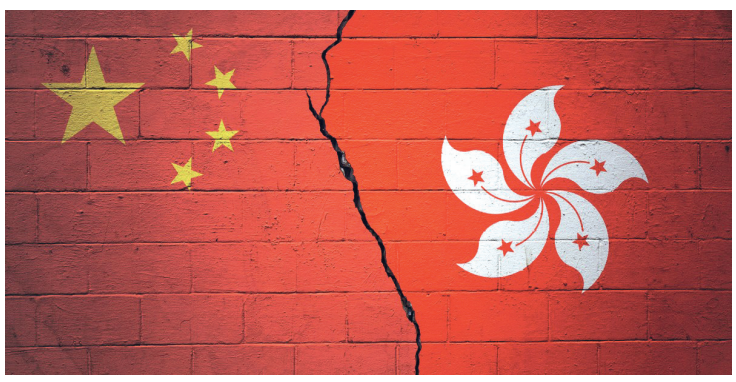
Os veleiros fazem parte da flotilha Nuestra América Convoy, que reúne organizações sociais de diferentes países para ajudar a ilha diante do agravamento da crise humanitária e energética. Voluntários no México abasteceram embarcações na semana passada com arroz, lenços umedecidos para bebês, feijão, fórmula infantil, medicamentos e outros suprimentos.

"Os capitães e as tripulações são marinheiros experientes, e ambas as embarcações estão equipadas com sistemas de segurança e equipamentos de sinalização adequados", disse um porta-voz da iniciativa em comunicado à Reuters.

"Estamos cooperando plenamente com as autoridades e continuamos confiantes na capacidade das tripulações de chegar a Havana com segurança."

Cuba não recebe combustíveis há três meses por causa do bloqueio imposto por Donald Trump, segundo revelou Díaz-Canel. Folhapress

Lei de Segurança Nacional é endurecida em Hong Kong e Macau, áreas autônomas da China



A Lei de Segurança Nacional, imposta por Pequim a Hong Kong e Macau, foi endurecida neste mês ao criar novas disposições para a atuação das forças de segurança, no primeiro caso, e de juízes, no segundo.

Em Hong Kong, foi determinado neste mês que a polícia do território pode exigir senhas de computadores e celulares de suspeitos de desrespeitarem a legislação. Quem se recusar pode ter de pagar multa no valor de HK$ 100 mil dólares de Hong Kong, enquanto fornecer informações falsas ou enganosas pode gerar pagamento de HK$ 500 mil ou três anos de prisão.

Já em Macau, a nova medida permite que os julgamentos de casos de segurança nacional sejam realizados a portas fechadas. Para que isso ocorra, o juiz responsável deve encaminhar o caso ao Comitê para a Salvaguarda da Segurança Nacional, que decidirá sobre a tramitação. As decisões desse comitê são finais, sem possibilidade de apelação.

Os territórios funcionam como regiões administrativas especiais, o que significa que possuem um sistema distinto do exercido na China continental, mas ainda fazem parte do país. Tanto Macau quanto Hong Kong têm poderes executivos, legislativos e judiciários próprios, mas temas ligados às relações exteriores e à defesa ainda são prerrogativas de Pequim. A Lei de Segurança Nacional foi imposta aos territórios em momentos distintos e tem aplicações direcionadas à localização. No caso de Hong Kong, a legislação entrou em vigor em 2020 como resposta aos protestos pró-democracia que ocorreram no ano anterior. Cerca de quatro anos depois, em 2024, foi endurecida com um novo pacote de leis, conhecido como Artigo 23, que tornou mais restritivas ou adicionou disposições em casos como traição, sabotagem, sedição e espionagem, por exemplo. Folhapress

DATA MERCANTIL São Paulo

JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

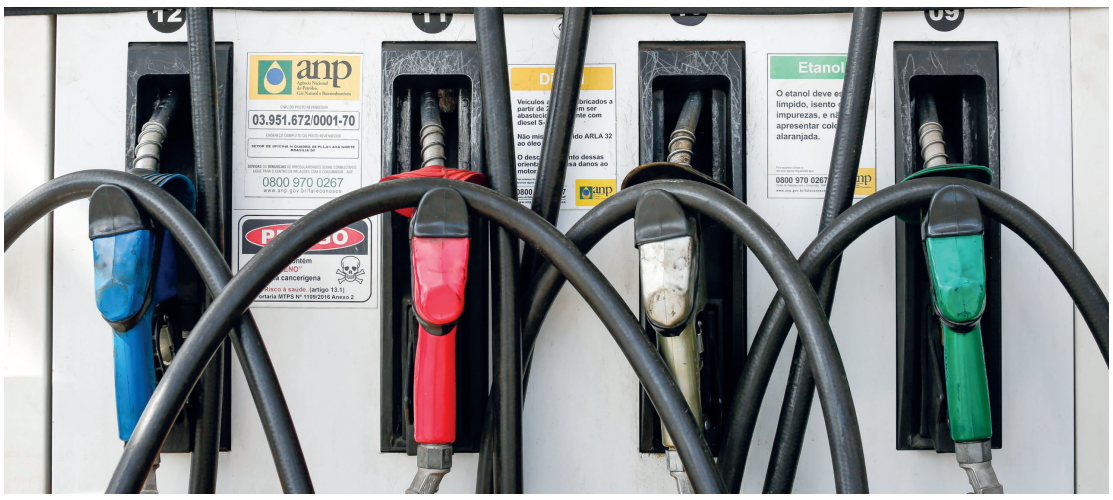
EDITORIAL: Daniela Camargo
COMERCIAL: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da abra legal

ECONOMIA

Preços dos combustíveis sobem pela quarta semana, e diesel já é encontrado a quase R$ 10 por litro



Os preços da gasolina e do diesel nos postos brasileiros subiram pela quarta semana seguida, como reflexo da escalada das cotações internacionais após o início da guerra no Irã.

Segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), a gasolina foi vendida esta semana, em média, a R$ 6,78 por litro, alta de 2% em relação à semana anterior. Em comparação com o preço praticado antes da guerra, o aumento é de 8%, ou R$ 0,50 por litro.

O litro do diesel S-10 custou, em média, R$ 7,57 esta semana. O valor é 3% superior ao praticado na semana passada, de acordo com os dados da ANP. O aumento acumulado desde a semana anterior à guerra é de 24%, ou R$ 1,48 por litro.

A disparada dos preços dos combustíveis é motivo de preocupação no governo, que teme efeitos sobre a eleição de outubro. Nesta sexta-feira (27), a Polícia Federal realizou a operação Vem Diesel, para coibir supostos aumentos abusivos.

A operação é parte de uma ofensiva do Planalto contra distribuidoras e postos, que inclui fiscalizações conjuntas entre a ANP e o Ministério da Justiça.

Dados do próprio governo indicam que distribuidoras e postos mais que dobraram suas margens após o início da guerra. O setor questiona, dizendo que a formação de preços dos combustíveis tem uma série de variáveis que ficaram mais caras nas últimas semanas.

O diesel que compram de refinarias e importadores, por exemplo, ficou 40% mais caro desde a semana anterior à guerra, segundo dados da ANP. Na semana do dia 15 de março, o diesel puro custava, em média, R$ 5,36 por litro.

A pesquisa de preços da ANP detectou diesel S-10 com preço médio superior a R$ 9 por litro em três cidades: Cruzeiro do Sul (AC), Parintins (AM) e Porto Seguro (BA). Em Ourinhos (SP), um posto vendia o produto a R$ 9,99 por litro, o preço mais caro da pesquisa.

Folhapress

Brasil tem recorde de 66,8% dos trabalhadores na previdência social

No trimestre encerrado em fevereiro, o Brasil atingiu o patamar recorde de 66,8% da população ocupada contribuindo para algum regime previdenciário, o que significa 68,196 milhões de trabalhadores cobertos pela Previdência Social.

Esse é o maior percentual registrado desde 2012, quando começou a série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua.

Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (27) pelo IBGE, que coleta informações sobre a participação no mercado de trabalho com pessoas de 14 anos ou mais.

Ao contribuir para institutos de previdência, o trabalhador adquire garantias, como aposentadoria, benefício por incapacidade e pensão por morte, por exemplo.

Apesar do percentual recorde, o Brasil teve número maior de contribuintes para a previdência no quarto trimestre de 2025, quando foram contabilizados 68,496 milhões. Naquele trimestre, os contribuintes foram 66,5% do total de ocupados.

O IBGE considera contribuintes os empregados, empregadores, trabalhadores domésticos e por conta própria que tenham contribuído para institutos de previdência oficial federal (INSS ou Plano de Seguridade Social da União), estadual ou municipal.

A Pnad mostrou que o número de contribuintes (68,196 milhões) é maior do que o total de trabalhadores formais (63,8 milhões). "O informal que seja um conta própria sem CNPJ pode ser contribuinte individual do INSS", exemplifica o instituto.

O economista Rodolpho Tobler, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getulio Vargas (FGV), atribui o recorde ao mercado de trabalho formal.

"A gente tem cada vez mais pessoas trabalhando, especialmente no emprego formal. Com o emprego formal sendo mais forte, tendo uma recuperação mais intensa que os empregos informais, isso faz com que a contribuição da previdência suba também", explicou à Agência Brasil.

Bruno Moura/ABR

Tensão global alimenta especulação com preços de fertilizantes, diz governo

O Mapa (Ministério da Agricultura e Pecuária) afirmou em nota nesta sexta-feira (27) que a guerra no Irã e a interrupção temporária de embarques russos de nitrato de amônio têm alimentado especulação sobre os preços dos fertilizantes.

"É momento de cautela e de combate à especulação. A melhor forma de enfrentar a especulação é não comprar quando o preço está artificialmente elevado", disse o ministro Carlos Fávaro, segundo comunicado emitido pelo ministério.

A nota diz ainda que o Mapa monitora de forma permanente a cadeia de suprimentos e dialoga com diferentes setores para avaliar alternativas logísticas, de importação e estratégias que garantam o abastecimento nacional.

O ministério minimiza a gravidade do cenário, no entanto, e argumenta que a safra de inverno já está plantada ou em fase final de implantação, o que reduziria a demanda por fertilizantes. "A próxima grande demanda ocorrerá apenas com o início do plantio da safra de verão, tradicionalmente a partir de setembro", diz a nota do Mapa.

A guerra iniciada em fevereiro pelos ataques americanos e israelenses ao Irã afetou gravemente o mercado global de commodities e energia. Ao retaliar, o Irã fechou o estreito de Ormuz, por onde passa grande parte do petróleo e do gás natural mundiais -este último, matéria-prima para fertilizantes.

Ataques de lado a lado também atingiram instalações de refino de petróleo e de produção de gás natural, ao passo que o Irã e o Catar, outro país atingido, são eles próprios grandes produtores mundiais de fertilizantes.

Ao mesmo tempo, a Rússia decidiu interromper temporariamente as exportações do nitrato de amônio, um fertilizante nitrogenado muito utilizado na agricultura. Em teoria, a medida visa garantir o abastecimento nacional da agricultura russa, mas o produto tem finalidades bélicas.

Folhapress

POLÍTICA

Bolsonaro recebe alta de hospital em Brasília e fica em prisão domiciliar

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), 71, recebeu alta por volta das 10h desta sexta-feira (27) do hospital onde estava internado havia duas semanas, em Brasília, com broncopneumonia bacteriana em ambos os pulmões em decorrência de seu quadro de soluços.

Com autorização do ministro Alexandre de Moraes, do STF, Bolsonaro seguiu para sua casa, no condomínio Solar de Brasília, no Jardim Botânico, onde continuará cumprindo pena em regime domiciliar por tentativa de golpe de Estado.

Ele chegou ao condomínio por volta das 10h20, vestindo um colete à prova de balas. Estava acompanhado do carro da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) e de veículos da Polícia Militar. Uma viatura da PM permanece estacionada em frente ao local.

O ex-presidente estava no hospital desde 13 de março, quando foi levado ao DF Star após passar mal durante a madrugada na Papudinha. Ele saiu da UTI na segunda (23).

Embora tenha recebido alta, não é possível afirmar que Bolsonaro esteja curado da pneumonia, segundo afirmou nesta sexta o médico Brasil Caiado, que acompanha o ex-presidente.

"Não podemos dizer que está curado. Podemos dizer que se encerrou a fase hospitalar", afirmou Caiado.

"[Agora] continua o tratamento, com fisioterapia respiratória, motora e reabilitação cardiopulmonar em casa, com previsão de novo controle via tomografia em quatro semanas."

Caiado estimou que Bolsonaro volte ao hospital no final de abril para realizar uma artroscopia do ombro. O médico relatou que o ex-presidente estava calado nesta sexta e disse que o humor do político oscila.

"O humor dele oscila muito com uma notícia ou outra, [com] a expectativa dele com relação ao quadro de saúde", disse a jornalistas. "Do ponto de vista emocional, hoje achei ele mais calado, pensativo."

A transferência de Bolsonaro novamente para casa foi autorizada na terça (24) por Moraes, que concedeu a prisão domiciliar humanitária por 90 dias.

Folhapress

Moraes limita fornecimento de relatórios do Coaf a casos com investigação instaurada

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, limitou nesta sexta-feira (27) o fornecimento de relatórios de inteligência do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) solicitados pelas polícias e pelo Ministério Público.

Um dos requisitos para esse fornecimento é a necessidade de que haja um procedimento de apuração formalmente instaurado e com lastro documental, como um inquérito policial ou um PIC (procedimento investigatório criminal, meio usado pelo Ministério Público).

Moraes também determinou que haja identificação objetiva do investigado ou do sujeito potencialmente sancionável, além de pertinência temática entre o conteúdo dos relatórios e o objeto da apuração.

Segundo ele, "como o Coaf não tem como averiguar a veracidade da pertinência temática apontada no momento da requisição, esse requisito deverá ser analisado posteriormente quando os dados forem juntados na investigação ou processo".

Além disso, o ministro decidiu que os relatórios do Coaf, conhecidos como RIFs (Relatórios de Inteligência Financeira), não podem constituir a primeira ou única medida adotada em uma investigação e que é necessária a demonstração concreta da sua necessidade.

Moraes diz que as autoridades constatam uma "epidemia" de uso de relatórios do Coaf em apurações, que têm "permitido a normalização do uso de instrumentos de inteligência financeira como meio de prospecção patrimonial indiscriminada, abrindo espaço para abusos reiterados e institucionalmente corrosivos".

"A legitimidade estrutural da produção da inteligência financeira não autoriza, por si só, qualquer forma de utilização irrestrita dos relatórios por seus destinatários", diz Moraes.

A decisão monocrática (individual) foi tomada em um caso de repercussão geral, que incidirá nos demais processos e investigações do país que tratam do mesmo tema.

Folhapress

Lula cobra em reunião pressa para reagir a Flávio Bolsonaro

O presidente Lula (PT) cobrou de aliados pressa na estruturação da pré-campanha presidencial durante reunião no Palácio da Alvorada, na segunda-feira (23). A instrução do petista vem no momento em que seu principal adversário, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), ganha terreno nas pesquisas de intenção de voto.

Ainda segundo relatos, o presidente deu sinais de frustração com os resultados dos levantamentos eleitorais e com a dificuldade de conversão das ações do governo em votos. Ele reclama da falta de energia para reagir à ofensiva bolsonarista.

Nos dias seguintes ao encontro, a cúpula petista instruiu deputados do partido a acirrar o embate político com a oposição, focando especialmente no caso Banco Master. A orientação é para aumentar a repercussão das declarações de Lula sobre o tema e colar o escândalo de fraude financeira no bolsonarismo.

Lula tem recebido regularmente o núcleo de sua pré-campanha para debate de conjuntura e definição de estratégia política-eleitoral.

Na segunda-feira, quando o petista cobrou seus aliados em tom de preocupação, estavam presentes alguns dos principais nomes da coordenação, como o presidente do PT, Edinho Silva, que será o coordenador geral, o ex-presidente da Petrobras Sérgio Gabrielli, que coordenará a elaboração do programa de governo, e o ex-prefeito de Diadema (SP) José de Filippi Jr., que será o tesoureiro.

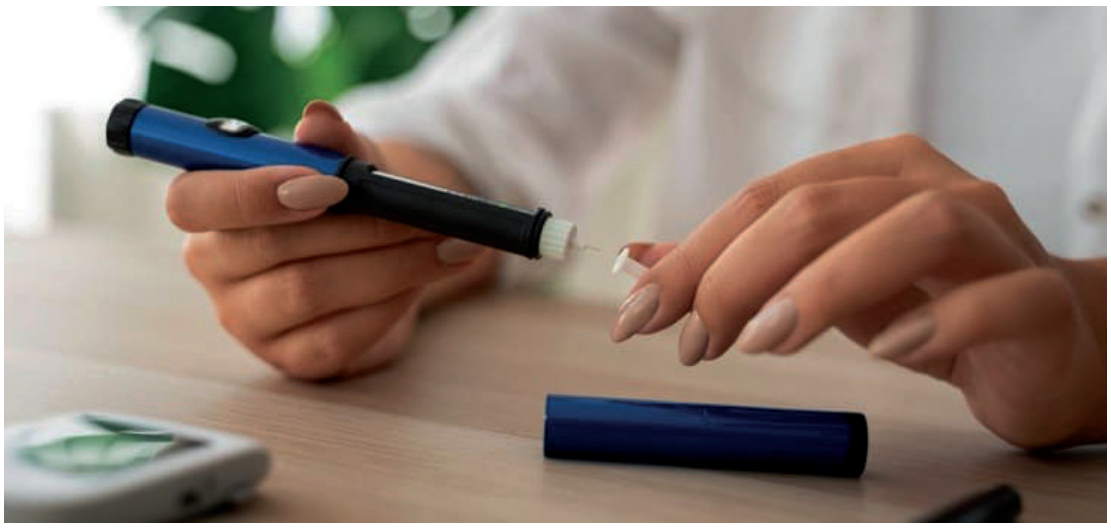
Entre auxiliares do presidente, a avaliação é a de que o campo adversário avançou na montagem dessa estrutura da pré-campanha. No dia seguinte à reunião no Alvorada, Edinho Silva transmitiu a recomendação do presidente a deputados petistas.

Durante almoço com a executiva bancada do PT na Câmara, o presidente do PT informou que o PL já havia constituído um robusto corpo jurídico e uma assessoria de comunicação. Enfatizando a importância da próxima eleição, defendeu também a necessidade de adesão a jantares de arrecadação, como um programado para abril.

Folhapress

SAÚDE

Governo isenta componentes de caneta emagrecedora enquanto EMS prepara rival do Ozempic



O governo federal decidiu nesta quinta-feira (26) isentar do imposto de importação 58 milhões de componentes usados na fabricação de canetas emagrecedoras. A decisão atende a um pleito da farmacêutica nacional EMS, que aguarda autorização da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para lançar um produto rival ao Ozempic.

A isenção decidida pelo Comitê-Executivo da Camex (Câmara de Comércio Exterior) tem validade de 365 dias. Com isso, fica renovado benefício já concedido à EMS em agosto do ano passado, mas para um número bem menor de componentes 9,9 milhões. Antes, a tarifa era de 14,4%.

Estão incluídos na decisão componentes como vidro, tampa e corpo da caneta, mas não o medicamento em si. Dentre estes componentes, EMS solicitou a isenção para 7,4 milhões de corpos de caneta de semaglutida (mesmo princípio ativo do Ozempic), o que dá uma ideia do número de canetas que a empresa pretende produzir.

Procurado, o Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços) disse que a Camex levou em consideração as projeções de crescimento do mercado de canetas e destacou que o medicamento não tem produção nacional. A pasta também destacou que a medida vale para todas as importações, e não apenas para aquelas realizadas pela EMS.

A EMS afirmou que o pleito pela isenção da tarifa foi apresentado com base na inexistência de produção nacional dos insumos. "Trata-se de um instrumento legítimo, previsto na regulação brasileira, e amplamente utilizado pela indústria para garantir competitividade e viabilizar a produção local", disse a farmacêutica.

O laboratório nacional afirmou que os componentes das canetas são essenciais para a "futura fabricação nacional", "reforçando o compromisso da EMS com a ampliação do acesso e a internalização da produção".

Folhapress

Supermercados vão poder vender remédios

Supermercados de todo o país agora podem vender remédios. A permissão veio por meio da lei n° 15.357/2026, publicada na última segunda-feira (23) após sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que autoriza a comercialização de medicamentos nesses estabelecimentos desde que sejam observadas exigências legais e sanitárias

Os remédios poderão ser vendidos se houver a instalação de uma farmácia dentro do supermercado, com espaço físico separado das demais áreas de venda e funcionamento sob responsabilidade de farmacêutico durante todo o horário de atendimento.

Os medicamentos não poderão ser expostos em gôndolas ou prateleiras comuns, ao contrário do que previa a versão inicial do projeto de lei. A venda deverá ocorrer exclusivamente dentro dessas farmácias, que precisam cumprir regras específicas de armazenamento, controle de temperatura, ventilação, iluminação e umidade, além de manter áreas próprias para recebimento e guarda dos produtos.

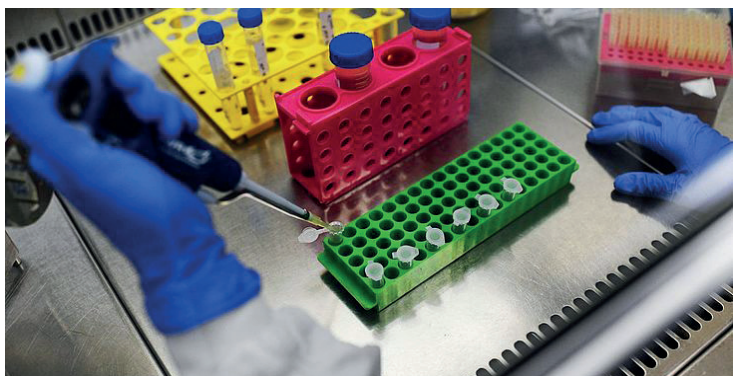
A lei também autoriza que tais farmácias sejam operadas diretamente pelo supermercado ou por meio de licenciamento para terceiros, inclusive com possibilidade de integração ao mesmo CNPJ do estabelecimento.

Elas deverão assegurar ainda que a dispensação de medicamentos sujeitos a controle especial ocorra somente após o pagamento ou, alternativamente, que os remédios sejam transportados do balcão de atendimento até o local de pagamento em embalagem lacrada.

A norma ainda permite que supermercados utilizem canais digitais e plataformas de comércio eletrônico para a venda de medicamentos, ampliando o alcance da medida para além das lojas físicas.

Folhapress

Ministério da Saúde firma parceria para produzir remédio oncológico nacionalmente



O Ministério da Saúde anunciou na quinta-feira, 26, um termo de compromisso de transferência de tecnologia com a farmacêutica estadunidense Merck Sharp & Dohme (MSD) para viabilizar a produção nacional do medicamento oncológico pembrolizumabe (comercializado como Keytruda).

A ideia é que a produção local amplie o uso da terapia no Sistema Único de Saúde (SUS), onde já é utilizada no tratamento de melanoma. O medicamento é um tipo de imunoterapia. Ele atua reativando células de defesa do paciente, fortalecendo a resposta imunológica contra a doença.Além da oferta no tratamento do melanoma, o uso da terapia para pacientes com câncer de mama, pulmão, esôfago e colo do útero está em análise na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec).

A cooperação segue o modelo de Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) e prevê que a MSD atue em conjunto com o Instituto Butantan

“Essa é uma PDP que começa agora e ao longo de 10 anos o Instituto Butantan vai incorporar essa capacidade produtiva e ser capaz de produzir no Brasil um medicamento que é muito importante”, destaca Fernanda De Negri, secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação, em comunicado à imprensa.

Durante o evento de oficialização, o governo também anunciou a criação da primeira encomenda tecnológica voltada ao combate de doenças que atingem populações vulneráveis, como hanseníase, tuberculose, doença de Chagas e leishmaniose. Para isso, o ministério firmou um acordo de cooperação técnica (ACT) com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), que vai viabilizar a iniciativa. A expectativa é que a chamada pública seja lançada ainda em 2026.

IstoÉDinheiro

GRUPO GPS | TOP SERVICE Company Soluções & Serviços

TOP Service Serviços e Sistemas S.A.

CNPJ nº 00.973.749/0001-15 - NIRE nº 3530053049-7

ri.gpssa.com.br

Aviso – Demonstrações Financeiras Resumidas em Atedimento ao Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: (i) Jornal "Data Mercantil" (https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/); (ii) RI da Companhia (https://ri.gpssa.com.br/); (iii) CVM (www.cvm.gov.br/); e (iv) B3 (www.b3.com.br).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	**2.996.609**	700.702	**3.892.572**	1.468.218
Aplicações financeiras	**–**	1.558.258	**–**	1.558.258
Contas a receber	**851.562**	670.019	**3.895.214**	3.559.218
Dividendos a receber	**33.326**	–	**–**	–
Empréstimos a receber de partes relacionadas	**3.665**	3.918	**3.665**	3.918
Estoques	**–**	–	**153.729**	110.546
IRPJ e CSLL a recuperar	**64.731**	58.928	**158.485**	146.373
Tributos a recuperar	**98.824**	146.885	**416.782**	508.495
Outros créditos	**54.861**	42.537	**207.714**	207.257
Total do ativo circulante	**4.103.578**	3.181.247	**8.728.161**	7.562.283
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Instrumentos financeiros derivativos	**14.349**	41.289	**50.765**	119.701
Contas a receber	**12.729**	13.790	**124.181**	113.904
Conta corrente a receber– partes relacionadas	**19.799**	24.625	**19.799**	24.625
Depósitos judiciais	**78.580**	56.824	**487.527**	437.917
IRPJ e CSLL a recuperar	**9.805**	4.286	**38.081**	38.077
Tributos a recuperar	**75.232**	14.161	**244.800**	21.226
Ativo indenizatório	**7.358**	6.150	**379.922**	397.577
IRPJ e CSLL diferidos	**87.268**	104.671	**882.410**	873.327
Total do realizável a longo prazo	**305.120**	265.796	**2.227.485**	2.026.354
Investimentos	**6.913.299**	6.374.080	**–**	–
Imobilizado	**96.608**	92.016	**801.809**	738.098
Direito de uso em arrendamentos	**6.645**	16.764	**99.200**	282.830
Intangível	**2.453**	1.895	**3.693.658**	3.687.892
Total do ativo não circulante	**7.324.125**	6.750.551	**6.822.152**	6.735.174
Total do ativo	**11.427.703**	9.931.798	**15.550.313**	14.297.457

	Controladora		Consolidado	
Passivo	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Circulante				
Fornecedores	**48.666**	37.618	**455.084**	528.693
Empréstimos	**25.109**	77.702	**33.085**	86.532
Debêntures	**130.123**	301.850	**177.633**	339.054
Instrumentos financeiros derivativos	**20.607**	21.807	**62.450**	54.648
Arrendamentos a pagar	**2.293**	4.275	**36.083**	76.406
Salários e encargos sociais	**340.651**	305.582	**1.456.253**	1.398.019
IRPJ e CSLL a recolher	**–**	–	**12.997**	26.926
Obrigações tributárias	**40.573**	31.173	**191.827**	169.775
Parcelamento de tributos	**3.927**	3.044	**28.450**	25.431
Aquisição de controladas	**82.761**	53.590	**177.086**	246.458
Conta corrente a pagar – partes relacionadas	**2.457.003**	2.597.711	**20.190**	49.405
Dividendos a pagar	**199.811**	156.281	**203.117**	161.562
Outras contas a pagar	**7.949**	8.658	**77.123**	49.026
Total do passivo circulante	**3.359.473**	3.599.291	**2.931.378**	3.211.935
Não circulante				
Empréstimos	**257.316**	447.843	**753.386**	1.005.675
Debêntures	**3.517.839**	2.040.589	**5.256.885**	3.776.031
Arrendamentos a pagar	**5.922**	13.660	**74.757**	228.305
Parcelamento de tributos	**9.506**	8.807	**45.474**	49.305
Aquisição de controladas	**33.902**	101.084	**40.039**	195.352
Provisão para contingências e tributos sub judice	**336.640**	343.368	**2.520.395**	2.415.173
Provisão para perda de investimentos	**27.396**	21.761	**–**	–
Outras contas a pagar	**–**	504	**22.987**	47.671
Total do passivo não circulante	**4.188.521**	2.977.616	**8.713.923**	7.717.512
Patrimônio líquido				
Capital social	**1.450.924**	1.448.113	**1.450.924**	1.448.113
Reserva de capital	**518**	518	**518**	518
Reserva de lucros	**2.425.999**	1.948.914	**2.425.999**	1.948.914
Outros resultados abrangentes	**(218)**	(17.422)	**(218)**	(17.422)
Ajustes de avaliação patrimonial	**2.486**	(25.232)	**2.486**	(25.232)
Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores	**3.879.709**	3.354.891	**3.879.709**	3.354.891
Participação dos não controladores	**–**	–	**25.303**	13.119
Total do patrimônio líquido	**3.879.709**	3.354.891	**3.905.012**	3.368.010
Total do passivo e patrimônio líquido	**11.427.703**	9.931.798	**15.550.313**	14.297.457

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

					Reservas de lucros					
	Capital social	**Reserva capital**	**Reserva Legal**	**Retenção de lucros**	**Lucros acumulados**	**Outros resultados abrangentes**	**Ajustes de avaliação patrimonial**	**Patrimônio líquido dos controladores**	**Participação dos não controladores**	**Total**
Em 1° de janeiro de 2024	1.396.188	518	118.313	1.397.780	–	5.920	(10.301)	2.908.418	6.016	2.914.434
Atualizações de call options	–	–	–	–	–	–	(14.931)	(14.931)	–	(14.931)
Efeito Incorporações e Cisões	51.925	–	–	(18.387)	–	–	–	33.538	–	33.538
Transação de Capital	–	–	–	(50.536)	–	–	–	(50.536)	(1.505)	(52.041)
Resultado líquido sobre hedge	–	–	–	–	–	(23.342)	–	(23.342)	–	(23.342)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	658.025	–	–	658.025	8.608	666.633
Reserva legal	–	–	32.901	–	(32.901)	–	–	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(156.281)	–	–	(156.281)	–	(156.281)
Retenção de lucros	–	–	–	468.843	(468.843)	–	–	–	–	–
Em 31/12/2024	1.448.113	518	151.214	1.797.700	–	(17.422)	(25.232)	3.354.891	13.119	3.368.010
Atualizações de call options	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**27.718**	**27.718**	**–**	**27.718**
Efeito Incorporações	**2.811**	**–**	**–**	**(135)**	**–**	**–**	**–**	**2.676**	**–**	**2.676**
Transação de Capital	**–**	**–**	**–**	**(7.945)**	**–**	**–**	**–**	**(7.945)**	**2.063**	**(5.882)**
Resultado líquido sobre hedge	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**17.204**	**–**	**17.204**	**–**	**17.204**
Dividendos adicionais de 2024	**–**	**–**	**–**	**(37.129)**	**–**	**–**	**–**	**(37.129)**	**–**	**(37.180)**
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**684.976**	**–**	**–**	**684.975**	**10.121**	**695.096**
Reserva legal	**–**	**–**	**34.249**	**–**	**(34.249)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Dividendos mínimos	**–**	**–**	**–**	**–**	**(162.682)**	**–**	**–**	**(162.682)**	**–**	**(162.682)**
Retenção de lucros	**–**	**–**	**–**	**488.046**	**(488.046)**	**–**	**–**	**–**		
Em 31/12/2025	**1.450.924**	**518**	**185.463**	**2.240.537**	**–**	**(218)**	**2.486**	**3.879.709**	**25.303**	**3.905.012**

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)*

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Receita líquida dos serviços prestados e mercadorias vendidas	**3.690.936**	3.106.928	**17.283.159**	14.774.369
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	**(3.067.412)**	(2.577.615)	**(14.754.887)**	(12.538.016)
Lucro bruto	**623.524**	529.313	**2.528.272**	2.236.353
Despesas gerais e administrativas	**(252.080)**	(243.076)	**(1.213.348)**	(1.090.439)
Provisão para perda esperada dos serviços faturados e a faturar	**–**	1.289	**–**	1.834
Outras receitas operacionais	**29.901**	93.204	**258.625**	204.493
Outras despesas operacionais	**(33.880)**	(7.992)	**(138.688)**	(72.897)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, resultado de equivalência patrimonial e impostos	**367.465**	372.738	**1.434.861**	1.279.344
Receitas financeiras	**411.248**	322.334	**788.972**	575.435
Despesas financeiras	**(585.723)**	(454.025)	**(1.254.319)**	(900.094)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	**(174.475)**	(131.691)	**(465.347)**	(324.659)
Resultado de equivalência patrimonial	538.690	489.822	**–**	–
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	**731.680**	730.869	**969.514**	954.685
IRPJ e CSLL correntes	**(39.243)**	(66.296)	**(292.647)**	(306.030)
IRPJ e CSLL diferidos	**(7.461)**	(6.548)	**18.230**	17.978
Lucro líquido do exercício	**684.976**	658.025	**695.097**	666.633
Lucro atribuído aos:				
Acionistas controladores	**684.976**	658.025	**684.976**	658.025
Acionistas não controladores	**–**	–	**10.121**	8.608
Resultado básico e diluído por ação atribuível a acionistas controladores detentores das ações ordinárias	**–**	–	**2,90**	2,79

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Lucro líquido do exercício	**684.976**	658.025	**695.097**	666.633
Resultado líquido sobre *hedge*	**17.204**	(23.342)	**17.204**	(23.342)
Resultado abrangente do exercício	**702.180**	634.683	**712.301**	643.291
Lucro atribuído aos:				
Acionistas controladores	**702.180**	634.683	**702.180**	634.683
Acionistas não controladores	**–**	–	**10.121**	8.608

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		**684.976**	658.025	**695.097**	666.633
Ajustes para:					
Resultado de equivalência patrimonial	16(a)	**(538.690)**	(489.822)	**–**	–
Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado	34(a)	**(919)**	(751)	**5.826**	(11.288)
(Reversão) constituição de provisão para perda esperada dos serviços faturados	34(a)	**5.313**	222	**5.409**	(1.829)
Reversão de provisão para perda esperada dos serviços a faturar	34(a)	**(1.526)**	(1.511)	**846**	(5)
Depreciação de imobilizado	17(c)	**21.639**	19.512	**153.662**	142.529
Amortização de intangível (Software e Franquias)	19(c)	**644**	503	**11.728**	5.328
Amortização do ativo de direito de uso	18(a)	**2.170**	1.132	**60.535**	70.017
Amortização de mais valia – carteira de clientes, marcas e acordo de não concorrência	19(c)	**66.049**	73.590	**176.184**	152.331
Amortização de mais valia – signing bonus	19(c)	**–**	–	**182**	–
Amortização de mais valia – ativos fixos	17(c)	**11.073**	18.444	**17.498**	24.788
Provisão de riscos fiscais		**–**	–	**9.329**	–
Provisão para tributos sub judice	28(b)	**9.609**	427	**2.972**	2.864
Reversão para tributos sub judice	28(b)	**(12.873)**	(10.582)	**(136.110)**	(101.816)
Reversão de atualização monetária sob tributos sub judice	28(b)	**(5.470)**	(981)	**(60.748)**	(24.549)
IRPJ e CSLL	25(c)	**46.704**	72.844	**274.417**	288.052
Constituição de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	28(a)	**26.825**	28.286	**332.121**	205.711
Reversão de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	28(a)	**(28.201)**	(38.593)	**(294.313)**	(197.409)
Atualização monetária do Sistema "S"	28(a)	**13.040**	12.785	**74.768**	42.242
Reversão da atualização monetária do Sistema "S"		**–**	–	**(23.158)**	–
Atualização monetária Perse	28(a)	**–**	–	**40.415**	10.173
Processos indenizáveis de aquisição	34(a)	**–**	–	**(12.708)**	–
Atualização (baixas) de ativos indenizatórios e passivos contingentes	34(a)	**8.565**	(10.652)	**4.562**	–
Atualização (baixas) de ativos indenizatórios e passivos contingentes trabalhistas		**–**	–	**(13.246)**	21.493
Atualização de parcela contingente – dívida de aquisição	29(a)	**1.293**	(24.836)	**8.237**	5.438
Baixa de parcela contingente – dívida de aquisição		**–**	(51.177)	**–**	(52.418)
Compensação de dívida de aquisição		**–**	–	**(1.849)**	(5.120)
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	35	**62.681**	(62.396)	**170.207**	(166.536)
Atualização monetária indébito da Selic	12	**–**	(331)	**(2.365)**	(1.823)
Atualização monetária de depósitos judiciais	28(c)	**(4.666)**	(491)	**(31.390)**	(16.171)
Atualização monetária de empréstimos a receber – contratos de mútuo	14.3	**(1.336)**	(1.739)	**(1.336)**	(1.739)
Ajuste de saldo a receber de empréstimos – contratos de mútuo	14.3	**865**	–	**864**	–
Variação cambial, juros e encargos sobre empréstimos	21(b)	**1.810**	177.779	**(27.491)**	262.465
Juros e encargos sobre debêntures	22(c)	**396.024**	304.936	**667.432**	417.199
Encargos financeiros sobre parcelamentos	27	**4.251**	1.105	**17.728**	5.365
Encargos financeiros sobre arrendamento	23(c)	**496**	375	**12.941**	17.800
Atualização monetária sobre tributos sub judice	28(b)	**1.854**	1.618	**47.066**	40.714
Atualização monetária e variação cambial de aquisição de controladas	29(a)	**5.543**	12.033	**478**	23.566
Apropriação de custo incorrido com emissão de empréstimos e debêntures	22(c)	**17.350**	6.949	**21.678**	8.613
		795.092	696.703	**2.207.468**	1.832.618
Variações em:					
Estoques		**–**	–	**(35.909)**	(6.672)
Contas a receber		**(82.431)**	(48.898)	**(323.074)**	(234.921)
IRPJ e CSLL a recuperar		**(59.157)**	(23.865)	**(127.141)**	(99.109)
Tributos a recuperar		**(5.814)**	(26.349)	**(145.303)**	(96.690)
Depósitos judiciais		**(13.117)**	(3.019)	**(15.043)**	16.873
Ativo indenizatório		**–**	–	**4.780**	(2)
Fornecedores		**4.465**	517	**(88.561)**	(8.186)
Salários e encargos sociais		**(21.099)**	40.375	**93**	50.096
Empréstimos com partes relacionadas		**(168.132)**	1.545.290	**–**	–
Outras obrigações tributárias		**7.519**	(449)	**79.022**	197
Variações em outros ativos e passivos		**(20.681)**	(7.782)	**(53.585)**	(36.567)
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		**436.645**	2.172.523	**1.502.747**	1.417.639
Juros pagos sobre empréstimos	21(b)	**(41.832)**	(135.247)	**(75.698)**	(146.884)
Juros pagos sobre debentures	22(c)	**(316.977)**	(313.355)	**(578.047)**	(384.843)
Juros pagos sobre parcelamentos	27	**(1.261)**	(1.398)	**(5.004)**	(6.897)
IRPJ e CSLL pagos		**(2.343)**	(4.058)	**(86.372)**	(76.249)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		**74.233**	1.718.465	**757.626**	802.766
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aumento de caixa por incorporação		**10.307**	5.593	**–**	–
Aplicações financeiras	9	**1.558.258**	(291.576)	**(1.558.258)**	(291.576)
Dividendos recebidos	14.4	**6.697**	582.083	**–**	–
Recebimento de empréstimos – contratos de mútuo	14.3	**5.551**	3.704	**5.551**	3.704
Concessão de empréstimos – contratos de mútuo	14.3	**–**	(10.500)	**–**	(10.500)
Recebimento pela venda de imobilizado		**–**	–	**25.258**	16.518
Aquisição de imobilizado	17(b)	**(17.254)**	(19.050)	**(255.241)**	(199.565)
Aquisição de intangível	19(b)	**(1.207)**	(1.312)	**(6.582)**	(16.287)
Adiantamento para future aumento de capital		**(7.849)**	(220.680)	**–**	–
Aumento de capital em investida		**(78.285)**	(1.320.941)	**–**	–
Aquisição de controladas, líquido do caixa obtido na aquisição	3	**(56.965)**	(181.905)	**(105.007)**	(1.328.606)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		**1.419.253**	(1.454.584)	**1.222.237**	(1.826.312)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de parcelamentos de tributos	27	**(3.277)**	(3.474)	**(34.511)**	(21.284)
Pagamento de arrendamentos	23(c)	**(2.480)**	(1.353)	**(65.688)**	(81.753)
Dividendos pagos (controladores e vendedores de adquiridas)	14.5	**(156.281)**	(214.936)	**(165.199)**	(228.249)
Instrumentos financeiros derivativos	32(c)(a)	**(26.568)**	3.974	**(67.403)**	50.528
Captação de empréstimos		**–**	1.481.950	**–**	1.981.950
Captação de debentures		**3.550.000**	–	**3.550.000**	1.750.000
Custos incorridos com a emissão de empréstimos		**–**	–	**–**	(5.194)
Custos incorridos com a emissão de debêntures		**(40.875)**	–	**(40.875)**	(19.437)
Amortização de debêntures	21c)	**(2.299.999)**	(249.840)	**(2.299.999)**	(249.840)
Amortização de empréstimos	22(b)	**(203.098)**	(1.423.898)	**(218.530)**	(1.581.887)
Exercício de opção de compra e parcela adicional de aquisição	29(a)	**(15.000)**	(26.230)	**(213.303)**	(92.751)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		**802.422**	(433.807)	**444.491**	1.502.083
(Diminuição) e aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**2.295.907**	(169.926)	**2.424.354**	478.537
Caixa e equivalentes de caixa em 1° de janeiro		**700.702**	870.628	**1.468.218**	989.681
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		**2.996.609**	700.702	**3.892.572**	1.468.218

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*: **Contexto operacional:** A TOP Service Serviços e Sistemas S.A. ("Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 1995, domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório é na avenida Miguel Frias e Vasconcelos, n° 1215, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A controladora direta da Companhia é a GPS Participações e Empreendimentos S.A., que detém 100% do seu capital social e que, em conjunto com as suas controladas, denomina-se "Grupo GPS". As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Controladora e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo"). O Grupo têm como atividades preponderantes: (i) prestação de serviços de segurança patrimonial; (ii) prestação de serviços de higienização e de limpeza (facilities); (iii) prestação de serviços de logística indoor; (iv) prestação de serviços de segurança eletrônica, implantação, operação e manutenção predial; (v)

continua ☛

PUBLICIDADE LEGAL

continuação

TOP Service Serviços e Sistemas S.A.

prestação de serviços de hotelaria marítima (em plataformas petrolíferas); (vi) prestação de serviços de cozinha e venda de refeições; (vii) prestação de serviços de manutenção de rodovias; (viii) participação em empresas por aquisição de ações ou quotas de capital; (ix) administração e gerenciamento de mão de obra temporária para terceiros, nos termos da Lei 6.019/74, conforme alterada pela Lei 13.429/17; (x) consultoria e assessoria empresarial financeira, na área de eventos promocionais, planejamento, organização e execução de feiras, congressos, eventos e campanhas de incentivo; (xi) promoção de vendas e distribuição de brindes promocionais; (xii) prestação de serviços de manutenção industrial; (xiii) corretagem de seguros de ramos elementares, seguros de vida, saúde, previdência e capitalização; e (xiv) manutenção de redes de telefonia, manutenção de acesso e instalação de sistemas de telecomunicação; e (xv) construção de rede de distribuição de energia e manutenção de rede energizada. O Grupo preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional. us artigos 1.116 a 1.118 e nos artigos 224 a 227 da "Lei das S.A" (Lei 6.404/1976), ocorreu consequente extinção da empresa incorporada. Para empresas incorporadas pela Companhia foram levantados os acervos líquidos abaixo:

Base de preparação: 4.1. Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC) : As demonstrações financeiras individuais e consolidadas identificadas como Controladora e Consolidado foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa nº 7 e nota explicativa nº 8. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 25 de março de 2026. Após a sua emissão, apenas os acionistas têm poderes para alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **4.2. Consolidação:** O Grupo consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, ou seja, quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento com a investida e é capaz de dirigir as atividades relevantes da investida. As controladas incluídas na consolidação estão descritas na nota explicativa nº 2 e as políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na nota explicativa nº 8. **4.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4.4. Apresentação de informações por segmento:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal órgão tomador de decisões do Grupo, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o Conselho de Administração do Grupo GPS.

Diretoria

Luis Carlos Martinez Romero - *Presidente* | **Guilherme Nascimento Robortella** - *Diretor Financeiro* | **Anderson Nunes da Silva** - *Controller - CRC: 1SP232030/O-9*

Resumo do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas KPMG Auditores Independentes Ltda.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Top Service Serviços e Sistemas S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31/12/2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. São Paulo, 19/03/2026.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-034519/O

Felipe Kasai Marcos Contador CRC SP-300620/O

Petróleo fecha em alta de 3% em meio à incerteza de diálogo entre EUA e Irã

Os contratos futuros do petróleo fecharam novamente em alta na sexta-feira, 27, com sinalizações conflitantes sobre um diálogo entre os EUA e o Irã para um cessar-fogo, ainda que o presidente norte-americano, Donald Trump, tenha pausado os ataques à infraestrutura energética iraniana até 6 de abril.

Negociado na New York Mercantile Exchange (Nymex), o petróleo WTI para maio fechou em alta de 3,33% (US$ 3,04), a US$ 94,19 o barril.

Já o Brent para junho subiu 3,37% (US$ 3,43), a US$ 105,32 o barril, negociado na Intercontinental Exchange de Londres (ICE).

Na semana, ambos recuaram 0,58% e 6,12%, respectivamente.

Em uma nova negativa, mediadores iranianos afirmaram ao Wall Street Journal que o país não solicitou um pausa de 10 dias nos ataques às suas usinas de energia, como Trump relatou, e que Teerã não apresentou uma resposta final a um plano de 15 pontos do governo norte-americano para encerrar a guerra.

O secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, que Washington espera uma resposta do Irã,voltando a cobrar um posicionamento de aliados durante reunião do G7 na França. IstoÉDinheiro

Femara Participações e Negócios S/A

CNPJ/MF nº 18.320.263/0001-43

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo Circulante	**47.380**	**1.651**	**610.137**	**551.227**
Caixa e Equivalentes de Caixa	10	1.518	93.994	172.552
Contas a Receber de Clientes	–	–	211.060	185.969
Outras Contas a Receber CP	47.228	–	116.666	31.076
Impostos a recuperar	142	133	56.816	43.774
Estoques	–	–	131.601	117.856
Ativo Não Circulante	**321.865**	**330.125**	**319.560**	**187.122**
Impostos a Recuperar	–	–	4.927	2.108
Outras Contas a Receber LP	98.373	2.108	99.363	3.986
Investimentos	213.665	318.059	–	-
Imobilizado e Intangível	9.827	9.958	215.270	181.028
Bens objeto de Arrendamento	–	–	–	-
Total do Ativo	**369.245**	**331.776**	**929.697**	**738.349**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivo Circulante	**50.034**	**2.195**	**343.886**	**195.297**
Fornecedores	1.246	2.195	138.962	134.950
Outras Obrigações a Pagar CP	48.788	–	196.648	60.347
Impostos a Recolher	–	–	8.276	-
Passivo Não Circulante	**97.576**	**–**	**325.963**	**146.426**
Empréstimos e financiamentos	–	–	106.250	143.750
Outras Obrigações a Pagar LP	97.576	–	217.403	2.676
Impostos a Recolher	–	–	2.310	-
Patrimônio Líquido	**221.635**	**329.581**	**259.848**	**396.626**
Capital social	208.213	18.500	208.213	18.500
Reservas de Capital	–	6.151	–	6.151
Equivalência Patrimonial Reflexa	6.100	6.548	6.100	6.548
Reservas de Lucros a Realizar	1.112	298.382	1.112	298.382
Reserva Legal	6.210	–	6.210	-
Patrimônio líquido atribuídos aos:				
Quotistas Controladores	221.635	329.581	221.635	329.581
Quotistas não controladores	–	–	38.213	67.045
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**369.245**	**331.776**	**929.697**	**738.349**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação Reflexa	Reserva de Lucros	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido atribuídos aos Controladores	Participações de quotista não Controladores	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**18.500**	**6.151**	**6.547**	**298.382**	**–**	**–**	**329.581**	**67.045**	**396.626**
Aumento de Capital	189.713	–	–	(138.369)	–	(51.344)	–	–	-
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	1.170	–	50.897	52.067	14.373	66.440
Constituição da Reserva de Lucros	–	–	–	(59)	59	–	–	–	-
Constituição da Reserva Legal	–	(6.151)	–	–	6.151	–	–	–	-
Realização das Reservas	–	–	(447)	–	–	447	–	–	-
Dividendos Distribuídos	–	–	–	(160.012)	–	–	(160.013)	(43.205)	(203.218)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**208.213**	**–**	**6.100**	**1.112**	**6.210**	**–**	**221.635**	**38.213**	**259.848**

Demonstrações de Resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita Operacional Líquida	–	–	1.202.029	912.540
Custo dos Produtos e Serviços Prestados	–	–	(942.282)	(734.504)
Lucro Bruto	**–**	**–**	**259.747**	**178.036**
Receitas (Despesas) Operacionais	**52.145**	**34.186**	**(181.938)**	**(141.943)**
Lucro Antes do Resultado Financeiro	**52.145**	**34.186**	**77.809**	**36.093**
Lucro do Exercício Antes dos Impostos	**52.067**	**34.120**	**90.461**	**51.041**
Lucro Líquido do Exercício	**52.067**	**34.120**	**66.440**	**38.148**
Lucro Líquido Atribuído A:				
Quotistas controladores			52.067	34.120
Quotistas não controladores			14.373	4.028
			66.440	**38.148**
Quantidade de quotas–em milhares	18.500	18.500		
Lucro líquido por mil quotas–R$	**3**	**2**		

GERENTE CONTÁBIL & CUSTOS
Sergio R. Bufato Jr.
CRC 1SP217319/O-3

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**(702)**	**(160)**	**90.398**	**64.042**
Variações Ativo/Passivo				
(Aumento) Redução nos ativos operacionais	(143.502)	(135)	(235.053)	(151.871)
Aumento (Redução) nos passivos operacionais	145.415	(1.482)	334.665	78.592
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades operacionais	**1.211**	**(1.777)**	**190.010**	**(9.237)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Disponibilidades geradas (aplicadas) nas atividades de investimentos	**157.293**	**16.859**	**(59.113)**	**(21.039)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Disponibilidades (aplicadas) geradas nas atividades de financiamentos	**(160.012)**	**(13.627)**	**(209.455)**	**124.051**
(Redução) Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**(1.508)**	**1.455**	**(78.558)**	**93.775**
No início do exercício–NBC TG 03	1.518	63	172.552	78.777
No final do exercício–NBC TG 03	10	1.518	93.994	172.552
	(1.508)	**1.455**	**(78.558)**	**93.775**

EPR Participações S.A.

CNPJ/MF: 48.803.906/0001 -70 - NIRE: 3530060530-6

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

I. Data, Horário e Local: 16/03/2026, às 15 hs, Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.188, conjuntos 23 e 24, Jardim Paulistano, São Paulo/SP. **II. Convocação e Presença:** dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4°, da Lei 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das S.A."), conforme alterada, em razão da presença dos acionistas titulares de 100% das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas abaixo. **III. Composição da Mesa:** Presidente: José Carlos Cassaniga; Secretário: Enio Stein Júnior. **IV. Ordem do Dia:** deliberar sobre a condição de pagamento de eventuais dividendos que venham a ser aprovados na Assembleia Geral Ordinária que apreciará as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025. **V. Deliberações:** Após as oportunas discussões, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o seguinte: **(i)** Aprovar que os dividendos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2025, que serão apresentados em Assembleia Geral Ordinária futura, não serão pagos no exercício social de 2026, em observância às diretrizes financeiras e orçamentárias da Companhia, conforme orçamento previamente aprovado pelos acionistas, ainda no exercício de 2025. **(ii)** Os dividendos eventualmente aprovados deverão ser pagos pela Companhia aos Acionistas observadas a política de caixa e a política de dividendos da Companhia, observado o disposto no acordo de acionistas da Companhia, e, em qualquer hipótese, até 31/07/2035. A presente deliberação tem por finalidade assegurar previsibilidade financeira e alinhamento com o planejamento estratégico da Companhia, não implicando supressão ou restrição ao direito dos acionistas aos dividendos que venham a ser regularmente declarados. **(iii)** Autorizar a prática pelos diretores da Companhia de todos os atos necessários para concretizar as deliberações acima. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. São Paulo/SP, 16/03/2026. Jucesp nº 100.415/26-0 em 26/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Ewally Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 00.714.671/0001-14 - NIRE 35.300.490.215

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os acionistas da **EWALLY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua da Consolação, nº 2302, 4º andar, conjunto 42, sala 118, Consolação, CEP 01302-001, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.714.671/0001-14 e na JUCESP sob NIRE 35.300.490.215 ("Companhia") na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), no art. 8º, §1º e §2º do Estatuto Social da Companhia e das Cláusulas 6.1.1 e 6.1.2 do acordo de acionistas da Companhia celebrado em 4 de outubro de 2019, conforme aditado, para participar da Assembleia Geral Ordinária da Companhia ("Assembleia") que será realizada **às 9:30 do dia 30 de abril de 2026**, em primeira convocação, e às **9:30 do dia 05 de maio de 2026, em segunda convocação,** de forma: **(i)** presencial, na sede da Companhia, bem como **(ii)** remotamente, por meio da plataforma eletrônica Google Meet, cujo link de acesso é meet.google.com/kuw-hnrz-zts, a fim de apreciar, discutir, examinar e deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **Ordem do Dia**: deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** a aprovação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(ii)** a aprovação do relatório da administração e das respectivas contas dos administradores relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e **(iii)** a aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. São Paulo/SP, 30 de março de 2026. Joamir Parmejani Bisterzo - Diretor Presidente.

Brasil Cash Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 30.507.541/0001-71 - NIRE 35.300.574.095

Edital de Convocação

Pelo presente Edital de Convocação, o Sr. **Maurício Caviglia**, Diretor Presidente da **Brasil Cash Instituição de Pagamento S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.507.541/0001-71, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.574.095 ("Companhia"), nos termos do Artigo 124, da lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), **convoca** todos os acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede da Companhia, localizada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, à Alameda Rio Negro, nº 1.030, escritório 206, Condomínio Stadium, Bairro Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP: 06454-000, no próximo dia **08 de abril de 2026**, às **10:00**, em 1ª chamada, e às **11:00**, em 2ª chamada, no mesmo dia e endereço, para deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: **(i)** o aumento do capital social da Companhia; **(ii)** em se aprovando o item "i" acima, a alteração do Artigo 5º do Capítulo II do Estatuto Social da Companhia; e **(iii)** a consolidação do estatuto social da Companhia. Barueri – SP, 26 de março de 2026. **Maurício Caviglia** - Diretor Presidente. **(27, 28 e 31.03.2026)**

Ewally Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ nº 00.714.671/0001-14 - NIRE 35.300.490.215

Aviso aos Acionistas

A **Ewally Instituição de Pagamento S.A.** ("Companhia"), vem por meio deste aviso, comunica, em atendimento ao disposto no art. 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 que encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua da Consolação, nº 2032, 4º andar, conjunto 142, sala 118, Consolação, CEP 01302-001, os seguintes documentos relativos aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025: (i) cópia das demonstrações financeiras da Companhia, (ii) o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos; e (iii) pareceres dos auditores independentes. São Paulo, 30 de março de 2026. **Joamir Parmejani Bisterzo** - Diretor Presidente.

Vereda Educação S.A.

CNPJ/MF nº 26.193.756/0001-98 - NIRE 35300501322

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Acionistas da Vereda Educação S.A. ("Companhia"), conforme disposto no artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 6 de abril de 2026, às 9h00, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (a) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e (b) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Os documentos de suporte que tratam dos assuntos que serão objeto de apreciação e deliberação na Assembleia Geral Ordinária serão enviados via e-mail, conjuntamente com uma Carta explicativa que contém, além de outras informações importantes, o cronograma da Assembleia, o link de acesso à videoconferência e as orientações para o exercício do voto – que será exclusivamente – por meio da plataforma de votação eletrônica online. Os Acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária por procuradores constituídos na forma do Artigo 126, §1º da Lei nº 6.404/76. Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia. São Paulo, 27 de março de 2026. **Conselho de Administração. (27, 28 e 31.03.2026)**

DATA MERCANTIL

Monte Rodovias S.A.

CNPJ/ME nº 37.702.340/0001-74

www.monterodovias.com.br

monte RODOVIAS

Aviso – Demonstrações Contábeis Resumidas em atendimento ao Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: (i) https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/"; (ii) RI da Companhia (www.monterodovias.com.br).

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

A Monte Rodovias é uma holding de concessões rodoviárias com atuação no Nordeste do Brasil, detendo participação em ativos localizados em regiões relevantes para a logística, o turismo e o desenvolvimento econômico regional. A Companhia opera, por meio de suas controladas, um portfólio composto por quatro concessões rodoviárias, totalizando aproximadamente 395 km de extensão. Seus ativos estão inseridos em importantes corredores de circulação de pessoas e mercadorias, conectando polos industriais, portuários e turísticos. Em 2025, passaram pelas concessões da Companhia cerca de 56,8 milhões de veículos equivalentes pagantes, refletindo a relevância dos ativos e sua contribuição para a mobilidade e infraestrutura do país. Ao final de 2025, houve a alteração no controle acionário da Companhia, passando a totalidade de suas ações a ser detida pelo FIP Brasil Rodovias, o que contribuiu para o fortalecimento de sua estrutura de capital e para a ampliação de sua capacidade de crescimento. No mesmo período, a Companhia avançou em sua estratégia de expansão com a conquista de uma nova concessão rodoviária no estado do Mato Grosso, ampliando sua presença geográfica e reforçando seu posicionamento no setor. A Monte Rodovias mantém foco na gestão eficiente de seus ativos, disciplina na alocação de capital e geração de valor sustentável no longo prazo.

Sustentabilidade: A Monte Rodovias mantém o compromisso com práticas sustentáveis e responsáveis, incorporando-os em sua gestão e tomada de decisão. A Companhia desenvolve iniciativas contínuas voltadas à segurança viária, segurança do trabalho, bem-estar dos colaboradores e ao relacionamento com as comunidades nas regiões em que atua, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico local. Esses valores são reiterados através de resultados como os apresentados a seguir: Renovação da certificação GPTW em 2025, equipe formada por 66% de mulheres, 150 toneladas de alimentos doados, mais de 13 mil impactadas em mais de 100 ações sociais.

Governança Corporativa pode ser acessado no nosso site de relações com investidores(ri.monterodovias.com.br).

Práticas Contábeis: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo a observância das normas da CVM e os anúncios do Comitê de Divulgação Contábil (CPC) e atendimento às normas internacionais.

Desempenho O tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes apresentou crescimento de 4,2% em 2025, mantendo a trajetória de expansão do portfólio, suportada pela evolução da atividade econômica e pelo aumento da demanda por mobilidade nas regiões de atuação. As concessões localizadas em Pernambuco foram destaque, com crescimento superior a 8% no período, refletindo a dinâmica positiva da região e a maturação dos ativos. A receita de pedágio apresentou crescimento de 23,9% em 2025, impulsionada pela combinação entre a expansão do volume de tráfego e os reajustes tarifários aplicados ao longo do período. O desempenho reflete a consistência operacional do portfólio e a predominância de receitas tarifárias na composição do resultado, reforçando a previsibilidade e a qualidade da geração de caixa da Companhia. O EBITDA ajustado apresentou crescimento de 14,0% em 2025, acompanhando a evolução da receita. A margem EBITDA ajustada foi de 54,8%, impactada principalmente por despesas relacionadas ao processo de mudança de controle da Companhia e pela ampliação dos investimentos em novas frentes de crescimento, em linha com a estratégia de expansão do portfólio. Ao longo de 2025, a Companhia executou relevantes iniciativas de gestão de estrutura de capital, com destaque para a quitação de aproximadamente R$ 700 milhões em dívidas, viabilizada por aporte do novo acionista, com foco na redução da exposição a instrumentos indexados ao CDI e na melhoria do perfil de endividamento. Como resultado, a dívida bruta foi reduzida em 44,5%, enquanto a dívida líquida apresentou queda de 54,2% no período, refletindo uma significativa desalavancagem e o fortalecimento da estrutura de capital da Companhia. Adicionalmente, houve redução do custo médio nominal do endividamento, refletindo a melhora do mix da dívida e a eliminação de passivos mais onerosos. Considerando a composição do saldo de dívida bruta ao final de cada exercício, o custo médio ponderado nominal da dívida passou de aproximadamente 11,5% a.a. em 2024 para cerca de 8,4% a.a. em 2025. Essa redução ocorreu mesmo em um cenário de elevação das taxas de juros no período, com aumento dos indexadores de mercado, como o CDI e a TJLP, evidenciando a efetividade da gestão de passivos e a contínua otimização da estrutura de capital da Companhia, ampliando sua capacidade de execução de novos investimentos. Ao longo de 2025, a Companhia deu continuidade ao seu programa regular de investimentos, em linha com as obrigações contratuais e operacionais das concessões, totalizando aproximadamente R$ 56 milhões no consolidado, com foco na preservação da qualidade da infraestrutura e na eficiência operacional.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Notas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	10.690	2.375	222.904	191.835
Contas a receber	8	–	–	36.881	31.147
Tributos a recuperar		208	205	6.742	8.158
IRPJ e CSLL		–	–	18.466	11.844
Despesas antecipadas		116	87	2.129	930
Dividendos a receber		–	2.000	–	–
Adiantamentos		19	15	552	1.516
Total ativo circulante		**11.033**	**4.682**	**287.674**	**245.430**
Ativo não circulante					
Fundos restritos	7	–	–	27.390	25.659
Depósitos judiciais		–	–	6.408	5.367
IRPJ e CSLL diferidos	15	–	–	18.992	19.052
Outros ativos		–	–	–	10
Total do realizável a longo prazo		**–**	**–**	**52.790**	**50.088**
Investimentos	9	819.560	141.876	–	–
Outros investimentos		200	200	200	200
Imobilizado		22	26	19.056	19.060
Intangível	10	–	–	1.475.807	1.497.628
Direito de uso		176	439	31.855	6.610
		819.958	**142.541**	**1.526.918**	**1.523.498**
Total do ativo não circulante		**819.958**	**142.541**	**1.579.708**	**1.573.586**
Total do ativo		**830.991**	**147.223**	**1.867.382**	**1.819.016**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Passivo circulante					
Fornecedores		44	60	27.396	23.730
Empréstimos e financiamentos	11	–	–	34.701	39.754
Debêntures	12	–	–	8.461	3.800
Obrigações sociais e trabalhistas		51	15	16.989	11.701
IRPJ e CSLL		–	–	1.400	683
Obrigações tributárias		133	6	10.497	6.560
Arrendamentos		185	264	6.087	4.910
Provisão para manutenção	14	–	–	5.976	8.109
Outras obrigações		–	–	2.571	3.191
Total passivo circulante		**413**	**345**	**114.078**	**102.438**
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	–	–	580.380	630.640
Debêntures	12	–	–	237.969	877.432
Arrendamentos		–	188	26.423	2.110
Provisão para contingências	13	–	–	12.288	11.552
Provisão para manutenção	14	–	–	62.663	45.150
Outros passivos		–	–	3.003	3.007
Total passivo não circulante		**–**	**188**	**922.726**	**1.569.891**
Patrimônio líquido					
Capital social	16	143.961	136.264	143.961	136.264
Reserva de capital	16	762.013	–	762.013	–
Reservas de lucros	16	–	10.426	–	10.426
Prejuízos acumulados		(75.396)	–	(75.396)	–
		830.578	**146.690**	**830.578**	**146.690**
Patrimônio líquido atribuível aos:					
Acionistas controladores		–	–	**830.578**	**146.690**
Acionistas não controladores		–	–	–	(3)
Total do passivo e patrimônio líquido		**830.991**	**147.223**	**1.867.382**	**1.819.016**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2023	**472.264**	**–**	**3.982**	**22.177**	**–**	**498.423**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(15.733)	**(15.733)**
Absorção de prejuízos com a reserva de lucros	–	–	–	(15.733)	15.733	**–**
Redução do capital	(336.000)	–	–	–	–	**(336.000)**
Em 31 de dezembro de 2024	**136.264**	**–**	**3.982**	**6.444**	**–**	**146.690**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(84.830)	**(84.830)**
Ajuste/absorção	–	–	(3.982)	(6.444)	9.434	**(992)**
Aumento do capital	769.710	–	–	–	–	**769.710**
Constituição de reserva	(762.013)	762.013	–	–	–	**–**
Em 31 de dezembro de 2025	**143.961**	**762.013**	**–**	**–**	**(75.396)**	**830.578**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Notas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita líquida de serviços	17	–	–	469.040	381.670
Receita de construção	17	–	–	48.153	49.008
Receita Líquida		**–**	**–**	**517.193**	**430.678**
Custo dos serviços prestados	18	–	–	(229.758)	(204.933)
Custo de construção	18	–	–	(47.678)	(48.524)
Lucro Bruto		**–**	**–**	**239.757**	**177.221**
Gerais e administrativas	19	(6.124)	(6.975)	(107.592)	(73.526)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		–	–	(1.289)	(319)
Resultado de equivalência patrimonial		(78.020)	3.783	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais	20	222	–	1.996	8.021
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro, líquido		**(83.922)**	**(3.192)**	**132.872**	**111.397**
Receitas Financeiras	21	53	4.022	27.822	44.523
Despesas Financeiras	21	(961)	(16.563)	(237.422)	(166.543)
Resultado financeiro, líquido		**(908)**	**(12.541)**	**(209.600)**	**(122.020)**
Resultado antes do IRPJ e da CSLL		**(84.830)**	**(15.733)**	**(76.727)**	**(10.623)**
IRPJ e CSLL correntes	15	–	–	(8.044)	(5.410)
IRPJ e CSLL diferidos	15	–	–	(59)	301
Prejuízo do exercício		**(84.830)**	**(15.733)**	**(84.830)**	**(15.732)**
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		–	–	(84.830)	(15.733)
Acionistas não controladores		–	–	–	1
Prejuízo do exercício		**(84.830)**	**(15.733)**	**(84.830)**	**(15.732)**
Prejuízo básico e diluído por ação – em reais	22	**(93,63)**	**(115,46)**	**(93,63)**	**(115,45)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Prejuízo do exercício	**(84.830)**	**(15.733)**	**(84.830)**	**(15.732)**
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores	–	–	(84.830)	(15.733)
Acionistas não controladores	–	–	–	1
Prejuízo do exercício	**(84.830)**	**(15.733)**	**(84.830)**	**(15.732)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receitas				
Receita de serviços	–	–	513.361	418.040
Receita de construção	–	–	48.153	49.008
Outras receitas	222	–	1.995	2.636
	222	**–**	**563.509**	**469.684**
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.016)	(3.276)	(71.220)	(54.934)
Custo de construção	–	–	(47.678)	(48.524)
Valor adicionado bruto	**(4.794)**	**(3.276)**	**444.611**	**366.226**
Depreciação e amortização	(268)	(353)	(86.001)	(77.957)
Apropriação de seguros	(154)	(191)	(7.925)	(7.402)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**(5.216)**	**(3.820)**	**350.685**	**280.867**
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	53	4.022	27.822	35.612
Resultado de equivalência patrimonial	(78.020)	3.783	–	–
Valor adicionado total a distribuir	**(83.183)**	**3.985**	**378.507**	**316.479**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	**455**	**3.126**	**89.570**	**67.518**
Remuneração direta	253	2.966	67.538	48.800
Benefícios	202	160	19.396	15.830
FGTS	–	–	2.636	2.888
Impostos, taxas e contribuições	**77**	**87**	**68.084**	**52.060**
Federais	68	86	41.716	30.358
Estaduais	–	1	493	442
Municipais	9	–	25.875	21.260
Remuneração de capitais de terceiros	**1.115**	**16.505**	**305.683**	**212.633**
Juros	943	16.478	236.487	151.449
Aluguéis	55	–	1.082	978
Outras	117	27	68.114	60.206
Remuneração de capitais próprios	**(84.830)**	**(15.733)**	**(84.830)**	**(15.732)**
Prejuízo do exercício	(84.830)	(15.733)	(84.830)	(15.732)
Valor adicionado distribuído	**(83.183)**	**3.985**	**378.507**	**316.479**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Notas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do IRPJ e CSLL		(84.830)	(15.733)	(76.727)	(10.623)
Ajustes					
Margem de construção		–	–	(475)	(484)
Depreciação e amortização	18/19	268	353	86.001	77.957
Juros e variações monetárias, líquidas		15	8.820	199.681	138.988
Apropriação (reversão) do custo de captação	11/12	–	–	25.788	(19.702)
Provisão (reversão) para contingências	13	–	–	3.282	(10.523)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		–	–	1.289	–
Provisão para manutenção	14	–	–	15.380	20.588
Resultado na baixa de imobilizado e intangível	10	–	–	(274)	343
Resultado de equivalência patrimonial	9	78.020	(3.783)	–	–
Resultado ajustado das operações		**(6.527)**	**(10.343)**	**253.945**	**196.544**
Variação dos ativos e passivos					
Contas a receber		–	–	(7.023)	(7.988)
Despesas antecipadas		(29)	23	(1.199)	103
Estoques		–	–	–	497
Tributos a recuperar		(3)	(1)	(1.991)	684
Depósitos judiciais		–	–	(8.524)	5.556
Adiantamentos		(4)	26	964	127
Outros investimentos		–	–	(200)	–
Outros ativos		–	–	10	(10)
Fornecedores		(15)	36	3.666	2.569
Obrigações tributárias		127	(1)	3.937	3.507
Obrigações sociais e trabalhistas		34	(985)	5.288	(4.471)
Outras obrigações		–	–	(799)	(6.309)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) das atividades operacionais		**(6.417)**	**(11.245)**	**248.074**	**190.809**
Juros pagos	11/12	–	(7.698)	(214.371)	(73.970)
Impostos pagos sobre o lucro		–	–	(10.541)	(13.959)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		**(6.417)**	**(18.943)**	**23.162**	**102.880**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de controlada		–	–	–	(232.746)
Caixa e equivalentes de caixa – aquisição de controlada		–	–	–	17.451
Dividendos recebidos		2.000	40.000	–	–
Redução de investimentos em controladas		–	302.454	–	–
Aumento de investimentos em controladas		(756.696)	–	–	
Adições ao intangível	10	–	–	(52.902)	(63.467)
Recursos provenientes da alienação de intangível		–	–	2.038	–
Adições ao imobilizado		–	(21)	(3.256)	(3.145)
Recursos provenientes da alienação de imobilizado		–	–	114	–
Fluxo de caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimentos		**(754.696)**	**342.433**	**(54.006)**	**(281.907)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de financiamentos e debêntures	12	–	–	–	522.000
Amortização de financiamentos e debêntures	12	–	(83.290)	(698.535)	(174.617)
Adição ao fundo restrito	8	–	–	(144)	(5.622)
Resgate do fundo restrito	8	–	–	2.081	239.283
Partes relacionadas – Debêntures (captação)	23	–	97.878	–	–
Partes relacionadas – Debêntures (amortização)	23	–	–	–	–
Redução de capital – Saque FIP		–	(336.000)	–	(336.000)
Integralização do capital		769.710	–	769.710	–
Pagamentos de arrendamentos	24	(282)	(376)	(11.199)	(10.481)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos		**769.428**	**(321.788)**	**61.913**	**234.563**
Aumento caixa e equivalentes de caixa		**8.315**	**1.702**	**31.069**	**55.536**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**2.375**	**673**	**191.835**	**136.299**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**10.690**	**2.375**	**222.904**	**191.835**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS

1. Contexto operacional: A Monte Rodovias, ("Companhia" ou "Monte Rodovias") e quando em conjunto com suas controladas, ("Grupo"), tem como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades. Em 22 de novembro de 2021, a Companhia obteve o registro de emissor na categoria A perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), porém até o momento não tem negociação de suas ações no mercado de capital. Em 19 de dezembro de 2025, a Brasil Rodovias Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada, veículo controlado indiretamente por um fundo gerido pela Macquarie Asset Management, concluiu a aquisição de 100% das ações de emissão da Monte Rodovias S.A., objeto do instrumento denominado "Equity Interest Purchase and Investment Agreement and Other Covenants". A Monte Rodovias é controladora das empresas mencionadas a seguir, sendo as seguintes atividades desenvolvidas por estas controladas: **Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações S.A.** : Em 16 de outubro de 2020, a Companhia adquiriu (cessão onerosa) a totalidade das ações representativas do capital social da Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações S.A. ("MRNE") de seus próprios acionistas, Fundo M Rodovias Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("FIP M Rodovias") e Monte Equity Partners Consultoria e Desenvolvimento Ltda. A MRNE tem como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades. A Monte Rodovias, possui controle acionário direto na proporção 100% das ações da MRNE, que por sua vez, possui igualmente controle acionário direto na proporção 100% das ações das concessionárias CBN, CRA, CRC e CLN. A alteração da denominação social da Verona Holding e Participações Societárias S,A, passou para Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A. ocorreu em 29 de abril de 2024. **Concessionária Bahia Norte S.A.** : A Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN"), com sede em Salvador, no Estado da Bahia, foi constituída em 29 de junho de 2010, tem como objeto social a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas, tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia (Agerba), pelo prazo de 25 anos. Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2 termo aditivo ao Contrato de Concessão, com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099, com extensão de 11,20 km. Como consequência, a área de total concedida passou a ser 132,65 km. Em decorrência dos novos investimentos, para recompor o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a vigência do Contrato foi aditada, passando de 25 para 30 anos. **Concessionária Rota do Atlântico S.A.** : Em 30 de abril de 2021, a MRNE, controlada da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA") após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e, também, junto ao Poder Concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRA. A CRA, com sede no Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE, nos termos do Contrato de

continuação ☛

PUBLICIDADE LEGAL

continuação ←

Monte Rodovias S.A.

Concessão celebrado em 18 de julho de 2011, com o Poder Concedente representado pelo Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros "Suape" (Governo do Estado de Pernambuco), cujo prazo de concessão é de 35 anos, contados de novembro de 2011, podendo ser prorrogado para fins de reequilíbrio econômico-financeiro. A extensão concedida é de 44 km e o projeto é responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial-Portuário. O eixo principal da rota começa na BR-101 Sul, na altura do Hospital D. Helder Câmara e termina em Nossa Senhora do Ó, acesso a Porto de Galinhas e ao litoral Sul do estado de Pernambuco. **Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.** : Em 30 de abril de 2021, a MRNE, controlada da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC") após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e junto ao poder concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRC. A CRC, com sede em Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, foi constituída em 15 de dezembro de 2006, tendo como objetivo a exploração, mediante concessão patrocinada, responsável pela construção, operação, manutenção e conservação do Sistema Viário do Paiva. A via litorânea tem 6,5 km de extensão e uma Ponte Arquiteto Wilson Campos Júnior, com 320 m, a qual liga os municípios de Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho. O contrato de concessão tem prazo de 35 anos e 03 meses. As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11 de junho de 2010. Em 29 de maio de 2024, foi publicada no DOE a Resolução ARPE nº 259, com as novas Tarifas de Pedágio da CRC vigentes a partir de 14 de junho de 2024, consolidando os resultados dos processos de reequilíbrio e reajuste contratual. **Concessionária Litoral Norte S.A.** : Em 27 de maio de 2024, o grupo Monte Rodovias, por meio da sua holding Monte Forte Holding Participações S.A. adquiriu (cessão onerosa) a totalidade das ações representativas do capital social da Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN"), após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e junto ao poder concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CLN. A CLN, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 2000, com sede na Rodovia BA-099 - Estrada do Coco, Praça do Pedágio, Camaçari - BA. A Companhia tem como objeto social operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA em 21 de fevereiro de 2000. **Concessionária Rota Dourada S.A.** : A Monte Rodovias S.A. participou do Edital de Concorrência Pública Internacional nº 58/2024, referente à concessão dos serviços públicos de operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário estadual composto pelo Lote 8 (Rodovias MT-170 e MT-220), com extensão total de 344,15 km, tendo apresentado a melhor proposta do certame. Houve a interposição de recursos administrativos questionando atos praticados no certame. Posteriormente, a matéria foi judicializada. Em 19 de fevereiro de 2026, foi concedida a segurança no Mandado de Segurança nº 1035132-50.2025.8.11.0000, que anulou a determinação do Tribunal de Contas anteriormente proferida para suspender o feito, determinando expressamente o restabelecimento da homologação e da adjudicação. Em decorrência da referida decisão judicial, a SINFRA/MT emitiu comunicado, em 20 de fevereiro de 2026, reconhecendo a legalidade dos atos praticados pela Administração, determinando a continuidade do certame por razões de interesse público e a adoção das providências necessárias à formalização e assinatura do Contrato de Concessão. **2. Base de preparação: Declaração de conformidade**: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 26 de março de 2026. A apresentação da DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. **Base de mensuração**: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma. **Moeda funcional e moeda de apresentação**: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados nestas demonstrações financeiras foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos**: Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **i. Incertezas sobre premissas e estimativas**: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data de emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 15 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; • Notas explicativas 8, 13 e 14 – reconhecimento e mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências e provisão para manutenção: principais características sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

DIRETORIA

Felipe Guidi - *Diretor Presidente*

Wilman Sanchez Moitinho - *Vice-Presidente Financeiro*

CONTADOR

Felipe Mattos de Melo - *CRC RJ 117091/O-0*

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da **Monte Rodovias S.A., Salvador – BA. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Monte Rodovias S.A. ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Monte Rodovias S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de Receita:** Veja a Nota 3(k) e 17 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **Principal assunto de auditoria**: **Como auditoria endereçou esse assunto**: Conforme nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras, a receita de pedágio do Grupo é decorrente dos termos e das condições estabelecidas no contrato de concessão rodoviária, o qual determina que a concessão tem por objetivo a exploração da rodovia determinada no contrato com cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A receita é composta por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente da passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pelo Grupo. Em virtude da relevância da receita liquida nas demonstrações financeiras do Grupo, do grande volume de transações, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita, essa área foi considerada com uma das principais em nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) obtenção dos entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receitas, considerando a natureza da receita, aspectos contratuais, principais sistemas utilizados no processo de reconhecimento de receita; (ii) leitura do contrato de concessão para avaliar dados utilizados no cálculo da receita de pedágio; (iii) comparar toda receita reconhecida no exercício com os respectivos recebimentos financeiros; (iv) com base amostral, realizar inspeção documental para validar integridade e precisão dos dados utilizados no extrato bancário; (v) avaliamos se as divulgações das demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receita de pedágio, entendemos que os critérios para o reconhecimento de receita adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado**: As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) , emitidas *pelo International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 26 de março de 2026

KPMG
Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7

Diego Feliciano Irineu
Contador
CRC 1SP223212/O-2

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo

Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A.

CNPJ/MF nº 35.109.618/0001-79

Aviso – Demonstrações Contábeis Resumidas em atendimento ao Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: (i) https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/"; (ii) RI da Companhia (www.monterodovias.com.br).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Controladora		Consolidado	
ATIVO	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	794	2.926	212.214	189.460
Contas a receber	–	–	36.881	31.147
Tributos a recuperar	818	789	6.535	7.953
Imposto de renda e contribuição social	2.958	1.833	18.466	11.844
Partes relacionadas	–	–	2.013	–
Despesas antecipadas	–	–	–	843
Dividendos a receber	30.048	16.667	–	–
Adiantamentos	–	–	532	1.499
Total ativo circulante	**34.618**	**22.215**	**276.641**	**242.746**
Ativo não circulante				
Fundos restritos	–	–	27.390	25.659
Depósitos judiciais	–	–	6.408	5.367
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	18.992	19.052
Partes relacionadas	19.902	19.517	–	–
Outros ativos	–	–	–	10
Total do realizável a longo prazo	**19.902**	**19.517**	**52.790**	**50.088**
Investimentos	627.630	417.602	–	–
Imobilizado	–	–	19.034	19.234
Intangível	181.724	184.551	1.475.807	1.497.448
Direito de uso	–	–	31.679	6.171
	809.354	**602.153**	**1.526.520**	**1.522.853**
Total do ativo não circulante	**829.256**	**621.670**	**1.579.310**	**1.572.941**
Total do ativo	**863.874**	**643.885**	**1.855.951**	**1.815.687**

	Controladora		Consolidado	
PASSIVO	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Passivo circulante				
Fornecedores	–	6	27.350	23.672
Empréstimos e financiamentos	–	–	34.701	39.754
Debêntures	–	–	8.461	3.800
Obrigações sociais e trabalhistas	–	–	16.938	11.686
Imposto de renda e contribuição social	–	–	1.400	683
Obrigações tributárias	261	–	10.365	6.554
Dividendos a pagar	–	2.000	–	2.000
Arrendamentos	–	–	5.902	4.646
Provisão para manutenção	–	–	5.976	8.109
Outras obrigações	–	–	2.570	3.189
Total passivo circulante	**261**	**2.006**	**113.663**	**104.093**
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	–	–	580.380	630.640
Debêntures	–	455.936	237.969	877.432
Arrendamentos	–	–	26.423	1.922
Provisão para contingências	–	–	12.288	11.553
Provisão para manutenção	–	–	62.663	45.150
Imposto de renda e contribuição social diferidos	41.052	41.052	–	–
Outros passivos	3.000	3.000	3.004	3.006
Total passivo não circulante	**44.052**	**499.988**	**922.727**	**1.569.703**
Patrimônio líquido				
Capital social	139.072	131.505	139.072	131.505
Reservas de capital	749.115	–	749.115	–
Reservas de lucros	–	10.386	–	10.386
Prejuízos acumulados	(68.626)	–	(68.626)	–
	819.561	**141.891**	**819.561**	**141.891**
Total do passivo e patrimônio líquido	**863.874**	**643.885**	**1.855.951**	**1.815.687**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Receita líquida de serviços	–	–	469.040	381.670
Receita de construção	–	–	48.153	49.008
Receita Líquida	**–**	**–**	**517.193**	**430.678**
Custo dos serviços prestados	–	–	(229.758)	(204.933)
Custo de construção	–	–	(47.678)	(48.524)
Lucro Bruto	**–**	**–**	**239.757**	**177.221**
Gerais e administrativas	(9.202)	(9.130)	(101.468)	(66.551)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	(1.289)	(319)
Resultado de equivalência patrimonial	38.700	30.000	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais	16	7.192	1.774	8.021
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido	**29.514**	**28.062**	**138.774**	**118.372**
Receitas financeiras	302	3.923	27.770	40.500
Despesas financeiras	(107.836)	(25.651)	(236.461)	(149.979)
Resultado financeiro, líquido	**(107.534)**	**(21.728)**	**(208.691)**	**(109.479)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**(78.020)**	**6.334**	**(69.917)**	**8.893**
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	–	(8.044)	(5.410)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	(2.550)	(59)	301
Lucro (prejuízo) do exercício	**(78.020)**	**3.784**	**(78.020)**	**3.784**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Lucro (prejuízo) do exercício	(78.020)	3.784	(78.020)	3.784
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	**(78.020)**	**3.784**	**(78.020)**	**3.784**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

c	Capital social	Reserva de capital	Reservas legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2023	**551.486**	**–**	**454**	**48.148**	**–**	**600.088**
Lucro do exercício	–	–	–	–	3.784	3.784
Destinação para reservas	–	–	189	1.595	(1.784)	–
Redução do capital	(419.981)	–	–	–	–	(419.981)
Dividendos aprovados	–	–	–	(40.000)	–	(40.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(899)	(899)
Dividendos adicionais	–	–	–	–	(1.101)	(1.101)
Em 31 de dezembro de 2024	**131.505**	**–**	**643**	**9.743**	**–**	**141.891**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(78.020)	(78.020)
Ajuste/Absorção	–	–	(643)	(9.743)	9.394	(992)
Aumento do capital	756.682	–	–	–	–	756.682
Constituição de reserva	(749.115)	749.115	–	–	–	–
Em 31 de dezembro de 2025	**139.072**	**749.115**	**–**	**–**	**(68.626)**	**819.561**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(78.020)	6.334	(69.917)	8.893
Ajustes				
Margem de construção	–	–	(475)	(484)
Depreciação e amortização	9.198	9.091	85.733	77.605
Juros e variações monetárias, líquidas	88.791	24.012	199.313	130.178
Apropriação (reversão) do custo de captação	18.372	(18.373)	25.786	(19.701)
Provisão (reversão) para contingências	–	–	3.276	(10.522)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	1.289	–
Provisão para manutenção	–	–	15.380	20.588
Baixa do imobilizado e intangível	–	–	(274)	343
Resultado de equivalência patrimonial	(38.700)	(30.000)	–	–
Reversão Earn–out	–	(7.500)	–	(7.500)
	(359)	**(16.436)**	**260.111**	**199.400**
Variação dos ativos e passivos				
Contas a receber	–	–	(7.023)	(7.988)
Despesas Antecipadas	–	–	(1.170)	79
Estoques	–	–	–	497
Tributos a recuperar	(29)	(787)	(1.989)	684
Depósitos judiciais	–	–	(8.518)	5.556
Adiantamentos	–	–	966	101
Outros ativos	–	–	10	(10)
Fornecedores	(6)	(11)	3.679	2.535
Obrigações tributárias	262	(954)	3.809	3.509
Obrigações sociais e trabalhistas	–	–	5.252	(3.486)
Outras obrigações	–	–	(622)	1.223
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	**(132)**	**(18.188)**	**254.505**	**202.100**
Juros pagos	(113.486)	–	(214.371)	(66.272)
Impostos pagos sobre o lucro	–	–	(10.541)	(13.959)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	**(113.618)**	**(18.188)**	**29.593**	**121.869**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aporte de capital em controladas	–	–	–	(232.746)
Aumento de investimentos em controladas	(193.196)	–	–	–
Caixa e equivalentes de caixa – aquisição de controlada	–	–	–	17.451
Dividendos recebidos	–	7.900	–	–
Partes relacionadas – Liberação	–	(97.878)	–	(97.878)
Partes relacionadas – Recebimentos	–	120.681	–	117.481
Adições ao intangível	–	–	(52.902)	(63.467)
Baixas do intangível	–	–	2.038	–
Adições ao imobilizado	–	–	(3.256)	(3.124)
Baixas do imobilizado	–	–	114	–
Fluxo de caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimentos	**(193.196)**	**30.703**	**(54.006)**	**(28.622)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de financiamentos e debêntures	–	450.000	–	522.000
Amortização de financiamentos e debêntures	(450.000)	–	(698.535)	(91.327)
Adição ao fundo restrito	–	–	(144)	(5.622)
Resgate do fundo restrito	–	–	2.081	239.283
Redução de capital	–	(419.981)	–	(419.981)
Integralização do capital	756.682	–	756.682	–
Pagamento de dividendos	(2.000)	(40.000)	(2.000)	(40.000)
Pagamentos de arrendamentos	–	–	(10.917)	(10.105)
Fluxo de caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos	**304.682**	**(9.981)**	**47.167**	**(39.413)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(2.132)**	**2.533**	**22.754**	**53.834**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**2.926**	**393**	**189.460**	**135.626**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**794**	**2.926**	**212.214**	**189.460**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS

1. Contexto operacional: A Verona Holding e Participações Societárias Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, foi constituída originalmente como sociedade limitada, mediante contrato social sob o número 35.235.660.905, o qual foi registrado na Junta Comercial de São Paulo em sessão no dia 08 de outubro de 2019. Posteriormente, em 16 de outubro de 2020, foi aprovada a transformação do tipo societário de sociedade limitada para sociedade por ações de capital fechado, nos termos da Lei no 6.404/76. Em razão da transformação, a denominação social foi alterada para Verona Holding e Participações S.A. Em 29 de abril de 2024 a denominação social da Companhia passou para Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A. A Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A. ("Companhia" ou "MRNE") e quando em conjunto com suas controladas, ("Grupo"), tem como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades. A Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A. é controladora das empresas mencionadas a seguir, sendo as seguintes atividades desenvolvidas por estas controladas: **Concessionária Bahia Norte S.A.** : A Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN"), com sede em Salvador, no Estado da Bahia, foi constituída em 29 de junho de 2010, tem como objeto social a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas, tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia (Agerba), pelo prazo de 25 anos. Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão, com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099, com extensão de 11,20 km. Como consequência, a área de total concedida passou a ser 132,65 km. Em decorrência dos novos investimentos, para recompor o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a vigência do Contrato foi aditada, passando de 25 para 30 anos. **Concessionária Rota do Atlântico S.A.** : Em 30 de abril de 2021, a MRNE, controladora da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA") após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e, também, junto ao Poder Concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRA. A CRA, com sede no Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE, nos termos do Contrato de Concessão celebrado em 18 de julho de 2011, com o Poder Concedente representado pelo Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros "Suape" (Governo do Estado de Pernambuco), cujo prazo de concessão é de 35 anos, contados de novembro de 2011, podendo ser prorrogado para fins de reequilíbrio econômico-financeiro. A extensão concedida é de 44 km e o projeto é responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial-Portuário. O eixo principal da rota começa na BR-101 Sul, na altura do Hospital D. Helder Câmara e termina em Nossa Senhora do Ó, acesso a Porto de Galinhas e ao litoral Sul do estado de Pernambuco. **Monte Forte Holding Participações S.A.** : Em 03 de novembro de 2023, o grupo Monte Rodovias, por meio da sua holding Verona Holding e Participações Societárias S,A, (atual Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A.) adquiriu (cessão onerosa) a totalidade das ações representativas do capital social da Monte Forte Holding Participações S.A. ("Monte Forte"), empresa pré-operacional, constituída em 10 de abril de 2023. A Monte Forte apresentava como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades. Em 06 de dezembro de 2023, a Monte Forte celebrou contratos de compra e venda de ações e outras avenças, com os atuais acionistas da Concessionária Litoral Norte S.A., para a aquisição das ações de emissão da aludida concessionária, o qual estava condicionado a implementação das condições precedentes previstas nos contratos. A conclusão da operação foi efetivada em 27 de maio de 2024, desta forma, a partir desta data, a Companhia passou a deter o controle indireto da CLN. Em 28 de junho de 2024, foi aprovada a incorporação reversa da Monte Forte Holding Participações S.A. pela CLN. **Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.** : Em 30 de abril de 2021, a MRNE, controladora da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC") após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e junto ao poder concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRC. A CRC, com sede em Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, foi constituída em 15 de dezembro de 2006, tendo como objetivo a exploração, mediante concessão patrocinada, responsável pela construção, operação, manutenção e conservação do Sistema Viário do Paiva. A via litorânea tem 6,5 km de extensão e uma Ponte Arquiteto Wilson Campos Júnior, com 320 m, a qual liga os municípios de Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho. O contrato de concessão tem prazo de 35 anos e 03 meses. As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11 de junho de 2010. Em 29 de maio de 2024, foi publicada no DOE a Resolução ARPE nº 259, com as novas Tarifas de Pedágio da CRC vigentes a partir de 14/06/2024, consolidando os resultados dos processos de reequilíbrio e reajuste contratual. **Concessionária Litoral Norte S.A.** : Em 27 de maio de 2024, o grupo Monte Rodovias, por meio da sua holding Monte Forte Holding Participações S.A. adquiriu (cessão onerosa) a totalidade das ações representativas do capital social da Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN"), após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e junto ao poder concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passou a deter o controle indireto da CLN. A CLN, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 2000, com sede na Rodovia BA-099 - Estrada do Coco, Praça do Pedágio, Camaçari - BA. A Companhia tem como objeto social operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA em 21 de fevereiro de 2000. **2. Base de preparação: Declaração de conformidade**: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administrações na gestão da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 26 de março de 2026. **Base de mensuração**: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma. **Moeda funcional e moeda de apresentação**: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados nestas demonstrações financeiras foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos**: Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **i. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data de emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 16 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; • Notas explicativas 8, 14 e 15: reconhecimento e mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências e provisão para manutenção: principais características sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Receitas				
Receita de serviços	–	–	513.361	418.040
Receita de construção	–	–	48.153	49.008
Outras receitas	16	7.192	1.773	2.637
	16	**7.192**	**563.287**	**469.685**
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3)	(39)	(66.204)	(51.654)
Custo de construção	–	–	(47.678)	(48.524)
Valor adicionado bruto	**13**	**7.153**	**449.405**	**369.507**
Depreciação e amortização	(9.198)	(9.091)	(85.733)	(77.605)
Apropriação de seguros	–	–	(7.771)	(7.215)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**(9.185)**	**(1.938)**	**355.901**	**284.687**
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	302	3.923	27.770	31.590
Resultado de equivalência patrimonial	38.700	30.000	–	–
Valor adicionado total a distribuir	**29.817**	**31.985**	**383.671**	**316.277**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	**–**	**–**	**89.115**	**64.392**
Remuneração direta	–	–	67.285	45.834
Benefícios	–	–	19.194	15.670
Outros	–	–	2.636	2.888
Impostos, taxas e contribuições	**–**	**2.678**	**68.008**	**51.973**
Federais	–	2.678	41.649	30.272
Estaduais	–	–	493	441
Municipais	–	–	25.866	21.260
Remuneração de capitais de terceiros	**107.837**	**25.523**	**304.568**	**196.128**
Juros	107.837	25.523	235.544	134.971
Aluguéis	–	–	1.027	978
Outras	–	–	67.997	60.179
Remuneração de capitais próprios	**(78.020)**	**3.784**	**(78.020)**	**3.784**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(78.020)	3.784	(78.020)	3.784
Valor adicionado distribuído	**29.817**	**31.985**	**383.671**	**316.277**

DIRETORIA

Felipe Guidi - *Diretor Presidente*

Wilman Sanchez Moitinho - *Vice-Presidente Financeiro*

CONTADOR

Felipe Mattos de Melo - *CRC RJ 117091/O-0*

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da **Monte Rodovias | Holding Participações Societárias S.A., Salvador – BA. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Monte Rodovias | Holding Participações Societárias S.A. ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Monte Rodovias | Holding Participações Societárias S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de

continua ☛

PUBLICIDADE LEGAL

continuação ☛

Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A.

acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) , emitidas *pelo International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 26 de março de 2026

KPMG
Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7

Diego Feliciano Irineu
Contador
CRC 1SP223212/O-2

Cotação das Moedas

Coroa (Suécia) - 0,554
Dólar (EUA) - 5,2376
Franco (Suíça) - 6,5725
Iene (Japão) - 0,0327
Libra (Inglaterra) - 6,9618
Peso (Argentina) - 0,003813
Peso (Chile) - 0,005668
Peso (México) - 0,2907
Peso (Uruguai) - 0,129
Yuan (China) - 0,7578
Rublo (Rússia) - 0,06413
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,0337

TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

Ativo	2025	2024
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	85.804	64.123
Contas a receber	46.798	36.728
Estoques	39.986	42.683
Créditos tributários	1.262	871
Demais contas a receber	11.622	6.073
	185.472	**150.478**
Não circulante		
Tributos diferidos sobre o lucro	6.974	5.170
Depósitos judiciais	4.550	4.289
Demais contas a receber	244	1.487
Partes relacionadas	4	3
	11.772	**10.949**
Direito de uso	27.651	–
Imobilizado	23.283	12.498
Intangível	11.790	10.599
	62.724	**23.097**
Total do ativo	**259.968**	**184.524**

Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Circulante		
Fornecedores	25.957	34.539
Empréstimos e financiamentos	2.203	3.195
Obrigações trabalhistas	23.449	17.600
Adiantamentos de clientes	26.314	3.372
Arrendamentos	1.818	–
JSCP a pagar	–	4.549
Dividendos a pagar	–	3.767
Obrigações tributárias	3.481	2.830
Impostos parcelados	234	108
	83.456	**69.960**
Não circulante		
Arrendamentos	30.593	–
Empréstimos e financiamentos	–	2.062
Impostos parcelados	587	290
Provisão para demandas judiciais	3.524	2.488
Contas a pagar	133	202
	34.837	**5.042**
Patrimônio líquido		
Capital social	54.820	54.820
Reservas	86.855	54.702
	141.675	**109.522**
Total do passivo e patrimônio líquido	**259.968**	**184.524**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	2025	2024
Receita líquida de vendas e serviços	**313.506**	**335.595**
Custos das vendas e dos serviços prestados	(200.218)	(246.068)
Lucro bruto	**113.288**	**89.527**
Despesas com vendas	(31.781)	(23.925)
Despesas gerais e administrativas	(31.048)	(22.966)
Outras despesas líquidas	(1.208)	(5.270)
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	**49.251**	**37.366**
Receitas financeiras	8.339	6.274
Despesas financeiras	(7.297)	(1.976)
Variações cambiais, líquidas	(1.254)	3.404
Resultado financeiro líquido	**(212)**	**7.702**
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**49.039**	**45.068**
Tributos sobre o lucro	(16.886)	(10.057)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**32.153**	**35.011**
Ações no final do exercício (em milhares)	21.203	21.203
Lucro por ação do capital social no fim do exercício (em R$)	**1,52**	**1,65**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**32.153**	**35.011**
Total do resultado abrangente	**32.153**	**35.011**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**54.820**	**1.995**	**27.252**	**–**	**84.067**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	35.011	**35.011**
Reserva legal	–	1.751	–	–	**1.751**
Reserva para investimento	–	–	23.704	–	**23.704**
Distribuição das reservas	–	–	–	(25.455)	**(25.455)**
Juros sobre capital próprio	–	–	–	(5.789)	**(5.789)**
Distribuição de dividendos	–	–	–	(3.767)	**(3.767)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**54.820**	**3.746**	**50.956**	**–**	**109.522**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	32.153	**32.153**
Reserva legal	–	1.608	–	(1.608)	**–**
Reserva para investimento	–	–	20.004	(20.004)	**–**
Reserva para contingência	–	–	10.541	(10.541)	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**54.820**	**5.354**	**81.501**	**–**	**141.675**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**32.153**	**35.011**
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Depreciação e amortização	6.848	5.160
Depreciação de direito de uso	4.532	–
Juros sobre arrendamento	5.620	–
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	3.858	3.546
Provisão para devedores duvidosos	750	1.041
Provisão para perda nos estoques	166	(163)
Constituição/Reversão de provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais	2.673	947
Juros sobre empréstimos e financiamentos não realizado	637	961
Variações cambiais não realizadas, líquidas	1.254	(3.404)
Imposto de Renda e Contribuição Social – diferidos	(1.803)	(85)
	56.688	**43.014**
Aumento líquido/(redução) nos ativos		
Contas a receber	(12.029)	9.178
Estoques	2.531	(22.716)
Impostos a recuperar	(390)	(266)
Outros ativos	(4.642)	(3.202)
Aumento líquido/(redução) nos passivos		
Fornecedores e contas a pagar	(8.620)	15.678
Adiantamento de clientes	22.942	(1.786)
Salários e encargos sociais	5.849	3.169
Impostos a pagar	18.117	7.342
Contingências	(1.639)	(2.636)
Outros passivos	(8.317)	(5.968)
Caixa gerado/(aplicado) nas operações	**70.490**	**41.807**
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(17.044)	(8.964)
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades operacionais	**53.446**	**32.843**
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(21.928)	(3.657)
Aquisição de intangível	(779)	(5.723)
Venda de imobilizado	25	37
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(22.682)**	**(9.343)**
Atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos (principal)	(3.039)	(4.245)
Amortização de empréstimos (juros)	(652)	(1.106)
Amortização de arrendamentos	(5.392)	–
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	**(9.083)**	**(5.351)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**21.681**	**18.149**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	64.123	45.974
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	85.804	64.123
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**21.681**	**18.149**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Leonardo Rosendo Fiuza – Diretor Presidente
Raquel Hoshiba Campos – Diretora Financeira
Sandra Cristina Bonfietti Gregorio
Contadora CRC 1SP 276.433/O-5

As Demonstrações Financeiras completas bem como os documentos elencados na Lei 6.404/76, estão à disposição dos Srs. Acionistas na Sede da Companhia.

DATA MERCANTIL
SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.
datamercantil.com.br

Cobrazil Construções S.A.

CNPJ nº 34.325.515/0001-83 - NIRE nº 35.300.539.010

Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3.a	1.614	15.338
Clientes	3.b–4	72.776	36.693
Adiantamento a fornecedores		534	1.571
Estoques	3.c.	498	1.710
Impostos a recuperar		2.241	2.129
Outros créditos		2.969	3.903
		80.632	**61.344**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Partes relacionadas	5	52.409	53.690
Imposto de renda diferido	7	10.650	-
Depósitos e cauções		37	-
		63.096	53.690
Imobilizado	3.d	2.828	1.909
Intangível	3.e–6	73.366	73.358
		139.290	**128.957**
Total do ativo		**219.922**	**190.301**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores		11.681	10.521
Empréstimos e financiamentos	8	10.933	5.357
Obrigações trabalhistas, sociais e tributarias	9	28.662	14.874
Adiantamento de clientes	10	14.064	5.667
Provisão para férias	3.f	2.508	3.006
Outras obrigações		3.000	–
		70.848	**39.425**
Não circulante			
Adiantamento de clientes	10	5.961	22.755
Partes relacionadas	5	1.317	1.310
Impostos parcelados	9	22.319	16.281
Provisão para contingências		762	2.163
		30.359	**42.509**
Patrimônio líquido	11		
Capital social		120.083	120.083
Prejuízos acumulados		(1.368)	(11.716)
		118.715	**108.367**
Total do passivo e patrimônio líquido		**219.922**	**190.301**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	**120.083**	**122**	**2.309**	**–**	**122.514**
Prejuízo do exercício	–	–	–	(14.147)	(14.147)
Compensação de prejuízos	–	(122)	(2.309)	2.431	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**120.083**	**–**	**–**	**(11.716)**	**108.367**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.348	10.348
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**120.083**	**-**	**-**	**(1.368)**	**118.715**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado do Exercício

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	12	109.517	110.261
Custos dos serviços prestados	13	(92.658)	(109.058)
Lucro Bruto		16.859	1.203
Despesas operacionais			
Administrativas	13	(8.191)	(4.639)
Outras receitas/despesas		1.867	2.852
Prejuízo antes do resultado financeiro		10.535	(584)
Receitas financeiras		418	145
Despesas financeiras		(11.255)	(13.708)
Resultado financeiro, líquido	14	(10.837)	(13.563)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(302)	(14.147)
Imposto de renda e contrubuição social–diferido	7	10.650	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**10.348**	**(14.147)**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício por ação do capital social		**0,09**	**(0,12)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Fluxo de Caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	10.348	(14.147)
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício:		
Depreciação / amortização	451	316
Constituição de imposto de renda diferido	(10.650)	-
Constituição de provisão	(1.401)	-
Resultado ajustado	(1.252)	(13.831)
Diminuição (aumento) das contas do ativo operacional		
Clientes	(36.083)	(13.729)
Estoques	1.212	(401)
Adiantamento a fornecedores	1.037	(549)
Impostos a recuperar	(112)	(528)
Outros ativos	897	(3.283)
Aumento (diminuição) das contas do passivo operacional		
Fornecedores	1.160	3.618
Impostos, taxas, contribuições e parcelamento	19.826	19.447
Adiantamento de clientes	(8.397)	27.810
Outros passivos	2.502	95
Recursos líquidos gerados (consumidos) nas atividades operacionais	(19.210)	18.649
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado e intangível	(1.378)	(254)
Recursos líquido consumido nas atividades de investimentos	(1.378)	(254)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
(Aumento)/diminuição de mutuo com partes relacionadas	1.288	(2.209)
Empréstimo contraidos/(pagos)	5.576	(1.051)
Recursos líquido gerado (consumidos) nas atividades de financiamentos	6.864	(3.260)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(13.724)**	**15.135**
Demonstração das variações:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.338	203
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**1.614**	**15.338**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(13.724)**	**15.135**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto Operacional - Constituída em 03 de julho de 2019, a Companhia tem como principais objetivos as atividades de projetos de engenharia industrial em geral, incluindo elaboração e desenvolvimento de projeto básico e executivo, construção, montagem e manutenção de plantas e instalações industriais, fabricação e montagem de embarcações e unidades assemelhadas e respectivos equipamentos, bem como conversão, manutenção, reparos e reformas (incluindo conversão de embarcações e unidades assemelhadas), fabricação de artefatos de cimento, ferro e aço, inclusive com a aquisição e aplicação de materiais de construção e equipamentos, construção civil pesada, entre as quais usinas e barragens, metrovias e ferrovias, portos, canais, retificação de rios e aprofundamento de suas calhas, aeroportos, rodovias, pontes e viadutos, sistemas viários urbanos, edificações, saneamento, dutos e linhas de transmissão. **2 - Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e pronunciamentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. **b. Estimativas contábeis -** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos elementos das demonstrações. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. c. **Elaboração -** Em 2025 e 2024, a Companhia não apresentou resultados abrangentes, motivo pelo qual não está sendo apresentada essa demonstração. Em 26 de fevereiro de 2026, a Diretoria da Companhia aprovou estas demonstrações financeiras e autorizou a sua divulgação. **3 - Resumo das Principais Políticas Contábeis -** As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras são **a. Caixa e equivalentes de caixa -** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, as aplicações financeiras normalmente se qualificam como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação e as características quanto ao risco e remuneração são similares **b. Contas a receber de clientes -** As contas a receber de clientes estão apresentadas ao valor contábil dos serviços já faturados e os direitos de serviços a faturar, não sendo aplicável o ajuste a valor presenta. A Administração, fundamentada em análise dos históricos de perdas, constitui provisões para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização, quando necessário. As provisões são constituídas pelos montantes considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas, observando a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. **c. Estoques -** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do Custo Médio de aquisição e inclui gastos incorridos pela aquisição dos estoques, custos de produção e transformação e outros incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. **d. Imobilizado -** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e peras de redução ao valor recuperável (Impairment) acumuladas. Os custos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo A depreciação é realizada pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. **e. Intangível -** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. A visa útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. O saldo do ativo intangível está composto pelo valor do Acervo Técnico correspondente aos Certificados de Atestado Técnico. f. **Provisão para férias -** Estão provisionadas integralmente pela parte vencida e proporcional a vencer, inclusive com os respectivos encargos até a data do balanço. **g. Provisões -** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado **h. Reconhecimento de receitas -** O reconhecimento da receita é realizado: (i) para os contratos por preço global ou unitário o estágio de execução (stage of completion) do contrato, usualmente denominado como método da porcentagem completada (por esse método, a receita contratual é reconhecida com base na evolução física do trabalho contratado. Esse método proporciona informação útil sobre a extensão da atividade e do desempenho contratual, ao longo do período); e (ii) para os contratos por permanência de recursos para execução de obras, pela medição dos serviços prestados. i. **Tributação - Imposto de renda e contribuição social -** A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no regime de Lucro real. A base de cálculo compreende o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL"). O imposto de renda é computado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para o excedente de R$ 240 anual, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis e são determinados usando alíquotas de imposto (base a legislação fiscal) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. Outros impostos As receitas de serviços estão sujeitas à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta ("CPRB"), ao Imposto Sobre Serviços ("ISS"), segundo as alíquotas vigentes em cada região, à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), conforme legislação vigente, e são apresentadas como deduções das receitas no resultado do exercício. As receitas de revendas estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias ("ICMS") e quando aplicável ao Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI"), e também à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS").

4 -Clientes -

	2025	2024
Clientes Nacionais–Obras	3.132	1.048
Direitos a Faturar	69.644	35.645
	72.776	36.693

A conta de Direitos a faturar está representada por reivindicação de ressarcimento dos custos incorridos nos contratos junto à clientes, amparado nas condições contratuais e na avaliação jurídica de nossos advogados. **5 - Partes Relacionadas -** Representados por operações entre empresas do grupo, mantido o registro pelo valor de custo, sem atualização monetária e prazo de vencimento.

Empresas	**Ativo** 2025	2024
UTC Participações S.A.	48.887	50.188
Cobrazil S.A.	3.522	3.502
	52.409	53.690

Empresas	**Passivo** 2025	2024
Constran S.A Construções e Comercio	1.317	1.310
	1.317	1.310

6 - Intangível - O intangível está basicamente composto pelo valor do Acervo Técnico correspondente aos Certificados de Atestado Técnico - CAT, do período de 1982-2011, referentes a obras de aeroportos, complexos industriais (alimentícia, celulose e papel, farmacêutica, fertilizantes e vidros); energia (elétrica e nuclear); gases industriais, mineração, óleo e gás, química e petroquímica; saneamento, e siderurgia, saneamento e portuárias. A avaliação dos acervos técnicos foi estabelecida a partir do Valor Econômico da Empresa, pelo método do fluxo de caixa descontado. Referidos estudos foram elaborados por empresa de avaliação independente que apurou o valor de R$ 73.358, o qual foi utilizado para aumento de capital da Companhia por sua controladora.

	2025	2024
Acervo técnico	73.358	73.358
Software	10	-
(-) Amortização acumulada	(2)	-
Total	73.366	73.358

Corrente	2025
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(302)
Adições	
Brindes	15
Despesas Indedutíveis	42
Impostos s/ Medições	5.476
Exclusões	
Receitas de Medições	(2.835)
Receitas de Pleitos junto à clientes	(42.261)
Reversão de Provisão (Contingência)	(1.412)
Base fiscal / Prejuízo fiscal em 2025	**(41.277)**

Diferido	2025
Ativo:	
Base negativa e prejuízo fiscal anos anteriores	32.307
Base negativa e prejuízo fiscal 2025	41.277
	73.584
Passivo:	
Pleitos junto a clientes (a)	(42.261)
Base líquida acumulada	31.323
Alíquota	34%
IRPJ e CSLL diferidos	**10.650**

(a) Refere-se a reivindicação de ressarcimento dos custos incorridos nos contratos junto à clientes. (vide nota 4). **8 - Empréstimos e Financiamentos -** O saldo de 2025 está representado por empréstimos para capital de giro junto a instituições financeiras, com remuneração do CDI + 0,7% a.m., com vencimentos finais até o final do exercício de 2026.

9 - Obrigações Trabalhistas, Sociais e Tributarias -	2025	2024
Transação Tributária Individual – Lei 14.375/22	2.237	1.945
PIS	619	317
COFINS	2.935	1.486
ISS	4.605	1.825
ICMS	446	442
CPRB	2.857	2.220
IRRF	1.100	2.071
INSS	2.368	1.947
FGTS	468	671
Salários a pagar	1.304	1.615
Parcelamentos ordinários	31.376	16.214
Outros impostos	666	402
	50.981	31.155
Curto Prazo	**28.662**	**14.874**
Longo Prazo	**22.319**	**16.281**

Em fevereiro de 2024, A Sociedade, juntamente com outras empresas do Grupo UTC assinaram o Termo de Transação Tributária Individual com a PGFN, nos termos da lei 14.375/22 e Portaria PGFN 6.757/22. Para a Sociedade, os descontos obtidos de acordo com as prerrogativas da referida lei foram de aproximadamente 19%. Sobre o saldo após os descontos, foram abatidos ainda 70%, com créditos de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. A redução total da dívida tributária transacionada foi de R$ 16.408. O saldo a pagar será pago em até 84 parcelas, a depender da natureza do tributo. **10 - Adiantamento de Clientes -** Refere-se a adiantamentos efetuados pela CEMIG Distribuição S.A. para cobrir custos de mobilização relacionados aos contratos de prestação de serviços celebrados em outubro de 2024. Os referidos adiantamentos são deduzidos dos faturamentos mensais ao longo do prazo contratual de 42 meses, com início dos abatimentos previsto para o mês de maio de 2025. **11 -Patrimônio Líquido -** O Capital Social é de R$ 120.083, representado por 120.083.079 ações ordinárias nominativas no valor nominal de R$ 1,00 cada, totalmente subscrito e integralizado.

12 - Receita Operacional Liquida–	2025	2024
Mercado interno	124.621	126.916
Impostos e abatimentos	(15.103)	(16.655)
Receita operacional líquida	**109.517**	**110.261**

13 - Demonstração do Resultado por Natureza	2025	2024
Custo das vendas e dos serviços prestados	(92.658)	(109.058)
Despesas administrativas	(8.191)	(4.639)
Total	**(100.849)**	**(113.697)**

	2025	2024
Despesas com pessoal	(65.016)	(66.250)
Custos com material de aplicação e revenda	(5.133)	(5.993)
Custos dos serviços de terceiros e subempreiteira	(26.780)	(39.978)
Outros custos e despesas	(3.919)	(1.476)
Total	**(100.849)**	**(113.697)**

Em 2024, os custos de algumas obras foram impactados pela postergação de prazos devido ao atraso na entrega de projetos e materiais por parte dos clientes, o que afetou a produtividade da mão de obra direta e indireta e, consequentemente, a apuração da margem bruta do exercício.

14 -Resultado Financeiro, Líquido–	2025	2024
Receitas		
Aplicações financeiras	206	86
Descontos Obtidos	144	59
Outras Receitas Financeiras	68	-
	418	145
Despesas		
Multas–juros pagos (a)	(7.795)	(6.379)
Multas–juros pagos – parcelamento tributário	(1.984)	(4.717)
Despesas bancárias	(71)	(721)
Outros juros incorridos	(1.405)	(1.891)
	(11.255)	(13.708)
	(10.837)	**(13.563)**

(a)Refere-se aos encargos sobre empréstimos contraídos para o capital de giro da Companhia. Vide Nota 8. **15 - Avaliação de Risco de Negócio -** Considerando a natureza das operações da Companhia, o principal fator de risco de mercado que pode vir a afetar os seus negócios é o risco de crédito, o qual se refere principalmente aos recursos mantidos como caixa e equivalentes de caixa, como também às contas a receber. Todas as operações são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. Pelo fato das contas a receber serem concentradas substancialmente em clientes com reputação e solidez reconhecidas no mercado, a Administração da Companhia não espera enfrentar dificuldades de realização dos valores em questão. Em 31 de dezembro de 2025, não existem valores relevantes atrelados em moeda estrangeiras que pudessem ensejar risco de taxa de câmbio nas operações da Companhia. **16 - Cobertura de Seguros (não auditados) -** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Na opinião da Administração, todos os ativos e as responsabilidades de valores relevantes e de alto risco estão cobertos por seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. **17 - Eventos Subsequentes -** A Sociedade avaliou os acontecimentos entre a data base das presentes demonstrações financeiras e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.

Relatório da Administração

Aos Acionistas e Diretores da - COBRAZIL CONSTRUÇÕES S.A. - São Paulo – SP Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da COBRAZIL CONSTRUÇÕES S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COBRAZIL CONSTRUÇÕES S.A, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases - 1 – Contas a receber -** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4, no saldo de direitos a faturar, encontra-se registrado o montante de R$ 66.810 mil, referente à recomposição de custos incorridos a maior pela Companhia na prestação de serviços. Esse valor decorre, principalmente, de serviços adicionais realizados (aditivos contratuais) ainda não faturados ou recebidos, bem como de atualizações monetárias relacionadas aos respectivos contratos. Tais créditos encontram-se em processo de análise e negociação junto aos clientes, e sua realização depende do desfecho dessas tratativas. Dessa forma, a realização desses ativos está sujeita a eventos e decisões futuras que podem resultar em efeitos distintos daqueles atualmente considerados pela Administração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **2 – Transação com partes relacionadas -** Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 5 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém transações relevantes com partes relacionadas, realizadas em condições pactuadas entre as partes, as quais não contemplam incidência de encargos financeiros nem prazos definidos de vencimento para determinados saldos. Essas operações apresentam condições distintas daquelas que seriam estabelecidas em transações realizadas com partes independentes. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023** As demonstrações financeiras da COBRAZIL CONSTRUÇÕES S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas. Sobre essas demonstrações, emitimos o relatório dos auditores, datado de 10 de fevereiro de 2025, o qual contém os mesmos assuntos mencionados anteriormente. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.

Mário Vieira Lopes - Contador - CRC- RJ 060.611/O-0

José Carlos de Almeida Martins - Contador - CRC- RJ 036.737-0

Pet Center Comércio e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.328.118/0001-09 | Companhia Aberta — petz.com.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	104.937	53.558	122.832	76.559
Aplicações financeiras	4	439.145	281.944	439.145	281.944
Contas a receber	5	357.796	349.743	382.304	386.664
Estoques	6	448.287	461.861	454.178	473.207
Impostos e contribuições a recuperar	7	89.362	112.534	89.729	113.153
IRPJ e CSLL a recuperar	7	19.677	11.175	19.810	11.179
Outros créditos		35.416	37.013	40.120	35.285
Total do ativo circulante		**1.494.620**	**1.307.828**	**1.548.118**	**1.377.991**
Não circulante					
Outros créditos	17	42.100	36.982	45.720	39.857
Impostos e contribuições a recuperar	7	3.827	5.060	3.827	5.060
Instrumentos derivativos	15	3.226	20.346	3.226	20.346
IRPJ e CSLL diferidos	8	116.245	114.039	116.245	114.039
Investimentos	9	80.024	87.442	–	–
Imobilizado	10	1.498.719	1.617.466	1.517.353	1.636.093
Intangível	11	650.861	652.362	698.349	702.073
Total do ativo não circulante		**2.395.002**	**2.533.697**	**2.384.720**	**2.517.468**
Total do ativo		**3.889.622**	**3.841.525**	**3.932.838**	**3.895.459**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Fornecedores	12	431.644	381.169	448.666	408.843
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	83.288	51.453	93.755	63.096
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13	104.707	88.933	106.871	91.075
Obrigações tributárias	14	67.642	57.218	69.556	58.179
IRPJ e CSLL a recolher	14	–	–	–	825
Arrendamento a pagar	23	154.585	149.697	154.585	149.697
Contas a pagar		36.239	47.381	38.912	48.096
Dividendos a pagar		117	134	117	134
Contas a pagar pela aquisição de controladas	9	152.859	2.953	152.859	2.953
Programa de fidelização	16	1.050	1.063	1.050	1.063
Total do passivo circulante		**1.032.131**	**780.001**	**1.066.371**	**823.961**
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	310.748	403.490	310.748	404.369
Arrendamento a pagar	23	823.215	867.883	823.215	867.883
Contas a pagar pela aquisição de controladas	9	3.239	113.996	3.239	113.996
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	17	12.035	14.469	21.011	23.564
Total do passivo não circulante		**1.149.237**	**1.399.838**	**1.158.213**	**1.409.812**
Total passivo		**2.181.368**	**2.179.839**	**2.224.584**	**2.233.773**
Patrimônio líquido					
Capital social	18.1	1.725.655	1.725.427	1.725.655	1.725.427
Reserva de capital	18.2	39.505	39.505	39.505	39.505
Reserva para opção outorgadas	18.4	90.818	83.568	90.818	83.568
Ações em tesouraria	18.5	(62.068)	(62.068)	(62.068)	(62.068)
Reserva especial de ágio		24.825	24.825	24.825	24.825
Ajuste de avaliação patrimonial		(129.581)	(128.629)	(129.581)	(128.629)
Reservas de lucros		21.814	21.814	21.814	21.814
Prejuízos acumulados		(2.714)	(42.756)	(2.714)	(42.756)
Total do patrimônio líquido		**1.708.254**	**1.661.686**	**1.708.254**	**1.661.686**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**3.889.622**	**3.841.525**	**3.932.838**	**3.895.459**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital social: Subscrito e integralizado	Reservas de Capital: Reserva especial de ágio	Reservas de Capital: Reserva de capital	Reserva para opções outorgadas	Ações em tesouraria	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de Lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2023		**1.725.427**	**24.825**	**39.505**	**58.984**	**(62.068)**	**12.869**	**138.945**	**(129.594)**	**–**	**1.808.893**
Opções outorgadas reconhecidas		–	–	–	24.584	–	–	–	–	–	24.584
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	–	–	–	–	(42.756)	(42.756)
Dividendos		–	–	–	–	–	–	(130.000)	–	–	(130.000)
Ajuste acumulado de conversão		–	–	–	–	–	–	–	965	–	965
Saldos em 31/12/2024		**1.725.427**	**24.825**	**39.505**	**83.568**	**(62.068)**	**12.869**	**8.945**	**(128.629)**	**(42.756)**	**1.661.686**
Saldos em 31/12/2024		**1.725.427**	**24.825**	**39.505**	**83.568**	**(62.068)**	**12.869**	**8.945**	**(128.629)**	**(42.756)**	**1.661.686**
Aumento de capital	18.1	228	–	–	–	–	–	–	–	–	228
Opções outorgadas reconhecidas	18.4	–	–	–	7.250	–	–	–	–	–	7.250
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	–	40.042	40.042
Ajuste acumulado de conversão	9.2	–	–	–	–	–	–	–	(952)	–	(952)
Saldos em 31/12/2025		**1.725.655**	**24.825**	**39.505**	**90.818**	**(62.068)**	**12.869**	**8.945**	**(129.581)**	**(2.714)**	**1.708.254**

Demonstrações do Resultado

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita operacional líquida	20	**3.535.489**	**3.241.692**	**3.586.622**	**3.322.608**
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	21	(1.884.541)	(1.732.786)	(1.900.870)	(1.763.310)
Lucro bruto		**1.650.948**	**1.508.906**	**1.685.752**	**1.559.298**
Despesas operacionais					
Com vendas	21	(1.103.958)	(1.022.081)	(1.109.612)	(1.033.141)
Gerais e administrativas	21	(347.973)	(320.953)	(370.179)	(345.965)
Outras despesas operacionais, líquidas	21	(46.548)	(55.523)	(53.734)	(61.810)
Perda por *impairment*	9.5	–	(55.393)	–	(55.393)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(7.436)	(1.803)	–	–
Lucro antes do resultado financeiro		**145.033**	**53.153**	**152.227**	**62.989**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	22	114.176	83.462	116.424	84.884
Despesas financeiras	22	(216.717)	(223.108)	(225.131)	(231.587)
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL		**42.492**	**(86.493)**	**43.520**	**(83.714)**
IRPJ e CSLL					
Corrente	8	(4.656)	4.429	(5.684)	1.650
Diferido	8	2.206	39.308	2.206	39.308
		(2.450)	**43.737**	**(3.478)**	**40.958**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**40.042**	**(42.756)**	**40.042**	**(42.756)**
Lucro (prejuízo) líquido por ação – R$					
Básico	25	0,08876	(0,09244)	0,08876	(0,09244)
Diluído	25	0,08876	(0,09244)	0,08876	(0,09244)

Demonstrações do Resultado Abrangente

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**40.042**	**(42.756)**	**40.042**	**(42.756)**
Ajuste acumulado de conversão (nota explicativa nº 9.2)	(952)	965	(952)	965
Resultado abrangente total	**39.090**	**(41.791)**	**39.090**	**(41.791)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL		**42.492**	**(86.493)**	**43.520**	**(83.714)**
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	10 e 11	190.047	174.223	195.141	180.967
Depreciação – direito de uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	23	174.542	162.296	174.542	162.830
Despesa de juros – direito de uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	23	100.252	99.937	100.252	100.003
Opções outorgadas reconhecidas	18.4	7.250	24.584	7.250	24.584
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	15	48.076	42.860	50.260	45.656
Variação cambial sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	15	(27.423)	54.020	(27.423)	54.020
Instrumentos derivativos		23.076	(24.039)	23.076	(24.039)
Baixa do imobilizado e intangível	10 e 11	270	166	459	5.123
Perda por *impairment*	9.5	–	55.393	–	55.393
Baixa líquida de direito de uso e passivo de arrendamento (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	23	(507)	(65)	(507)	(65)
Programa de fidelização	16	(13)	134	(13)	134
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	17	(2.434)	1.363	(2.552)	1.314
Provisão para perdas nos estoques	6	(90)	(73)	(90)	(385)
Atualização de contas a pagar por aquisição de empresas	9	20.004	10.456	20.004	10.456
Depreciação de reembolso de benfeitorias		(218)	(230)	(218)	(230)
Resultado de equivalência patrimonial	9	7.436	1.803	–	–
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		(6.942)	(3.688)	5.369	(16.846)
Estoques		13.665	(34.940)	13.170	(31.313)
Impostos e contribuições a recuperar		13.085	27.023	13.208	34.967
Outros créditos		171	(13.122)	(1.056)	(15.669)
Fornecedores		53.907	(9.365)	43.357	6.367
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		15.774	8.662	15.803	6.505
Obrigações tributárias		5.620	9.238	6.573	8.030
Contas a pagar		10.332	27.820	10.984	32.934
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**688.372**	**527.963**	**691.109**	**557.022**
IRPJ e CSLL pagos		(1.837)	(642)	(3.690)	(3.044)
Juros pagos sobre direito de uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	23	(43.153)	(39.544)	(43.153)	(39.582)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		(54.182)	(52.491)	(56.354)	(53.854)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**589.200**	**435.286**	**587.912**	**460.542**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado e intangível	10.4	(124.611)	(164.126)	(127.710)	(164.397)
Adição em investimentos – aquisição de controladas	9	(3.084)	(4.419)	(3.084)	(4.419)
Caixa de abertura das controladas incorporadas		–	5.729	–	–
Aplicações financeiras		(157.201)	88.286	(157.201)	88.286
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(284.896)**	**(74.530)**	**(287.995)**	**(80.530)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de empréstimos e financiamentos	15	(33.333)	(23.531)	(34.709)	(24.309)
Captação de empréstimos e financiamentos	15	–	–	657	–
Pagamento de direito de uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	23	(219.803)	(201.406)	(219.803)	(201.599)
Aumento de capital	18.1	228	–	228	–
Custos de transação na emissão de ações pagos		–	–	–	–
Pgto. de dividendos e juros sobre o capital próprio		(17)	(133.770)	(17)	(133.770)
Caixa líq. consumido pelas ativid. de financiamento		**(252.925)**	**(358.707)**	**(253.644)**	**(359.678)**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		**51.379**	**2.049**	**46.273**	**20.334**
Saldo no início do período		53.558	51.509	76.559	56.225
Saldo no fim do período		104.937	53.558	122.832	76.559

Demonstrações do Valor Adicionado

Receitas	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Vendas de mercadorias e serviços	20	4.203.788	3.857.389	4.301.326	3.988.221
Outras receitas		3.014	2.376	4.927	4.992
		4.206.802	**3.859.765**	**4.306.253**	**3.993.213**
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados		(2.242.424)	(2.093.648)	(2.268.515)	(2.124.173)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(567.960)	(506.310)	(581.827)	(534.805)
Perda por *impairment*	9.5	–	(55.393)	–	(55.393)
		(2.810.384)	**(2.655.351)**	**(2.850.342)**	**(2.714.371)**
Valor adicionado bruto		**1.396.418**	**1.204.414**	**1.455.911**	**1.278.842**
Depreciação e amortização	10, 11 e 23	(364.588)	(336.519)	(369.617)	(342.543)
Valor adicionado líquido produzido pela sociedade		**1.031.830**	**867.895**	**1.086.294**	**936.299**
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial		(7.436)	(1.803)	–	(1.185)
Receitas financeiras	22	114.176	83.462	116.424	84.885
		106.740	**81.659**	**116.424**	**83.700**
Valor adicionado total a distribuir		**1.138.570**	**949.554**	**1.202.718**	**1.019.999**
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal:					
Remuneração direta		361.754	313.146	368.007	319.771
Benefícios		91.249	80.908	92.270	82.309
Fgts		28.234	27.349	28.387	27.547
Pagamentos baseados em ações	21	7.250	24.584	7.250	24.584
		488.487	**445.987**	**495.914**	**454.211**
Impostos, taxas e contribuições:					
Estaduais		231.223	206.741	259.308	236.522
Municipais		4.230	3.792	4.230	4.075
Federais:					
Indiretos		135.777	137.234	154.971	158.133
IRPJ e CSLL		2.450	(43.737)	3.478	(40.958)
		373.680	**304.030**	**421.987**	**357.772**
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros	22	216.717	223.108	225.131	231.587
Aluguéis		19.644	19.185	19.644	19.185
		236.361	**242.293**	**244.775**	**250.772**
Remuneração de capitais próprios:					
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		40.042	(42.756)	40.042	(42.756)
		40.042	**(42.756)**	**40.042**	**(42.756)**
Valor adicionado distribuído		**1.138.570**	**949.554**	**1.202.718**	**1.019.999**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Pet Center Comércio e Participações S.A. ("Companhia" ou "Petz") possui sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Miguel Paulo Capalbo, 135, e tem como atividade principal a comercialização de artigos para pets, como alimentos, medicamentos, itens de higiene & limpeza e acessórios por meio de sua rede de lojas "Petz". A Companhia presta serviços na área veterinária através da marca "Seres" e de embelezamento animal, e também comercializa pequenos animais de estimação. Em 31/12/2025, a Companhia possuía 265 lojas (262 em 31/12/2024), 128 centros veterinários (130 em 31/12/2024), incluindo 15 hospitais (15 em 31/12/2024), 4 centros de distribuição (4 em 31/12/2024), 1 atacado Pet, 2 lojas Zee Now, e as plataformas digitais website "www.petz.com.br" e aplicativo Petz, além das parcerias com "market places" e "super app". Em 11/09/2020 foi concluída a Oferta Pública de Ações inicial da Companhia, passando esta a ser listada na B3 sob o código PETZ3, e em 22/11/2021 foi concluída uma segunda Oferta Pública de Ações (vide composição acionária em 31/12/2025 na nota explicativa nº 18.1). O montante ingressado na Companhia pelas ofertas primárias acima mencionadas reforçou o caixa e tem sido utilizado na expansão de lojas e hospitais, além de investimentos em Tecnologia e Digital e aquisição de empresas. A partir do segundo semestre de 2021 a Companhia realizou seus primeiros movimentos inorgânicos na jornada de criação de valor de longo prazo para os *stakeholders* da Petz, com a aquisição de 100% do capital social das empresas abaixo, que passaram a ser controladas pela Companhia e incluídas nas suas demonstrações financeiras: Cansei de Ser Gato Serviços de Produção de Conteúdo Ltda. ("CDSG") **:** Plataforma digital de conteúdo e produtos exclusivos para gatos, atuando principalmente com a criação e venda de produtos para a categoria e criação de conteúdo para propaganda e publicidade e engajamento do público. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 24/04/2023, foi aprovada a incorporação da CDSG pela Companhia, com sua consequente extinção após esta data. Cão Cidadão Administração de Franchising Ltda. ("Cão Cidadão") **:** Plataforma de adestramento e de prestação de serviços de consultoria sobre comportamento e bem-estar dos pets, atuando principalmente através da capacitação de treinadores franqueados. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30/04/2024, foi aprovada a incorporação da Cão Cidadão pela Companhia, com sua consequente extinção após esta data. Zee Dog S.A. ("Zee.Dog") **:** Plataforma pet que atua em (i) "branding", produto e tecnologia, (ii) diversificação de canais, (iii) presença global e (iv) time de empreendedores com *mindset* de inovação, atuando principalmente com a criação e venda de produtos exclusivos e diferenciados para o mercado pet e venda de produtos através de seu aplicativo de entregas Zee.Now, exclusivo para o segmento. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30/04/2024, foi aprovada a incorporação da Zee.Dog pela Companhia, com sua consequente extinção após esta data. Com a incorporação, a Petz passou a ser controladora direta com 100% de participação das empresas Zee Dog LLC, Shenzhen ZeeDog Technology Co., Ltd. (investimento alienado em 19 de junho, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.2) e Zee.Dog, BV (em conjunto, "Estrangeiras Zee"), antigas subsidiárias da Zee.Dog usadas para operacionalização das operações no exterior. Selected Participações S.A. ("Petix") **:** Empresa que atua principalmente com a industrialização e comercialização de tapetes higiênicos no mercado Pet, sendo sua principal marca SuperSecão. **Combinação de negócios:** Em 10/12/2025 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), através do Ato de Concentração nº 08700.009264/2024-29, aprovou a fusão entre União Pet Participações S.A. ("União Pet"), anteriormente denominada Cobasi Comércio de Produtos Básicos e Industrializados S.A. ("Cobasi"), e Petz, nos termos do Acordo de Associação e do Protocolo de Justificação. O Ato de Concentração foi aprovado mediante a celebração do Acordo em Controle de Concentrações ("ACC") pela Companhia, a Cobasi e o CADE. Com a aprovação do CADE, foi implementado o processo de formalização da reestruturação societária previamente aprovada, cujos efeitos estavam condicionados à aprovação do CADE e, consequentemente, ao fechamento da operação. Em decorrência desta aprovação e das condições suspensivas estabelecidas no Acordo de Associação e do Protocolo de Justificação, em 02/01/2026 foi assinado o "Termo de Fechamento", e a Petz passou a ser subsidiária integral da União Pet, consequentemente deixando de ser listada na B3. Maiores detalhes sobre a Operação de Combinação de negócios são evidenciados na nota explicativa nº 27 - Eventos subsequentes. **2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS : 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standard Board – IASB" e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). A Administração da Companhia afirma que aplicou a orientação técnica OCPC 7 (R1), aprovada pela Deliberação CVM nº 189/23, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento. Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 26/03/2026 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes demonstrações financeiras da Companhia. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens abaixo: · Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; · Instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo; · Pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio mensurados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) - Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. **2.3. Continuidade operacional:** A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, a Companhia continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. **2.4. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em reais (R$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera. **2.5. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar tanto o exercício corrente presente quanto os exercícios futuros. As principais estimativas e julgamentos aplicado pela Administração estão divulgados nas seguintes notas explicativas:

Descrição	Nota
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	5
Perda estimada em estoque	6
Realização do IRPJ e CSLL diferidos	8
Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios	9
Análise do valor recuperável ("impairment") do ativo imobilizado e do ativo intangível	10 e 11
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	17
Direito de uso locação de imóveis (Arrendamento – CPC 06 (R2)/IFRS 16)	23

2.6. Políticas contábeis materiais: As principais políticas e práticas contábeis materiais usadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas e resumidas abaixo e nas respectivas notas explicativas, e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios. **2.6.1. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso tais evidências estejam presentes, estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment"). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs), que, no caso da Companhia, representam cada uma de suas lojas. A Companhia não identificou fatores internos e externos que levassem à necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. **2.6.2. Consolidação:** As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas diretas. As informações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas em 31/12/2025. A Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida, ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de conduzir as atividades da investida. • Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida. • A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados. Quando necessário, são efetuados ajustes nas informações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre empresas do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Nas informações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **3. Novas normas e interpretação ainda não efetivas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 01/01/2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis :** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 01/01/2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: · As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de IRPJ. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. · As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. · Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. **Outras Normas Contábeis :** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia: · Contratos de eletricidade relacionados á natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7) · Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7) **4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA e aplicações financeiraS : 4.1. Política contábil:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa são aquelas que possuem data de vencimento superior a 90 dias ou que foram oferecidos como garantia. **4.2. Composição de caixa e equivalente de caixa:**

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Caixa e bancos	8.037	6.258	14.410	13.736
Aplicações financeiras (*)	96.900	47.300	108.422	62.823
Total	**104.937**	**53.558**	**122.832**	**76.559**

(*) Representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e remunerados a uma taxa média de 101,7% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31/12/2025 (101,8% em 31 dezembro de 2024). **4.3. Aplicações financeiras:**

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Certificados de Depósito Bancário – CDBs	439.145	281.944	439.145	281.944
Total	**439.145**	**281.944**	**439.145**	**281.944**

5. CONTAS A RECEBER: 5.1. Política contábil: As contas a receber são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para perdas esperadas. Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. As vendas efetuadas pela Companhia são substancialmente à vista e podem ser parceladas pelos clientes em até dez vezes por meio dos cartões de crédito conveniados, sendo o preço praticado nas vendas a prazo o mesmo praticado nas vendas à vista. **5.2. Composição:**

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Operadoras de cartões (*)	332.396	328.593	332.396	328.593
Duplicatas a receber	25.400	21.150	49.908	58.071
Total	**357.796**	**349.743**	**382.304**	**386.664**

continua ☛

continuação ☛

Pet Center Comércio e Participações S.A.

(*) Apresentadas líquidas das taxas de administração por elas cobradas. O prazo médio de recebimento das contas a receber, representado substancialmente por operadoras de cartões, é de 30 dias em 31/12/2025 (33 dias em 31/12/2024). A exposição máxima ao risco de crédito nas datas dos balanços é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento dos títulos a receber, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Vencidos (*)	3.231	2.319	6.814	2.319
A vencer:				
De 1 a 30 dias	241.768	222.986	256.498	259.907
De 31 a 60 dias	65.264	72.686	66.111	72.686
De 61 a 90 dias	35.121	27.448	37.457	27.448
Acima de 90 dias	12.412	24.304	15.424	24.304
Total	**357.796**	**349.743**	**382.304**	**386.664**

(*) Líquido de provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa no valor de R$786 em 31/12/2025 (R$731 em 31/12/2024). **6. ESTOQUES: 6.1. Política contábil:** Registrados pelo custo de aquisição, incluindo tributos não recuperáveis, custos de transportes e demais custos necessários para trazer os estoques às suas condições atuais. Os estoques são valorizados ao custo médio ponderado e deduzidos das perdas estimadas na data das transações quando aplicável, incluindo a análise de produtos vencidos, provisão de obsolescência para itens sem giro há mais de 180 dias e provisão de avarias identificadas, mas ainda não baixadas. **6.2. Composição:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Mercadorias para revenda	444.769	451.568	450.660	462.914
Adiantamento de importação	3.742	10.619	3.742	10.619
Outros	24	13	24	13
	448.535	462.200	454.426	473.546
Provisão para perdas	(248)	(339)	(248)	(339)
Total	**448.287**	**461.861**	**454.178**	**473.207**

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – Substituição Tributária ICMS ST (a)	78.835	103.191	78.835	103.472
Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	4.834	1.615	4.834	1.615
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	–	425	367	762
Outros	9.520	12.363	9.520	12.364
Total	**93.189**	**117.594**	**93.556**	**118.213**
Circulante	89.362	112.534	89.729	113.153
Não circulante	3.827	5.060	3.827	5.060
IRPJ e CSLL a recuperar	19.677	11.175	19.810	11.179

(a) Refere-se a créditos de ICMS e ICMS-ST, como parte substancial dos impostos a recuperar e classificados no ativo circulante, os quais serão realizados em um período médio de 12 meses. **8. IRPJ E CSLL: 8.1. Política contábil:** A despesa com IRPJ Pessoa Jurídica - IRPJ e CSLL sobre o Lucro Líquido - CSLL representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Impostos correntes**:** A provisão para IRPJ e CSLL está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A alíquota de IRPJ é de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240, e a da CSLL é de 9% sobre o lucro tributável, conforme legislação tributária vigente. Impostos diferidos**:** O IRPJ e a CSLL diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim do exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, quando aplicável. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado. **8.2. Composição:**

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Arrendamentos Operacionais (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	170.180	170.180	156.182	156.182
Provisão de participação nos lucros e resultados	40.548	40.548	27.159	27.159
Programa de fidelização	1.050	1.050	1.063	1.063
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	12.035	12.035	14.469	14.469
Provisão para perdas nos estoques	248	248	339	339
Plano de opção de compra de ações	90.818	90.818	83.568	83.568
Provisão de parcela a pagar referente às adquiridas	40.665	40.665	18.436	18.436
Ajuste a valor justo de provisão de parcelas a pagar referentes às adquiridas	(16.514)	(16.514)	(16.514)	(16.514)
Perda por *impairment*	55.393	55.393	55.393	55.393
Amortização fiscal de ágio	(56.647)	(56.647)	(23.199)	(23.199)
Variação cambial e valor justo de instrumentos derivativos	8.891	8.891	19.948	19.948
Outras diferenças temporárias	(4.771)	(4.771)	(1.435)	(1.435)
Total	**341.896**	**341.896**	**335.409**	**335.409**
Alíquotas nominais ponderadas	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL diferidos ativos	85.474	30.771	83.852	30.187
Total		**116.245**		**114.039**

8.3. Análise da alíquota efetiva do IRPJ e da CSLL: A conciliação entre a despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e a despesa de IRPJ e CSLL debitada no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	42.492	(86.493)
Alíquota nominal – %	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal	(14.447)	29.408
Diferenças permanentes:		
Resultado de equivalência patrimonial	(2.528)	(613)
Lei do Bem	13.851	11.084
Outras adições e exclusões, líquidas	674	3.858
Receita (despesa) de IRPJ e CSLL no resultado do exercício	(2.450)	43.737
Corrente	(4.656)	4.429
Diferido	2.206	39.308
	(2.450)	**43.737**
Alíquota efetiva	–5,8%	–50,6%

O montante da despesa de IRPJ e CSLL consolidado do exercício findo em 31/12/2025 é de R$3.478 (receita de R$40.958 no exercício findo em 31/12/2024), e é composto por R$2.450 de despesa da controladora (receita de R$43.737 no exercício findo em 31/12/2024), conforme conciliação acima, e R$1.028 de despesa da controlada Petix (R$22 de despesa da controlada Cão Cidadão, que foi apurada pelo método do lucro presumido, e R$2.757 de despesa da controlada Petix, que foi apurada pelo método do lucro real no exercício findo em 31/12/2024). **9. Investimentos: 9.1. Política contábil:** Investimentos em controladas**:** Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, a partir da data de controle. Combinação de negócios**:** As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método da aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos incorridos pela Companhia na data da aquisição, em relação aos antigos controladores da entidade adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Na data da aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: · Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios aos empregados, que são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 (CPC 32) - Tributos sobre o Lucro e IAS 19 (CPC 33) - Benefícios a Empregados, respectivamente. · Passivos ou intrumentos patrimoniais relacionados a acordo de pagamento baseados em ações da entidade adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações do Grupo celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da entidade adquirida, são mensurados de acordo com a IFRS 2 (CPC 10 - R1) - Pagamentos Baseados em Ações, na data da aquisição. · Ativos classificados como mantidos para venda conforme IFRS 5 (CPC 31) - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas são mensurados conforme essa norma. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida (se houver) sobre os valores líquidos na data da aquisição dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos identificáveis. Se, após a reavaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos identificáveis na data da aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida (se houver), o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho por compra vantajosa. Quando a contraprestação transferida em uma combinação de negócios inclui um acordo de contraprestação contingente, essa contraprestação é mensurada pelo valor justo na data da aquisição e incluída no valor da contraprestação transferida. As variações no valor justo da contraprestação contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com reflexos na apuração do ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o "período de mensuração" (não superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição. A contabilização subsequente das variações no valor justo da contraprestação contingente não classificadas como ajustes do "período de mensuração" depende da forma de classificação da contraprestação contingente. A contraprestação contingente classificada como patrimônio líquido não é remensurada nas datas de relatórios subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio líquido. Outras contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo nas datas de relatórios subsequentes e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado. Nas combinações de negócios realizadas em etapas, a participação anteriormente detida na entidade adquirida é remensurada ao seu valor justo na data de aquisição e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na entidade adquirida antes da data de aquisição, anteriormente reconhecido em "outros resultados abrangentes", são reclassificados no resultado, na mesma medida em que esse tratamento seja adequado, caso essa participação tivesse sido alienada. Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do exercício no qual essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o "período de mensuração" ou os ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas, relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, os quais, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data. Ágio**:** O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável anualmente alocando-o a cada uma das unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um dos seus ativos. Na alienação da unidade geradora de caixa, o valor atribuível do ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo na alienação. Os ágios resultantes das aquisições são atribuídos às sinergias esperadas na integração das entidades aos negócios existentes da Companhia, bem como ampliação dos negócios do mercado endereçável da Companhia. Espera-se que o ágio seja dedutível para fins do IRPJ mediante a incorporação da controlada no futuro, visto que as transações foram realizadas no Brasil e os laudos serão protocolados na Junta Comercial para cumprimento dos requerimentos para dedutibilidade da despesa de amortização de ágio gerada nas transações. Nas informações financeiras consolidadas, os saldos dos ágios e ativos intangíveis são apresentados na rubrica ativo intangível. **9.2 Movimentação dos investimentos:**

	Saldo em 2024	Equivalência patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	Baixa de Investimento	Saldo em 2025
Petix	73.327	(6.653)	(2.234)	–	64.440
Zee.Dog BV	765	(184)	(500)	(81)(2)	–
Zee.Dog Shenzhen	(1.175)	(210)	334	1.051(1)	–
Zee.Dog LLC	14.525	(389)	1.448	–	15.584
Total	**87.442**	**(7.436)**	**(952)**	**970**	**80.024**

(1) Em 19/06/2025, a Petz realizou a alienação da totalidade da sua participação da Shenzhen ZeeDog Technology Co., Ltd. ao antigo sócio, com a consequente baixa da provisão para investimento que a Companhia detinha nesta data. (2) Em 31/12/2025, a Petz encerrou a operação da Zee BV. **9.3. Informações financeiras das controladas:**

Em 31/12/2025	Petix	Estrangeiras Zee(2)	Total
Participação no capital %	100%	100%	
Patrimônio líquido	40.251	15.586	55.837
Total de ativos	**72.585**	**21.239**	**93.824**
Total de passivo	**32.334**	**5.653**	**37.987**
Resultado do exercício	(6.653)	(783)	(7.436)

Em 31/12/2024	Cão Cidadão(1)	Zee.Dog(1)	Petix	Estrangeiras Zee(2)	Total
Participação no capital %	100%	100%	100%	100%	
Patrimônio líquido	–	–	43.560	17.547	61.107
Total de ativos	**–**	**–**	**76.320**	**32.592**	**108.912**
Total de passivo	**–**	**–**	**32.760**	**15.045**	**47.805**
Resultado do exercício	(120)	(94)	(808)	(781)	(1.803)

(1) Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30/04/2024, foi aprovada a incorporação da Zee.Dog e da Cão Cidadão pela Companhia, com suas consequentes extinções após esta data. Desta forma, nas demonstrações financeiras consolidadas, o resultado do exercício findo em 31/12/2024 inclui o resultado da Zee.Dog e da Cão Cidadão para o período de 01/01/2024 a 30/04/2024, conforme demonstrado na tabela acima. (2) Com a incorporação da Zee.Dog mencionada no item (1) acima, a Petz passou a ser controladora direta com 100% de participação das empresas Estrangeiras Zee, antigas subsidiárias da Zee.Dog usadas para operacionalização das operações no exterior. **9.4. Contas a pagar pela aquisição de investimentos por ano de vencimento:** Em 31/12/2025 a Companhia possui contas a pagar pela aquisição de investimentos, com vencimentos conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado
Circulante	152.859
Não circulante	
de 1 a 2 anos	1.632
de 2 a 3 anos	1.607
	3.239
Total	**156.098**

Abaixo demonstramos a movimentação das contas a pagar pela aquisição de controladas nos exercícios findos em 31/12/2025 e 2024:

	Controladora	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	116.949	104.766
Adições	22.229	6.145
Atualização CDI (registrado em despesas financeiras, nota explicativa nº 22)	20.054	13.905
Baixas	–	(3.448)
Atualização a valor justo (registrado em receitas financeiras, nota explicativa nº 22)	(50)	–
Pagamentos	(3.084)	(4.419)
Saldo no fim do exercício	**156.098**	**116.949**

9.5. Determinação do valor recuperável: Para determinação do valor recuperável das empresas adquiridas, fizemos projeções de fluxo de caixa, antes do IRPJ e da CSLL, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração. O valor recuperável de cada UGC foi baseado no maior valor entre valor justo e valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso contínuo da UGC. Os valores contábeis da CDSG, Petix e Zee.Dog eram maiores que seus respectivos valores contábeis, portanto, não foi necessário ajuste para redução ao valor recuperável dessas UGCs. As seguintes premissas foram consideradas para cada empresa: CDSG**:** i. Receitas projetadas de 2026 a 2032, considerando orçamento de 2026 e crescimento histórico de vendas, crescimento por inflação e o incremento a partir do plano de distribuição dos produtos da CDSG em toda a rede de lojas Petz no Brasil, além de integração dos canais da Companhia. ii. Custos e despesas projetados para os mesmos exercícios das receitas projetadas de acordo com o orçamento de 2026. iii. Taxa de desconto de 14,7% ao ano (14,4% no teste de 2024). Zee.Dog**:** i. Receitas projetadas de 2026 a 2032, considerando o orçamento de 2026 e o crescimento histórico das vendas, crescimento por inflação e o incremento a partir do plano de integração das operações Zee.Dog nos canais digitais da Petz, com o aproveitamento de toda a plataforma de omnicanalidade já existente em toda a rede de lojas Petz no Brasil, além do atendimento dos canais B2B e Digital nos centros de distribuição da Petz. ii. Custos e despesas projetados para os mesmos exercícios das receitas projetadas de acordo com o orçamento de 2026 e a dinâmica das lojas e plataforma de omnicanalidade, buscando sinergia das despesas com a Controladora. iii. Taxa de desconto de 14,7% ao ano (14,4% no teste de 2024). Petix**:** i. Receitas projetadas de 2026 a 2030, considerando crescimento histórico das vendas, crescimento por inflação e incremento a partir do crescimento esperado para o mercado pet e do consumo de tapetes higiênicos. ii. Custos e despesas projetados para os mesmos exercícios das receitas projetadas de acordo com a dinâmica da indústria e margens históricas. iii. Taxa de desconto de 14,7% ao ano (14,4% no teste de 2024). **10. IMOBILIZADO: 10.1. Política contábil:** Registrado ao valor de custo de aquisição, deduzido de depreciação e, quando aplicável, de perda por redução ao valor de recuperação. A depreciação inicia-se quando da abertura da loja e do início da utilização dos ativos, exceto para o caso dos ativos de direito de uso locação de imóveis, cuja depreciação inicia a partir do início de vigência do contrato, o que pode ocorrer antes da inauguração da loja. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, conforme as taxas demonstradas no quadro abaixo. A depreciação das benfeitorias em imóveis de terceiros é calculada com base no prazo dos contratos de aluguel firmados com terceiros. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Vida útil dos bens do imobilizado**:** A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente nas datas dos balanços. Quando aplicável, os efeitos decorrentes de alterações na vida útil remanescente são registrados prospectivamente. Avaliação do valor recuperável**:** Os testes de recuperação são realizados anualmente conforme descrito na nota explicativa nº 2.6.1 das demonstrações financeiras.

10.2. Composição:

						Controladora
			31/12/2025			31/12/2024
	Taxa média anual de depreciação % (a)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(a)	992.307	(494.253)	498.054	953.779	(397.760)	556.019
Móveis e utensílios	10	199.383	(93.267)	106.116	188.310	(75.411)	112.899
Máquinas e equipamentos	10	134.521	(55.985)	78.536	119.468	(44.117)	75.351
Veículos	20	1.035	(1.035)	–	1.035	(1.035)	–
Instalações	20	1.325	(1.325)	–	1.325	(1.325)	–
Equipamentos de informática	20	59.003	(51.549)	7.454	57.466	(44.055)	13.411
Direito de uso locação de imóveis	(a)	1.689.777	(893.220)	796.557	1.566.345	(718.678)	847.667
Adiantamento a fornecedores		12.002	–	12.002	12.119	–	12.119
Total		**3.089.353**	**(1.590.634)**	**1.498.719**	**2.899.847**	**(1.282.381)**	**1.617.466**

(a) A depreciação é calculada linearmente, com base no prazo dos contratos de aluguel firmados com terceiros, que variam de 2 a 21 anos.

						Consolidado
			31/12/2025			31/12/2024
	Taxa média anual de depreciação % (a)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(a)	993.985	(495.149)	498.836	955.404	(398.470)	556.934
Móveis e utensílios	10	200.170	(93.777)	106.393	189.091	(75.875)	113.216
Máquinas e equipamentos	10	163.611	(68.158)	95.453	145.803	(53.627)	92.176
Veículos	20	1.035	(1.035)	–	1.035	(1.035)	–
Instalações	20	1.325	(1.325)	–	1.325	(1.325)	–
Equipamentos de informática	20	59.437	(51.632)	7.805	57.922	(44.248)	13.674
Direito de uso locação de imóveis	(a)	1.693.086	(896.222)	796.864	1.569.654	(721.680)	847.974
Adiantamento a fornecedores		12.002	–	12.002	12.119	–	12.119
Total		**3.124.651**	**(1.607.298)**	**1.517.353**	**2.932.353**	**(1.296.260)**	**1.636.093**

(a) A depreciação é calculada linearmente, com base no prazo dos contratos de aluguel firmados com terceiros, que variam de 2 a 21 anos. **10.3. Movimentação do imobilizado:**

						Controladora
Custo:	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transferências	Incorporação	Saldo em 2025
Benfeitorias em imóveis de terceiros	953.779	40.073	(1.545)	–	–	992.307
Móveis e utensílios	188.310	11.020	(139)	192	–	199.383
Máquinas e equipamentos	119.468	15.112	(59)	–	–	134.521
Veículos	1.035	–	–	–	–	1.035
Instalações	1.325	–	–	–	–	1.325
Equipamentos de informática	57.466	1.606	(69)	–	–	59.003
Direito de uso locação de imóveis	1.566.345	123.432	–	–	–	1.689.777
Adiantamento a fornecedores	12.119	75	–	(192)	–	12.002
Total do custo	**2.899.847**	**191.318**	**(1.812)**	**–**	**–**	**3.089.353**
Depreciação:						
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(397.760)	(97.869)	1.376	–	–	(494.253)
Móveis e utensílios	(75.411)	(17.936)	80	–	–	(93.267)
Máquinas e equipamentos	(44.117)	(11.897)	29	–	–	(55.985)
Veículos	(1.035)	–	–	–	–	(1.035)
Instalações	(1.325)	–	–	–	–	(1.325)
Equipamentos de informática	(44.055)	(7.556)	62	–	–	(51.549)
Direito de uso locação de imóveis	(718.678)	(174.542)	–	–	–	(893.220)
Total da depreciação	(1.282.381)	(309.800)	1.547	–	–	(1.590.634)
Total do imobilizado	**1.617.466**	**(118.482)**	**(265)**	**–**	**–**	**1.498.719**

						Controladora
Custo:	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transferências	Incorporação	Saldo em 2024
Benfeitorias em imóveis de terceiros	873.809	73.481	(4)	409	6.084	953.779
Móveis e utensílios	173.101	12.700	(80)	–	2.589	188.310
Máquinas e equipamentos	105.590	12.324	(13)	22	1.545	119.468
Veículos	1.035	–	–	–	–	1.035
Instalações	1.325	–	–	–	–	1.325
Equipamentos de informática	53.367	2.841	(63)	–	1.321	57.466
Direito de uso locação de imóveis	1.435.132	123.068	(2.481)	–	10.626	1.566.345
Adiantamento a fornecedores	12.396	154	–	(431)	–	12.119
Total do custo	**2.655.755**	**224.568**	**(2.641)**	**–**	**22.165**	**2.899.847**
Depreciação:						
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(305.361)	(91.494)	–	–	(905)	(397.760)
Móveis e utensílios	(57.150)	(17.302)	–	–	(959)	(75.411)
Máquinas e equipamentos	(33.059)	(10.637)	–	–	(421)	(44.117)
Veículos	(1.035)	–	–	–	–	(1.035)
Instalações	(1.267)	(58)	–	–	–	(1.325)
Equipamentos de informática	(34.741)	(8.463)	–	–	(851)	(44.055)
Direito de uso locação de imóveis	(547.728)	(163.127)	831	–	(8.654)	(718.678)
Total da depreciação	(980.341)	(291.081)	831	–	(11.790)	(1.282.381)
Total do imobilizado	**1.675.414**	**(66.513)**	**(1.810)**	**–**	**10.375**	**1.617.466**

						Consolidado
Custo:	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transferências	Conversão de balanço das controladas	Saldo em 2025
Benfeitorias em imóveis de terceiros	955.404	40.126	(1.545)	–	–	993.985
Móveis e utensílios	189.091	11.026	(139)	192	–	200.170
Máquinas e equipamentos	145.803	18.029	(221)	–	–	163.611
Veículos	1.035	–	–	–	–	1.035
Instalações	1.325	–	–	–	–	1.325
Equipamentos de informática	57.922	1.629	(85)	–	(29)	59.437
Direito de uso locação de imóveis	1.569.654	123.432	–	–	–	1.693.086
Adiantamento	12.119	75	–	(192)	–	12.002
Total do custo	**2.932.353**	**194.317**	**(1.990)**	**–**	**(29)**	**3.124.651**
Depreciação:						
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(398.470)	(98.055)	1.376	–	–	(495.149)
Móveis e utensílios	(75.875)	(17.982)	80	–	–	(93.777)
Máquinas e equipamentos	(53.627)	(14.560)	29	–	–	(68.158)
Veículos	(1.035)	–	–	–	–	(1.035)
Instalações	(1.325)	–	–	–	–	(1.325)
Equipamentos de informática	(44.248)	(7.585)	72	–	129	(51.632)
Direito de uso locação de imóveis	(721.680)	(174.542)	–	–	–	(896.222)
Total da depreciação	**(1.296.260)**	**(312.724)**	**1.557**	**–**	**129**	**(1.607.298)**
Total do imobilizado	**1.636.093**	**(118.407)**	**(433)**	**–**	**100**	**1.517.353**

						Consolidado
Custo:	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transferências	Conversão de balanço das controladas	Saldo em 2024
Benfeitorias em imóveis de terceiros	883.602	73.482	(1.838)	409	(251)	955.404
Móveis e utensílios	176.471	12.700	(80)	–	–	189.091
Máquinas e equipamentos	139.779	12.218	(6.216)	22	–	145.803
Veículos	1.035	–	–	–	–	1.035
Instalações	1.325	–	–	–	–	1.325
Equipamentos de informática	55.053	2.926	(63)	–	6	57.922
Direito de uso locação de imóveis	1.449.061	123.068	(2.481)	–	6	1.569.654
Adiantamento	12.396	154	–	(431)	–	12.119
Total do custo	**2.718.722**	**224.548**	**(10.678)**	**–**	**(239)**	**2.932.353**
Depreciação:						
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(307.110)	(91.704)	378	–	(34)	(398.470)
Móveis e utensílios	(58.462)	(17.413)	–	–	–	(75.875)
Máquinas e equipamentos	(41.520)	(13.460)	1.353	–	–	(53.627)
Veículos	(1.035)	–	–	–	–	(1.035)
Instalações	(1.267)	(58)	–	–	–	(1.325)
Equipamentos de informática	(35.709)	(8.534)	–	–	(5)	(44.248)
Direito de uso locação de imóveis	(558.850)	(163.661)	831	–	–	(721.680)
Total da depreciação	**(1.003.953)**	**(294.830)**	**2.562**	**–**	**(39)**	**(1.296.260)**
Total do imobilizado	**1.714.769**	**(70.282)**	**(8.116)**	**–**	**(278)**	**1.636.093**

Ativos cedidos em garantia**:** Em 31/12/2025 e 2024, a Companhia não possuía bens do ativo imobilizado dados em garantia ou penhora em operações de empréstimos e financiamentos bancários, tampouco arrolados em defesa de processos judiciais, exceto pelos ativos imobilizados da loja de Sorocaba, dados em garantia do contrato de locação, no montante de R$281. **10.4. Transações do imobilizado e do intangível que não envolveram caixa:** As adições de imobilizado apresentadas nas demonstrações dos fluxos de caixa estão líquidas das parcelas a serem pagas nos próximos anos. Assim, para cada um dos exercícios, temos:

continuação ☛

continuação ☛

Pet Center Comércio e Participações S.A.

	Controladora 2025	Controladora 2024
Total das adições do exercício:		
Imobilizado	191.318	224.568
Intangível – nota explicativa nº 11	53.293	57.334
Remensuração/adições do IFRS 16 (Direito de uso de locação de imóveis) – nota explicativa nº 23.3	(123.432)	(123.068)
Saldo de fornecedores do ano anterior pago no ano corrente – nota explicativa nº 12	5.157	10.455
Saldo a pagar de fornecedores no ano corrente – nota explicativa nº 12	(1.725)	(5.157)
Outros	–	(6)
Total das adições no imobilizado e intangível conforme demonstração de fluxo de caixa	**124.611**	**164.126**

	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Total das adições do exercício:		
Imobilizado	194.317	224.548
Intangível – nota explicativa nº 11	53.393	56.092
Remensuração/adições do IFRS 16 (Direito de uso de locação de imóveis) – nota explicativa nº 23.3	(123.432)	(123.068)
Saldo de fornecedores do ano anterior pago no ano corrente – nota explicativa nº 12	5.157	10.455
Saldo a pagar de fornecedores no ano corrente – nota explicativa nº 12	(1.725)	(5.157)
Outros	–	1.527
Total das adições no imobilizado e intangível conforme demonstração de fluxo de caixa	**127.710**	**164.397**

11. INTANGÍVEL: 11.1. Política contábil: Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos, conforme as taxas demonstradas no quadro abaixo. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **11.2. Composição:**

		Controladora 31/12/2025			Controladora 31/12/2024		
	Taxa média anual de amortização – %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Licença de software	20	38.853	(27.897)	10.956	38.648	(21.843)	16.805
Projetos de T.I. (a)	20	335.585	(167.351)	168.234	282.756	(120.276)	162.480
Acordo de não competição	10	124	(124)	–	124	(119)	5
Marcas	(b)	357.289	(179)	357.110	357.289	(91)	357.198
Carteira de clientes	(c)	5.503	(4.273)	1.230	5.503	(2.709)	2.794
Ágio		111.850	–	111.850	111.850	–	111.850
Outros intangíveis	–	1.635	(154)	1.481	1.384	(154)	1.230
Total		**850.839**	**(199.978)**	**650.861**	**797.554**	**(145.192)**	**652.362**

		Consolidado 31/12/2025			Consolidado 31/12/2024		
	Taxa média anual de amortização – %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Licença de software	20	39.609	(27.958)	11.651	39.486	(21.912)	17.574
Projetos de T.I. (a)	20	334.739	(165.759)	168.980	281.910	(118.684)	163.226
Acordo de não competição	10	124	(124)	–	124	(119)	5
Marcas	(b)	377.573	(4.407)	373.166	377.573	(3.313)	374.260
Carteira de clientes	(c)	18.314	(8.737)	9.577	18.314	(6.030)	12.284
Ágio		133.594	–	133.594	133.594	–	133.594
Outros intangíveis	–	1.547	(166)	1.381	1.296	(166)	1.130
Total		**905.500**	**(207.151)**	**698.349**	**852.297**	**(150.224)**	**702.073**

(a) Os projetos de TI se referem a desenvolvimento e implantação de sistemas de Tecnologia da Informação e Licenciamentos. (b) As marcas da CDSG, Cão Cidadão e Petix possuem vida útil definida e, portanto, são amortizadas. (c) As carteiras de clientes da CDSG, Cão Cidadão, Zee.Dog e Petix possuem vida útil definida e, portanto, são amortizadas. **11.3. Movimentação do intangível:**

	Controladora Saldo em 2024	Adições	Baixas	Incorporação	Controladora Saldo em 2025
Custo:					
Licença de software	38.648	206	(1)	–	38.853
Projetos de T.I.	282.756	52.836	(7)	–	335.585
Acordo de não competição	124	–	–	–	124
Marcas	357.289	–	–	–	357.289
Carteira de clientes	5.503	–	–	–	5.503
Ágio	111.850	–	–	–	111.850
Outros intangíveis	1.384	251	–	–	1.635
Total do custo	**797.554**	**53.293**	**(8)**	**–**	**850.839**
Amortização:					
Licença de software	(21.843)	(6.054)	–	–	(27.897)
Projetos de T.I.	(120.276)	(47.078)	3	–	(167.351)
Acordo de não competição	(119)	(5)	–	–	(124)
Marcas	(91)	(88)	–	–	(179)
Carteira de clientes	(2.709)	(1.564)	–	–	(4.273)
Outros intangíveis	(154)	–	–	–	(154)
Total da amortização	**(145.192)**	**(54.789)**	**3**	**–**	**(199.978)**
Total do intangível	**652.362**	**(1.496)**	**(5)**	**–**	**650.861**

	Controladora Saldo em 2023	Adições	Baixas	Incorporação	Controladora Saldo em 2024
Custo:					
Licença de software	34.488	3.656	–	504	38.648
Projetos de T.I.	212.797	53.432	(6)	16.533	282.756
Acordo de não competição	124	–	–	–	124
Marcas	500	–	–	356.789	357.289
Carteira de clientes	12	–	–	5.491	5.503
			(55.393)		
Ágio	4.496	–	(1)	162.747	111.850
Outros intangíveis	808	246	–	330	1.384
Total do custo	**253.225**	**57.334**	**(55.399)**	**542.394**	**797.554**
Amortização:					
Licença de software	(16.026)	(5.313)	–	(504)	(21.843)
Projetos de T.I.	(73.028)	(40.953)	–	(6.295)	(120.276)
Acordo de não competição	(119)	–	–	–	(119)
Marcas	(61)	–	–	(30)	(91)
Carteiras de clientes	(12)	–	–	(2.697)	(2.709)
Outros intangíveis	(151)	(3)	–	–	(154)
Total da amortização	**(89.397)**	**(46.269)**	**–**	**(9.526)**	**(145.192)**
Total do intangível	**163.828**	**11.065**	**(55.399)**	**532.868**	**652.362**

(1) Valor referente ao impairment da Cão Cidadão e da Zee.Dog.

	Consolidado Saldo em 2024	Adições	Baixas	Conversão de controladas	Consolidado Saldo em 2025
Custo:					
Licença de software	39.486	306	(47)	(136)	39.609
Projetos de T.I.	281.910	52.836	(7)	–	334.739
Acordo de não competição	124	–	–	–	124
Marcas	377.573	–	–	–	377.573
Carteira de clientes	18.314	–	–	–	18.314
Ágios:					
CDSG	4.496	–	–	–	4.496
Cão Cidadão	–	–	–	–	–
Zee.Dog	107.354	–	–	–	107.354
Petix	21.744	–	–	–	21.744
Ágio total	133.594	–	–	–	133.594
Outros intangíveis	1.296	251	–	–	1.547
Total do custo	**852.297**	**53.393**	**(54)**	**(136)**	**905.500**
Amortização:					
Licença de software	(21.912)	(6.075)	25	4	(27.958)
Projetos de T.I.	(118.684)	(47.078)	3	–	(165.759)
Acordo de não competição	(119)	(5)	–	–	(124)
Marcas	(3.313)	(1.094)	–	–	(4.407)
Carteira de clientes	(6.030)	(2.707)	–	–	(8.737)
Outros intangíveis	(166)	–	–	–	(166)
Total da amortização	**(150.224)**	**(56.959)**	**28**	**4**	**(207.151)**
Total do intangível	**702.073**	**(3.566)**	**(26)**	**(132)**	**698.349**

	Consolidado Saldo em 2023	Adições	Baixas	Conversão de controladas	Consolidado Saldo em 2024
Custo:					
Licença de software	35.798	3.656	–	32	39.486
Projetos de T.I.	229.726	52.190	(6)	–	281.910
Acordo de não competição	124	–	–	–	124
Marcas (i)	377.573	–	–	–	377.573
Carteira de clientes	18.314	–	–	–	18.314
Ágios:					
CDSG	4.496	–	–	–	4.496
Cão Cidadão	30.302	–	(30.302)	–	–
Zee.Dog	132.445	–	(25.091)	–	107.354
Petix	21.744	–	–	–	21.744
Ágio total	188.987	–	(55.393)	–	133.594
Outros intangíveis	1.050	246	–	–	1.296
Total do custo	**851.572**	**56.092**	**(55.399)**	**32**	**852.297**
Amortização:					
Licença de software	(16.588)	(5.324)	–	–	(21.912)
Projetos de T.I.	(76.788)	(41.896)	–	–	(118.684)
Acordo de não competição	(119)	–	–	–	(119)
Marcas	(2.299)	(1.014)	–	–	(3.313)
Carteira de clientes	(4.608)	(1.422)	–	–	(6.030)
Outros intangíveis	(163)	(3)	–	–	(166)
Total da amortização	**(100.565)**	**(49.659)**	**–**	**–**	**(150.224)**
Total do intangível	**751.007**	**6.433**	**(55.399)**	**32**	**702.073**

Para maiores detalhes das transações do intangível que não envolveram caixa, vide nota explicativa nº 10 do imobilizado. **12. Fornecedores:**

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Produtos para revenda	326.868	298.045	343.849	325.674
Imobilizado e intangível	1.725	5.157	1.725	5.157
Outros (*)	103.051	77.967	103.092	78.012
Total	**431.644**	**381.169**	**448.666**	**408.843**

(*) Referem-se principalmente a fornecedores relacionados ao segmento Digital (e.g. suporte e manutenção das plataformas digitais, marketing digital etc.), consumo e logística. No exercício findo em 31/12/2025 e exercício findo em 31/12/2024, a Companhia não praticou operações denominadas de "*forfait*" (também conhecidas como "*confirming*", "risco sacado" ou "securitização de contas a pagar"). **13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS:**

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Provisão de férias	34.610	30.954	35.166	31.592
Provisão de participação nos lucros e resultados	40.548	27.159	41.596	28.068
Salários a pagar	14.713	12.571	14.930	12.716
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	3.157	2.720	3.213	2.786
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	4.745	8.751	4.876	8.991
Outras	6.934	6.778	7.090	6.922
Total	**104.707**	**88.933**	**106.871**	**91.075**

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
PIS e COFINS	11.987	9.143	13.122	9.490
ICMS	36.198	33.781	36.635	33.781
Imposto Sobre Serviços – ISS	561	709	571	714
Impostos retidos	2.250	1.841	2.287	1.878
Outros (a)	16.646	11.744	16. 941	12.316
Total	**67.642**	**57.218**	**69.556**	**58.179**
IRPJ e CSLL a recolher	–	–	–	825

(a) Refere-se principalmente a IPTU a pagar e outras taxas. **15. empréstimos, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES: 15.1. Política contábil:** Inicialmente, os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado conforme previstos contratualmente (acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva, variações monetárias e amortizações incorridos até as datas dos balanços). Os empréstimos ainda vigentes em 31/12/2025 (e 31/12/2024) não são suscetíveis à capitalização de custos a um ativo qualificável. **15.2. Composição:**

	Encargos	Vencimento	Garantias	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Petz							
Banco Santander	8,21% a.a.	Março de 2028	Cessão fiduciária	224.700	252.670	224.700	252.670
Debênture:							
3ª Emissão de debêntures	DI + 1,65% a.a.	Maio de 2028	Cessão fiduciária	169.336	202.273	169.336	202.273
Petix							
Empréstimo bancário	SOFR + 2,3 % a.a.	Linha rotativa	Aval	–	–	10.467	11.146
Empréstimo bancário	10,06 % a.a.	Agosto de 2025	Aval	–	–	–	1.376
Total				**394.036**	**454.943**	**404.503**	**467.465**
Circulante				83.288	51.453	93.755	63.096
Não circulante				310.748	403.490	310.748	404.369

15.3. Características : Características da Captação com o Banco Santander **:** Em 17/03/2023, a Companhia contratou uma Cédula de Crédito Bancário 4131 com o Banco Santander, no montante de USD38.391, equivalente a R$200.000 na cotação de contratação, com prazo de vencimento de 60 meses e juros pré-fixados de 8,21% ao ano, pagos anualmente. A Companhia contratou também um instrumento derivativo de "SWAP" para trocar a taxa de juros pré-fixada de 8,21% ao ano para 0,97% ao ano e Selic, além de incluir um teto de R$8,00 para a cotação do dólar (i.e. se o valor da cotação do dólar ultrapassar R$8,00 nas datas de vencimento, esta diferença será custeada pela Companhia). Em 31/12/2025, o valor justo deste instrumento derivativo era um ativo de R$3.226 (ativo de R$20.346 em 31/12/2024), registrado na rubrica "Instrumentos derivativos" do ativo. A amortização do principal será em duas parcelas iguais, com vencimentos em 17/03/2027 e 17/03/2028, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, sendo as principais: · A relação entre a dívida financeira líquida ajustada e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" - ajustado não deve ser maior a 2,5x. · Decretação de vencimento antecipado originada de outra dívida bancária. As medições são efetuadas anualmente, e a garantia da dívida é a cessão fiduciária de 100% do instrumento derivativo de "SWAP" mencionado anteriormente. Além das cláusulas financeiras acima, há cláusulas não financeiras que também podem ocasionar o vencimento antecipado das obrigações. Em 31/12/2025 a Companhia estava adimplente com todas as cláusulas financeiras e não financeiras. Sobre as cláusulas de mudança de controle, a Companhia já havia obtido *waiver* previamente no contexto da fusão com o Cobasi, portanto, mesmo com o fechamento em 02/01/2026 (maiores detalhes nas notas explicativas nºs 1 e 27), não houve quebra de tais cláusulas. Os custos incorridos com a captação Crédito Bancário 4131 da Companhia, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R$1.039, os quais estão classificados na própria rubrica do empréstimo e são apropriados ao resultado durante o período da dívida. Em 31/12/2025, o valor a ser apropriado era de R$467 (R$675 em 31/12/2024), sendo apresentado líquido no saldo do empréstimo. Características da 3ª Emissão de Debêntures**:** Em 15/05/2023, foi realizada a 3ª emissão de debêntures (não conversíveis em ações) da Companhia no montante de R$200.000, que possuem prazo de vencimento de 60 meses (maio de 2028) ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado conforme cláusulas na escritura de emissão, conforme segue: · A relação entre a dívida financeira líquida ajustada e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" - ajustado não deve ser maior a 2,5x. · Decretação de vencimento antecipado originada de outra dívida bancária. Além das cláusulas financeiras acima, cujas medições são efetuadas trimestralmente, há cláusulas não financeiras que também podem ocasionar o vencimento antecipado das obrigações. Em 31/12/2025 a Companhia estava adimplente com todas as cláusulas financeiras e não financeiras. Sobre as cláusulas de mudança de controle, a Companhia já havia obtido *waiver* previamente no contexto da fusão com o Cobasi, portanto, mesmo com o fechamento em 02/01/2026 (maiores detalhes nas notas explicativas nºs 1 e 27), não houve quebra de tais cláusulas. De acordo com a escritura não haverá repactuação programada das debêntures, e determinadas condições e restrições em relação à solvência, mudança de controle, legislação socioambiental, trabalhista e anticorrupção, além do fornecimento de informações acessórias solicitadas conforme os prazos estipulados na escritura de emissão das debêntures, devem ser atendidas. Os custos incorridos com as emissões das debêntures da Companhia, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R$982 e estão classificados na própria rubrica das respectivas debêntures e são apropriados ao resultado durante o período da dívida. Em 31/12/2025, o valor a ser apropriado era de R$440 (R$643 em 31/12/2024), sendo apresentado líquido no saldo das debêntures. A amortização do principal das debêntures ocorre em 6 parcelas consecutivas semestrais, sendo a primeira em 15/11/2025. O pagamento da remuneração ocorre também semestralmente, porém, sendo o primeiro em 15/11/2023. **15.4. Movimentações dos empréstimos:** A movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício foi como segue:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Saldo no início do exercício	**454.943**	**422.841**	**467.465**	**434.708**
Captações	–	–	657	–
Amortizações de principal	(33.333)	(23.531)	(34.709)	(24.309)
Pagamento de juros	(48.227)	(41.247)	(50.398)	(42.610)
Variação cambial	(27.423)	54.020	(27.423)	54.020
Encargos financeiros incorridos	48.076	42.860	50.260	45.656
Ajuste de conversão	–	–	(1.349)	–
Saldo no final do exercício	**394.036**	**454.943**	**404.503**	**467.465**

Em 31/12/2025, os montantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	83.288	97.805
De 1 a 2 anos	209.213	209.213
Mais de 2 anos	101.535	97.485
Total	**394.036**	**404.503**

Garantias - Cessão fiduciária Os Empréstimos e Financiamentos da Companhia exigem garantias no formato de Recebíveis de Cartões de Crédito, controlados e checados diariamente pelo Agente Fiduciário (no caso das Debêntures) ou pelos bancos emissores das Cédulas de Crédito Bancário. Em 31/12/2025 e 31/12/2024, a Companhia estava adimplente com as referidas exigências. **16. programa de fidelização:** O programa de fidelização, cujo nome foi alterado de Vale a Pena Ser Fiel para Clubz em dezembro de 2023, promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e plataformas digitais, que são transformadas em crédito para compras futuras. De acordo com o regulamento do programa, são concedidos bônus variáveis de até 10% do valor pago, para ser utilizado única e exclusivamente no mês subsequente ao da compra, em qualquer loja e nas plataformas digitais. O valor justo é calculado com base nos valores obtidos pelos clientes, no ato da compra, ajustado por uma parcela relacionada à expectativa de utilização. A receita de vendas, alavancada pelo programa de fidelização, é registrada em receita diferida e reconhecida ao resultado. Em 31/12/2025, a receita diferida do programa de fidelização, para controladora e consolidado, é de R$1.050 (R$1.063 em 31/12/2024), e o efeito no resultado do exercício foi positivo em R$ 13 (negativo em R$134 no exercício findo em 31/12/2024). **17. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS e tributários: 17.1. Política Contábil:** Reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Quando aplicável, a provisão é quantificada ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo ou pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e apoiada na opinião dos advogados da Companhia. **17.2. Composição:** Em 31/12/2025, a Companhia possuía riscos de natureza cível, trabalhista e tributária, cuja probabilidade de perda foi considerada provável pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos externos e pelo departamento jurídico interno, sendo:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Trabalhistas (a)	4.059	6.477	12.758	15.295
Cíveis (b)	299	266	299	266
Tributárias	7.677	7.726	7.954	8.003
Total	**12.035**	**14.469**	**21.011**	**23.564**

(a) A Companhia é parte passiva de reclamações trabalhistas movidas por ex-funcionários e terceiros, cujos pedidos, em sua maioria, se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão de responsabilidade subsidiária. A provisão também envolve valores relacionados ao recolhimento previdenciário de INSS e IRRF. (b) A provisão de risco cível está relacionada a pedidos de indenização por supostos incidentes ocorridos nas lojas. **17.3. Movimentação das provisões:** A movimentação das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, bem como dos depósitos judiciais no exercício foi como segue:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Provisão				
Saldo no início do exercício	14.469	2.280	23.564	15.505
Incorporação	–	11.745	–	–
Reclassificação (1)	–	–	–	7.664
Adições/(reversões), líquido	(2.036)	1.363	(2.155)	1.314
Pagamentos	(398)	(919)	(398)	(919)
Saldo no final do exercício	**12.035**	**14.469**	**21.011**	**23.564**
Depósitos judiciais (2)				
Saldo no início do exercício	36.982	28.735	37.168	36.493
Incorporação	–	7.795	–	–
Adições	11.118	7.969	11.156	8.192
Resgates/perdas	(6.000)	(7.517)	(6.054)	(7.517)
Saldo no final do exercício	**42.100**	**36.982**	**42.270**	**37.168**

(1) Referem-se a valores da Zee.Dog registrados em outra rubrica do balanço antes da incorporação que, dada sua natureza, foram reclassificados para esta rubrica. (2) Registrados na rubrica "outros créditos" no ativo não circulante, sendo que no consolidado o total de R$45.720 em 31/12/2025 inclui R$3.450 (R$ 2.689 em 31/12/2024) que não se referem a depósitos judiciais. Processos com risco de perda possível**:** A Administração não considerou necessária a constituição de provisão para eventual perda sobre discussões cíveis, trabalhistas e tributárias em andamento, para os quais na sua avaliação, com o auxílio de seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda é possível. Adicionalmente, informamos que, com base no julgamento do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Resp 1.221.170/PR, que definiu o conceito de insumos para fins de cálculo dos créditos de PIS e COFINS, levando em consideração os critérios da essencialidade e/ou relevância da despesa para o desenvolvimento das atividades econômicas do contribuinte, apropriamos créditos de PIS e COFINS em relação às despesas consideradas essenciais e/ou relevantes para nossas operações no montante de R$183.239 (R$160.784 em 31/12/2024). Como a avaliação da Companhia, com o auxílio de seus assessores jurídicos, é de que a probabilidade de perda é possível, nenhuma provisão foi constituída. A Companhia também possui exposição a um risco com probabilidade de perda possível de R$25.646 (R$22.924 em 31/12/2024) relacionado ao conceito de cálculo em relação à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS de produtos com tributação concentrada. Abaixo demonstramos os valores de processos e de tais exposições não materializadas cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Trabalhistas	103.279	88.175	103.279	88.175
Cíveis	10.159	15.771	10.159	15.771
Tributários	246.921	218.082	246.921	218.082
Total	**360.359**	**322.028**	**360.359**	**322.028**

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 18.1. Capital Social: O capital social subscrito e integralizado em 31/12/2025 é de R$1.725.655, e é representado por 462.739.925 ações ordinárias, sem valor nominal, assim distribuídas:

	Ações Ordinárias	Ações %	Ações Valor
Sergio Zimerman	173.915.975	38,55%	665.246
Kinea Private Equity e Tefra Participações S.A	75.566.500	16,75%	289.049
XP Investimentos CCTVM	50.194.155	11,13%	191.998
Outros	151.463.280	33,57%	579.362
Total	**451.139.910**	**100,00%**	**1.725.655**

Em 31/12/2025, com uma participação indireta de 38,55%, Sergio Zimerman é o acionista controlador da Companhia. Em 01/03/2023 foi deliberado e aprovado na Reunião do Conselho de Administração - RCA o aumento do capital social da Companhia no montante de R$922, mediante a emissão de 828.377 novas ações ordinárias, em decorrência do exercício de opções de compra de ações. O aumento de capital foi integralizado mediante capital próprio dos beneficiários. Em 31/08/2023 foi deliberado e aprovado na Reunião do Conselho de Administração - RCA o aumento do capital social da Companhia no montante de R$61, mediante a emissão de 52.240 novas ações ordinárias, em decorrência do exercício de opções de compra de ações. O aumento de capital foi integralizado mediante capital próprio dos beneficiários. Em 30/01/2025 foi deliberado e aprovado na Reunião do Conselho de Administração – RCA, o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 228, mediante a emissão de 226.423 novas ações ordinárias, em decorrência do exercício de opções de compra de ações. O aumento de capital foi integralizado mediante capital próprio dos beneficiários. **18.2. Reserva de capital:** Em setembro de 2020 e novembro de 2021 a Companhia realizou ofertas pública de distribuição primária e secundária de Ações, sendo que os gastos com essas ofertas totalizaram R$40.313, os quais foram registrados como redução do saldo da reserva de capital. O saldo em 31/12/2025 é de R$39.505, dado que não houve movimentação em relação a 31/12/2024. **18.3. Reserva Legal:** Do lucro líquido apurado no exercício, deverá ser deduzida a parcela de 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. Em 31/12/2025 o saldo da reserva legal era de R$12.869 dado que não houve movimentação em relação a 31/12/2024. **18.4. Reserva para plano de opção de compra de ações: 18.4.1. Política Contábil:** A Companhia possui dois planos de opção de compra de ações vigentes, ambos aprovados em assembleia geral extraordinária, sendo uma realizada em 06/12/2013 ("1º SOP") e outro aprovado em 18/08/2020 ("2º SOP"), os quais estabelecem condições gerais para a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia. Determinados membros da Administração e os executivos da Companhia ("Participantes") são elegíveis a participar do plano de opção de compra de ações preferenciais de emissão da Companhia ("Opção"), concedendo a eles a possibilidade de investirem e se tornarem sócios da Companhia. O Conselho de Administração poderá criar, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações ("Programas"), nos quais serão definidos: (i) os termos e as condições de cada outorga de Opções; (ii) as pessoas às quais as Opções serão concedidas (Participantes); (iii) o número, o percentual e a espécie de ações da Companhia que os Participantes terão o direito de subscrever com o exercício da Opção; (iv) os prazos (mínimo e máximo) para o exercício da Opção; (v) o eventual escalonamento das Opções concedidas em lotes sujeitos a prazos mínimos; e (vi) quaisquer restrições às ações recebidas pelo exercício de Opções e disposições sobre penalidades eventualmente aplicáveis, observadas as linhas básicas estabelecidas no Plano. **18.4.2. Característica:** As condições para exercício das ações foram definidas da seguinte forma: · "1ºSOP" - O preço de exercício fixado está sujeito à variação do CDI, desde 06/12/2013 até a data do efetivo pagamento, com carência para livre negociação após cinco anos da data de outorga das Opções. As Opções podem ser exercidas a partir de 6 meses após o "Evento de Liquidez", o que ocorreu em 10/03/2021 (vide nota explicativa nº 18.4.4 com a movimentação das Opções do 1ºSOP. · "2ºSOP" - O preço de exercício para as outorgas realizadas nos 12 meses contados da data da Oferta, será ao preço por ação praticado na Oferta. Para as outorgas após esse período será equivalente à média ponderada das cotações das ações de emissão da Companhia na B3 em determinado período anterior a outorga. As Opções do Primeiro Programa do 2ºSOP, cujas outorgas ocorreram em 28/07/2021, podem ser exercidas a partir de 09/03/2023. Em 26/05/2022 foram outorgadas novas ações referentes ao Segundo Programa do 2ºSOP, cujo exercício se iniciará a partir de 01/10/2023. Em 01/11/2023 os beneficiários assinaram o contrato de modificação do 2ºSOP. As premissas alteradas foram: redução do preço de exercício, redução em até 25% das ações e aumento em 12 meses no período de vesting. A modificação resultou em um aumento total na despesa de R$ 6.004. Na mesma data de modificação foram outorgadas novas Opções para os contratos existentes com um custo adicional de R$6.283, além da inclusão de 14 novos beneficiários gerando um custo de R$ 3.382. As Opções serão exercidas por meio da emissão de novas ações e/ou pela alienação de ações em tesouraria detidas pela Companhia, conforme Opção a ser tomada pelo Conselho de Administração quando do exercício. Enquanto não forem exercidas e convertidas em ações, as Opções não farão jus a dividendos ou juros sobre o capital próprio, nem outro direito patrimonial ou político na Companhia. **18.4.3. Despesas com o plano de opção de compra de ações:** O valor justo para os Planos de Opção de Compra de Ações foi calculado na data de outorga de cada plano com base no método "Black and Scholes". Os efeitos foram refletidos nas despesas operacionais, no resultado, e na rubrica "Reservas de lucros", no patrimônio líquido, como segue:

Data da outorga e programa	No exercício findo em 31/12/2025	Valores a registrar
"2ºSOP"		
28/07/2021 – 2ºSOP Primeiro Programa	5.239	1.716
26/05/2022 – 2ºSOP Segundo Programa	602	318
01/11/2023 – 2ºSOP Terceiro Programa	1.409	829
Total	**7.250**	**2.863**

continuação ☛

continuação ☛

Pet Center Comércio e Participações S.A.

18.4.4. Movimentação: A movimentação das opções de compra de ações para o exercício findo em 31/12/2025 está apresentada a seguir (por mil ações):

	Primeiro Programa	Segundo Programa	Terceiro Programa	Quarto Programa	Quinto Programa	Sexto Programa	Sétimo Programa	Oitavo Programa	Nono Programa	Décimo Programa	Décimo Primeiro Programa	Décimo Segundo Programa	Décimo Terceiro Programa	Décimo Quarto Programa	"2ºSOP" Primeiro Programa	"2ºSOP" Segundo Programa	"2ºSOP" Terceiro Programa	Total
Total de opção de compra de ações	**7.828**	**2.376**	**800**	**140**	**5.826**	**1.206**	**5.770**	**148**	**372**	**2.158**	**932**	**522**	**18**	**36**	**10.825**	**1.200**	**1.784**	**41.941**
Outorga de opções adicionais	–	1.108	940	1.136	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2.644	750	–	6.578
Opções canceladas	(4.942)	(160)	(320)	–	(1.118)	–	(746)	–	(149)	(118)	–	(246)	–	–	(5.002)	(311)	–	(13.112)
Ações exercidas	(2.886)	(3.324)	(1.420)	(1.276)	(4.708)	(1.206)	(5.024)	(148)	(223)	(2.025)	(746)	(171)	(18)	(36)	–	–	–	(23.211)
Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31/12/2025	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**15**	**186**	**105**	**–**	**–**	**8.467**	**1.639**	**1.784**	**12.196**
Opções exercidas no exercício findo em 31/12/2025	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	Primeiro Programa	Segundo Programa	Terceiro Programa	Quarto Programa	Quinto Programa	Sexto Programa	Sétimo Programa	Oitavo Programa	Nono Programa	Décimo Programa	Décimo Primeiro Programa	Décimo Segundo Programa	Décimo Terceiro Programa	Décimo Quarto Programa	"2ºSOP" Primeiro Programa	"2ºSOP" Segundo Programa	"2ºSOP" Terceiro Programa
Data da outorga	31/01/14	31/01/15	25/02/16	02/01/17	02/01/18	02/01/19	02/01/19	01/03/19	30/06/19	31/12/19	31/12/19	18/08/20	18/08/20	18/08/20	28/07/21	26/05/22	01/11/23
Dara da modificação	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	01/11/23	01/11/23	–
Início do prazo de exercício das opções	31/01/15	31/01/16	25/02/17	02/01/18	02/01/19	02/01/20	02/01/20	01/03/20	31/12/19	31/12/20	31/12/20	18/08/21	18/08/21	18/08/21	08/03/24	01/10/24	01/11/24
Período de "vesting"	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	4,5 anos	5 anos	4 anos	5 anos	4 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos
Término do prazo de exercício das opções	31/01/24	31/01/25	25/02/26	02/01/27	02/01/28	02/01/29	02/01/29	01/03/29	31/12/28	31/12/29	31/12/28	31/12/29	31/12/29	31/12/29	08/03/28	08/03/28	08/03/28
Taxa de juros livre de risco	12,84%	16,19%	10,92%	7,18%	6,78%	6,41%	6,41%	6,44%	5,87%	6,41%	6,41%	2,04%	2,04%	2,04%	11,09%	11,09%	11,09%
Número de administradores e executivos elegíveis	8	8	6	5	1	16	5	2	1	4	1	4	10	19	38	3	14
Indexador	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	–	–	–
Número de opções em aberto	2.886	3.324	1.420	1.276	4.708	1.206	5.770	148	372	2.158	932	522	18	36	10.825	1.200	1.784
Valor justo das opções no momento da outorga em reais	0,72	0,80	0,91	0,91	1,27	1,21	1,21	1,21	1,26	1,26	1,26	1,29	1,29	1,29	1,90	1,90	1,90

18.5. Ações em tesouraria: No decorrer do terceiro trimestre de 2023, a Companhia efetuou a compra de 11.600.000 ações de emissão própria pelo valor de R$62.068, totalizando um saldo de 11.600.015 ações em tesouraria em 31 dezembro de 2023. Conforme divulgado em comunicado ao mercado no dia 12/12/2025, nesta data foi aprovado pelo Conselho de Administração o cancelamento da totalidade das ações em tesouraria, sem redução do valor do capital social. **19. PARTES RELACIONADAS: 19.1. Saldos e transações:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldos				
Passivo circulante:				
Arrendamento mercantil (ii)	38.895	37.967	38.895	37.967
Fornecedores (i)	247	145	–	–

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Transações				
Despesa com depreciação e juros (ii)	(7.030)	(6.463)	(7.030)	(6.463)
Compras (i)	(93.453)	(97.656)	–	–

(i) A Controladora possui operações de compra e venda, e consequentemente saldos de fornecedores e contas a receber, de produtos de revenda com as controladas Zee.Dog e Petix. (ii) A Companhia possui contratos de locação firmados com a Zimerman Participações Ltda., correspondentes à locação do escritório e loja Tietê. O saldo indicado está considerando os efeitos do CPC06(R2)/IFRS 16. **19.2. Remuneração dos administradores:** As despesas relativas à remuneração total do pessoal da Alta Administração (Diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração), registradas na demonstração do resultado dos exercícios, foram as seguintes:

	Controladora	
	2025	2024
Diretores estatutários:		
Proventos e encargos sociais	13.892	13.962
Benefícios indiretos	8.898	14.703
Total Diretores estatutários	**22.790**	**28.665**
Conselho de Administração	2.926	2.691
Total Geral (*)	**25.716**	**31.356**

(*) Inclui R$8.262 referentes às despesas com o plano de opção de compra de ações em 31/12/2025 (R$14.177 em 31/12/2024). **20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA: 20.1. Política contábil:** O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida a partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente e da determinação do preço de venda. A Companhia reconhece receita das seguintes atividades realizadas: · Venda de produtos para animais de estimação, como rações, alimentos, acessórios e medicamentos, como também animais de estimação. · Prestação de serviços nas áreas veterinária e embelezamento de animais. · Receita com propaganda e publicidade da CDSG. · Receita de royalties dos treinadores de pets franqueados da Cão Cidadão. A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber do cliente. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou presta o serviço ao cliente. A receita de vendas é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas. Venda de mercadorias**:** Para vendas de mercadorias para clientes no varejo e no e-commerce, a receita é reconhecida quando o controle das mercadorias é transferido, isto é, quando o cliente adquire as mercadorias no ponto de venda e/ou quando recebe as mercadorias. O pagamento do preço da transação é devido imediatamente no momento em que o cliente adquire as mercadorias. No ponto de venda, uma obrigação de restituição e o correspondente ajuste da receita são reconhecidos para os produtos devolvidos e/ou quando uma venda é cancelada. Ao mesmo tempo, a Companhia tem o direito de recuperar o produto quando os clientes exercem o direito de devolução; portanto, consequentemente, a Companhia reconhece o direito às mercadorias devolvidas e o correspondente ajuste do custo das vendas. Devoluções e cancelamento**:** O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados. Prestação de serviços**:** A Companhia fornece serviços nas áreas veterinária e embelezamento de animais. As receitas de serviços são reconhecidas à medida que os serviços são prestados e os riscos e benefícios correspondentes aos serviços são transferidos para os clientes. O pagamento do preço da transação é devido imediatamente no momento em que o serviço é realizado ao cliente. Programa de fidelização**:** O programa de fidelização é registrado na rubrica "Programa de fidelização" ("Clubz") pelo valor justo dos créditos acumulados e reconhecido no resultado pela efetiva utilização dos créditos pelos clientes, pelo vencimento do direito de uso dos créditos ou pela amortização de parte do saldo, relativa à expectativa de expiração do direito de uso dos pontos, calculada com base histórica de ocorrências. O desconto prometido ao cliente é, portanto, uma obrigação de desempenho separada. As vendas que resultam na emissão de bônus aos clientes do programa de fidelização da Companhia são contabilizadas como receita diferida pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, na data das vendas. A receita diferida é reconhecida ao resultado quando os créditos são resgatados pelos clientes e as obrigações cumpridas. **20.2. Composição:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Venda de mercadorias	4.150.324	3.817.734	4.251.072	3.948.704
Venda de serviços e demais receitas	135.721	118.626	135.724	121.201
Devoluções e cancelamento de venda – Mercadorias	(82.243)	(78.817)	(85.456)	(81.530)
Devoluções e cancelamento de venda – demais receitas	(27)	(20)	(27)	(20)
Programa de fidelização	13	(134)	13	(134)
Receita bruta de vendas	4.203.788	3.857.389	4.301.326	3.988.221
Tributos federais, estaduais e municipais	(668.299)	(615.697)	(714.704)	(665.613)
Total	**3.535.489**	**3.241.692**	**3.586.622**	**3.322.608**

21. DESPESA POR NATUREZA :

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(1.830.394)	(1.693.072)	(1.846.723)	(1.723.596)
Despesa com pessoal	(565.371)	(502.237)	(573.660)	(514.438)
Custo de ocupação e consumo	(149.513)	(145.333)	(151.625)	(147.176)
Depreciação e amortização (i)	(175.013)	(160.233)	(180.042)	(166.977)
Depreciação – Direito de uso locação de imóveis (i)	(160.272)	(149.569)	(160.272)	(150.086)
Logística	(125.304)	(115.494)	(125.401)	(117.463)
Plano de opção de compra de ações (nota explicativa nº 18.4.3)	(7.250)	(24.584)	(7.250)	(24.584)
Perda trabalhista	(5.596)	(4.974)	(5.716)	(4.685)
Outras (ii)	(364.307)	(335.847)	(383.706)	(355.221)
Total	**(3.383.020)**	**(3.131.343)**	**(3.434.395)**	**(3.204.226)**
Classificadas como:				
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(1.884.541)	(1.732.786)	(1.900.870)	(1.763.310)
Despesas com vendas	(1.103.958)	(1.022.081)	(1.109.612)	(1.033.141)
Despesas gerais e administrativas	(347.973)	(320.953)	(370.179)	(345.965)
Outras despesas operacionais, líquidas	(46.548)	(55.523)	(53.734)	(61.810)
Total	**(3.383.020)**	**(3.131.343)**	**(3.434.395)**	**(3.204.226)**

(i) Valores líquidos de créditos de PIS e COFINS. (ii) A variação de outras despesas entre os exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024 se deve principalmente ao aumento de despesas relacionadas ao segmento Digital (e.g. suporte e manutenção das plataformas digitais, marketing digital etc.), além de despesas variáveis com taxas de cartões de crédito e mão-de-obra terceirizada do centro de distribuição, bem como despesas relacionadas ao processo de fusão com a Cobasi. **21.1. Outras despesas operacionais, líquida:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Gastos com abertura e fechamento de lojas	(7.126)	(10.110)	(7.126)	(10.110)
Depreciação – Direito de uso locação de imóveis (lojas não inauguradas)	(279)	(1.300)	(279)	(1.300)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(5.596)	(4.974)	(5.716)	(4.685)
Plano de opção de compra de ações (nota explicativa nº 18.4.3)	(7.250)	(24.584)	(7.250)	(24.584)
Resultado na baixa de ativo fixo	(226)	–	(226)	–
Baixa de arrendamento – IFRS 16	507	65	507	65
Outras (a)	(26.578)	(14.620)	(33.644)	(21.196)
Total	**(46.548)**	**(55.523)**	**(53.734)**	**(61.810)**

(a) Refere-se principalmente a (i) despesas com o processo de fusão com a Cobasi, e (ii) créditos fiscais extemporâneos. **22. RESULTADO FINANCEIRO:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	50.559	40.679	52.456	41.891
Variação cambial ativa	45.292	8.542	45.292	8.542
Atualização de contas a pagar por aquisição de empresas	50	–	50	
Resultado positivo com instrumentos derivativos	10.452	31.172	10.452	31.172
Descontos obtidos de fornecedores por antecipação	2.789	1.665	2.979	2.253
Outras	5.034	1.404	5.195	1.026
Total	**114.176**	**83.462**	**116.424**	**84.884**
Despesas financeiras:				
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(48.076)	(42.860)	(50.260)	(45.656)
Variação cambial passiva	(17.869)	(62.562)	(17.869)	(62.562)
Resultado negativo com instrumentos derivativos	(33.528)	(7.133)	(33.528)	(7.133)
Juros sobre arrendamento – IFRS16	(91.965)	(91.996)	(91.965)	(92.057)
Despesas bancárias	(381)	(560)	(476)	(650)
Despesas com obtenção de empréstimos e financiamentos	(708)	(1.036)	(708)	(1.036)
Atualização de contas a pagar por aquisição de empresas	(20.054)	(13.872)	(20.054)	(13.872)
Outras	(4.136)	(3.089)	(10.271)	(8.621)
Total	**(216.717)**	**(223.108)**	**(225.131)**	**(231.587)**

23. ARRENDAMENTOS DE DIREITO DE USO: 23.1. Política contábil: Dos contratos que foram escopo da norma CPC 06 (R2)/IFRS 16, considerou-se como componente de arrendamento somente o valor do aluguel fixo e mínimo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos (bruto de impostos), descontados a uma taxa de juros. A taxa de desconto foi construída pela taxa real de desconto correspondente as cotações de mercado (referência em % do Certificado de Depósito Interbancário - CDI), adicionando o spread e reduzindo as garantias conforme taxas de mercado dos principais bancos com os quais a Companhia opera. Foi considerada curva de taxa do CDI futura em função dos diferentes prazos de amortização dos contratos de arrendamento firmado. **23.2. Características :** Em 31/12/2025, a Companhia possuía 313 contratos de locação de lojas e centros administrativo e de distribuição com terceiros (309 em 31/12/2024). Deste total, 292 contratos foram classificados como direito de uso de locação e possuem prazos de vencimentos entre 5 e 21 anos e a taxa média ponderada de desconto no exercício está demonstrada na tabela abaixo. Os outros contratos de aluguéis variáveis, contratos de curto prazo ou de baixo valor que não foram reconhecidos como direito de uso do exercício estão registrados na rubrica "Custo com ocupação e consumo", demonstrada na nota explicativa nº 21, e totalizam R$6.412. A tabela abaixo evidencia as taxas nominais praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos:

Prazo dos contratos	Taxa % a.a.
Até 5 anos	De 5,20% a 13,23%
De 6 a 10 anos	De 6,58% a 15,33%
De 11 a 21 anos	De 6,83% a 15,99%

23.3. Movimentação dos arrendamentos : Os saldos e a movimentação dos ativos de direito de uso no exercício são:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	**847.667**	**887.404**	**847.974**	**890.211**
Conversão de controladas	–	–	–	7
Baixa	(1.916)	(1.650)	(1.916)	(1.650)
Incorporação	–	1.973	–	–
Adição/remensuração de novos contratos	125.348	122.236	125.348	122.236
	971.099	**1.009.963**	**971.406**	**1.010.804**
Depreciação	(174.542)	(162.296)	(174.542)	(162.830)
Saldo no final do exercício	**796.557**	**847.667**	**796.864**	**847.974**

Os saldos e a movimentação dos passivos de arrendamentos de direito de uso no exercício são:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	1.017.580	1.034.357	1.017.580	1.038.545
Conversão de controladas	–	–	–	(308)
Incorporação	–	3.715	–	–
Adição/remensuração	125.348	122.236	125.348	122.236
Baixa de contratos	(2.424)	(1.715)	(2.424)	(1.715)
	1.140.504	**1.158.593**	**1.140.504**	**1.158.758**
Pagamentos de arrendamentos	(219.803)	(201.406)	(219.803)	(201.599)
Pagamento de juros e encargos	(43.153)	(39.544)	(43.153)	(39.582)
Encargos financeiros	100.252	99.937	100.252	100.003
Saldo no final do exercício	977.800	1.017.580	977.800	1.017.580
Passivo circulante	154.585	149.697	154.585	149.697
Passivo não circulante	823.215	867.883	823.215	867.883
Total	**977.800**	**1.017.580**	**977.800**	**1.017.580**

A Companhia apresenta as informações financeiras no Comentário de Desempenho da Administração sem os efeitos do CPC 06(R2) / IFRS 16. Desta forma, os pagamentos demonstrados na movimentação acima são compostos pelas despesas efetivas de aluguel sem efeito do CPC 06(R2) / IFRS 16, no montante de R$258.961 no exercício findo em 31/12/2025 (R$238.112 no exercício findo em 31/12/2024), deduzidas pelos valores não pagos de R$3.994 e R$2.838 para os exercícios findos em 31/12/2025 e 2024, respectivamente. **23.4. Compromissos futuros:** O cronograma de pagamentos dos saldos de arrendamentos está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado
	31/12/2025
Até 1 ano	154.585
De 1 a 2 anos	188.331
De 2 a 3 anos	158.513
De 3 a 4 anos	135.708
De 4 a 5 anos	115.613
Acima de 5 anos	225.050
Total	**977.800**

Ver divulgação do valor nominal na nota explicativa nº 24 c.3 (risco de liquidez). **23.5. Despesas com arrendamento:** A composição das contas de resultado do exercício para os arrendamentos de direito de uso é:

	Controladora	
	2025	2024
Despesas com depreciação	174.542	162.296
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação – Direito de uso	(14.270)	(12.727)
Encargos financeiros apropriados	100.251	99.938
Créditos de PIS e COFINS sobre despesa de juros – Direito de uso	(8.286)	(7.942)
	252.237	**241.565**

Em conformidade com o IFRS 16/CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados (fluxo real e taxa de desconto nominal). **23.6. Informações adicionais:** Embora a metodologia contábil utilizada pela Companhia esteja em linha com a regra disposta no IFRS 16/CPC06(R2), ela gera distorções na informação a ser prestada devido ao descasamento entre fluxo de caixa e valor presente, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. Deste modo, a Companhia recalculou os valores de depreciação e encargos financeiros do exercício total de vigência dos contratos ativos em 31/12/2025, com base em um fluxo de caixa futuro que incorpora a expectativa inflacionária (fluxo nominal). A tabela abaixo apresenta as diferenças entre a política contábil adotada pela Administração da Companhia ("Balanço Patrimonial") e os valores considerando os fluxos de caixa com a projeção da inflação ("Nota Explicativa"), conforme sugerido pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 (critério CVM), em 31/12/2023. A tabela abaixo evidencia as taxas reais praticadas para as projeções, vis-à-vis os prazos dos contratos:

Prazo dos contratos	Taxa real % a.a.
Até 5 anos	De 0,87% a 5,36%
De 6 a 10 anos	De 5,69% a 7,99%
De 11 a 21 anos	De 6,78% a 7,94%

	Balanço patrimonial		Divulgação do critério CVM
	Controladora	Consolidado	(Controladora e Consolidado)
Balanço:			
Direito de uso	796.557	796.854	1.078.557
Arrendamento – direito de uso (passivo)	977.800	977.800	1.287.002
Resultado:			
Depreciação	174.542	174.542	107.633
Juros	100.251	100.251	77.063
Créditos de PIS e COFINS s/ aluguel	(22.556)	(22.556)	(11.650)

A tabela a seguir detalha as diferenças entre saldos de ativo, saldos de passivo, valores de depreciação, e juros, ano a ano, entre a metodologia sugerida no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 e a adoção escolhida pela Companhia, em plena conformidade com o IFRS 16/CPC06 (R2). A tabela evidencia que ao final dos contratos de arrendamento ambas as formas de adoção apresentam efeito nulo no Patrimônio Líquido da Companhia.

Ativo de arrendamento	Adoção inicial	Dez./20	Dez./21	Dez./22	Dez./23	Dez./24	Dez./25	Dez./26	Dez./27	Dez./28	Dez./29	Dez./30
Balanço patrimonial	387.225	515.662	793.489	872.300	730.269	591.564	457.967	339.500	241.877	165.455	104.604	30.408
Nota explicativa	441.948	537.161	839.081	1.038.759	878.054	720.775	568.144	431.084	313.578	217.659	137.748	42.662
Passivo de arrendamento												
Balanço patrimonial	387.225	571.060	877.593	973.822	851.656	720.707	583.293	452.280	336.967	241.232	159.997	52.208
Nota explicativa	441.948	586.704	1.068.891	1.293.418	1.167.821	1.021.303	857.452	689.292	535.147	401.516	279.500	88.481
Despesas financeiras												
Balanço patrimonial	–	42.995	61.028	91.754	81.196	69.735	57.570	45.528	34.590	25.359	17.371	6.775
Nota explicativa	–	50.019	71.305	121.413	110.921	98.395	84.158	68.949	54.462	41.684	29.823	11.416
Despesa de depreciação												
Balanço patrimonial	–	79.862	103.417	142.666	139.863	136.837	132.420	107.621	84.858	65.533	57.108	27.772
Nota explicativa	–	92.972	109.601	161.354	158.489	155.237	151.413	126.833	105.093	84.243	76.921	44.525

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: a) Considerações gerais e políticas: A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. A Companhia não possuí instrumentos financeiros derivativos. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros**:** A classificação dos ativos e passivos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes em função de sua característica de negociação antes do vencimento ou receber os fluxos de caixa contratuais.

Sob o CPC 48/IFRS 9, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: · É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. · Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: · É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. · Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **b) Categorias de instrumentos financeiros:** A tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e ou passivos financeiros e arrendamentos a pagar de direito de uso. A Companhia entende que todos os ativos e passivos financeiros possuem o valor justo próximo ao valor de custo amortizado.

				Controladora				Consolidado			
				31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
Ativos financeiros	Nota	Classificação	Hierarquia de valor justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	4	Custo amortizado	–	544.082	–	335.502	–	561.977	–	358.503	–
Contas a receber	5	Custo amortizado	–	357.796	–	349.743	–	382.304	–	386.664	–
Instrumentos derivativos	15	Valor justo	Nível 2	3.226	3.226	20.346	20.346	3.226	3.226	20.346	20.346
Total ativos financeiros				**905.104**	**3.226**	**705.591**	**20.346**	**947.507**	**3.226**	**765.513**	**20.346**
Passivos financeiros											
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	Custo amortizado	Nível 2	394.036	394.036	454.943	454.943	404.503	404.503	467.465	467.465
Fornecedores	12	Custo amortizado	–	431.644	–	381.169	–	448.666	–	408.843	–
Contas a pagar pela aquisição de controladas	9.4	Custo amortizado	–	158.664	–	116.949	–	158.664	–	116.949	–
Total passivos financeiros				**984.344**	**394.036**	**953.061**	**454.943**	**1.011.833**	**404.503**	**993.257**	**467.465**

continuação ☛

PUBLICIDADE LEGAL

continuação ☛

Pet Center Comércio e Participações S.A.

c) Gestão de risco financeiro: Fatores de risco financeiro**:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: de mercado (risco de taxa de juros), de crédito e de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. **c.1) Risco de mercado:** A Companhia está exposta principalmente à possibilidade de flutuações na taxa de juros e taxa de câmbio. O risco de taxa de juros da Companhia em 31/12/2025 decorre de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, líquidos das aplicações financeiras. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros prefixadas e pós-fixadas. **c.2) Risco de crédito:** A Administração classifica como baixo o risco de crédito em virtude de as vendas serem realizadas para um grande número de clientes e grande parte da carteira de clientes ser predominantemente oriunda de vendas por meio de operadoras de cartões de crédito e débito. Em relação ao saldo de caixa e equivalentes de caixa, a Companhia considera que o risco de crédito é baixo, com base nos *ratings* de crédito externo das contrapartes. A Companhia trabalha com bancos de primeira linha classificados com *ratings* entre AAA e AA. As exposições máximas ao risco de crédito podem ser observadas nas notas nº 4.2 e nº 5. **c.3) Risco de liquidez:** A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e de investimentos. O monitoramento engloba, ainda, o ciclo de caixa com dias de estoque, dias de fornecedor e dias de contas a receber. A gestão prudente do risco de liquidez implica manter disponibilidades de caixa e relacionamento próximo com bancos para captação de recursos por meio de linhas de crédito. A seguir, detalhes do vencimento dos passivos financeiros e passivo de arrendamento contratados (valor nominal com juros futuros). **Controladora:** Em 31/12/2025

Operação	Até 1 ano	Até 2 anos	Até 3 anos	Até 4 anos	Até 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	431.644	–	–	–	–	–	431.644
Empréstimos, financiamentos e debêntures	121.795	209.213	150.190	–	–	–	481.198
Contas a pagar pela aquisição de controladas	180.835	2.032	2.262	–	–	–	185.129
Arrendamento a pagar	247.627	215.171	181.104	155.049	132.090	257.123	1.188.164

Em 31/12/2024:

Operação	Até 1 ano	Até 2 anos	Até 3 anos	Até 4 anos	Até 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	381.169	–	–	–	–	–	381.169
Empréstimos, financiamentos e debêntures	91.380	126.594	217.734	116.020	–	–	551.728
Contas a pagar pela aquisição de controladas	3.133	167.770	2.068	2.329	–	–	175.300
Arrendamento a pagar	223.024	211.018	183.380	154.008	131.049	302.259	1.204.738

Consolidado: Em 31/12/2025:

Operação	Até 1 ano	Até 2 anos	Até 3 anos	Até 4 anos	Até 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	448.666	–	–	–	–	–	448.666
Empréstimos, financiamentos e debêntures	132.262	209.213	150.190	–	–	–	491.665
Contas a pagar pela aquisição de controladas	180.835	2.032	2.262	–	–	–	185.129
Arrendamento a pagar	247.627	215.171	181.104	155.049	132.090	257.123	1.188.164

Em 31/12/2024:

Operação	Até 1 ano	Até 2 anos	Até 3 anos	Até 4 anos	Até 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	408.843	–	–	–	–	–	408.843
Empréstimos, financiamentos e debêntures	103.023	127.473	217.734	116.020	–	–	564.250
Contas a pagar pela aquisição de controladas	3.133	167.770	2.068	2.329	–	–	175.300
Arrendamento a pagar	223.024	211.018	183.380	154.008	131.049	302.259	1.204.738

c.4) Risco cambial: Decorrente, basicamente, do valor contratado em março de 2023 de empréstimo em moeda estrangeira, Cédula de Crédito Bancário 4131 com o Banco Santander. Conforme detalhado na nota explicativa nº 15.3, a Companhia contratou um instrumento derivativo de "SWAP" e entende que o mesmo endereça de forma efetiva possíveis impactos de decorrentes de variações cambiais até a data de liquidação da operação. **d) Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A posição financeira líquida corresponde ao total de caixa e equivalentes de caixa (incluindo aplicações financeiras), subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos:

	Controladora	
	2025	2024
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	544.082	335.502
Empréstimos e financiamentos e debêntures	(394.036)	(454.943)
Dívida líquida	150.046	(119.441)

e) Gestão de risco de taxa de juros: A Companhia possui aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos com instituições financeiras para fazer frente à necessidade de caixa para investimentos, com juros prefixados e pós-fixados, diminuindo o risco de mercado. Análise de sensibilidade da taxa de juros**:** A Administração da Companhia considera baixo o risco de grandes variações no CDI que possam impactar significativamente suas operações. Entretanto, uma análise de sensibilidade foi preparada para avaliar potenciais impactos líquidos no resultado financeiro do exercício findo em 31/12/2025 em caso de variações significativas. A análise foi preparada com base na estrutura a termo de taxas de juros (curva DI-Pré) divulgada pela B3, aplicada sobre os saldos mensais de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures e contas a pagar por aquisição de controladas Para o cálculo da sensibilidade, foi considerado um único cenário, baseado na taxa média da curva DI-Pré.

31/12/2025	Taxa utilizada	Cenário
Empréstimos para capital de giro sujeitos à variação do CDI	14,42%	(119)
Debêntures	14,420%	(147)
Contas a pagar – aquisição de controladas	14,42%	(23)

De forma a reduzir os possíveis efeitos do aumento do CDI a Companhia mantém aplicações financeiras remuneradas também pelo CDI, conforme nota explicativa nº 4.a e 4.b, que reduz os impactos do risco de alta do CDI mencionada acima, conforme segue:

31/12/2025	Taxa utilizada	Cenário
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI	14,42%	(212)

25. RESULTADO POR AÇÃO: Conforme mencionado na nota explicativa nº 18.1, o capital social da Companhia é constituído de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33 - Lucro por Ação, na tabela a seguir está reconciliado o lucro dos exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 com os valores usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	2025 Básico e diluído	2024 Básico e diluído
Numerador básico e diluído:		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia utilizado na apuração do lucro líquido básico e diluído por ação	40.042	(42.765)
Ações disponíveis:		
Média ponderada de ações em circulação utilizadas na apuração do lucro líquido básico por ação	451.139.910	462.523.502
Média ponderada dos direitos de ações concedidos utilizadas na apuração do lucro líquido diluído por ação	–	–
Média ponderada das ações disponíveis	**451.139.910**	**462.523.502**
Lucro (prejuízo) líquido por ação – básico – R$	0,08876	(0,09244)
Lucro (prejuízo) líquido por ação – diluído – R$	0,08876	(0,09244)

26. Informação por segmento: A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como varejo, está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins comerciais e gerenciais. As informações são apresentadas de forma consistente para o principal tomador de decisões do Grupo que é o CEO - *Chief Executive Officer*, responsável pela alocação de recursos e avaliação das operações. Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta por categoria, conforme demonstrado **a seguir:**

	Controladora		Consolidado	
Receita bruta, líquida de cancelamentos	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Venda de mercadorias	4.068.081	3.738.917	4.165.616	3.867.174
Venda de serviços e demais receitas	135.694	118.606	135.697	121.181
Programa de fidelização	13	(134)	13	(134)
Total	**4.203.788**	**3.857.389**	**4.301.326**	**3.988.221**

Adicionalmente, a Companhia também acompanha suas receitas brutas com base nos seguintes **canais de venda:**

	Controladora		Consolidado	
Canais de venda	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Digital	1.838.876	1.712.264	1.838.876	1.724.263
Físico	2.364.912	2.145.125	2.462.450	2.263.958
Total	**4.203.788**	**3.857.389**	**4.301.326**	**3.988.221**

27. EVENTOS SUBSEQUENTES: 27.1 Combinação de negócios – Petz e União Pet: União Pet (antiga Cobasi) e Petz celebraram, em 16/08/2024, o Acordo de Associação e Outras Avenças ("Acordo de Associação"), por meio do qual foram estabelecidos os termos e as condições para a implementação da Combinação de Negócios ("Operação"), por meio da (i) incorporação das ações da Petz pela Cobasi Investimentos S.A. ("Cobasi Investimentos"), uma subsidiária integral da Cobasi; e (ii) subsequente incorporação da Cobasi Investimentos pela Cobasi. A consumação da Operação foi condicionada ao cumprimento de condições suspensivas usuais para operações dessa natureza e, após a implementação de tais condições suspensivas, os membros dos Conselhos de Administração das Companhias confirmaram, em 02/01/2026, o fechamento da Operação ("Data do Fechamento"). Em decorrência do fechamento, a Operação foi consumada na mesma data mediante a confirmação da eficácia e validade, a partir de 2 janeiro de 2026, das deliberações que haviam sido aprovadas, em 14/03/2025, sob condições suspensivas, dentre elas: i. Aumento de capital na Cobasi Investimentos realizada por União Pet no valor aproximado de R$ 320.788, pelo preço de emissão total de aproximadamente R$320.788, sendo o montante de R$1 destinado à conta de capital social e o montante aproximado de R$320.787 destinado à reserva de capital; ii. Incorporação da totalidade de ações de emissão de Petz pela Cobasi investimentos, mediante a emissão, para cada ação ordinária de Petz, de uma ação ordinária e uma ação preferencial obrigatoriamente resgatável da Cobasi Investimentos, com consequente: (i) aumento de capital da Cobasi investimentos, no montante aproximado de R$1.698.677, sendo R$273.325 destinados à conta de capital social e o restante destinado à conta de reserva de capital; e (ii) a emissão, pela Cobasi Investimentos em favor dos acionistas da Petz, na Data de Fechamento, de 451.139.910 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 451.139.910 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais, e sem valor nominal mandatoriamente resgatáveis ("Ações Preferenciais Resgatáveis"); iii. Resgate das 451.139.910 Ações Preferenciais Resgatáveis da Cobasi Investimentos, com a obrigação de pagamento aos acionistas da Petz, em até 15 (quinze) dias úteis contados da Data do Fechamento, do valor correspondente à parcela em dinheiro, no valor de R$0,71106172930 por ação, totalizando aproximadamente R$320.788; iv. A incorporação da pessoa jurídica da Cobasi Investimentos pela Cobasi, com a consequente extinção da Cobasi Investimentos, mediante a emissão, para cada ação ordinária da Cobasi Investimentos, uma ação ordinária da Cobasi, com consequente: (i) aumento de capital da Cobasi, no montante aproximado de R$1.698.677, sendo aproximadamente R$916.607 destinados à conta de capital social e aproximadamente R$782.070 destinado à reserva de capital; e (ii) a emissão, pela Cobasi em favor dos Acionistas da Cobasi Investimentos, de 451.139.910 novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal da Cobasi, sendo o novo capital social da Cobasi de aproximadamente R$1.324.217, dividido em 860.793.811 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em decorrência da confirmação da eficácia e validade das deliberações acima, a Petz deixou de ser companhia aberta listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, tendo suas ações (PETZ3) descontinuadas para negociação após a efetivação da operação, de modo que, na data de divulgação destas demonstrações financeiras, a Petz não emite nem negocia ações na B3. **27.2 Acordo em Controle de Concentrações entre CADE, Petz e União Pet e avaliação de classificação como ativo não circulante mantido para venda – CPC 31:** O CADE, através do Ato de Concentração nº 08700.009264/2024-29, aprovou a fusão entre Petz e União Pet nos termos do Acordo de Associação e do Protocolo de Justificação. O Ato de Concentração foi aprovado mediante a celebração do ACC pela Companhia, a União Pet e o CADE. O ACC, que não altera os demais termos e condições da Operação previstos no acordo de Associação e no Protocolo de Justificação, prevê, além de determinados compromissos comportamentais, o desinvestimento de 26 lojas localizadas no Estado de São Paulo. O desinvestimento deve ser realizado de acordo com prazos estabelecidos no ACC, com o acompanhamento do CADE sobre o cumprimento e execução. O formato ainda não está totalmente definido, considerando a possibilidade de negociações com os potenciais compradores, relacionadas a estrutura dos ativos. Em 30/01/2026, em reunião do Conselho de Administração a Companhia aprovou a contratação de uma assessoria financeira, para auxiliar na condução do plano de desinvestimento, na formação da estrutura da venda, identificar potenciais compradores e auxiliar nas negociações, indicou uma *trustee* de monitoramento já aprovado pelo CADE. A companhia realizou a avaliação à luz do CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada e, com base nos critérios estabelecidos na norma, bem como no andamento do projeto de desinvestimento baseado no ACC, concluiu que em 31/12/2025 não havia elementos que justificassem a classificação dos ativos como ativos não circulante mantido para venda, cabendo de acordo com a referida norma a divulgação destes atos nestas demonstrações financeiras. **27.3 Empréstimos a acionistas:** Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 02/03/2026, em 26/02/2026, o Conselho da Administração aprovou e firmou contratos de mútuo que disponibilizaram R$121.968 a acionistas da Petz interessados em discutir judicialmente a eventual incidência de IRPJ sobre ganho de capital, decorrente da operação de combinação de negócios. Os recursos foram utilizados exclusivamente para constituir depósito judicial, estando a liberação condicionada ao cumprimento das cláusulas previstas nos contratos.

A Diretoria

Vanessa Tondato – Contadora CRC 1SP 251.074/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da Pet Center Comércio e Participações S.A. São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Pet Center Comércio e Participações S.A. ("Companhia"), e suas controladas que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Pet Center Comércio e Participações S.A. e suas controladas em 31/12/2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais *(IFRS Accounting Standards)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Valor recuperável da unidade geradora de caixa que inclui ativos de vida útil indefinida (ágio e marcas) :** Veja as notas explicativas nº 09 e nº 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **Principal assunto de auditoria:** Em 31/12/2025, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluíam saldos de ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio por expectativa de rentabilidade futura e marca) relativos à aquisição da Zee.Dog, , os quais estão sujeitos ao teste anual de redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 01/IAS 36. A projeção de fluxos de caixa utilizadas na determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa (UGC) incluem premissas-chaves relacionadas as taxas de crescimento dos negócios, de desconto e inflação. Devido ao grau de julgamento e incertezas inerentes às premissas para a determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros da UGC por parte da Companhia, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) Obtenção do entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios, bem como o desenho dos controles relacionados a determinação das premissas-chave, e, que inclui a projeção dos fluxos de caixas futuros da unidade geradora de caixa para fins de determinação do valor recuperável do ágio e marca UGC Zee.Dog disponibilizados pela Companhia. (ii) Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, para a UGC Zee.Dog, avaliamos a razoabilidade e metodologias utilizadas pela Companhia para a determinação das premissas-chave relativas às taxas de crescimento dos negócios, de desconto e inflação, através de procedimentos que incluíram a comparação das premissas utilizadas pela Companhia, quando disponíveis, com dados obtidos de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e taxas de desconto. (iii) Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes sobre os valores recuperáveis da UGC Zee.dog. Baseado nas evidências obtidas pelos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o valor recuperável da unidade geradora de caixa (UGC) Zee.Dog que contém os ativos de vida útil indefinida (ágio e marca), bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31/12/2025. **Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31/12/2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais *(IFRS Accounting Standards)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26/03/2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Marcelle Mayume Komukai
Contadora - CRC 1SP249703/O-5

DATA MERCANTIL
SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.
datamercantil.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

FERTILIZANTES HERINGER S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 22.266.175/0001-88
Assembleia Geral Ordinária
Edital de Convocação

Ficam os Senhores acionistas da Fertilizantes Heringer S.A. ("Companhia") convocados para participarem da Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia" ou "AGO") que será realizada, em primeira convocação, às **14:00h do dia 27 de abril de 2026**, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §3º, e artigo 28, §2º, ambos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), por meio da plataforma eletrônica Ten Meetings ("Plataforma Digital") e com prazo de cadastramento até o final do dia 25 de abril de 2026, conforme artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, a fim de apreciarem e deliberarem sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, conforme descritas abaixo. **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Apreciar o Relatório Anual da Administração, tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras da Companhia e suas notas explicativas, apresentada em conjunto com o Relatório dos Auditores Independentes e o parecer do Comitê de Auditoria, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) Definir o número de membros efetivos que comporão o Conselho de Administração da Companhia; (iii) Deliberar sobre a independência dos candidatos para os cargos de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia; (iv) Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia [1]; e (v) Fixar a remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. Nos termos do artigo 125 da Lei das S.A., para a instalação da Assembleia em primeira convocação, será necessário o comparecimento hábil de acionistas e/ou seus representantes legais, detentores de, pelo menos, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto. Caso o quórum acima não seja atingido, será divulgado novo edital de convocação informando a nova data para a realização da Assembleia em segunda convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, devendo a Assembleia ser instalada nesta data com a presença de qualquer número de acionistas. A aprovação das matérias a serem apreciadas na Assembleia dependerá do voto afirmativo da maioria absoluta dos acionistas com direito a voto presentes, não se computando os votos em branco, nos termos do art. 129 da Lei das S.A. **Instruções para Participação**: Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das S.A. e da decisão do I. Colegiado da CVM no processo CVM RJ-2014/3578, em 04 de novembro de 2014, o acionista pode ser representado na assembleia geral: **(i)** se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil); **(ii)** se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro; **(iii)** se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro. A participação do acionista será realizada de forma exclusivamente virtual, por meio da Plataforma Digital, pessoalmente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído, sem prejuízo do envio de boletim de voto a distância, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM 81, nos termos do artigo 5º, inciso III e do artigo 28, §2º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (a) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o boletim de voto a distância; ou (b) participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o boletim de voto a distância e que deseje votar na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio de boletim de voto a distância para tal, identificado por meio do número de sua inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), serão desconsideradas. Para fins do artigo 5º, §4º da Resolução CVM 81, a Companhia optou pela realização da AGO de modo exclusivamente digital para promover maior acessibilidade para os acionistas e aumentar a eficiência no processo de organização e condução dos trabalhos, sendo a prática já adotada pela Companhia em suas últimas assembleias. Conforme dispõe o artigo 28, § 1°, da Resolução CVM 81, o sistema eletrônico assegurará o envio prévio do boletim de voto a distância, registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos, assim como, na hipótese de participação a distância: (i) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o seguinte link: (https://assembleia.ten.com.br/412955338), com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 25 de abril de 2026, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, ocasião em que deverão apresentar as seguintes informações: (i) nome, e-mail, telefone e número do documento de identificação do acionista, procurador ou representante legal, indicando orientação para a participação Ao Vivo do acionista ou representante e (ii) os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá uma mensagem de confirmação de que seu cadastro foi realizado com sucesso e poderá acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. Para fins de cadastro prévio, os acionistas deverão enviar por meio do link da Plataforma Digital vias digitalizadas dos seguintes documentos: (1) cópia de documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; e (3) na hipótese de representação do acionista, cópia da procuração. Como documento de identidade, a Companhia aceitará a Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar por meio do link da Plataforma Digital, vias digitalizadas dos seguintes documentos: (1) cópia do contrato ou estatuto social; (2) cópia do ato societário de eleição do administrador (a) que comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b) outorgar a procuração para que o terceiro procurador represente a acionista pessoa jurídica na Assembleia; (3) cópia de documento hábil de identidade do representante. No caso de acionistas que forem fundos de investimento, o representante deverá apresentar ainda, por meio do link da Plataforma Digital, vias digitalizadas dos seguintes documentos: (1) cópia do último regulamento consolidado; (2) cópia da documentação que comprove os poderes do administrador ou gestor para representar o fundo em assembleias; (3) cópia da documentação referente à pessoa jurídica, na forma do parágrafo anterior, que comprove os poderes do representante do administrador ou gestor para representar o fundo de investimento; e (4) cópia de documento hábil de identidade do representante. A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o seu escritório, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos através do website acima mencionado, bem como a tradução simples de referidos documentos estrangeiros. A Companhia ressalta que fica a cargo do acionista e representante a responsabilidade pela veracidade e integridade dos documentos apresentados, sujeitos a responderem pelo artigo 299 do Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 ("Código Penal"). A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica. O acesso à Assembleia será restrito aos acionistas e seus representantes ou procuradores que se credenciarem no prazo e modo fixados neste Edital de Convocação. A Companhia ressalta que não serão aceitos cadastros, envio de novos documentos, ou mesmo reapresentações, após o encerramento do prazo previsto para cadastro. Sendo assim, é indicado ao acionista ou representante que utilize uma margem de **3 dias de antecedência** do encerramento do prazo para a realização do cadastro com a apresentação de toda a documentação solicitada. Dessa forma, em caso de pendências, o acionista ou representante terá mais tempo hábil para providenciar as pendências e se manter no prazo. **Boletim de Voto a Distância:** Caso o acionista opte pelo exercício do direito de voto através do boletim de voto a distância ("BVD") disponibilizado pela Companhia nos termos da Resolução CVM 81, o acionista poderá enviar o BVD por meio dos seguintes canais: (1) caso tenha ações de emissão da Companhia depositadas no Itaú Unibanco S.A., instituição financeira responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, transmitir as instruções de voto para o agente escriturador, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo mesmo, conforme informado no Manual para Participação na Assembleia; (2) caso tenha ações de emissão da Companhia depositadas em instituições de custódia, transmitir as instruções de voto (i) diretamente para a Central Depositária da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; ou (ii) para as instituições de custódia, que encaminharão as manifestações de voto à Central Depositária da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pela respectiva instituição de custódia, conforme informado no Manual para Participação na Assembleia [2]; ou (3) diretamente à Companhia, por meio da Plataforma Digital, que será o único meio de envio do Boletim de Voto a Distância diretamente à Companhia, excluída a possibilidade de envio por correio postal ou eletrônico, nos termos do artigo 27, § 7º, da Resolução CVM 81. Para mais informações, vide orientações e prazos constantes do Manual para Participação na Assembleia e do BVD. Para informações adicionais acerca do exercício do direito de voto a distância, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na Resolução CVM 81, bem como as orientações e prazos constantes do Manual para Participação na Assembleia e do BVD publicados pela Companhia. O Acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância por meio do envio do Boletim diretamente à Companhia deverá fazê-lo por meio da Plataforma Digital, acessando o endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/412955338, em até 4 (quatro) dias antes da data da AGOE, ou seja, até 23 de abril de 2026 (inclusive). O Acionista deverá: (i) acessar o endereço eletrônico mencionado acima; (ii) realizar o cadastro com login e senha únicos, indicando que deseja participar "via Boletim de Voto à Distância", acompanhado da documentação necessária, conforme explicado acima; (iii) preencher os campos de opções de voto na guia "ASSEMBLEIA"; e (iv) confirmar o seu voto. Em qualquer hipótese, o prazo para a entrega do BVD e de todos os documentos necessários não poderá ultrapassar o prazo limite para recebimento do BVD, qual seja, **23 de abril de 2026**. **Voto Múltiplo**: Em atendimento ao artigo 5º da Resolução CVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo do capital votante para requisição da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), devendo essa faculdade ser exercida pelos acionistas, por escrito, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da AGO, nos termos do parágrafo 1º do artigo 141 da Lei das S.A. e do artigo 3° da Resolução da CVM n° 70, de 22 de março de 2022. Contudo, a administração da Companhia destaca a importância de que os eventuais pedidos de voto múltiplo sejam feitos com antecedência, de modo a facilitar seu processamento e a participação dos demais acionistas, nacionais e estrangeiros. **Instalação do Conselho Fiscal.** Ainda, em atendimento ao artigo 5º da Resolução CVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo do capital votante para solicitação de instalação do Conselho Fiscal, nos termos do art. 161, § 2º, da Lei das S.A., é de 2% (dois por cento). As demais orientações e informações para a participação virtual na Assembleia, bem como todos os documentos relativos à ordem do dia, devem ser consultados na Proposta da Administração da Companhia, disponível nos seguintes endereços eletrônicos: websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.gov.br/cvm/pt-br), da B3 e da Companhia (https://ri.heringer.com.br/). Paulínia, 27 de março de 2026.

Nikolay Vasilchikov - Presidente do Conselho de Administração

[1] Em cumprimento com o artigo 5º da Resolução CVM 81, nos termos do artigo 141 da Lei 6.404/1976, combinado com o artigo 3º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, é facultado aos acionistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social com direito a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia, ou seja, até as 14 horas do dia 25 de abril de 2026. [2] O envio do BVD por meio da Central Depositária da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão dispensa a necessidade de credenciamento prévio do acionista.

Grupo Multi S.A.

CNPJ/MF nº 59.717.553/0001-02 - NIRE n.º 35.300.415.531
Código CVM n.º 02603-4 - *Companhia Aberta*
Edital de Convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 24 de abril 2026

Grupo Multi S.A. ("Companhia"), nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), e dos arts. 4º e 6º da Resolução CVM 81/2022 ("RCVM 81"), vem, por meio deste edital, convocar a assembleia geral ordinária e extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 24 de abril de 2025, às 8h00, de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede social da Companhia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.811, 15º andar, Jardim América, CEP 01452-001, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer e relatório anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(ii)** o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(iii)** a proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(iv)** a fixação do limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026; **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária: (v)** a ratificação da eleição do Sr. André Poroger como membro do Conselho de Administração da Companhia; **(vi)** a ratificação da assinatura do "Protocolo e Justificação de Incorporação da Lojas Multilaser – Comércio Varejista Ltda. pelo Grupo Multi S.A." ("Protocolo e Justificação"), que contém os termos e condições da incorporação da Multilaser – Comércio Varejista Ltda. ("Sociedade Incorporada") pela Companhia ("Incorporação"); **(vii)** a ratificação da nomeação dos peritos responsáveis ("Peritos") pela elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da Sociedade Incorporada, no âmbito da Incorporação ("Laudo de Avaliação"); **(viii)** a aprovação do Laudo de Avaliação; **(ix)** a aprovação da proposta de Incorporação, nos termos do Procolo e Justificação; **(x)** a aprovação do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia; **(xi)** a alteração do art. 1º do Estatuto Social da Companhia, de modo a alterar a sua denominação social; **(xii)** a alteração do art. 3º do Estatuto Social da Companhia para a inclusão de atividade complementar ao seu objeto social; **(xiii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia, para refletir as alterações constantes nos itens (xi) e (xii) acima, se aprovadas; e **(xiv)** a autorização aos administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima, caso aprovadas. A administração da Companhia esclarece que, observados os respectivos prazos e procedimentos, os Senhores Acionistas poderão participar e votar na Assembleia por meio das seguintes formas disponibilizadas pela Companhia: **(a)** no sistema eletrônico para participação a distância na plataforma "*Ten Meetings*" ("Plataforma Digital"); e **(b)** via boletins de voto a distância. A Companhia entende que a realização da Assembleia em formato digital é a alternativa mais adequada para promover a ampla participação dos acionistas, independentemente de sua localização geográfica, facilitando o acesso às discussões e deliberações da Assembleia e garantindo maior inclusão e engajamento dos acionistas. Ademais, o formato digital da Assembleia contribui para a eficiência e sustentabilidade do processo, ao reduzir custos e impactos logísticos associados a deslocamentos e estruturas físicas. Os acionistas interessados em participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital deverão acessar o endereço eletrônico da Assembleia (https://assembleia.ten.com.br/066318535) e realizar o seu cadastro, impreterivelmente, até **2 (dois)** dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, **até 22/04/2026**, manifestando seu interesse em participar da Assembleia ("Cadastro"). Após realizar o Cadastro na Plataforma Digital, o acionista receberá, no e-mail cadastrado, uma confirmação do registro enviada pela própria Plataforma Digital, contendo as informações de acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia. Caso a participação ocorra por meio de procurador ou representante, este deverá seguir o mesmo procedimento de Cadastro, selecionando o perfil "Procurador/Representante de Acionistas PJ e PF". Em seguida, deverá registrar cada acionista representado e anexar os documentos que comprovem tanto a condição de acionista quanto a regularidade da representação. Após o Cadastro, a Companhia irá analisar a documentação apresentada, podendo, conforme o caso, solicitar que o acionista (ou seu representante) providencie a complementação dos documentos também até o dia **22/04/2026 (inclusive)**. Somente poderão participar da Assembleia aqueles que forem acionistas da Companhia, sendo que a titularidade das ações para tanto será a constante da base acionária disponibilizada pelo escriturador à Companhia na data da realização da Assembleia. A Companhia ressalta que o acesso à Assembleia por meio da Plataforma Digital será exclusivo para acionistas, seus representantes legais ou procuradores devidamente credenciados. A Companhia destaca, ainda, que as informações e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, mas sem limitação, a senha de acesso, são únicas e intransferíveis, assumindo o acionista (ou seu respectivo procurador/representante, conforme o caso) integral responsabilidade sobre a posse e sigilo das informações e orientações que lhe forem transmitidas pela Companhia. Nos termos do art. 126, da Lei das S.A., para participar da Assembleia, no momento do Cadastro, os acionistas deverão apresentar à Companhia, por meio da Plataforma Digital, cópias dos seguintes documentos: **(i)** caso o acionista seja pessoa física, cópia simples do documento de identidade (RG, RNE, CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que com foto de seu titular); **(ii)** caso o acionista seja pessoa jurídica, cópia simples dos atos societários que comprovem a representação legal (conforme abaixo) e documento de identidade do representante; **(iii)** conforme aplicável (e nos termos abaixo), instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: **(a)** contrato social ou estatuto social, conforme o caso, consolidado e atualizado; e **(b)** os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista pelo administrador que **(b.i)** comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou **(b.ii)** assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. O representante legal também deverá encaminhar documento de identidade com foto. No tocante aos fundos de investimento, a sua representação caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento e na política de voto do respectivo fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento atualizado do fundo. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia deverá ter sido realizada há menos de um ano, nos termos do art. 126, §1º, da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, sendo admitida a assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil. Nota-se que, em se tratando de procurador, caberá a ele indicar o(s) respectivo(s) acionista(s) que irá(ão) representar. O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado no Cadastro. Nesse sentido, o procurador que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Vale mencionar que acionistas: **(a)** pessoas naturais somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, conforme o art. 126, §1º da Lei das S.A.; e **(b)** pessoas jurídicas poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM n.º RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Não serão exigidos reconhecimento de firma, notarização ou consularização dos documentos dos acionistas expedidos no exterior, que deverão ser traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas. Nesse caso, fica o acionista responsável pela veracidade e integridade dos documentos apresentados. O acesso à Assembleia via Plataforma Digital estará restrito aos acionistas ou seus representantes legais ou procuradores que se credenciarem nos termos da presente Proposta. Login e senha individualizados de acesso serão cadastrados no próprio ato de Cadastro na Plataforma Digital, observado que a participação do acionista estará sujeita à verificação, pela Companhia, da regularidade dos documentos de representação, conforme acima informado. A Companhia ressalta que, as informações e documentos deverão ser encaminhados exclusivamente pela Plataforma Digital. Verificada a regularidade do Cadastro e validadas a condição de acionista e a regularidade dos documentos, o acionista devidamente credenciado (ou o seu representante) receberá confirmação do seu credenciamento para participação na Assembleia no endereço de e-mail informado no preenchimento do Cadastro. Caso o acionista credenciado (ou seu representante) não receba a confirmação de participação ou tenha dificuldades ou dúvidas em relação ao Cadastro, solicita-se entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@grupomulti.com.br, com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Na data da Assembleia, o acesso à Plataforma Digital estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de início da Assembleia, sendo que o registro da presença do acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso via link, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após o horário marcado para o início da Assembleia, não será possível o ingresso do acionista na Assembleia, independentemente da realização do Cadastro. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência. Caso os acionistas optem por manifestar seus votos a distância, deverão preencher os boletins de voto a distância, nos termos da RCVM 81, conforme orientações detalhadas acerca da documentação e procedimentos que constam nos boletins disponibilizado pela Companhia e na Proposta da Administração. A Companhia esclarece, por fim, que, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, acionista ou acionistas titulares de no mínimo 2% do capital social com direito a voto poderão requerer a instalação do Conselho Fiscal. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no site da Companhia (https://ri.multilaser.com.br/), e foram enviados à CVM (https://gov.br/cvm) e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br), incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia e ao acesso à Plataforma Digital. São Paulo, 25 de março de 2026. **Alexandre Ostrowiecki,** Presidente do Conselho de Administração. (26, 27 e 28/03/2026)

comercial@datamercantil.com.br

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,237 / R$ 5,2376 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,2362 / R$ 5,2382 *
Turismo - R$ 5,2724 / R$ 5,4524
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,33%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: -0,64%
Pontos: 181.556
Volume financeiro: R$ 28,250 bilhões
Maiores altas: Marfrig ON (+6,07%), Assaí ON (+5,85%), Petrorio ON (+3,00%)
Maiores baixas: Braskem PNA (-10,84%), Cyrela ON (-5,54%), MRV ON (-4,61%)
S&P 500 (Nova York): -1,67%
Dow Jones (Nova York): -1,73%
Nasdaq (Nova York): -2,15%
CAC 40 (Paris): -0,87%
Dax 30 (Frankfurt): -1,38%
Financial 100 (Londres): -0,05%
Nikkei 225 (Tóquio): -0,43%
Hang Seng (Hong Kong): 0,38%
Shanghai Composite (Xangai): 0,63%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 0,56%
Merval (Buenos Aires): 0,88%
IPC (México): -0,56%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Fevereiro 2025: 1,31%
Março 2025: 0,56%
Abril 2025: 0,43%
Maio 2025: 0,26%
Junho 2025: 0,24%
Julho 2025: 0,26%
Agosto 2025: -0,11%
Setembro 2025: 0,48%
Outubro 2025: 0,09%
Novembro 2025: 0,18%
Dezembro 2025: 0,33%
Janeiro 2026: 0,33%
Fevereiro 2026: 0,70%

Goodstorage Holding Participações S.A.

CNPJ nº 18.897.459/0001-03

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Controladora		Consolidado	
Ativo	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	**21.287**	5.360	**100.748**	46.993
Contas a receber	**72**	–	**14.800**	5.037
Créditos diversos	**520**	228	**520**	1.407
Partes relacionadas (a)	**4.493**	3.731	**575**	2.944
Estoques	**–**	–	**132**	324
Outros ativos	**4.182**	–	**4.239**	–
Tributos a recuperar	**1.529**	775	**4.830**	3.990
Despesas antecipadas	**29**	–	**618**	976
Dividendos a receber	**1.067**	–	**–**	1.939
Total do ativo circulante	**33.179**	10.094	**126.462**	63.610
Não circulante				
Contas a receber	**–**	–	**8.153**	264
Impostos diferidos (a)	**63.654**	–	**65.617**	112
Depósitos judiciais	**1**	–	**8.701**	956
Investimento em controladas	**1.822.210**	339.999	**–**	–
Propriedades para investimento	**40.698**	–	**1.828.576**	328.414
Imobilizado	**3.339**	3.373	**9.087**	4.530
Intangível	**721**	359	**1.207**	935
Direito de uso	**2.072**	2.729	**2.072**	2.729
Total do ativo não circulante	**1.932.695**	346.460	**1.923.413**	337.940
Total do ativo	**1.965.874**	356.554	**2.049.875**	401.550

	Controladora		Consolidado	
Passivo	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
Fornecedores	**1.540**	831	**19.087**	1.703
Passivo de arrendamento	**640**	526	**3.516**	3.206
Partes relacionadas (p)	**–**	–	**–**	69
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	**14.891**	7.385	**16.531**	9.527
Obrigações tributárias	**91**	13	**9.015**	4.124
Outras obrigações	**–**	–	**365**	–
Adiantamento de clientes	**–**	12	**1.511**	144
Dividendos a pagar	**63.658**	–	**69.658**	193
Total do passivo circulante	**80.820**	8.767	**119.683**	18.966
Não circulante				
Impostos diferidos (p)	**–**	–	**9.748**	6.526
Provisão para demandas judiciais	**1.236**	–	**1.820**	2.032
Outras obrigações LP	**–**	–	**6.056**	–
Passivo de arrendamento LP	**2.029**	2.574	**27.155**	28.813
Total do passivo não circulante	**3.265**	2.574	**44.779**	37.371
Patrimônio líquido				
Capital social	**536.831**	280.266	**536.831**	280.266
AFAC	**1.252**	30.768	**1.252**	30.768
Reserva de capital	**1.334.988**	100.286	**1.334.988**	100.286
Reserva de lucros	**6.603**	–	**6.603**	–
Reserva legal	**2.115**	–	**2.115**	–
Prejuízos acumulados	**–**	(66.107)	**–**	(66.107)
	1.881.789	345.213	**1.881.789**	345.213
Participação dos acionistas não controladores	**–**	–	**3.624**	–
Total do patrimônio líquido	**1.881.789**	345.213	**1.885.413**	345.213
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.965.874**	356.554	**2.049.875**	401.550

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	**254**	–	**165.758**	12.992
Custo das operações	**–**	–	**(47.431)**	(5.516)
Lucro bruto	**254**	–	**118.327**	7.476
Despesas operacionais				
Despesa gerais e administrativas	**(102.195)**	(21.197)	**(139.486)**	(26.071)
Outras receitas/despesas	**(412)**	37	**1.132**	3.721
Reversão de provisão para redução ao valor recuperável	**–**	–	**–**	14.081
Resultado da equivalência patrimonial	**77.829**	14.172	**–**	–
Prejuízo antes do resultado financeiro	**(24.524)**	(6.988)	**(20.027)**	(793)
Resultado financeiro líquido	**3.169**	333	**3.698**	(21)
Receitas financeiras	**3.791**	586	**11.063**	649
Despesas financeiras	**(622)**	(253)	**(7.365)**	(670)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(21.355)**	(6.655)	**(16.330)**	(814)
IRPJ e CSLL, corrente e diferido	**63.654**	–	**58.628**	(5.841)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**42.299**	(6.655)	**42.299**	(6.655)
Lucro líquido atribuível aos acionistas				
Controladores			**42.299**	(6.655)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**42.299**	(6.655)	**42.299**	(6.655)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total dos resultados abrangentes do exerc.	**42.299**	(6.655)	**42.299**	(6.655)

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	AFAC	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva Legal	Reserva de lucros: Reserva de Lucros	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**62.313**	**–**	**–**	–	–	**(59.452)**	**2.861**	**–**	**2.861**
AFAC	–	41.287	–	–	–	–	41.287	**–**	41.287
Aumento de capital	10.519	(10.519)	–	–	–	–	–	**–**	–
Reorganização societária	207.434	–	100.286	–	–		307.720	**–**	307.720
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(6.655)	(6.655)	**–**	(6.655)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	280.266	30.768	100.286	–	–	(66.107)	345.213	–	345.213
AFAC	**–**	**122.741**	**–**	**–**	**–**	**–**	**122.741**	**–**	**122.741**
Resgate parcial de ações	**–**	**–**	**(71.429)**	**–**	**–**	**–**	**(71.429)**	**–**	**(71.429)**
Aumento de capital	**179.896**	**(152.257)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**27.639**	**–**	**27.639**
Reorganização societária	**152.517**	**–**	**1.346.232**	**–**	**–**	**–**	**1.498.749**	**–**	**1.498.749**
Redução de capital por meio de reorganização societária	**(13.340)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(13.340)**	**–**	**(13.340)**
Transação com sócios não controladores	**–**		**(10.023)**	**–**	**–**	**–**	**(10.023)**	**3.624**	**(6.399)**
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**42.299**	**42.299**	**–**	**42.299**
Absorção de prejuízos acumulados	**(62.508)**	**–**	**(30.078)**	**–**	**–**	**92.586**	**–**	**–**	**–**
Reserva legal	**–**	**–**	**–**	**2.115**	**–**	**(2.115)**	**–**	**–**	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(10.046)**	**(10.046)**	**–**	**(10.046)**
Dividendos adicionais	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(53.612)**	**(53.612)**		**(53.612)**
Reserva de lucros	**–**	**–**	**–**	**–**	**6.603**	**(6.603)**	**–**	**–**	**–**
Outros	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**3.598**	**3.598**	**–**	**3.598**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**536.831**	**1.252**	**1.334.988**	**2.115**	**6.603**	**–**	**1.881.789**	**3.624**	**1.885.413**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(21.355)**	(6.655)	**(16.330)**	(814)
Ajustes para:				
Resultado da equivalência patrimonial	**(77.829)**	(14.172)	**–**	–
Depreciação e amortização	**1.527**	905	**18.694**	2.328
Baixas líquidas de ativos imobilizados	**–**	615	**–**	808
Linearização da receita	**–**	–	**(1.481)**	
Provisões (reversões) para contingências	**1.236**	(30)	**(212)**	2.002
Provisão para perda de crédito esperada	**–**	–	**(294)**	1.207
Juros sobre arredamento	**196**	–	**3.818**	–
Provisão para participação nos lucros	**2.198**	2.885	**2.237**	2.885
Reversão de provisão para redução ao valor recuperável	**–**	–	**–**	(14.081)
Perdas com investimentos	**6**	–	**6**	–
Provisão para bonificação da administração	**27.639**	–	**27.639**	–
Outros ajustes	**257**	–	**2.495**	–
Variações nas contas de ativo e passivo				
Contas a receber	**(72)**	–	**1.519**	806
Créditos diversos	**(292)**	268	**887**	(181)
Partes relacionadas	**(762)**	(1.605)	**2.623**	(923)
Tributos a recuperar	**(754)**	(557)	**2.122**	(1.327)
Outros ativos	**(4.182)**	–	**(3.898)**	–
Despesas antecipadas	**(28)**	36	**4.987**	89
Depósitos judiciais	**(1)**	–	**2.171**	(816)
Estoques	**–**	–	**192**	(172)
Fornecedores	**711**	(431)	**(1.362)**	(1.973)
Obrigações tributárias	**78**	–	**(2.329)**	(654)
Valores a pagar para partes relacionadas	**(2)**	–	**(1.771)**	–
Outras obrigações	**–**	–	**(362)**	–
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	**5.309**	(1.712)	**3.763**	(1.472)
Adiantamento de clientes	**(12)**	–	**271**	(2.101)
Juros pagos	**(196)**	(123)	**(3.818)**	(545)
Imposto de renda e contribuição sobre o lucro	**–**	–	**(14.016)**	–
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**(66.329)**	(20.576)	**27.551**	(14.934)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Reorganização societária (nota 1.c/d)	**–**	–	**62.300**	37.291
Distribuição recebidas de investidas	**84.337**	–	**–**	–
Investimento em controladas	**(10.984)**	(17.772)	**–**	–
Adições de propriedades para investimento	**(40.698)**	–	**(84.654)**	(19.085)
Adições de imobilizado	**(764)**	(2.763)	**(890)**	(2.847)
Adições de intangível	**(516)**	–	**(516)**	–
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	**31.375**	(20.535)	**(23.760)**	15.359
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de passivos de arrendamento	**(431)**	(77)	**(1.348)**	(132)
Resgate parcial de ações	**(71.429)**	–	**(71.429)**	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	**122.741**	41.287	**122.741**	41.287
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**50.881**	41.210	**49.964**	41.155
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**15.927**	99	**53.755**	41.580
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**5.360**	5.261	**46.993**	5.413
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**21.287**	5.360	**100.748**	46.993
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**15.927**	99	**53.755**	41.580

A DIRETORIA

Fernando Hamaoui - *Diretor* | **Thiago Augusto Cordeiro** - *Diretor*

Ernst & Young Auditores Independentes - *CRC/SP nº 034519/O* | **David do Vale Martelli Tristão** - *Contador - CRC/SP nº 315830/O*

DATA MERCANTIL
SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.
FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br
datamercantil.com.br

GA Self Storage Participações S.A.

CNPJ nº 21.567.390/0001-56

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	**12**	459	**3.323**	6.778
Contas a receber	**–**	–	**794**	1.766
Tributos a recuperar	**1.821**	1.489	**2.059**	1.932
Despesas antecipadas	**–**	–	**60**	–
Outros ativos	**–**	85	**–**	730
Total do ativo circulante	**1.833**	2.033	**6.236**	11.206
Não circulante				
Impostos diferidos (a)	**–**	–	**519**	–
Investimento em controladas	**75.489**	81.939	**–**	–
Propriedades para investimento	**–**	–	**71.593**	71.445
Imobilizado	**–**	–	**524**	224
Intangível	**–**	–	**3**	–
Total do ativo não circulante	**75.489**	81.939	**72.639**	71.669
Total do ativo	**77.322**	83.972	**78.875**	82.875

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	**2**	36	**411**	282
Partes relacionadas (p)	**–**	4.534	**357**	–
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	**–**	–	**195**	204
Obrigações tributárias	**–**	5	**515**	572
Adiantamento de clientes	**–**	–	**60**	–
Dividendos a pagar	**1.779**	–	**1.779**	284
Total do passivo circulante	**1.781**	4.575	**3.317**	1.342
Não circulante				
Impostos diferidos (p)	**–**	–	**–**	1.037
Provisão para demandas judiciais	**–**	–	**17**	1.099
Total do passivo não circulante	**–**	–	**17**	2.136
Patrimônio líquido				
Capital social	**69.609**	244.208	**69.609**	244.208
Reserva de capital	**220**	220	**220**	220
Reserva de lucros	**5.337**	–	**5.337**	–
Reserva legal	**375**	–	**375**	–
Prejuízos acumulados	**–**	(165.031)	**–**	(165.031)
Total do patrimônio líquido	**75.541**	79.397	**75.541**	79.397
Total do passivo e patrimônio líquido	**77.322**	83.972	**78.875**	82.875

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita líquida	**–**	–	**15.868**	55.608
Custos operacionais	**–**	–	**(5.441)**	(1.997)
Lucro bruto	**–**	–	**10.427**	53.611
Despesas gerais e administrativas	**(222)**	(5.154)	**(2.890)**	(38.375)
Equivalência patrimonial	**7.154**	7.190	**–**	–
Ajuste ao valor recuperável de propriedades para investimento	**–**	–	**867**	(3.983)
Outras despesas/receitas operacionais	**314**	(9.300)	**(1.253)**	(12.816)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	**7.246**	(7.264)	**7.151**	(1.563)
Receitas financeiras	**303**	373	**659**	1.560
Despesas financeiras	**(47)**	(2)	**(344)**	(943)
Resultado financeiro	**256**	371	**315**	617
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	**7.502**	(6.893)	**7.466**	(946)
IRPJ e CSLL correntes	**(12)**	–	**(1.748)**	(3.157)
IRPJ e CSLL diferidos	**–**	–	**1.772**	(2.790)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**7.490**	(6.893)	**7.490**	(6.893)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**7.490**	(6.893)	**7.490**	(6.893)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total dos result. abrangentes do exercício	**7.490**	(6.893)	**7.490**	(6.893)

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de Lucros	Reserva Legal	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (reapresentado)	408.876	(65.245)	–	–	99	(90.657)	253.073
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(6.893)	(6.893)
Outras movimentações	–	–	–	–	(99)	137	38
Aumento de capital (aportes)	18.619	–	–	–	–	–	18.619
Redução de capital (cisão)	(196.626)	–	–	–	–	–	(196.626)
Complemento da reorganização societária (cisão)	13.339	–	–	–	–	(2.153)	11.186
Transação de capital	–	65.465	–	–	–	(65.465)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	244.208	220	–	–	–	(165.031)	79.397
Absorção de prejuízos	**(165.031)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**165.031**	**–**
Redução de capital	**(9.568)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(9.568)**
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**7.490**	**7.491**
Constituição da reserva legal	**–**	**–**	**–**	**375**	**–**	**(375)**	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(1.779)**	**(1.779)**
Constituição da reserva de lucro	**–**	**–**	**5.337**	**–**	**–**	**(5.337)**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**69.609**	**220**	**5.337**	**375**	**–**	**–**	**75.541**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**7.490**	(6.893)	**7.490**	(6.893)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas				
Depreciação e amortização	**–**	–	**722**	5.188
Ajuste ao valor recuperável de propriedades para investimento	**–**	–	**(867)**	3.983
Baixa de adiantamento de lucros recebidos	**–**	(5.292)	**–**	–
Juros sobre arrendamento	**–**	–	**–**	208
Provisão para perdas por créditos de liquidação duvidosa	**–**	–	**100**	219
Provisão para contingências	–	–	**(1.082)**	(871)
Equivalência patrimonial	**(7.154)**	(7.190)	**–**	–
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	**12**	–	**(24)**	5.947
Outros ajustes	**–**	–	**(17)**	–
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	**–**	–	**873**	(3.229)
Tributos a recuperar	**(332)**	299	**(133)**	2.855
Outros ativos	**85**	6.471	**730**	5.810
Despesas antecipadas	**–**	–	**(60)**	–
Fornecedores	**(34)**	9	**129**	(924)
Obrigações trabalhistas	**–**	–	**(9)**	(3.082)
Obrigações tributárias	**(16)**	(567)	**(153)**	(1.752)
Outros passivos	**–**	(2.824)	**–**	(2.446)
Partes relacionadas	**(4.534)**	–	**357**	–
Adiantamento de clientes	**–**	–	**60**	–
Juros pagos de arrendamento	**–**	–	**–**	(208)
Impostos pagos sobre o lucro	**–**	–	**(1.700)**	(5.380)
Fluxo de caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**(4.483)**	**(15.987)**	**6.416**	(575)
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Adições a propriedades de investimento	**–**	–	**–**	(1.294)
Investimento em investidas	**–**	(18.665)	**–**	–
Adições ao imobilizado e intangível	**–**	–	**(303)**	(299)
Caixa cedido na cisão – Nota 1. b	**–**	–	**–**	(22.378)
Redução de capital em controladas	**10.307**	–	**–**	–
Dividendos recebidos	**3.297**	16.392	**–**	–
Fluxo de caixa gerado (consumido) pelas atividades de investimento	**13.604**	**(2.273)**	**(303)**	(23.971)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento:				
Aumento de capital	**–**	18.619	**–**	18.619
Redução de capital	**(9.568)**	–	**(9.568)**	–
Pagamento de passivos de arrendamento	**–**	–	**–**	(528)
Fluxos de caixa gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	**(9.568)**	18.619	**(9.568)**	18.091
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**(447)**	359	**(3.455)**	(6.455)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	**459**	100	**6.778**	13.233
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	**12**	459	**3.323**	6.778
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**(447)**	359	**(3.455)**	(6.455)

A DIRETORIA

Fernando Hamaoui - *Diretor* | **Thiago Augusto Cordeiro** - *Diretor*

Ernst & Young Auditores Independentes - *CRC/SP nº 034519/O* | **David do Vale Martelli Tristão** - *Contador - CRC/SP nº 315830/O*

PUBLICIDADE LEGAL

Ewally Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ nº 00.714.671/0001-14 - NIRE 35.300.490.215

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços Patrimoniais Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
valores expressos em reais

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		**7.477.140**	**19.155.136**
Disponibilidades			
Depósitos bancários	4	14.121	477.818
Relações Interfinanceiras			
Créditos Vinculados	4	4.643.987	14.596.610
Instrumentos financeiros			
Títulos e valores mobiliários	4/5	5.816	858.589
Outros Créditos			
Rendas a receber	6	9.899	674.501
Impostos e contribuições a compensar	8	852.413	721.643
Outros valores e bens			
Despesas antecipadas		34.565	–
Diversos a receber	7	1.916.339	1.825.975
Não circulante		**8.910**	**221.248**
Outros Créditos			
Diversos a receber	7	–	130.000
Impostos e contribuições a compensar	8	–	10.420
Outros valores e bens			
Despesas antecipadas		–	55.655
Permanente			
Imobilizado de uso			
Imobilizado	9	149.551	149.551
(-) Depreciação acumulada	9	(142.641)	(126.378)
Intangível			
Ativos intangíveis	10	358.831	358.831
(-) Amortização acumulada	10	(356.831)	(356.831)
Total do Ativo		**7.486.050**	**19.376.384**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		**7.725.139**	**11.928.054**
Depósitos			
Contas de pagamento pré-pagas	11	5.444.810	9.971.615
Relações interfinanceiras			
Obrigações por transações de pagamentos	11	42.848	354.843
Outras obrigações			
Impostos e contribuições a recolher	12	119.708	219.026
Provisão para contingências	13	1.280.569	627.134
Credores Diversos		614.434	440.297
Transações com sociedades ligadas	14	–	15.846
Outros Passivos	15	222.770	299.293
Não circulante		**–**	**5.000.000**
Diversas			
Obrigações por transações de pagamentos	11	–	5.000.000
Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)		**(239.089)**	**2.448.330**
Capital social	16	57.239.825	52.239.825
Prejuízos acumulados	16	(57.478.914)	(49.791.495)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**7.486.050**	**19.376.384**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)
Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 valores expressos em reais

Contas do Patrimônio Líquido	Capital Social	Reserva legal	Reserva de lucros	Outros Result. abrangentes	Lucro/Prejuízo Acumulado	Total
Saldo em 31/12/2024	**52.239.825**	–	–	–	**(49.791.495)**	**2.448.330**
Aumento de capital social	5.000.000	–	–	–	–	5.000.000
Prejuízo do período	–	–	–	–	(2.699.398)	(2.699.398)
Saldo em 30/06/2025	**57.239.825**	**–**	**–**	**–**	**(52.490.893)**	**4.748.932**
Aumento de capital social	–	–	–	–	–	–
Prejuízo do período	–	–	–	–	(4.988.021)	(4.988.021)
Saldo em 31/12/2025	**57.239.825**	**–**	**–**	**–**	**(57.478.914)**	**(239.089)**
Mutações do exercício	**5.000.000**	**–**	**–**	**–**	**(7.687.419)**	**(2.687.419)**
Saldo em 01/12/2024	**14.000.033**	**–**	**–**	**–**	**(9.255.043)**	**4.744.990**
Aumento de capital social	38.239.792	–	–	–	–	38.239.792
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(40.574.192)	(40.574.192)
(+/-) resultado de exercícios anteriores		–	–	–	37.740	37.740
Saldo em 31/12/2024	**52.239.825**	**–**	**–**	**–**	**(49.791.495)**	**2.448.330**
Mutações do exercício	**38.239.792**	**–**	**–**	**–**	**(40.536.452)**	**(2.296.660)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações do Resultado Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 valores expressos em reais

	Nota	01/07/2025 a 31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de intermediação financeira				
Operações com títulos e valores imobiliários	17	490.389	1.288.303	5.387.262
Despesas de intermediação financeira	17	(6.475)	(12.786)	(260.186)
Resultado Líquido de intermediação financeira		**483.914**	**1.275.517**	**5.127.076**
Rendas de prestação de serviços	18	25.174	3.928.302	16.807.848
Custos dos serviços prestados	19	(2.578.290)	(5.958.278)	(9.343.942)
Receita líquida operacional		**(2.553.116)**	**(2.029.976)**	**7.463.906**
Outras receitas (despesas) operacionais		**(3.220.372)**	**(7.387.330)**	**(53.484.702)**
Despesas administrativas	20	(1.260.896)	(2.366.081)	(4.100.124)
Despesas de pessoal	21	(1.821.216)	(3.934.824)	(6.544.548)
Depreciação e amortização	9 /10	(8.131)	(16.263)	(239.504)
Despesas Tributárias	22	(32.316)	(329.040)	(1.820.096)
Outras despesas operacionais	23	(97.813)	(741.122)	(40.780.430)
Resultado operacional		**(5.289.574)**	**(8.141.789)**	**(40.893.720)**
Resultado não operacional	24	301.553	454.370	357.268
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**(4.988.021)**	**(7.687.419)**	**(40.536.452)**
Imposto de renda e contribuição social		**–**	**–**	**(37.740)**
Prejuízo do semestre/exercício		**(4.988.021)**	**(7.687.419)**	**(40.574.192)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 valores expressos em reais

	01/07/2025 a 31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do semestre/exercício	**(4.988.021)**	**(7.687.419)**	**(40.574.192)**
Outros resultados abrangentes	–	–	–
Resultado abrangente do semestre/exercício	**(4.988.021)**	**(7.687.419)**	**(40.574.192)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - método indireto Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 valores expressos em reais

	Nota	01/07/2025 a 31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) ajustado do semestre/exercício		**(4.988.021)**	**(7.687.419)**	**(40.574.192)**
Ajustes ao (Prejuízo) por:				
Baixa do Ativo Fixo	23	–	–	3.211.723
Depreciação e Amortização	9 / 10	8.131	16.263	239.504
Provisão para passivos contingentes	23	68.794	653.434	110.337
Resultado Líquido Ajustado		**(4.911.096)**	**(7.017.722)**	**(37.012.628)**
(Aumento) redução nos ativos		**903.595**	**604.978**	**326.698**
Rendas a receber		723.098	664.602	(521.198)
Transações com sociedades ligadas		51.124	–	616.241
Diversos a receber		335.742	39.635	(1.825.975)
Impostos e contribuições a compensar		(209.013)	(120.350)	2.064.838
Despesas antecipadas		2.644	21.091	(7.208)
(Aumento) redução nos passivos		**(132.127)**	**(9.856.349)**	**(72.975.253)**
Obrigações por transações de pagamentos		(90.813)	(5.311.995)	(320.709)
Transações com sociedades ligadas		–	(15.846)	(232.660)
Contas de pagamento pré-pagas		(143.084)	(4.526.803)	(71.621.528)
impostos e contribuições a recolher		(20.763)	(99.319)	(47.195)
Outros Passivos		(82.073)	(76.524)	(317.826)
Credores Diversos		204.606	174.138	(435.335)
Caixa líquido das atividades operacionais		**(4.139.628)**	**(16.269.093)**	**(109.661.183)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de intangível	9	–	–	(895.616)
Caixa líquido das atividades de investimento		**–**	**–**	**(895.616)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Integralização de capital		–	5.000.000	38.239.792
Ajustes no PL		–	–	37.740
Caixa Líquido das atividades de financiamento		**–**	**5.000.000**	**38.277.532**
Variação do caixa e equivalentes de caixa		**(4.139.628)**	**(11.269.093)**	**(72.279.267)**
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa				
No final do exercício		4.663.924	4.663.924	15.933.017
No início do exercício		8.803.552	15.933.017	88.212.284
Variação do caixa equivalentes de caixa		**(4.139.628)**	**(11.269.093)**	**(72.279.267)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A **EWALLY Instituição de Pagamento S.A**. ("Ewally" ou "Companhia"), nova denominação de Ewally Tecnologia e Serviços S.A. desde 23/09/2021, foi constituída em 19/07/1995, e desde 01/03/2016 é uma Companhia por ações de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com sede na Rua da Consolação, 2302 – 4º Andar – Conjunto 42 – Sala 118 - Consolação – CEP 01302-001. **A Companhia tem por objeto social ("negócios"):** i. prestação de serviços de processamento de dados; ii. desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; iii. atividade de consultoria empresarial; iv. participações em outras Sociedades; v. desenvolvimento, administração e gestão de arranjos de pagamentos, sendo responsável por desenvolver as regras e os procedimentos que disciplinam a prestação de serviços de pagamento ao público; vi. desenvolvimento, administração e gestão de programas de cartões de convênios, cartões de crédito, cartões de débito, cartões pré-pagos e de pagamentos com meios eletrônicos; vii. intermediações de convênios regulados pelo sistema PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador; viii. prestação de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar, a receber e aceitação de depósitos (ou créditos) dos usuários; ix. administração de recebíveis provenientes das transações realizadas pelos usuários; x. gestão de pagamentos e recebimentos por conta e ordem de terceiros; xi. prestação de serviços de autorizações de transações realizadas pelos usuários; xii. aquisição de direitos creditórios de outrem; e xiii. Iniciador de Pagamento. Os usuários da Ewally utilizam suas contas digitais de pagamentos (pré-pagas) para realização de compras, transferências, pagamentos e emissão de boletos, incluindo créditos em recargas de celulares e bilhetes de transportes, bem como APIs flexíveis para gerenciar seus pagamentos. Em 18 de janeiro de 2021, a Companhia ultrapassou o limite máximo de R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) em transações de pagamento, considerando o somatório dos valores correspondentes aos doze meses anteriores. Tal condição, possibilitou a Companhia a ingressar com o pedido de autorização de funcionamento junto ao Banco Central do Brasil ("BACEN"), nos termos da Circular nº 3.885, de 26 de março de 2018. O pedido foi protocolado junto ao BACEN no dia 26 de março de 2021 e recebeu autorização para atuar como instituição de pagamentos nas modalidades emissor de moeda eletrônica e iniciador de transação de pagamento, segundo despacho no Diário Oficial da União ("DOU") em 06 de outubro de 2022. Neste contexto, a Ewally iniciou a homologação de sua conta de liquidação com o BACEN em novembro de 2022, com a entrada em produção gradual desde o mês de abril de 2023, para consequente internalização das operações em moeda eletrônica de seus usuários, permitindo que as transações financeiras de suas contas de pagamento digitais sejam realizadas diretamente por meio deste sistema, sob o código bancário 534. Seguindo o seu planejamento operacional, em outubro de 2023, a Ewally, após nova obtenção de aprovação do Banco Central, iniciou a sua operação no Sistema de Pagamentos Instantâneos ("PIX Direto") e em janeiro de 2024 a Ewally, por meio de sua conta de liquidação junto ao Sistema de Pagamentos Brasileiros (SPB), iniciou as operações de Transferência Eletrônica Disponível (TED) inexistindo a necessidade de bancos parceiros para tais operações. Em 31 de dezembro de 2025, a companhia apresentava patrimônio líquido negativo de R$ 239 mil e capital circulante líquido negativo de R$ 248 mil, além de histórico de prejuízos acumulados. A administração elaborou plano de capitalização, que compreendeu o aumento do capital da companhia ocorrido em 16 de março de 2026, no montante de R$ 11 milhões, sujeito à aprovação do Banco Central do Brasil. **Resoluções do CMN que entraram em vigor:** A partir de 01 de janeiro de 2025, entraram em vigor: Resolução CMN nº 4.966/21, Resolução BCB n° 352/23 e normas complementares. Em novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou a Resolução CMN nº 4.966/21, que estabelece novas regras contábeis para instrumentos financeiros com base nos conceitos da norma internacional IFRS 9. A nova resolução substitui as resoluções e circulares do Banco Central do Brasil que direcionavam a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros e da provisão para devedores direcionavam a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros e da provisão para devedores duvidosos, como a Res. CMN nº 2.682/99 – que definia a base de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das instituições financeiras desde 1999 – e as circulares nº 3.068/01 e nº 3.082/03 (emitidas pelo Bacen), aplicáveis aos títulos e aos valores mobiliários. A resolução CMN nº 4.966/21 estabelece às instituições financeiras avaliem seus instrumentos financeiros e os classifiquem e mensurem conforme as regras de negócio estipuladas para cada ativo e passivo financeiro. Entre outros aspectos a resolução requer que as instituições mensurem suas provisões para créditos de liquidação duvidosa com base no conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes. No ano de 2023, as Resoluções CMN nº 5.100/23 e BCB nº 352/23 foram emitidas, sendo complementares à Res. CMN nº 4.966/21, e dispõem de diretrizes adicionais, como por exemplo, tratamento das seguintes matérias: a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observadas pelas instituições financeiras; reconhecimento de custos de transação imateriais, apropriação de receita. **Transição:** Conforme a Resolução BCB nº 352/23 – Art. 94, a aplicação dos preceitos estabelecidos pela resolução deverá ser aplicada de forma prospectiva às demonstrações financeiras, a partir de 1º de janeiro de 2025. Dessa forma, os saldos referentes a 31 de dezembro de 2024, bem como aos semestres findos naquele ano não foram ajustados e não requerem republicação, após avaliação dos possíveis impactos dos novos normativos não foram observados efeitos na adoção inicial que devessem ser contabilizados no patrimônio líquido de 01 de janeiro de 2025. Classificação de ativos e passivos financeiros na adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/21. Pelas análises efetuadas e com base no modelo de negócios de cada produto, descrevemos abaixo de forma resumida o resultado dos modelos de negócios designados para cada família de produto e sua respectiva classificação:

Produto	Conta Contábil COSIF	Modelo de negócios	Classificação
Caixa e Equivalentes	1.1.2.30.00 - Depósitos bancários de instituição sem conta reserva	Coletar Fluxo de Caixa contratual	Custo amortizado
Títulos e Valores mobiliários	1.3.1.10.25 - Certificado depósito bancário	Outros modelos de negócios	Valor justo no resultado
Outros Créditos	1.8.8.92.00 - Devedores diversos - País	Outros modelos de negócios	Valor justo no resultado

Modalidade de Passivo	Classificação Resolução BCB nº 4966/21
Instrumentos Financeiros	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Relações interfinanceiras	Custo amortizado
Créditos	Custo amortizado
Outras Contas a Pagar	Custo amortizado
Dividendos a pagar	Custo amortizado

2. Apresentação das demonstrações financeiras: Base de preparação: As Demonstrações Financeiras da Ewally são produzidas em consonância com as melhores práticas contábeis adotadas no Brasil, especialmente no que tange à Instituições de Pagamentos, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BCB"), conforme as diretrizes estabelecidas pela Resolução BCB nº 2/2020, já com as alterações introduzidas pela Resolução BCB 367/2024, bem como os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pelo Banco Central do Brasil e foram elaboradas em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são: • CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro – Resolução CMN nº 4.924/21; • CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos – Resolução CMN nº 4.924/21; • CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras – Resolução CMN nº 4.525/16; • CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa – Resolução CMN nº 4.818/20; • CPC 04 (R1) – Ativo intangível – Resolução CMN nº 4.534/16; • CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas – Resolução CMN nº 4.818/20; • CPC 06 (R2) – Arrendamentos – Resolução CMN nº 4.975/21; • CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – Resolução CMN nº 3.989/11; • CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro – Resolução CMN nº 4.924/21; • CPC 24 – Eventos Subsequentes – Resolução CMN nº 4.818/20; • CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09; • CPC 27 – Ativo imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/16; • CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda – Resolução CMN nº 4.747/19; • CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados – Resolução CMN nº 4.877/20; • CPC 41 – Resultado por ação – Resolução CMN nº 4.818/20; • CPC 46 – Mensuração do valor justo – Resolução CMN nº 4.924/21; • CPC 47 – Receita de contrato com cliente – Resolução CMN nº 4.924/21; e • CPC 48 – Instrumentos Financeiros – Resolução CMN nº 4.966/21. As transações foram registradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo naquilo que couber. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas sobre o pressuposto da continuidade operacional. No exercício de 2025, conforme apresentado, a Companhia apresentou prejuízo operacional. Contudo, pressupõe-se sua continuidade operacional, cujas premissas pautam-se sobre (i) o seu grau de liquidez corrente, (ii) o constante valor realizado de Total de Pagamentos (TPV) e (iii) o saldo de depósitos de terceiros em contas de pagamento pré-pagas, gerando consequentemente ganhos por meio de rendimentos. As Demonstrações Financeiras do exercício de 2025 foram aprovadas pela administração em 24 de março de 2026.

Administração. Joamir Parmejani Bisterzo - Diretor Presidente; Denis Marques Amorim - Diretor. Responsável Técnico pela Contabilidade: Waldir Vicente D'Agrella - Contador/CRC 1SP205405/O-0.

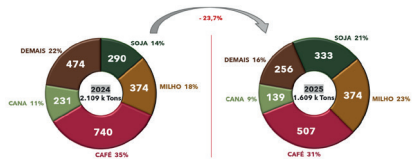
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras. Aos Acionistas e Administradores do **Ewally Instituição de Pagamento S.A.** São Paulo - SP. **Opinião**: Examinamos as demonstrações financeiras da Ewally Instituição de Pagamento S.A. ("Instituição") , que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1, à s demonstrações financeiras, que descreve e indica que, em 31 de dezembro de 2025, a Instituição apresentava patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R$ 239 mil e passivo circulante em excesso ao ativo circulante em aproximadamente R$ 248 mil, além de apresentar prejuízos recorrentes e geração negativa de caixa operacional. Em 31 de dezembro de 2025, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 25, o requerimento mínimo do Patrimônio de Referência de Instituição de Pagamento (PRIP) estava inferior (situação de desenquadramento) ao exigido pelo Banco Central do Brasil. Conforme Notas Explicativas nºs 1 e 27, a administração elaborou plano de capitalização e reestruturação operacional, que inclui o aumento do capital social da Instituição (que ocorreu em 16 de março de 2026, no montante de R$ 11 milhões, ainda sujeito à aprovação do Banco Central do Brasil até a presente data). Esses eventos e condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de a Instituição continuar operando. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 24 de março de 2026. Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP -025.583/O-1. Luis Roberto Cardoso Inacio - Contador CRC 1RJ -109.628/O-0

DATA MERCANTIL
SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.
datamercantil.com.br

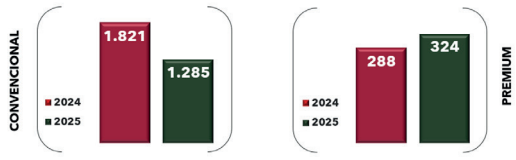
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2025

SENHORES ACIONISTAS,
Em atendimento às disposições legais e regulamentares, a Fertilizantes Heringer S.A. apresenta, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhados do relatório dos auditores independentes e das respectivas notas explicativas.
O core business da Companhia consiste na aquisição de matérias-primas, predominantemente provenientes do mercado internacional, que são posteriormente industrializadas e distribuídas no mercado nacional.
A Heringer estima que o consumo brasileiro de fertilizantes em 2026 deverá permanecer em linha com 2025, totalizando aproximadamente 46,0 milhões de toneladas.
As importações brasileiras de fertilizantes alcançaram 45,5 milhões de toneladas durante 2025, superando as 44,3 milhões de toneladas registradas no ano de 2024, estabelecendo um novo recorde da série histórica. Esse bom desempenho reforça um cenário positivo para a agricultura nacional, pois indica uma maior disposição dos produtores em ampliar a área plantada de grãos e elevar a produtividade média de suas lavouras. Ao longo de 2025, o volume crescente de aquisições já sinalizava confiança do setor produtivo nas perspectivas da safra.
As exportações do agronegócio brasileiro totalizaram US$ 169,2 bilhões em 2025, o que representa um aumento de 3,0% em relação aos US$ 164,3 bilhões registrados em 2024. O valor corresponde a 48,5% de todo o valor exportado pelo Brasil no ano passado. O resultado foi impulsionado pelo aumento de 3,6% no volume de produtos enviados ao exterior, desempenho que compensou a queda de 0,6% nos preços médios.
A contribuição do agronegócio para a atividade econômica do Brasil em 2025 foi decisiva para o crescimento do PIB, destacando-se como o setor de melhor desempenho no período. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a agropecuária registrou expansão de aproximadamente 11,7%, o maior avanço entre os grandes setores da economia no ano. Esse desempenho teve impacto significativo no resultado geral da atividade econômica, contribuindo para que o PIB brasileiro crescesse 2,3% em 2025.

ENTREGAS HERINGER
O ano de 2025 apresentou uma redução de cerca de 24% no volume total entregue, com quedas nas culturas de café, cana e demais culturas. A soja apresentou crescimento considerável, enquanto o milho manteve estabilidade em volume, elevando sua representatividade no mix.



O ano de 2025 foi marcado por mudança estrutural no mix de vendas, com aumento da participação dos produtos premium e redução relativa da linha convencional. Esse movimento evidencia a evolução estratégica do portfólio e reforça a expectativa de captura de ganhos de margens futuras.



ECONÔMICO-FINANCEIRO
Receita Líquida: atingiu R$ 4.094,8 milhões, redução de 11,1% em relação aos R$ 4.608,6 milhões em 2024. O desempenho reflete principalmente a retração no volume vendido no período, cerca de 24%, impactando diretamente a geração da receita.
Resultado Bruto: somou R$ 6,2 milhões, queda frente aos R$ 131,9 milhões em 2024 (-95,3%), a margem bruta caiu de 2,9% para 0,2%, impactada pela menor diluição de custos diante da retração de volume.
EBITDA: negativo em R$ 176,1 milhões, inferior em relação aos R$ 192,2 milhões negativos de 2024 (-8,4%), refletindo a piora operacional decorrente da redução de receita e compressão de margens.
Resultado Líquido: o prejuízo líquido foi reduzido para R$ 172,2 milhões, comparado a R$ 1.154,7 milhões em 2024 (-85,1%). A melhora expressiva decorre principalmente do resultado financeiro mais favorável apresentado em 2025.

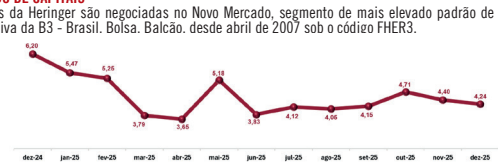
(R$ MIL)	2025	% RL	2024	% RL	Δ % 25/24
Volume	**1.608.718**		**2.108.896**		*-23,7%*
Receita Líquida	**4.094.770**	*100,0%*	**4.608.584**	*100,0%*	*-11,1%*
CPV	**(4.088.575)**	*-99,8%*	**(4.476.709)**	*-97,1%*	*-8,7%*
Resultado Bruto	**6.195**	*0,2%*	**131.875**	*2,9%*	*-95,3%*
Fretes e Comissões	**(70.787)**	*-1,7%*	**(119.944)**	*-2,6%*	*-41,0%*
VG&A	**(218.839)**	*-5,3%*	**(266.403)**	*-5,8%*	*-17,9%*
Outras receitas operacionais, Líquidas	**16.004**	*0,4%*	**1.633**	*0,0%*	*880,0%*
EBITDA	**(176.071)**	*-4,3%*	**(192.156)**	*-4,2%*	*-8,4%*
Resultado Financeiro Líquido	**204.180**	*5,0%*	**(769.902)**	*-16,7%*	*126,5%*
Resultado Líquido	**(172.242)**	*-4,2%*	**(1.154.741)**	*-25,1%*	*-85,1%*

A variação cambial em 2025, foi positiva em R$ 410,7 milhões, frente à de 2024 que foi negativa em R$ 634,7 milhões. No período, a taxa de câmbio apresentou movimento relevante de apreciação do real frente ao dólar ao longo da maior parte do exercício. O câmbio encerrou 31/12/2025 em R$ 5,50, comparado a R$ 6,19 em 31/12/2024, representando valorização de 11,1% do real no período.

PERÍODO	TAXA DE CÂMBIO	Δ
31/12/2024	6,19	- 7,3 %
31/03/2025	5,74	- 5,0 %
30/06/2025	5,46	- 2,5 %
30/09/2025	5,32	+ 3,5 %
31/12/2025	5,50	- 11,1 %

A trajetória foi marcada por forte apreciação no primeiro semestre (-7,3% no 1T25 e -5,0% no 2T25), manutenção do movimento no terceiro trimestre (-2,5%) e leve reversão no quarto trimestre (+3,5%).
Apesar da recuperação do dólar no final do ano, o real permaneceu significativamente valorizado em relação ao encerramento de 2024.

MERCADO DE CAPITAIS
As ações da Heringer são negociadas no Novo Mercado, segmento de mais elevado padrão de governança corporativa da B3 - Brasil. Bolsa. Balcão. desde abril de 2007 sob o código FHER3.



No consolidado do período, a cotação das ações apresentou retração em relação ao encerramento do exercício anterior. O papel passou de R$ 6,20 em dezembro de 2024 para R$ 4,24 em dezembro de 2025.
Ao longo do exercício, observou-se elevada volatilidade no primeiro semestre, com posterior estabilização das cotações na segunda metade do ano. Apesar das recuperações pontuais registradas ao longo de 2025, o desempenho anual refletiu, de forma agregada, a reprecificação do ativo ao longo do período.
Entre os principais fundamentos da Heringer destacam-se o relevante potencial de atuação em um mercado em expansão e altamente competitivo, o foco estratégico no atendimento ao varejo e o elevado reconhecimento de sua marca.

DIREITO DOS ACIONISTAS
De acordo com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a compensação de prejuízos acumulados, se houver, e deduzido ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências ou reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.
A Companhia poderá manter reserva estatutária de lucros denominada "Reserva de Investimentos" que terá por fim financiar sua expansão. Tal reserva não poderá exceder a 80% do capital social subscrito e à qual serão atribuídos recursos não inferiores a 5% e não superiores a 75% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias.
O saldo remanescente de lucro líquido do exercício após a distribuição de dividendos e constituição de reserva estatutária, se houver, terá a destinação a ser dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.
Em 31 de dezembro de 2025, o montante que seria destinado a reserva de lucros - Incentivos fiscais, no valor de R$ 2.062, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008.

	2008 a 2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
PSDI (i)	217.417	87	-	2.782	2.616	1.993	647	-	225.542
Desenvolve (ii)	17.405	1.499	4.741	9.606	2.794	2.507	522	2.062	41.136
Outros incentivos recebidos	6.685	-	-	-	-	-	-	-	6.685
	241.507	**1.586**	**4.741**	**12.388**	**5.410**	**4.500**	**1.169**	**2.062**	**273.363**

Benefício fiscal de redução de ICMS:
(i) Concedido à Companhia em dezembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Rosário do Catete - SE. O programa tem vencimento em 26 de dezembro de 2028.
(ii) Concedido à Companhia em novembro de 2014 por participar do Programa Desenvolve - Governo do Estado da Bahia, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 90% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Candeias - BA. O programa tem vencimento em 31 de outubro de 2026.
Os benefícios são registrados diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta "Lucros acumulados" para "Reserva de lucros de incentivos fiscais". Essas reservas podem ser utilizadas apenas para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Na hipótese de absorção de prejuízos, o montante absorvido deve ser posteriormente restaurado, na própria conta da reserva, na medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios sob pena da perda dos benefícios. Não há saldo de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido pois há prejuízos acumulados.

RECURSOS HUMANOS
A Heringer atua em conformidade com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), e todos os colaboradores próprios são abrangidos por acordos de negociação coletiva, com exceção dos terceirizados e estagiários.
Em 31/12/2025, o quadro era composto por 853 colaboradores diretos, distribuídos em 830 empregados em geral, 3 estagiários e 20 aprendizes.
O salário dos empregados é calculado na forma da lei e sua remuneração é composta por salário base (nominal) e parcela variável, incluindo horas extras, adicional noturno, periculosidade e gratificações.
A política de benefícios é concedida aos colaboradores com o intuito de proporcionar-lhes segurança e bem-estar, tanto no ambiente interno quanto externo, e oferecer ferramentas de trabalho. São oferecidos aos empregados um pacote de benefícios, incluindo assistência médica, seguro de vida, previdência privada, alimentação, transporte, plano de remuneração variável, entre outros.
Relatório de Equidade - Lei nº 15.177/2025
Na Heringer, acreditamos que promover uma vida ativa e saudável também envolve construir uma cultura organizacional cada vez mais diversa e inclusiva - especialmente no que diz respeito à representatividade feminina em todos os níveis da Companhia. Esse compromisso está alinhado à Lei nº 15.177/2025 e reforça nossa convicção de que ambientes diversos são mais sustentáveis, inovadores e capazes de gerar valor no longo prazo.
Para avançar nessa agenda, a Companhia apresentará, ao longo do exercício de 2026, um plano de ação com o objetivo de promover um ambiente de trabalho mais plural, pautado no respeito, na equidade e no senso de pertencimento. Entre seus pilares, destaca-se o foco em gênero, com iniciativas direcionadas às mulheres.
• **Programa Empresa Cidadã:** apoio à parentalidade com licença maternidade e paternidade estendidas. Também garantimos o pagamento integral da PLR às colaboradoras em licença-maternidade, independentemente do período de afastamento.
• **Desenvolvimento de Carreira:** promovemos práticas estruturadas que garantem acesso igualitário às oportunidades de crescimento profissional, com critérios claros para movimentações, promoções e evolução salarial, baseados em desempenho e competências, além de incentivar a capacitação contínua e a transparência nos processos, assegurando um ambiente inclusivo e o desenvolvimento justo para todos os colaboradores.
• **Saúde e Bem-Estar da Mulher:** realizamos campanhas ao longo do ano, alinhadas aos meses temáticos, com foco na promoção da saúde física e mental das colaboradoras, por meio de palestras, ações de conscientização e iniciativas preventivas, reforçando o cuidado integral, o acolhimento e a qualidade de vida no ambiente de trabalho.
A Heringer também realiza análises periódicas de sua estrutura organizacional e de remuneração com base em critérios objetivos, garantindo equidade, transparência e alinhamento às melhores práticas de mercado.
Seguimos comprometidos com a evolução contínua de nossas práticas para sermos sempre uma excelente empresa para as mulheres trabalharem.
A seguir, os indicadores de diversidade:
I - a quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia:

	2024			2025		
Colaboradores contratados	**Total de Contratações**	**Total de Mulheres**	**Proporção**	**Total de Contratações**	**Total de Mulheres**	**Proporção**
Alta Liderança	3	0	0%	3	0	0%
Liderança	37	2	5%	30	10	33%
Profissionais	92	40	43%	51	34	67%
Operacionais	474	72	15%	442	55	12%
Total	606	114	19%	526	99	19%

II - a quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia:

	2024			2025		
Colaboradores Empregados	**Total de Empregados**	**Total de Mulheres**	**Proporção**	**Total de Empregados**	**Total de Mulheres**	**Proporção**
Alta Liderança	6	0	0%	9	0	0%
Liderança	143	20	14%	174	31	18%
Profissionais	253	107	42%	328	144	44%
Operacionais	1191	130	11%	1392	159	11%
Total	1593	257	16%	1903	334	18%

III - o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia:
O quadro apresentado abaixo tem como base a remuneração fixa, variável e eventual de colaboradores do sexo masculino, em 100% em todas as categorias. Dessa forma, os percentuais exibidos na tabela representam exclusivamente a remuneração total feminina em relação a essa base masculina.

Classificação	Relação Salarial 2025
Alta Liderança	0%
Liderança	15%
Profissionais	71%
Operacionais	9%

CONCLUSÃO
A Administração da Fertilizantes Heringer expressa seus agradecimentos aos acionistas, clientes, fornecedores e colaboradores pela confiança e pelo apoio demonstrados à Companhia ao longo do exercício de 2025.
Não obstante os desafios observados em determinados segmentos da economia, o agronegócio brasileiro mantém-se em patamares historicamente elevados de produção, com expectativa de safra superior a 353 milhões de toneladas no presente ano, cenário que poderá contribuir favoravelmente para o desempenho da Companhia.
A Administração permanece confiante na continuidade do ciclo positivo do agronegócio brasileiro e na preservação de sua relevância estratégica para a economia nacional.
A Administração

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2025	2024
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	100.542	98.405
Contas a receber de clientes	4	147.727	209.252
Contas a receber – partes relacionadas	9	7.169	8.636
Estoques	5	908.742	1.479.327
Tributos a recuperar	6	74.940	194.888
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.a	-	76.337
Outras contas a receber	8	37.905	174.862
Outras contas a receber – partes relacionadas	9	8.522	15.799
		1.285.547	**2.257.506**
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes	4	9.356	588
Tributos a recuperar	6	146.871	150.636
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.a	35.228	49.971
Outros ativos	8	4.071	27.562
Depósitos judiciais	17	22.752	18.595
Outros Investimentos	10	41.711	-
Imobilizado	11	569.856	578.156
Ativos de Direito de uso	13	11.208	7.352
Intangível	12	22.078	25.530
		863.131	**858.390**
Total do ativo		**2.148.678**	**3.115.896**

	Nota	2025	2024
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores	14	573.597	563.870
Fornecedores – partes relacionadas	9	776.910	1.798.570
Fornecedores - RJ	16	28.398	101.539
Empréstimos e financiamentos	15	67.946	24.574
Empréstimos e financiamentos - RJ	16	31.052	94.734
Salários e encargos sociais		17.339	34.253
Salários e encargos sociais - RJ	16	91	91
Tributos a recolher		3.744	8.029
Passivo de contrato	21	151.730	94.005
Passivo de arrendamento	13	4.344	484
Outras contas a pagar	18	96.843	112.394
Outras contas a pagar – partes relacionadas	9	13.920	10.722
		1.765.914	**2.843.265**
Passivo não circulante			
Fornecedores	14	3.285	5.163
Fornecedores - RJ	16	796.934	793.370
Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	9	107.742	-
Empréstimos e financiamentos - RJ	16	444.321	400.371
Provisão para contingências	17	90.613	73.123
Passivo de Arrendamento	13	7.307	4.799
Imposto de renda e contribuição social diferido	7.b	252.026	143.029
		1.702.228	**1.419.855**
Total do passivo		**3.468.142**	**4.263.120**
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	**19**		
Capital social	19a	585.518	585.518
Ajuste de avaliação patrimonial	19b	35.520	36.004
Prejuízos acumulados	19c	(1.940.502)	(1.768.746)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**(1.319.464)**	**(1.147.224)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.148.678**	**3.115.896**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	21	4.094.770	4.608.584
Custos dos produtos vendidos	22	(4.088.575)	(4.476.709)
Lucro bruto		**6.195**	**131.875**
Despesas e receitas operacionais			
Com vendas	22	(152.505)	(169.034)
Perdas incorridas com créditos de liquidação duvidosa	22	(10.965)	(19.965)
Gerais e administrativas	22	(126.156)	(197.348)
Outras receitas operacionais, líquidas	23	16.004	1.633
		(273.622)	**(384.714)**
Prejuízo antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**(267.427)**	**(252.839)**
Despesas e receitas financeiras			
Variação cambial, líquida	24	410.734	(634.651)
Despesas financeiras, líquidas	25	(206.554)	(135.251)
		204.180	**(769.902)**
Prejuízo antes dos impostos		**(63.247)**	**(1.022.741)**
Imposto de renda e contribuição social	7.c	(108.995)	(132.000)
Prejuízo do exercício		**(172.242)**	**(1.154.741)**
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)		53.857	53.857
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o período (expresso em R$ por ação)	20	(3,1981)	(21,4409)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(172.242)	(1.154.741)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(172.242)**	**(1.154.741)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**585.518**	**36.609**	**(614.610)**	**7.517**
Prejuízo do exercício	-	-	(1.154.741)	(1.154.741)
Realização de custo atribuído, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(605)	605	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**585.518**	**36.004**	**(1.768.746)**	**(1.147.224)**
Prejuízo do exercício	-	-	(172.242)	(172.242)
Realização de custo atribuído, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(484)	484	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**585.518**	**35.520**	**(1.940.504)**	**(1.319.464)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	4.221.518	4.755.122
Outras receitas	9.864	970
Receitas relativas à construção de ativos próprios	11.674	93.181
Constituição, reversão e recuperação de créditos de liquidação duvidosa	(11.399)	(18.785)
	4.231.657	**4.830.488**
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(3.949.695)	(4.639.920)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(175.984)	(357.679)
Perda/recuperação de valores ativos	5.616	12.043
Outras	-	(4.179)
	(4.120.064)	**(4.989.735)**
Valor adicionado bruto	**111.593**	**(159.247)**
Depreciação e amortização	(91.355)	(62.123)
Valor adicionado líquido produzido	**20.239**	**(221.370)**
Receitas financeiras e variação cambial	881.691	187.307
Outras	1.774	(78)
Valor adicionado recebido em transferência	**883.465**	**187.229**
Valor adicionado total a distribuir	**903.704**	**(34.141)**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	127.317	120.348
Benefícios	40.696	78.736
FGTS	11.543	8.055
	179.556	**207.139**
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	149.500	114.039
Estaduais	91.897	(159.429)
Municipais	762	2.050
	242.159	**(43.340)**
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros / variação cambial	638.006	938.568
Aluguéis e arrendamentos	9.967	9.024
Outras	6.258	9.209
	654.231	**956.801**
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	(172.242)	(1.154.741)
Total do valor distribuído	**903.703**	**(34.141)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(63.247)**	**(1.022.740)**
Receitas (despesas) que não afetam o caixa:			
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	4	11.538	8.137
Ajuste a valor presente – contas a receber	4	-	(9.158)
Provisão (reversão) para perdas e ajuste a valor presente nos estoques	5	(6.616)	(11.076)
Depreciação e amortização		91.355	62.123
Impairment – ativo imobilizado	11	(48.114)	-
Ganho na alienação do ativo imobilizado	11 e 12	19.281	16.717
Provisão perdas créditos tributários – ICMS	6	(12.496)	-
Provisão perdas créditos tributários – Pis / Cofins	6	(231)	-
Provisão para férias, 13º salário e participação nos resultados		(21.938)	(827)
Provisão (reversão) para contingências, líquidas	17	17.490	5.378
Provisão de juros sobre empréstimos	15	1.126	4.083
Juros e ajuste a valor justo não realizado do passivo em recuperação judicial	16	245.997	201.583
Variação cambial sobre passivo em recuperação judicial	16	(223.806)	242.433
Juros e variações cambiais não realizados de importações em andamento, contas a pagar, contas a receber e de empréstimos e financiamentos		(281.962)	226.369
		(281.643)	**(276.978)**
Redução (aumento) nas contas de ativos			
Contas a receber de clientes	4	975	322.479
Estoques	5	577.201	(397.536)
Tributos a recuperar	6	227.520	(25.151)
Outros ativos	8	167.725	128.809
Depósitos judiciais		(4.156)	947
Aumento (redução) nas contas de passivos Fornecedores	14	(731.849)	646.798
Fornecedores - em recuperação judicial	16	36.992	(68.514)
Salários e encargos sociais		5.024	(446)
Tributos a recolher		(4.285)	5.802
Adiantamentos de clientes		57.724	(56.693)
Passivo de Arrendamento	13	6.368	-
Outros passivos	18	(22.369)	(44.716)
Variações nas contas de ativos e passivos		**316.870**	**511.752**
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	15	-	(3.275)
Pagamento de Fornecedores em recuperação judicial	16	(75.663)	(-)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**(30.416)**	**231.499**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de Bens de Direito de uso	13	(13.570)	-
Aquisição de imobilizado e intangível	11 e 12	(41.057)	(151.219)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos		**(54.627)**	**(151.219)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Contratação de empréstimos e financiamentos	15	163.568	133.534
Contratação de empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	9	107.742	-
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	15	(121.322)	(135.464)
Pagamento empréstimos – em recuperação judicial	16	(62.808)	(20.877)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamentos		**87.180**	**(22.807)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	3	2.137	57.473
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**3**	**98.405**	**40.932**
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	**3**	**100.542**	**98.405**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FERTILIZANTES HERINGER S.A.

CNPJ/MF 22.266.175/0001-88 - Companhia Aberta de Capital Autorizado

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Fertilizantes Heringer S.A. ("Heringer" ou "Companhia"), com sede no município de Paulínia no estado de São Paulo, tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização de fertilizantes, possuindo no total 15 unidades de armazenamento, mistura e distribuição, nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Sul do Brasil.

Estrutura operacional e hibernação das unidades

Ao longo de 2025, a Companhia operou com 8 unidades de armazenamento, mistura e distribuição (Viana/ES, Manhuaçu, e Três Corações/MG, Candeias/BA, Paulinia1 e Paulínia2/SP, Paranaguá/PR e Rio Grande/RS), enquanto permaneceu com 7 unidades hibernadas (Catalão/GO, Rio Verde/GO; Dourados/MS Porto Alegre/RS, Iguatama/MG, Ourinhos/SP e Rosário do Catete/SE).

No dia 05 de dezembro de 2025, a Companhia decidiu iniciar processos de hibernação em algumas de suas plantas ativas, sendo elas: Paulinia1 e Paulinia2/SP e Rio Grande/RS. A hibernação está sendo realizada de forma gradual, com a redução progressiva de suas operações. Em 31 de dezembro de 2025, estas unidades ainda apresentaram realização de atividades de industrialização e comercialização de fertilizantes.

Ressalta-se que no estado do Paraná, além de uma unidade de mistura, a Companhia possui também uma unidade de produção de ácido sulfúrico e uma unidade de produção de superfosfato simples ("SSP").

A hibernação temporária de unidades industriais constitui parte integrante da estratégia da Companhia de concentrar suas operações em plantas com maior eficiência logística, melhor proximidade dos mercados consumidores e maior potencial de geração de margens em produtos de maior valor agregado.

Alterações no ambiente regulatório e impactos estratégicos

Em 2022, foram implementadas alterações relevantes no arcabouço do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aplicável às atividades da Companhia. Com base em análises internas da Administração e em avaliações externas realizadas no contexto do processo de planejamento de negócios ao longo do exercício de 2025, foi identificado que tais alterações afetaram adversamente a rentabilidade de determinadas operações, especialmente aquelas localizadas em regiões com menor eficiência logística ou maior sensibilidade a custos tributários.

Nesse contexto, e em conjunto com outras condições de mercado, a Administração decidiu implementar medidas de readequação da base operacional, incluindo a suspensão temporária ("hibernação") das atividades de determinadas unidades industriais ao longo de 2025. Essas medidas foram adotadas como parte de uma estratégia de otimização da estrutura produtiva, com foco na redução de custos estruturais, na preservação de margens operacionais e no alinhamento da Companhia ao seu planejamento estratégico de médio e longo prazo.

Reorganização societária e controle acionário da Heringer

Em 28 de março de 2022, foi concluída a operação de aquisição do controle da Companhia pela Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda. ("Eurochem"), por meio da aquisição da totalidade das quotas da Heringer Participações Ltda., então controladora direta da Companhia.

Em 27 de junho de 2023, a Eurochem realizou leilão de oferta pública para aquisição de ações ordinárias adicionais da Companhia, passando a deter, direta e indiretamente, aproximadamente 79,98% do capital social total da Fertilizantes Heringer S.A. Em 31 de dezembro de 2025, aproximadamente 10,02% das ações da Companhia permaneciam em circulação no mercado (*free float*).

Em 03 de junho de 2025, a Companhia recebeu comunicação da B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão ("B3") informando que, considerando o prazo para enquadramento da Companhia ao percentual mínimo de ações em circulação no mercado ("*free float*") e o cenário macroeconômico, a Diretoria Executiva da B3 aprovou a extensão automática de prazo para o enquadramento do *free float* da Companhia, conforme comunicado aos acionistas e mercado em geral realizado na mesma data.

Referida autorização foi concedida em caráter automático e extraordinário pela B3 e, dessa forma, o novo prazo para que a Companhia reestabeleça o *free float*, em conformidade com o artigo 10 do Regulamento do Novo Mercado da B3, passa a ser até 31 de dezembro de 2026.

As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas no segmento especial da B3, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação FHER3.

1.1. Recuperação judicial

Em 4 de fevereiro de 2019, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial. O plano de recuperação judicial foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 3 de dezembro de 2019 e homologado pelo juízo competente em 14 de fevereiro de 2020.

Em 22 de março de 2022, foi proferida sentença declarando encerrada a recuperação judicial da Companhia, considerando a evolução de sua capacidade operacional e financeira. Após a interposição de recursos, todos os quais tiveram seus provimentos negados ou foram desistidos, o trânsito em julgado foi confirmado em agosto de 2025, com o consequente arquivamento do processo.

1.2. Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou prejuízo líquido no montante de R$ 172.242 (prejuízo líquido de R$ 1.154.741 em 31 de dezembro de 2024), capital circulante líquido negativo de R$ 480.367 (R$ 585.758 negativos em 31 de dezembro de 2024) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R$ 1.319.464 (R$ 1.147.224 negativo em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, a Companhia apresentou fluxo de caixa líquido das atividades operacionais negativo de R$ 30.416 no exercício de 2025 (fluxo positivo de R$ 231.499 em 2024).

Esses resultados de 2025, aliados à necessidade futura de readequação da base operacional, à redução dos volumes de operação, à existência de capacidade ociosa refletida, inclusive, na

hibernação de determinadas unidades produtivas, às alterações no ambiente regulatório e tributário aplicável às atividades da Companhia, bem como à dependência de suporte financeiro do controlador para a manutenção de suas operações, constituem eventos e condições que, em conjunto, indicam a existência de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Nesse contexto de incerteza, e buscando potenciais sinergias oriundas da Companhia integrar grupo econômico global produtor de fertilizantes, que considera o mercado brasileiro estratégico para seu planejamento e objetivos de longo prazo, medidas operacionais, comerciais e financeiras vem sendo implementadas pela Administração da Companhia alinhadas com o planejamento estratégico global do grupo controlador visando a reversão desse cenário local adverso. Enquanto essas medidas não são consolidadas, o grupo controlador vem provendo a capacidade de compra e suprimento de matérias primas relevantes, e os recursos financeiros para o pagamento de seus compromissos de curto prazo, embora não exista a obrigação formal de aporte de recursos.

O julgamento da utilização do pressuposto de continuidade operacional pela Administração na preparação das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025 considerou, além do alinhamento estratégico com o grupo controlador, as seguintes principais premissas operacionais e financeiras para o próximo exercício a findar em 31 de dezembro de 2026:

(i) manutenção de nível de liquidez considerados adequado visando cumprir as necessidades de capital de giro da Companhia;

(ii) implementação no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e sua recorrência no exercício a findar em 31 de dezembro de 2026 de medidas de reestruturação operacional e financeira, incluindo a hibernação temporária de determinadas unidades industriais com foco na otimização de custos e na concentração das operações em plantas com maior eficiência logística e econômica, e por consequência redução nos estoques em níveis adequados para as suas operações;

(iii) maior racionalidade e equilíbrio nas despesas gerais e administrativas da Companhia;

(iv) maior esforço comercial em segmentos considerados de maior valor agregado.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que, caso as ações planejadas sejam concluídas, os recursos disponíveis irão garantir a continuidade aos seus negócios. Adicionalmente, os acionistas da Companhia compartilham a visão da Administração na capacidade da Companhia e na continuidade do negócio. Com isso, a Administração e Acionistas acreditam que, as ações planejadas, apesar das incertezas de sua concretização, uma vez que algumas ações não estão sob seu controle, são suficientes para concluir que a Companhia possui condições de dar continuidade a suas operações e cumprir com as suas obrigações. Assim, estas informações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das informações, foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de março de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças, estão apresentadas nas notas 2.7 e 2.8.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A apresentação da DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável a companhias abertas. A IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.1. *Políticas contábeis materiais*

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPCs, e que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. As áreas que necessitam de um maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são: (i) contingências; (ii) principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso dos ativos imobilizado; (iii) valor justo líquido de despesa de venda para os ativos imobilizado; (iv) recuperabilidade de tributos diferidos e impostos a recuperar; (v) provisão para créditos de liquidação duvidosa; (vi) revisão da vida útil do imobilizado; (vii) provisão para perdas nos estoques.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia, bem como as estimativas e premissas aplicadas aos itens mencionados acima, estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

2.2 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

a. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria de mensuração:

• Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

	Classificação
Ativos, conforme balanço patrimonial	
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Custo amortizado

b. Reconhecimento inicial e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

(i) ***Custo amortizado***

Os ativos, cujos fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa de ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

c. Baixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

2.2.1 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado, a metodologia de impairment aplicada dependente de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes a Companhia aplica abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Quando em seu reconhecimento inicial o passivo financeiro for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou designado como tal será mensurado ao valor justo (VJR) e seu resultado líquido, incluindo juros, reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

A Companhia realiza transações por meio das quais transfere ativos reconhecidos em sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos transferidos não são desreconhecidos.

2.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.5 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto.

2.6 Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias e a premissa de continuidade das operações.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a. Contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa 17. As provisões para contingência são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados e escritórios jurídicos externos.

b. Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso dos ativos imobilizado

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos. Na data de encerramento do exercício em 31 de dezembro, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados, oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota explicativa 11.

c. Valor justo líquido de despesa de venda para os ativos imobilizado

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o valor recuperável dos ativos imobilizados foi determinado pelo valor justo líquido de despesa de vendas. A administração da Companhia contratou empresa especializada para auxiliá-la na determinação do referido valor justo líquido de despesa de venda. O valor de realização foi determinado por meio da aplicação de procedimentos de cotação dos valores de mercados de itens semelhantes de cada grupo de ativos imobilizado que compõem o saldo testado, conforme metodologia aplicável, e comparados com o valor contábil de cada classe do ativo imobilizado por Unidade Geradora de Caixa ("UGC").

d. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos incluem valores relativos à prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulado de exercícios anteriores e efeitos do ano corrente.

2.7 Novas normas que entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

O IASB e o IFRS Interpretations Committee ("IFRIC") emitiram determinadas normas e alterações ou interpretações de normas existentes que entraram em vigor e que foram por nós aplicadas.Em 2025, adotamos as seguintes normas, alterações e melhorias anuais, sem impacto material em nossas demonstrações financeiras consolidadas:

(i) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1);

(ii) Alterações do CPC 02 (R2) / IAS 21: Ausência de conversibilidade**.**

2.8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas nesse fechamento anual

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras por não serem obrigatórias.

(i) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (aplicável para período anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026)

Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu emendas direcionadas ao IFRS 9 e IFRS 7 para responder a questões recentes que surgem na prática e para incluir novos requisitos não apenas para instituições financeiras, mas também para entidades corporativas. Essas emendas:

• esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de dinheiro;

• esclarecem e adicionam mais orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de pagamentos exclusivos de principal e juros;

• adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governança); e

• atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(ii) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (aplicável para período anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027)

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva ao período comparativo que será encerrado em 2026. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais, que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários:

• As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

• As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

• Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos decorrentes do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

(iii) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

• Alterações ao IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027): para especificar os procedimentos a serem utilizados na tradução de valores de uma moeda funcional de economia não hiperinflacionária para uma moeda de apresentação de economia hiperinflacionária;

• Melhorias Anuais às normas contábeis IFRS – Volume 11: consistem em alterações que visam esclarecer redações de algumas normas (IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7) ou corrigir omissões, conflitos ou consequências não intencionais entre essas normas.

3. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, este último considerado pela Companhia como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósito Bancário) e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra pela instituição financeira), os quais são resgatáveis, sem penalizações, em prazo inferior a 90 dias da data das contratações.

	Taxa média	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Caixa e recursos em conta corrente		300	2.222
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (i)	89% do CDI	100.242	96.183
		100.542	**98.405**

Essas aplicações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata. A Companhia manteve a mesma estratégia de caixa, com maior concentração em investimento nas aplicações financeiras no período findo em 31 de dezembro de 2025.

4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. Para as contas a receber de clientes que a Companhia procede com descontos de duplicatas, os mesmos, são apresentados a valor justo, uma vez que os montantes recebidos são líquidos dos custos financeiros de cada operação.

A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é estabelecida a partir das médias históricas das perdas registradas pela Companhia (perdas esperadas) e, no mínimo trimestralmente são analisados se existem evidências objetivas de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos por seus clientes (perdas incorridas). A avaliação da existência de evidências é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados e empresas especializadas em cobranças.

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Contas a receber no país	214.625	255.447
Contas a receber no exterior	1.990	2.387
	216.615	257.834
Perda estimada e incorrida com créditos de liquidação duvidosa	(59.532)	(47.994)
	157.083	**209.840**
Circulante	147.727	209.252
Não circulante	9.356	588
	157.083	**209.840**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui saldo bruto das contas a receber no montante de R$ 216.615 (R$ 257.834 em 31 de dezembro de 2024), cuja análise de vencimentos está apresentada abaixo:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
A Vencer	126.048	176.672
Até 90 dias	15.739	28.379
De 90 a 180 dias	14.034	6.189
Acima de 180 dias	60.794	46.594
	216.615	**257.834**

Em 31 de dezembro de 2025, as contas a receber de clientes no valor de R$ 27.057 (R$ 28.827 em 31 de dezembro de 2024) encontram-se vencidas e não provisionados, pois referem-se a clientes que possuem garantias reais concedidas contratualmente. A Companhia vem buscando executar suas garantias reais, entretanto, esse processo é bastante moroso visto que depende do andamento dos processos no âmbito judicial.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Até 90 dias	10.936	9.581
De 90 a 180 dias	-	547
Acima de 180 dias	16.121	18.699
	27.057	**28.827**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui perda estimada e ou incorrida com créditos de liquidação duvidosa *("impairment")* no montante de R$ 59.532 (R$ 47.994 em 31 de dezembro de 2024), cuja análise de vencimentos está apresentada abaixo:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
A Vencer (i)	260	8.940
Até 90 dias	348	3.318
Acima de 180 dias	58.924	35.736
	59.532	**47.994**

(i) O saldo a vencer provisionado como perda no período findo em 31 de dezembro de 2025, refere-se a valores de contas a receber que superam os valores cobertos por seguros de crédito de cliente com pedido de recuperação judicial.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 31 de dezembro de 2024, as movimentações da provisão para perda estimada e ou incorrida com créditos de liquidação duvidosa foram como segue:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Saldo inicial	47.994	39.857
Perdas estimadas no período	12.791	18.553
Reversão de perdas estimadas	(1.253)	(10.416)
Saldo final	**59.532**	**47.994**

5. Estoques

Os estoques são avaliados pelo menos valor entre o custo ou valor líquido realizável. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: matérias-primas e embalagens, custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração - compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas, sempre considerando a capacidade operacional normal. Considerando as características operacionais da Companhia, cuja produção ocorre predominantemente em função de demandas específicas de clientes, não há formação relevante de estoques de produtos acabados ao final do exercício, uma vez que os itens produzidos são, em geral, destinados diretamente à entrega a terceiros.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Matérias-primas e embalagens	922.907	1.393.992
Importações em andamento	16.574	118.061
Almoxarifado	23.320	27.949
Provisão de obsolescência / marcação a mercado preços de estoques (i)	(54.059)	(60.675)
	908.742	**1.479.327**

(i) Refere-se substancialmente a registro de marcação a mercado dos preços dos itens em estoques no montante de (R$ 23.684) em 2025 e (R$ 42.711) em 2024, considerando a realização a menor das margens de vendas e de obsolescência em (R$ 19.348) em 2025 e (R$ 17.964) em 2024.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 31 de dezembro de 2024, as movimentações da provisão de obsolescência e marcação a mercado dos preços dos estoques foram como segue:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Saldo inicial	60.675	69.656
Adições	12.411	2.095
Reversões	(19.027)	(11.076)
Saldo final	**54.059**	**60.675**

6. Tributos a recuperar

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (i)	80.573	197.588
Programa de Integração Social - PIS (i)	22.251	46.412
Créditos tributários adquiridos (iii)	46.778	45.011
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS (ii)	65.867	42.496
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS exclusão base	14.252	13.567
IRRF sobre aplicações financeiras	5.730	1.825
Outros	231	-
Provisão para perda de créditos tributários - ICMS (ii)	(12.996)	(500)
PIS e COFINS (i)	(875)	(875)
	221.811	**345.524**
Circulante	74.940	194.888
Não circulante	146.871	150.636
	221.811	**345.524**

(i) O saldo do PIS e COFINS a recuperar em 31 de dezembro de 2025 é o montante de R$ 117.076 (R$ 257.567 em dezembro 2024) decorrente da apropriação de créditos fiscais, quando da aquisição de insumos, em monta superior aos débitos destas mesmas contribuições federais, sobretudo em função de que a maior parte dos produtos fabricados e vendidos pela Companhia ser tributada à alíquota 0 (zero) pelo PIS e pela COFINS, nos termos da legislação de referência. A Companhia, por meio de formulários específicos, solicita periodicamente que estes créditos sejam ressarcidos e/ou compensados com débitos tributários federais também administrados pela Receita Federal do Brasil ("RFB"). Os saldos estão sendo solicitados em sua totalidade não havendo deságio sobre o saldo solicitado e restituído. Em 2025 foram restituídos R$202.892, sendo R$126.461 de saldo do principal e R$76.431 de efeitos de atualização monetária.

(ii) Os créditos de Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") são decorrentes de compras de matérias-primas, assim como aquisições de serviços de transportes, e estão disponíveis para compensação com impostos estaduais a serem recolhidos em decorrência das vendas da Companhia. No quarto trimestre do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia procedeu a complemento de provisão para perda de créditos tributários no montante de R$12.497 por entender que a expectativa de utilização é considerada baixa, procedentes principalmente da planta de Rio Grande - RS.

(iii) Em fevereiro de 2003, a Companhia adquiriu créditos tributários decorrentes de indébito tributário federal. Para a operação foi firmado contrato de cessão dos créditos, objeto de averbação no Registro de Títulos e Documentos e, também, foi solicitada e deferida pela Vara Federal a substituição do polo ativo, decisão esta que, quanto a este ponto, também já transitou em julgado. Em 31 de dezembro de 2025 o montante de R$ 46.778 (R$ 45.011 em 31 de dezembro de 2024) refere-se à atualização monetária dos créditos tributários pelo IPCA-E, o qual a Companhia aguarda a requisição de pagamento junto à União Federal. Esse saldo encontra-se registrado contabilmente como ativo não circulante.

7. Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ("impostos diferidos") relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são também reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dados a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

O Imposto de renda e a Contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da Contribuição Social, na extensão que sua realização seja provável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a. Composição do imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Imposto de renda a recuperar	18.155	99.350
Imposto de renda a recuperar - SELIC	7.791	7.282
Contribuição social a recuperar	6.545	17.117
Contribuição social a recuperar - SELIC	2.737	2.559
	35.228	**126.308**
Circulante	-	76.337
Não circulante	35.228	49.971
	35.228	**126.308**

Os saldos decorrem de antecipações realizadas para pagamento de imposto de renda e contribuição social, ao qual a Companhia não resultou em lucro tributável ao final dos exercícios correntes.

Esses saldos serão recuperados parte nas operações da Companhia e parte por meio de pedidos de restituição, no valor total corrigido pela Selic até 31 de dezembro de 2025 de R$ 35.228 (R$ 126.308 em 31 de dezembro de 2024).

Em 4 de agosto de 2021, a Companhia ingressou com Mandado de Segurança buscando assegurar o direito de não tributar, pelo IRPJ e pela CSLL, os valores reconhecidos como receita a título de atualização monetária (SELIC) incidentes sobre a recuperação de tributos, ao qual em 31 de dezembro de 2025 o montante devidamente atualizado monetariamente corresponde a R$ 10.528 (R$ 9.841 em 31 de dezembro de 2024). Tal montante está classificado no ativo não circulante. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia recebeu o montante de R$93.654, sendo R$48.780 de principal e R$44.874 de atualização monetária e SELIC.

FERTILIZANTES HERINGER S.A.

CNPJ/MF 22.266.175/0001-88 - Companhia Aberta de Capital Autorizado

b. Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos estavam compostos como segue:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativo:		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	-	-
Diferenças temporárias:		
Ajuste a valor justo - Instrumentos financeiros ativos	5.733	5.733
Provisão para comissões sobre vendas	1.815	1.438
Provisão para contingências	28.241	26.650
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.446	4.571
Ajuste a valor presente	6.399	6.393
Provisão para perda sobre estoques, obsolescência e ajuste ao valor de mercado	22.791	20.630
Provisão para perdas na realização de bens destinados à venda	251	251
Provisão impairment - CPC01	(1.024)	5.005
Provisão para participação nos lucros e resultados - PLR	3.233	2.921
Provisão para créditos tributários	467	467
Provisão para baixa de créditos	8.198	8.198
Provisão rateio de importação	4.578	4.578
Ajuste da receita por permuta/ cut-off de receita (iv)	305.435	280.020
Variação cambial passiva a realizar (Nota 21)	163.925	188.717
Outras diferenças temporárias	1.010	497
	559.498	**556.069**
Passivo:		
Ajuste a valor justo - instrumento financeiro	(7.190)	
Ajuste a valor justo (i)	(251.403)	(315.034)
Ganhos sobre alienação de imobilizado	(3.335)	(73)
Imobilizado - custo atribuído (ii)	(22.517)	(24.699)
Ajuste do custo por permuta/ cut-off de receita (iv)	(305.123)	(279.708)
Variação cambial ativa a realizar (iii)	(191.368)	(74.392)
Outras diferenças temporárias	(36.617)	(5.192)
	(817.553)	**(699.098)**
Líquido	**(258.055)**	**(143.029)**

(i) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o ajuste a valor justo decorrente da reestruturação da dívida conforme descrito na Nota 16.

(ii) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do CPC 27 (IAS 16).

(iii) Para os exercícios 2025 e 2024, a Companhia adotou o regime de caixa na apuração para variações cambiais, considerando principalmente que, parte do passivo financeiro registrado em outra moeda, corresponde a saldos inscritos na recuperação judicial, ao qual não está previsto desembolsos relevantes no curto prazo, conforme Plano de Recuperação Judicial da Companhia.

(iv) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o ajuste da receita bruta em contrapartida o ajuste no CPV (ajuste do custo do produto vendido), em decorrência das operações não concluídas de permutas de matérias-primas e cut-off ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro.

c. Conciliação da receita (despesa) de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(63.247)	(1.022.741)
Alíquota nominal dos tributos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	21.504	347.732
Efeitos das exclusões permanentes no cálculo dos tributos:		
Variação monetária sobre indébitos tributários (i)	32.473	2.422
Benefícios fiscais e subvenções	304	-
Valor dos impostos diferidos não constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	(163.164)	(482.029)
Outras	(112)	(125)
	(108.995)	**(132.000)**
Imposto de renda e contribuição social no resultado:		
Diferido	(108.995)	(132.000)
	(108.995)	**(132.000)**

(i) Valores referentes atualização monetária e SELIC reconhecidos apenas no recebimento dos indébitos tributários (vide Nota 6).

d. Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**583.455**	**(594.483)**	**(11.028)**
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos	-	(219)	(219)
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias	313.907	(104.396)	209.511
Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado no exercício (i)	(341.293)	-	(341.293)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**556.069**	**(699.098)**	**(143.029)**
Saldo em 1º de janeiro de 2025	**556.069**	**(699.098)**	**(143.029)**
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos	-	2.182	2.182
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias	3.429	(114.608)	(111.179)
	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**559.498**	**(811.524)**	**(252.026)**

e. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios.

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Valor	Efeito tributário	Valor	Efeito tributário
Alíquota nominal dos tributos		34%		34%
Prejuízo fiscais acumulados	2.437.292	828.679	2.198.006	747.322
	2.437.292	**828.679**	**2.198.006**	**747.322**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui o montante de R$ 2.437.292 (R$ 2.198.006 em 31 de dezembro de 2024) de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, sem prazo de vencimento mas sem registro contábil.

8. Outros ativos

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Adiantamento a fornecedores (matéria-prima)	13.479	117.810
Estoque para industrialização em nosso poder	-	10.520
Adiantamento extraconcursal (ii)	-	23.129
Adiantamento a fornecedores (outros)	23.819	22.678
Créditos com instituições financeiras (i)	-	11.084
Bens destinados a venda	4.071	4.302
Outros	607	12.901
	41.976	**202.424**
Circulante	37.904	174.862
Não circulante	4.072	27.562
	41.976	**202.424**

(i) Em virtude da Recuperação Judicial da Companhia, determinadas instituições financeiras retiveram saldos que a Companhia possuía em carteira de cobranças com essas instituições financeiras e que foram dadas em garantia em 31 de dezembro de 2024. Estes valores referem-se a contratos de capital de giro que estavam inscritos na composição da dívida em Recuperação Judicial, e que foram liquidados em dezembro de 2025 liberando os créditos em carteira.

(ii) Refere-se em 31 de dezembro de 2024 a registro de valores a serem compensados de acordo com a liquidação de empréstimos junto a instituição financeira (vide Nota 15), a qual a Companhia é coobrigada a realizar os pagamentos sobre eventuais inadimplências de contratos firmados entre a instituição financeira e Companhia, anteriormente a realização da operação de alienação do controle acionário, conforme consta na Nota 1. Saldo revertido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

9. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025, a Fertilizantes Heringer S.A. era controlada pela Heringer Participações Ltda., que detém 51,48% das ações da Companhia; a Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda. que detém 28,50% das ações, a OCP International Coöperatieve U.A. (OCP) detém 10% das ações, e os 10,02% remanescentes das ações são detidos por diversos investidores, não havendo nenhum deles com participação superior a 5%.

Conforme Nota 1, com fechamento da operação, a Heringer Participações Ltda. foi adquirida pela Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda. em 28 de março de 2022, transferindo os 51,48% das ações da Companhia, assim como, em 27 de junho de 2023, a mesma realizou leilão da oferta pública e, como resultado do leilão, a ofertante adquiriu 15.345.407 ações, representativas de 28,50% do total de ações ordinárias de emissão da Companhia.

a. Transações e saldos

As transações realizadas entre a Companhia e partes relacionadas e suas controladas referem-se a operações mercantis e outras operações que estão resumidas a seguir:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativo		
Contas a receber		
Fertilizantes Tocantins S.A (i)	5.591	6.502
OCP S.A.	398	668
Corrigo Fertilizers FZ-LLC	516	542
Eurochem Trading Middle East DMCC	363	458
JFC V-Jorf Fert. Company S.A.	117	220
SAFTCO S.A.	139	196
Eurochem Trading GMBH	24	29
OCP Fertilizantes S.A.	21	21
	7.169	**8.636**
Outros ativos		
Salitre Fertilizantes LTDA (i)	729	10.143
Eurochem Comercio de Produtos Químicos LTDA (i)	3.570	3.571
Fertilizantes Tocantins S.A. (i)	2.825	1.627
Heringer Participações LTDA (i)	866	458
Eurochem Trading Middle East DMCC	531	-
	8.521	**15.799**

(i) Refere-se a redistribuição de gastos com colaboradores do grupo Eurochem no Brasil, ao qual conforme contrato de compartilhamento de despesas com folha de pagamento, e realizado o rateio e ajustado entre as Companhias com acertos financeiros.

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Passivo Circulante		
Fornecedores		
Eurochem Trading Middle East DMCC (ii)	781	133.078
Corrigo Fertilizers (ii)	593.608	1.318.954
OCP S.A. (ii)	156.135	278.847
Eurochem Trading GMBH (ii)	3.611	1.414
Fertilizantes Tocantins S.A.(ii)	8.981	14.632
Salitre Fertilizantes LTDA (ii)	13.718	47.672
Eurochem Group AG (ii)	-	3.378
Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA	-	594
JFC V-Jorf Fert. Company S.A.	76	1
	776.910	**1.798.570**
Fornecedores RJ		
Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA	-	3.758
OCP	-	2.471
SAFTCO	-	456
	-	**6.685**
Empréstimos - RJ		
Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA	-	21.477
	-	**21.477**
Outros passivos		
Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA (ii)	2.450	4.054
Fertilizantes Tocantins S.A. (ii)	11.433	4.458
Salitre Fertilizantes LTDA (ii)	137	2.209
	14.020	**10.721**
Passivo não circulante		
Fornecedores - RJ		
Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA	27.183	21.697
OCP	10.328	14.263
SAFTCO	1.883	2.631
	39.394	**38.591**
Empréstimos - RJ		
Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA (nota explicativa 1.1)	119.916	78.097
	119.916	**78.097**

Taxa de juros contratual	Data de Vencimento	Taxa de juros efetiva	
SOFR+8% a.a.	18/12/2030	SOFR+8% a.a.	
Eurochem Group AG		107.742	-
		107.742	**-**

(ii) Fornecedores partes relacionadas a pagar, referente aos valores advindos das compras de fertilizantes que são utilizados no processo industrial da Companhia.

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Resultado		
Receita bruta		
Fertilizantes Tocantins S.A. (iii)	40.670	146.168
Fertilizantes Tocantins S.A. (iv)	23.473	271.763
	64.143	**417.931**
Custo sobre permuta e industrialização		
Fertilizantes Tocantins S.A. (v)	(23.473)	(271.763)
	(23.473)	**(271.763)**
Outras receitas operacionais		
OCP Fertilizantes S.A.	-	5
Fertilizantes Tocantins S.A.	11	5
Heringer Participações LTDA	11	14
	22	**24**
Outras (despesas) receitas		
Eurochem Comércio de Produtos Químicos LTDA	-	(1.949)
Fertilizantes Tocantins S.A.	(26.653)	(29.285)
Heringer Participações LTDA	381	118
Salitre Fertilizantes LTDA	4.554	3.266
	(21.718)	**(27.850)**
Despesas financeiras		
Juros recuperação judicial		
Eurochem Comercio de Produtos Químicos LTDA	(10.407)	(4.016)
OCP	(764)	(1.742)
SAFTCO	(141)	(321)
	(11.312)	**(6.079)**
Compras		
Corrigo fertilizers FZ-LLC	1.026.206	1.311.463
Eurochem Trading Middle East DMCC	-	196.210
Fertilizantes Tocantins S.A.	100.776	312.232
Salitre Fertilizantes LTDA	249.569	44.979
OCP Fertilizantes LTDA	-	790
	1.376.551	**1.865.674**

(iii) Receita com vendas de fertilizantes realizada com a parte relacionada Fertilizantes Tocantins S.A.

(iv) Referem-se substancialmente a receita de industrialização e permuta que a Companhia realiza com a Fertilizantes Tocantins S.A., saldo este ajustado e eliminado no resultado.

(v) Referem-se a custos relacionados à industrialização por encomenda e permuta que a Companhia realiza com a Fertilizantes Tocantins S.A., saldo este ajustado e eliminado no resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou transações de compra de matéria-prima com partes relacionadas, das subsidiárias da controladora Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda., nos montantes destacados acima, em conformidade com Contrato de Compra e Venda de Matérias-Primas e seus Aditivos, informado ao mercado por meio de Comunicado ao Mercado divulgado em 6 de maio de 2022 e atualizado em 16 de dezembro de 2022 e 06 de dezembro de 2024

b. Remuneração do pessoal chave da Administração

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o total da remuneração do pessoal chave da Administração foi como segue:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Salários e encargos	2.928	7.139
Honorários dos administradores	1.404	682
Participação nos lucros	1	299
Rescisão de contrato	2.142	946
Outros	1.350	554
	7.825	**9.620**

10. Outros investimentos (FIDC)

A Companhia mantém investimento no FIDC - Eurochem Fiagro Fundo de investimento, estruturado com o objetivo de antecipar os recebíveis originados das operações comerciais da própria Companhia, que atua simultaneamente como cedente dos direitos creditórios e detentora das cotas subordinadas do fundo.

Os direitos creditórios cedidos ao fundo referem-se, majoritariamente, a duplicatas mercantis oriundas da atividade operacional da Companhia. O fundo é composto por duas classes de cotas: cotas seniores, detidas por investidores externos e com prioridade no recebimento, e cotas subordinadas, integralmente detidas pela Companhia, que absorvem primeiramente eventuais perdas na carteira de recebíveis, atuando como mecanismo de subordinação.

A contabilização é feita ao valor justo por meio do resultado, conforme prevê o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros, com base nas cotas divulgadas pelo administrador do fundo. A Companhia acompanha periodicamente a composição da carteira, o índice de subordinação e a performance dos ativos cedidos ao fundo.

Abaixo composição dos Investimentos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Fundo	Tipo de cota	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
FIDC - Eurochem Fiagro Fundo de investimento	Subordinada	41.711	-
		41.711	**-**

11. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações e máquinas e equipamentos na data de transição para IFRS/CPCs. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas apresentadas abaixo para os anos de 2025 e 2024. Terrenos não são depreciados.

	Taxas de depreciação - % ao ano	
	Nominal	Média ponderada
Edifícios e construções	De 1,5 a 50	4,42
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	De 4 a 50	15,05
Outros	De 10 a 50	18,17

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada período, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos e instalações industriais	Outros	Imobilizações em andamento	Total
Em 1º de janeiro de 2024	66.340	312.216	161.363	(49.648)	33.487	523.758
Aquisições	-	-	425	5.186	124.592	130.203
Baixas	-	(424)	(1.125)	(12.674)	(414)	(14.637)
Depreciação	-	(16.107)	(38.052)	(7.009)	-	(61.168)
Transferências	-	12.487	69.719	70.703	(152.909)	-
Em 31 de dezembro de 2024	66.340	8.172	92.330	6.558	4.756	578.156
Em 1º de janeiro de 2025	66.340	308.172	192.330	6.558	4.756	578.156
Aquisições	-	2.404	7.889	27.402	28.875	66.570
Baixas	(2.281)	(6.344)	(6.719)	(657)	-	(16.001)
Impairment	-	12.632	5.125	(25)	-	17.732
Depreciação	-	(18.890)	(52.723)	(4.987)	-	(76.600)
Transferências	59	5.352	14.988	(10.046)	(10.353)	-
Em 31 de dezembro de 2025	**64.118**	**303.326**	**160.890**	**18.245**	23.278	569.857
Em 31 de dezembro de 2024						
Custo	66.340	477.406	587.042	51.810	22.932	1.198.178
Depreciação	-	(169.234)	(394.712)	(37.900)	(18.176)	(620.022)
Valor residual líquido	**66.340**	308.172	192.330	6.558	4.756	578.156
Em 31 de dezembro de 2025 Custo	64.118	464.377	602.630	54.290	23.278	1.208.693
Depreciação	-	(161.051)	(441.740)	(36.045)		(638.836)
Valor residual líquido	**64.118**	303.326	160.890	18.246	23.278	569.857

Testes do ativo imobilizado para verificação de *impairment*

Considerando o histórico de prejuízo das operações da Companhia somados à paralisação de certas unidades produtivas (Nota 1.2), a Administração da Companhia identificou a necessidade de realização de teste de redução ao valor recuperável dos ativos.

O ativo imobilizado é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Segue um resumo da alocação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2025:

	Ativos de unidades em operação	Ativos de unidades hibernadas	Total
Ativo imobilizado	393.912	175.945	569.857

O valor recuperável das UGCs das unidades da Companhia é determinado pelo valor justo líquido de despesa de venda. A administração da Companhia, contratou empresa especializada para auxiliá-la na determinação do valor justo líquido de despesa de vendas dos ativos para todas as unidades da Companhia.

A avaliação do valor justo líquido das despesas de venda foi feita por meio do método comparativo de dados de mercado e quando na impossibilidade deste, foi aplicado o método de custo.

Método comparativo de dados de mercado: Método de avaliação que consiste na comparação de dados de mercado, relativos a outros bens de características idênticas ou similares ao bem a ser avaliado.

Método do custo: Método do custo é aquele em que o valor dos bens resulta de orçamento sumário ou detalhado ou da composição do custo de outros iguais ao bem a ser avaliado (custo de reprodução) ou equivalente a avaliação do valor justo líquido da despesa de venda pelos métodos descritos acima é considerada Nível 2 na hierarquia de valor justo visto que foram obtidos a partir de dados de mercado observáveis, a partir de preços em transações observadas envolvendo bens comparáveis (ou seja, similares) em locais similares.

Máquinas, equipamentos industriais

O valor justo das máquinas e equipamentos, foi determinado através da comparação direta com outros bens de características iguais ou similares ao bem avaliando ofertados para a venda no livre mercado, considerando-se as informações obtidas durante a vistoria.

Na inexistência dessa possibilidade de cotação, foi determinado para o bem avaliado, o custo de reposição novo, através de pesquisa junto a fornecedores, revendedores, representantes e fabricantes, ou atualização do valor de aquisição contábil pelo IGPM-FGV; ou ainda por banco de dados próprio e atualizado, a esse valor de novo, foi aplicado o método de depreciação técnica "Curva de Iowa L2", de acordo com as informações técnicas obtidas durante a vistoria, tais como idade aparente, estado de conservação, grau de manutenção realizada e nível de obsolescência, e assim, determinado o valor justo.

Terrenos, edifícios e construções

Para os terrenos, edifícios e construções, a avaliação do valor justo líquido de despesa de venda, foi realizado pela aplicação do método comparativo de dados do mercado com aplicação de inferência estatística, esse foi realizado com uso software especializado com elementos coletados junto ao mercado imobiliário local nos níveis de precisão e fundamentação específicos.

Para a determinação do valor unitário básico de mercado, foi realizado um levantamento junto ao mercado imobiliário local e pessoas afins, comparando-se este com outros semelhantes, em oferta ou transacionados, tomando-se o cuidado de considerar as características específicas do imóvel em questão.

Com relação às edificações e benfeitorias, foi considerado o custo de reprodução ou de substituição de construções similares, conforme projeto ou custos padrões oficiais com apuração de variáveis de acréscimos ou decréscimos, além das respectivas depreciações, considerando o estado de conservação em que se encontraram durante as vistorias técnicas. Para a determinação do valor da edificação foram considerados os materiais empregados, padrão construtivo e suas características específicas. Todas as informações contidas nos laudos de avaliação estão em conformidade com a NBR 14.653 da ABNT.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia procedeu com o teste de *impairment* - CPC01 - Redução ao valor recuperável pelo método de alienação a valor justo, deduzindo as despesas para alienação como fretes e comissões, ao qual constatou-se uma reversão do *impairment* provisionado em períodos anteriores sobre, principalmente, a classe de máquinas e equipamentos no montante de R$ 17.732.

12. Intangível

O ativo intangível apresenta movimentação como segue:

	Software	Direito de uso	Marcas e Patentes	Outros	Intangível em andamento	Total
Em 1º de janeiro de 2024	4.652	-	-	2.897	-	7.549
Aquisições	17.347	-	-	-	3.669	21.016
Baixas	-	-	-	-	(2.080)	(2.080)
Amortização	(955)	-	-	-	-	(955)
Transferências	1.146	-	-	-	(1.146)	-
Em 31 de dezembro de 2024	**22.190**	**-**	**-**	**2.897**	**443**	**25.530**
Em 1º de janeiro de 2025	22.190	-	-	2.897	443	25.530
Aquisições	1.214	-	-	19	1.730	2.963
Baixas	(6)	-	-	-	(1.370)	(1.376)
Amortização	(5.039)	-	-	-	-	(5.039)
Em 31 de dezembro de 2025	**18.359**	**-**	**-**	**2.916**	**803**	**22.078**
Em 31 de dezembro de 2024						
Custo	40.519	57	34	2.897	443	43.950
Amortização	(18.329)	(57)	(34)	-	-	(18.420)
Valor residual líquido	**22.190**	**-**	**-**	**2.897**	**443**	**25.530**
Em 31 de dezembro de 2025						
Custo	41.727	57	34	2.916	803	45.537
Amortização	(23.368)	(57)	(34)	-	-	(23.459)
Valor residual líquido	**18.359**	**-**	**-**	**2.916**	**803**	**22.078**

13. Arrendamentos

A Companhia reconhece, no balanço patrimonial, os ativos de direito de uso correspondentes aos bens arrendados e os respectivos passivos de arrendamento, referentes às obrigações de pagamento assumidas em contratos que se enquadram na definição de arrendamento. Esses saldos refletem os contratos vigentes na data-base das demonstrações financeiras.

Os contratos de arrendamento também impactam o resultado do exercício por meio da depreciação dos ativos de direito de uso e do reconhecimento de encargos de juros sobre os passivos de arrendamento. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, os pagamentos relacionados aos arrendamentos são apresentados separadamente, com a parcela de juros classificada como fluxo de caixa das atividades operacionais e a amortização do principal como fluxo de caixa das atividades.

A) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativos de direito de uso		
Edifícios	6.785	4.866
Máquinas e Equipamentos	702	1.196
Veículos pesados utilitarios	3.721	1.290
	11.208	**7.352**
Passivos de arrendamento		
Circulante	(4.344)	(484)
Não circulante	(7.307)	(4.799)
	(11.651)	**(5.283)**

B) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

Encargos de amortização	Taxa intrínseca 3,5% a.a.	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Edifícios		(1.559)	(35)
Máquinas e Equipamentos		(4.558)	(441)
Veículos		(2.907)	(237)
		(9.024)	**(713)**
Juros			
Despesas com juros sobre direito de uso		(280)	(160)
		(280)	**(160)**

14. Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Contas a pagar no país	93.451	166.001
Contas a pagar no exterior (i)	483.431	403.032
	576.882	**569.033**
Circulante	573.597	563.870
Não circulante	3.285	5.163
	576.882	**569.033**

(i) A Companhia efetua a maior parte das compras de matérias-primas de fornecedores terceiros no exterior. Esses títulos estão denominados em dólares norte-americanos.

15. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são passivos financeiros e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e custos de transação são amortizados proporcionais ao período incorrido, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os valores contábeis e valor justo dos empréstimos e financiamentos estão descritos na Nota 27.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía nenhum contrato com cláusula restritiva financeira.

Moeda nacional	Taxa de juros contratual	Data de Vencimento	Taxa de juros efetiva	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Capital de giro	TR + 4% a.a.	31/12/2029	TR + 4% a.a.	24.180	23.129
FIDC - Eurochem Fiagro (iii)	CDI + 2,75% aa	(*)	CDI + 2,75% aa	43.766	-
Convênio produtor rural	15,60% a.a.	30/09/2025	15,60% a.a.	-	1.445
				67.946	**24.574**

(i) Refere-se à operação de empréstimos com instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia reconheceu empréstimos ao qual é coobrigada a pagar, em caso de eventual inadimplência.

(ii) Contrato de cessão de direitos creditórios sobre recebíveis da Companhia com o Fundo de Investimentos Eurochem Fiagro, cujo vencimento é o recebimento do título.

Abaixo, seguem informações adicionais sobre as modalidades dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia:

a. Movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos

	Capital de giro	Convênio produtor rural	Total
Em 1º de janeiro de 2024	**19.058**	**6.638**	**25.696**
Captações	132.089	1.445	133.534
(-) Pagamento de principal	(128.827)	(6.638)	(135.465)
(-) Pagamento de juros	(3.275)	-	(3.275)
Provisão de juros	4.084	-	4.084
Em 31 de dezembro de 2024	**23.129**	**1.445**	**24.574**
Em 1º de janeiro de 2025	**23.129**	**1.445**	**24.574**
Captações	163.568	-	163.568
(-) Pagamento de principal	(119.877)	(1.445)	(121.322)
Provisão de juros	1.126	-	1.126
Em 31 de dezembro de 2025	**67.946**	**-**	**67.946**

16. Dívidas inscritas na Recuperação judicial

Com advento da aprovação do Plano de recuperação judicial em Assembleia Geral de Credores ocorrida em 03 de dezembro de 2019, os prazos, encargos e demais condições relacionadas às dívidas firmadas pela Companhia antes da recuperação judicial foram novados, passando a vigorar as condições apresentadas no Plano de Recuperação Judicial, conforme determina a Lei 11.101/2005. Consequentemente, os passivos concursais originalmente submetidos à recuperação judicial foram extintos, surgindo assim, um novo passivo financeiro mensurado a valor justo, conforme previsto no CPC48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9). A Companhia procedeu com a mensuração subsequente dos referidos passivos ao custo amortizado, considerando as taxas efetivas de juros, conforme determina as práticas contábeis.

Sob tais premissas, o valor contábil das obrigações da Companhia inscritas na recuperação judicial totaliza o montante de R$ 1.300.796 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 1.390.105 em 31 de dezembro de 2024), com a seguinte composição por classe de credor e opção de pagamento:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Fornecedores - RJ		
Classe II - Garantia Real	65.718	97.131
Classe III - Quirografários	756.489	795.622
Classe IV - Quirografários EPP/MP	3.125	2.156
	825.332	**894.909**
Circulante	28.398	101.539
Não circulante	796.934	793.370
	825.332	**894.909**
Empréstimos - RJ		
Classe II - Garantia Real	151.235	186.520
Classe III - Quirografários	324.138	308.585
	475.373	**495.105**
Circulante	31.052	94.734
Não circulante	444.321	400.371
	475.373	**495.105**
Salários e encargos sociais		
Classe I - Trabalhista	91	91
Circulante	**91**	**91**
	1.300.796	**1.390.105**

A movimentação dos saldos inscritos na recuperação são como segue:

	Classe I	Classe II - Garantia Real	Classe III - Quirografários			Classe IV Quirografários EPP/MP		
Opção de Pagamento	Trabalhista Única	Opção 1	Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 1	Opção 2	Total
Em 1º de janeiro de 2024	**91**	**243.368**	**213.168**	**34.931**	**541.793**	**87**	**2.069**	**1.035.507**
Variação Cambial do período	-	42.439	51.637	7.892	140.465	-	-	242.433
Juros Incorridos	-	25.765	45.575	6.965	123.974	151	1.013	203.443
(-) Pagamentos Realizados	-	(27.904)	(13.620)	(453)	(46.276)	(1.159)	(6)	(89.418)
Ajustes / Transferências	-	-	64	(1.924)	-	1.707	(1.707)	(1.860)
Em 31 de dezembro de 2024	**91**	**283.668**	**296.824**	**47.411**	**759.956**	**786**	**1.369**	**1.390.105**
Em 1º de janeiro de 2025	**91**	**283.668**	**296.824**	**47.411**	**759.956**	**786**	**1.369**	**1.390.105**
Variação Cambial do período	-	(53.764)	(43.208)	(6.901)	(110.624)	-	-	(214.497)
Juros Incorridos	-	38.878	59.945	9.574	153.476	117	1.277	263.267
(-) Pagamentos Realizados	-	(51.829)	(15.213)	(53)	(70.863)	(510)	(3)	(138.471)
Ajustes / Transferências	-	-	-	14	289	(247)	336	392
Em 31 de dezembro de 2025	**91**	**216.953**	**298.348**	**50.045**	**732.234**	**146**	**2.979**	**1.300.796**

Os vencimentos finais das dívidas inscritas na recuperação são como seguem:

	Classe I	Classe II	Classe III - Quirografários			Classe IV Quirografários EPP/MP		
Prazo de pagamento	Trabalhista Única	Garantia Real Opção 1	Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 1	Opção 2	Total
Vencimento final	dezembro/2020	dezembro/2029	dezembro/2045	dezembro/2040	dezembro/2045	dezembro/2040	dezembro/2040	
Em 31 de dezembro de 2025	**91**	**216.953**	**298.348**	**50.045**	**732.234**	**146**	**2.979**	**1.300.796**

Os valores constantes como vencidos na classe I - trabalhista, referem-se a pagamentos que foram efetuados a ex-colaboradores com saldos habilitados na recuperação judicial, que foram devolvidos em função de incorreções em suas contas bancárias.

17. Provisão para Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de sua atividade. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração da Companhia, amparada pela avaliação de seus consultores legais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a provisão para contingências é composta como segue:

FERTILIZANTES HERINGER S.A.

CNPJ/MF 22.266.175/0001-88 - Companhia Aberta de Capital Autorizado

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembrode 2024
Contingências de naturezas:		
Tributárias e administrativas	6.222	4.035
Trabalhistas e previdenciárias (a)	66.072	56.591
Cíveis e ambientais	18.319	12.497
Total da provisão para contingências	**90.613**	**73.123**

(a) As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a reclamações individuais e coletivas considerando pedidos de verbas rescisórias por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários (INSS e FGTS). A administração da Companhia acompanha o andamento dos referidos processos, e, juntamente com seus consultores jurídicos avalia a existência de evidência de necessidade provável de desembolso de caixa.

a. Movimentação da provisão para contingências

Nos exercicios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a movimentação da provisão para contingências foi como segue:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Saldo inicial	73.123	73.004
Constituição (reversão) de provisões	12.960	119
Atualização monetária	4.530	-
Saldo final	**90.613**	**73.123**

b. Depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Tributários e administrativos	14.858	12.199
Cíveis e ambientais	342	1.483
Previdenciários	1.853	2.109
Trabalhistas	5.699	2.804
Saldo de Depósitos Judiciais - Ativo Não Circulante	**22.752**	**18.595**

c. Passivos contingentes

A Companhia possui ações de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, administrativa, cível e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela administração da Companhia e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, conforme composição demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Tributárias e administrativas (i)	219.369	197.419
Trabalhistas e previdenciárias (ii)	27.296	21.699
Cíveis e ambientais (iii)	75.717	19.734
	322.382	**238.852**

Os valores apresentados acima estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC ou, quando aplicável, correspondem aos valores atualizados pelos consultores jurídicos da Companhia.

(i) As ações tributárias referem-se, substancialmente, à autos de infração recebidos pela Companhia em decorrência de utilização de PIS e COFINS para compensação de IRPJ e CSLL que são objetos de questionamento por parte das autoridades fiscais, no montante de R$ 180.532. Adicionalmente a Companhia possui ações relacionadas à ICMS no montante de R$ 29.692, em decorrências de autuações e discussões de entendimentos divergentes entre as autoridades fiscais e a Companhia. As principais ações encontram-se atualmente na esfera administrativa. A Companhia conta com apoio de consultores jurídicos para acompanhamento do andamento dos processos e avaliação dos prognósticos de perda, para os quais entende que a probabilidade de perda é "possível", portanto, nenhuma provisão foi constituída.

(ii) As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários. A administração da Companhia acompanha o andamento dos referidos processos, e, juntamente com seus consultores jurídicos avalia a existência de evidência de necessidade de desembolso de caixa.

(iii) As ações cíveis com pedidos de regresso e reparação por perdas e danos.

d. Aquisição de créditos tributários e sua utilização para compensação com tributos devidos

Em fevereiro de 2003, a Companhia adquiriu créditos tributários decorrentes de indébito tributário federal. Para a operação foi firmado contrato de cessão dos créditos, objeto de averbação no Registro de Títulos e Documentos e, também, foi solicitada e deferida pela Vara Federal a substituição do polo ativo, decisão esta que, quanto a este ponto, também já transitou em julgado.

Em 31 de dezembro de 2025 o montante de R$ 46.777 (R$ 45.011 em 31 de dezembro de 2024) refere-se à atualização monetária dos créditos tributários pelo IPCA-E, o qual a Companhia aguarda a requisição de pagamento junto à União Federal (nota 6).

18. Outros Passivos

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Demurrage a pagar	28.602	51.708
Custo de importação a pagar	22.461	32.083
Provisão de comissões	5.815	4.229
Provisão de Fretes	10.429	13.342
Provisão de Serviços logísticos a pagar	23.310	
Representantes comerciais a pagar	263	106
Outras contas a pagar (i)	5.963	10.926
	96.843	**112.394**

(i) Refere-se a valores para pagamentos a assessores externos e serviços.

19. Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

a. Capital social

O capital da Companhia é compreendido integralmente por ações ordinárias, sem valor nominal. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social até o limite de R$ 800.000.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é no valor de R$ 585.518, e está representado por 53.857.284 ações.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é composto pelo valor do custo atribuído (*deemed cost*) de terrenos e edificações que foi registrado na data de transição para CPCs e IFRS. Esse valor sofre movimentação em decorrência da depreciação dos itens do imobilizado com custo atribuído em exercícios anteriores.

c. Destinação dos resultados e reservas de lucros - incentivos fiscais

Em 31 de dezembro de 2025, o montante que seria destinado a reserva de lucros - Incentivos fiscais, no valor de R$ 2.062, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008.

Até 31 de dezembro de 2025, os montantes anuais de incentivos fiscais que foram utilizados para absorção de prejuízos acumulados, e que, como antes mencionado, deverão ser restaurados como reserva de lucros quando houver lucro disponível, são como segue:

	2008 a 2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
PSDI (i)	217.417	87	-	2.782	2.616	1.993	647	-	225.542
Desenvolve (ii)	17.405	1.499	4.741	9.606	2.794	2.507	522	2.062	41.136
Outros incentivos recebidos	6.685	-	-	-	-	-	-	-	6.685
	241.507	**1.586**	**4.741**	**12.388**	**5.410**	**4.500**	**1.169**	**2.062**	**273.363**

Benefício fiscal de redução de ICMS

(i) Concedido à Companhia em dezembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Rosário do Catete - SE. O programa tem vencimento em 26 de dezembro de 2028.

(ii) Concedido à Companhia em novembro de 2014 por participar do Programa Desenvolve - Governo do Estado da Bahia, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 90% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Candeias - BA. O programa tem vencimento em 31 de outubro de 2026.

Os benefícios são registrados diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta "Lucros acumulados" para "Reserva de lucros de incentivos fiscais". Essas reservas podem ser utilizadas apenas para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Na hipótese de absorção de prejuízos, o montante absorvido deve ser posteriormente restaurado, na própria conta da reserva, na medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios sob pena da perda dos benefícios. Não há saldo de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido pois há prejuízos acumulados.

20. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do prejuízo básico por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares, exceto valores por ação):

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(172.242)	(1.154.741)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares)	53.857	53.857
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária - R$	(3,1981)	(21,4409)

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não ocorreram transações com ações ordinárias potenciais diluidoras que gerassem diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação ordinária. Não há diluição de prejuízos.

21. Receita operacional líquida

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos são transferidos ao cliente, ou seja, para casos de vendas FOB ("Free on Board"), a receita é reconhecida no momento em que o comprador retira, com transportes próprios, o produto nas unidades da Companhia; para casos de venda CIF ("Cost, Insurance and Freight"), a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente, e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Vendas brutas de produtos	4.244.365	4.766.847
(-) Deduções da receita bruta de vendas:		
Impostos sobre as vendas	(127.207)	(147.707)
Devoluções das vendas	(22.847)	(14.556)
Perda esperada nos recebimentos das vendas	(434)	2.831
Incentivos fiscais ICMS (PSDI)	701	647
Incentivos fiscais ICMS (Desenvolve)	192	522
	4.094.770	**4.608.584**

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apresenta a seguinte distribuição regional da receita operacional:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Regiões		
Sudeste	1.957.456	2.850.180
Norte-Nordeste	925.643	916.977
Centro-Oeste	323.952	433.152
Sul	887.719	408.275
	4.094.770	**4.608.584**

Passivo de contrato

A tabela a seguir fornece informações sobre os passivos de contratos com clientes:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Passivos de contrato	151.730	94.005
	151.730	**94.005**

Os passivos de contratos referem-se principalmente ao adiantamento da contraprestação recebida dos clientes pela aquisição de fertilizantes, para a qual a receita é reconhecida ao longo do tempo. Isso será reconhecido como receita à medida em que a obrigação de performance seja satisfeita, o que é atendido quando o cliente obtém o controle do produto.

22. Custo e despesas por natureza

Os gastos relativos a frete de compras de matérias-primas e materiais auxiliares são apropriados aos custos dos estoques e posteriormente ao custo dos produtos vendidos quando da venda destes.

As despesas com frete relacionadas à entrega do produto, bem como as despesas com comissão sobre vendas são registradas como despesas comerciais, quando incorridas.

Demais custos são apurados em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Matérias-primas e materiais de produção	3.832.154	4.284.339
Despesas com transporte	68.066	111.752
Despesas com pessoal (Nota 26)	214.900	221.985
Depreciação e amortização	91.355	60.683
Despesas comerciais	35.750	44.839
Arrendamentos mercantis operacionais	535	1.976
Participação nos resultados (Nota 26)	(4.934)	8.590
Despesas com consultorias	27.052	13.464
Despesas com publicidade	1.168	1.257
Outros gastos (i)	112.154	114.171
	4.378.201	**4.863.056**
Classificados como:		
Custos dos produtos vendidos	4.088.575	4.476.709
Despesas com vendas	152.505	169.034
Perdas incorridas com crédito de liquidação duvidosa	10.965	19.965
Despesas gerais e administrativas	126.156	197.348
	4.378.201	**4.863.056**

(i) Basicamente despesas com manutenções e serviços terceirizados.

23. Outras receitas (despesas) operacionais

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia reconheceu Outras Receitas (Despesas) Operacionais, aos quais a abertura está abaixo apresentada:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Tributos federais sobre "Outras Despesas"	(856)	(1.872)
Perda na alienação de ativos imobilizados	-	(80)
Multas Diversas	(434)	(347)
Provisões em processos	(12.960)	-
Outras despesas operacionais	(126)	-
	(14.376)	**(2.299)**
Bonificação de Compras	-	-
Ganhos com alienação de Ativos	3.312	216
Reversão de Impairment	17.732	
Outras Receitas Operacionais	9.336	3.716
	30.380	**3.932**
	16.004	**1.633**

(i) Refere-se basicamente ao registro de receitas com Despatch (otimização no processo de descarga de navios), assim como, reconhecimento de passivos não realizáveis registrados no balanço patrimonial da Companhia, anteriores ao pedido de recuperação judicial, dos quais não foram listados no Plano de Recuperação Judicial.

24. Variação cambial, líquida

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício em "Despesas financeiras, líquidas".

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Variação cambial ativa	752.870	102.742
Variação cambial passiva	(342.136)	(737.393)
Variação cambial, líquida (i)	**410.734**	**(634.651)**

(i) Variação cambial gerada em decorrência da volatilidade do dólar sobre as dívidas inscritas na Recuperação Judicial, bem como fornecedores a pagar em dólar, referente à aquisição de matérias-primas importadas. A variação cambial do dólar entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025 teve impactos positivos significativos no resultado da Companhia. A volatilidade da moeda americana afetou diretamente as dívidas inscritas na recuperação judicial no montante de R$ 214.496, assim como os saldos a pagar em dólar para fornecedores de matérias-primas importadas no montante de R$ 196.238. Devido à valorização do real, houve uma redução no valor das dívidas denominadas em moeda estrangeira, o que resultou em menores encargos de variação cambial no exercício corrente. Essa redução nas obrigações financeiras impactou positivamente o resultado financeiro da Companhia.

25. Despesas financeiras, líquidas

As receitas (despesas) financeiras com juros são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva. As demais receitas (despesas) financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência.

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Despesas financeiras		
Juros incorridos sobre as dívidas inscritas na Recuperação judicial	(263.268)	(203.511)
Juros sobre passivos financeiros	(9.680)	(4.095)
Despesas com ajustes a valor presente	-	(20.522)
Tributos e taxas sobre operações financeiras	(22.365)	(9.714)
Descontos concedidos	(4.867)	(8.663)
Despesas com ajustes a valor justo	(115)	(357)
Outras Despesas Financeiras (i)	(24.181)	-
Variações monetárias passivas	(7.512)	(919)
	(331.988)	**(247.781)**
Receitas financeiras		
Receitas com ajustes a valor presente	-	50.758
Variações monetárias ativas	99.919	13.994
Juros sobre ativos financeiros e descontos obtidos	4.559	39.048
Receitas com ajuste a valor justo	-	357
Rendimentos sobre aplicações financeiras	20.956	8.373
	125.434	**112.530**
	(206.554)	**(135.251)**

(i) Reconhecimento no resultado do registro de valores a serem compensados de acordo com a liquidação de empréstimos junto a instituição financeira, a qual a Companhia é coobrigada a realizar os pagamentos sobre eventuais inadimplências de contratos firmados entre a instituição financeira e Companhia, anteriormente a realização da operação de alienação do controle acionário.

26. Despesas com empregados

As despesas com empregados estão demonstradas a seguir:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ordenados e salários	90.742	98.027
Benefícios adicionais (i)	47.659	41.457
Compartilhamento de gastos	13.601	27.850
Custos de previdência social	25.854	24.290
Benefícios previstos em Lei	24.365	17.261
Indenizações	12.680	13.100
	214.901	**221.985**
Participação nos resultados	(4.934)	8.590
	209.967	**230.575**

(i) Assistência médica, seguro de vida, previdência complementar, pecúlio, alimentação e programa de participação nos resultados.

27. Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Segue a composição dos instrumentos financeiros por categoria:

	31 de dezembro de 2025		
	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	-	100.542	100.542
Contas a receber de clientes	-	164.252	164.252
Outros ativos,	-	48.167	48.167
Depósitos judiciais	-	22.752	22.752
Contingências	-	(90.613)	(90.613)
	-	**245.100**	**197.966**

	31 de dezembro de 2025	
	Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	(175.688)	(175.688)
Empréstimo e financiamentos RJ	(475.373)	(475.373)
Fornecedores	(576.882)	(576.882)
Fornecedores RJ	(825.332)	(825.332)
	(2.053.275)	**(2.053.275)**

	31 de dezembro de 2024		
	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	-	98.405	98.405
Contas a receber de clientes	-	218.477	218.477
Depósitos judiciais	-	45.974	45.974
Dep. Judiciais, redutor da provisão contingência	-	18.595	18.595
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	-	5.260	5.260
	-	**386.711**	**386.711**

	31 de dezembro de 2024	
	Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	(24.574)	(24.574)
Empréstimo e financiamentos RJ	(495.105)	(495.105)
Fornecedores	(2.372.885)	(2.372.885)
Fornecedores RJ	(894.909)	(894.909)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	(83.975)	(83.975)
	(3.871.448)	**(3.871.448)**

Considerando que as operações possuem vencimento de curto prazo, que as taxas de remuneração dos contratos estão próximas às taxas de mercado, livres de risco do Brasil, adicional a taxa de risco da própria Companhia, o valor justo dessas operações se equipara ao valor contábil.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

	31 de dezembro de 2025	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	100.542	100.542
Contas a receber de clientes	117.118	117.118
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	48.167	48.167
Depósitos judiciais	22.752	22.752
Depósitos Judiciais, redutor da provisão para contingência	(90.613)	(90.613)
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	(175.688)	(175.688)
Empréstimos e financiamentos - RJ	(475.373)	(475.373)
Fornecedores	(1.342.036)	(1.342.036)
Fornecedores - RJ	(825.333)	(825.333)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados		

	31 de dezembro de 2024	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	98.405	98.405
Contas a receber de clientes	218.477	218.477
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	45.974	45.974
Depósitos judiciais	18.595	18.595
Depósitos Judiciais, redutor da provisão para contingência	5.260	5.260
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	(24.574)	(24.574)
Empréstimos e financiamentos - RJ	(495.105)	(478.175)
Fornecedores	(2.372.885)	(2.372.885)
Fornecedores - RJ	(894.909)	(864.307)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	(83.975)	(83.975)

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

• Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

• O valor justo dos empréstimos e financiamentos é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes. Vide nota 12 para mais detalhes.

Hierarquia de valor justo	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativos financeiros	**Nível II**	**Nível II**
Caixa e equivalentes de caixa	100.542	98.405
Empréstimos e financiamentos	175.688	24.574

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não havia outros ativos e passivos avaliados a valor justo.

28. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

a. Política de gestão de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia revisa periodicamente os limites de crédito e a capacidade financeira de seus clientes. Em virtude dessas políticas estabelecidas para os derivativos, a Administração considera improvável a exposição a riscos não mensuráveis.

b. Risco de mercado

Risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. As dívidas da Companhia que estão inscritas na Recuperação Judicial, tem taxas de juros pré-fixadas e acrescidas de TR para dívidas nacionais ou Libor para dívidas estrangeiras quando aplicável

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

Análise de sensibilidade

Dado a característica de remuneração e as taxas de juros das classificações não é esperado nenhum efeito significativo no resultado da Companhia

Tais análises consideram os ganhos e as perdas a auferir para os próximos 12 meses ou até a data de vencimento dos contratos, demonstradas entre parênteses, caso a cotação do dólar norte- americano e a taxa de CDI varia de acordo com os percentuais abaixo indicados.

Instrumentos financeiros não derivativos

Câmbio USD

	Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido - Cenários				
	II	III		II	III
	(25%)	(50%)	Provável	25%	50%
Cotação do dólar	R$ 4,0500	R$ 2,7000	R$ 5,4000	R$ 6,7500	R$ 8,1000
Fornecedor no exterior, líquido de importação em trânsito	315.889	631.777	(23.961)	(315.889)	(631.777)
Fornecedores RJ	148.255	296.510	11.245	(148.255)	(296.510)
Empréstimos e financiamentos RJ	102.608	205.216	7.783	(102.608)	(205.216)
Empréstimos e financiamentos	26.654	53.308	2.022	(26.654)	(53.308)
Contas a receber no exterior	(492)	(984)	(37)	492	984
Ganho (perda), líquido	**592.914**	**1.185.827**	**(2.948)**	**(592.913)**	**(1.185.827)**

Risco com taxa de câmbio

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar norte-americano. O risco cambial decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores das operações em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os ativos e passivos em moeda estrangeira, os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais e a exposição líquida ao risco com taxa de câmbio, são resumidos como a seguir:

	Prazos para o impacto financeiro previsto	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Importação em andamento (Nota 5)			
US$ (19.066) mil (US$ (4.185) mil em 31/12/2024) Fornecedores no exterior (Nota 14)	Até 35 dias	(16.574)	(118.061)
US$ 280.295 mil (US$ 180.165 mil em 31/12/2024)	Até 178 dias	1.260.341	1.735.672
Fornecedores - RJ US$ 176.747 mil /€$ 493 mil (US$ 124.273 / €$ 2.128 em 31/12/2024) (Nota 16)	Até o ano de 2045	599.292	1.097.639
Empréstimos e financiamentos US$ 19.500 mil (Nota 15)	Até o ano de 2030	107.742	-
Empréstimos e financiamentos - RJ US$ 113.402 mil (US$ 101.992 mil em 31/12/2024) (Nota 16)	Até o ano de 2045	414.772	702.221
		2.365.573	**3.417.471**
Contas a receber no exterior US$ (385) mil (US$(386) mil em 31/12/2024) (Nota 4)	Até 30 dias	(1.990)	(2.387)
Exposição líquida		**2.363.583**	**3.415.084**

Devido à relevância das importações de matérias-primas no contexto das operações da Companhia, a volatilidade da taxa de câmbio representa um risco relevante às suas operações. O não repasse dos impactos de eventual desvalorização do Real, ou o repasse de eventual valorização do Real aos preços de venda pode resultar em reduções significativas das margens de lucro praticadas e consequente risco relevante às operações da Companhia. A Companhia opera com margem de custo de reposição.

c. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e ratings previamente estabelecidos. A Companhia detinha 'Caixa e equivalentes de caixa' de R$ 100.542 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 98.405 em 31 de dezembro de 2024). O 'Caixa e equivalentes de caixa' são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado na agência de rating Moody's.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

A qualidade do crédito dos demais ativos financeiros que não estão vencidos e não possuem perdas podem ser avaliados mediante referência às classificações externas de crédito efetuadas por empresa especializada, quando houver, ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo		
Baixo risco para longo prazo	100.542	98.405
	100.542	**98.405**

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber.

O risco de crédito decorrente de transações com clientes, devido à pulverização dos clientes, é administrado mediante avaliação individualizada dos clientes da Companhia, considerando seu histórico de adimplência, perspectivas de crescimento da cultura de atuação do cliente e capacidade de pagamento.

d. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas constantemente pela área financeira.

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, exceto pelos empréstimos e financiamentos.

	Menos de Um ano	Entre Um e Dois anos	Entre Dois e Vinte e Cinco anos
Em 31 de dezembro de 2025			
Empréstimos e financiamentos	67.946	-	107.742
Empréstimos e financiamentos - RJ	31.052	91.428	352.893
Fornecedores	1.338.751	3.285	-
Fornecedores - RJ	28.398	97.511	699.424
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	122.519	-	-
Em 31 de dezembro de 2024			
Empréstimos e financiamentos	**24.574**	**-**	**-**
Empréstimos e financiamentos - RJ	**94.734**	**-**	**400.371**
Fornecedores	**2.362.924**	**13.247**	**3.285**
Fornecedores - RJ	**101.539**	**-**	**793.370**
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	**83.975**	**-**	**-**

e. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas para o cenário I - provável:

• Instrumentos com risco cambial – os cenários prováveis consideram a taxa de câmbio de R$5,5000/US$ e R$6,6966/EUR, com base no relatório semanal FOCUS divulgado pelo Banco Central (BC), observadas no fechamento de 31 de dezembro de 2025, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo trimestre, e os demais cenários foram construídos a partir dessas taxas.

• Instrumentos com risco de taxa de juros - manutenção da taxa em virtude de contexto econômico e disponibilidades ofertadas pelas instituições financeiras durante o período.

f. Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia utiliza capital de terceiros, fornecedores e financiamentos de importação, para financiar parte do seu capital circulante. Também utiliza capital próprio e de terceiros para realização de investimentos de maturação de mais longo prazo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

29. Eventos subsequentes

Renúncia e substituição do CEO e CFO

Em 10 de fevereiro de 2026, a Companhia recebeu a renúncia do Sr. Sergio Longhi Castanheiro aos cargos de Diretor Presidente e de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, nesse contexto o Sr. Gustavo Oubinha Barreiro para os cargos de Diretor Presidente, com mandato unificado ao dos demais membros da Diretoria da Companhia, a partir desta data até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária a ocorrer no ano de 2027; e de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; com mandato unificado ao dos demais membros do Conselho de Administração da Companhia, a partir desta data até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária a ocorrer no ano de 2026.

Em substituição ao Sr. Gustavo Oubinha Barreiro, o Conselho de Administração da Companhia elegeu o Sr. Vladislav Guz para o cargo de Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da Companhia, com mandato unificado ao dos demais membros da Diretoria da Companhia, a partir desta data até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária a ocorrer no ano de 2027.

Guerra do Oriente Médio

Após o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, ocorreu a intensificação de conflitos geopolíticos no Oriente Médio, impactando o mercado internacional de fertilizantes, em especial a oferta, os preços e as condições logísticas de matérias-primas utilizadas na produção de fertilizantes nitrogenados, em razão de restrições em rotas estratégicas de transporte internacional e de medidas adotadas por países fornecedores. Em março de 2026, autoridades russas anunciaram a suspensão temporária, por aproximadamente um mês, das exportações de nitrato de amônio, insumo relevante no mercado global de fertilizantes nitrogenados, como medida voltada à priorização do abastecimento do mercado interno naquele país. A Companhia atua nesse segmento, que apre-

PUBLICIDADE LEGAL

FERTILIZANTES HERINGER S.A.

CNPJ/MF 22.266.175/0001-88 - Companhia Aberta de Capital Autorizado

senta dependência de insumos importados, inclusive do Oriente Médio, estando, portanto, exposta à volatilidade de preços em seus custos (incluindo câmbio) e à disponibilidade desses insumos no mercado internacional.

A Companhia, em conjunto com sua controladora, que atua globalmente no mercado de fertilizantes (e também é provedora de insumos primários), está acompanhando o desfecho desses conflitos no Oriente Médio e das medidas recentemente adotadas por países fornecedores, simulando cenários econômicos e financeiros com potenciais reflexos sobre contratos de suprimento, níveis de estoques e estratégias de mitigação de riscos de mercado (entre eles o risco cambial) e avaliando potenciais efeitos sobre os custos de aquisição de matérias-primas e fretes, margens operacionais e capital de giro para os próximos meses. Na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, a Administração avalia que a suspensão temporária das exportações russas não traz impactos relevantes de curto prazo para a Companhia, não afetando seu negócio, a execução de seus contratos nem sua carteira de clientes. Contudo, caso as suspensões e/ou disrupções globais no fornecimento de fertilizantes perdurem, poderão impactar o plano de vendas da Companhia; assim, a Companhia encontra-se em negociações constantes com fornecedores para reavaliar potenciais impactos e alternativas de mitigação.

Conforme divulgado na Nota 1.2, sobre continuidade operacional, a Companhia entende que as medidas planejadas e em implementação nos últimos exercícios para a reestruturação de sua operação no Brasil, bem como o histórico de suporte financeiro do acionista controlador, inclusive por meio da provisão de capital de giro quando necessário, consubstanciam a premissa de continuidade das operações na preparação destas demonstrações financeiras aprovadas em 27 de março de 2026. Por consequência, não foram refletidos ajustes e alterações nas principais estimativas divulgadas na Nota Explicativa 28 decorrentes desse evento subsequente.

Reforma tributária

A Lei Complementar nº 214, publicada em 16 de janeiro de 2025, estabeleceu o IBS, CBS e IS - novos tributos no âmbito da Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil.

A reforma tributária introduziu mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças está a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), um modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

O novo sistema tributário entrará em vigor a partir de 2026, sendo implementado de forma gradual, com plena adoção prevista para 2033. A Companhia está avaliando o impacto da reforma em suas operações e se preparando para atender aos novos requisitos.

Composição da Diretoria

Gustavo Oubinha Barreiro - Diretor Presidente
Vladislav Guz - Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores
Responsável Técnico: Hugomar Spelta Martins - Contador CRC ES-008017/O-4 S-SP

Parecer do Comitê de Auditoria não Estatutário

Os membros do Comitê de Auditoria não estatutário ("Comitê") da Fertilizantes Heringer S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições, analisaram as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes ("KPMG Auditores Independentes Ltda.") emitido sem ressalva e com ênfase sobre continuidade operacional, e o Relatório Anual da Administração (conjunto denominado "Demonstrações Financeiras"). Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, e com base nas análises efetuadas, o Comitê recomendou, por unanimidade, a manifestação favorável ao Conselho de Administração da Companhia em relação as referidas Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 27 de março de 2026.
Flávio Cesar Maia Luz - Coordenador e membro efetivo
John Alexander Harold Auton - Membro Efetivo
Pedro Pereira de Sá - Membro Efetivo

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria não Estatutário Referente ao Ciclo das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025

Apresentação e Histórico

O Comitê de Auditoria Não Estatutário ("Comitê") da Fertilizantes Heringer S.A. ("Companhia") é um órgão não estatutário de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, de caráter permanente, submetido à legislação e à regulamentação aplicável, cuja instalação está prevista no artigo 19 do Estatuto Social da Companhia.

De acordo com a estrutura de governança da Companhia, evidenciada em seu Estatuto Social, políticas e regimentos internos, o Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração e atua com autonomia operacional e dotação orçamentária anual, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com o seu funcionamento e a eventual contratação de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo ou independente. As suas competências e responsabilidades são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno.

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3" e "Novo Mercado", respectivamente) e com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria Não Estatutário, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 31 de agosto de 2023, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Comitê foi composto pelos seguintes membros, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se a recondução para sucessivos mandatos, nos termos das leis e regulamentos aplicáveis e do Estatuto Social: José Roberto Lopes, Leomir Pereira dos Santos, Alexandre Yoiti Fujimoto, Flávio Cesar Maia Luz, John Alexander Harold Auton e Pedro Pereira de Sá.

1- Período de 01/01/2025 até 03/07/2025: srs. Flávio César Maia Luz, José Roberto Lopes, Alexandre Yoiti Fujimoto e Leomir Pereira dos Santos;

2- Período de 04/07/2025 até 02/09/2025: srs. Flávio César Maia Luz, José Roberto Lopes e Alexandre Yoiti Fujimoto;

3- Período de 03/09/2025 até 07/10/2025: srs. Flávio César Maia Luz, José Roberto Lopes e Fausto Pereira Goveia;

4- Período de 08/10/2025 até 29/12/2025: srs. Flávio César Maia Luz, José Roberto Lopes e John Alexander Harold Auton;

5- A partir de 30/12/2025: srs. Flávio César Maia Luz, John Alexander Harold Auton e Pedro Pereira de Sá;

Desde 06 de janeiro de 2026 os membros efetivos do Comitê são: Srs Flávio César Maia Luz (coordenador), John Alexander Harold Auton (especialista contábil e de auditoria independente) e Pedro Pereira de Sá (membro independente).

Funções, deveres e responsabilidades do comitê de auditoria não estatutário

Conforme artigo 3º de seu Regimento Interno, compete ao Comitê:

(i) opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;

(ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras, bem como acompanhar o orçamento anual e o orçamento de capital da Companhia;

(iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

(iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, em observância à Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia;

(v) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas; e

(vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de políticas, regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Relacionamento com os auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. ("Auditores Independentes") é a empresa responsável pela auditoria independente das demonstrações contábeis preparadas pela Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, cujos exames são efetuados de acordo com as normas de auditoria vigentes. O relatório dos Auditores Independentes reflete o resultado de seus exames de auditoria conduzidos de acordo com as normas de auditoria e representa a sua opinião, em todos os aspectos relevantes, da posição patrimonial e financeira da Companhia, e o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Os Auditores Independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial das Informações trimestrais ("ITRs") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 devidamente divulgadas ao mercado e à CVM conforme suas orientações e requerimentos legais.

Atividades exercidas pelo Comitê para o Ciclo das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Nos termos do artigo 11 do Regimento Interno do Comitê, suas reuniões ordinárias devem ser realizadas, no mínimo, trimestralmente, respeitando as Informações Trimestrais (ITRs). Neste sentido, os membros do Comitê se reuniram 8 (oito) vezes no período entre janeiro de 2025 a dezembro de 2025, além de reuniões realizadas entre janeiro e março de 2026 ("Período").

Todos os assuntos, discussões, recomendações e pareceres do Comitê foram consignados em atas de reuniões, as quais foram assinadas pelos membros presentes do Comitê e permanecem arquivadas na sede da Companhia.

As principais atividades realizadas pelo Comitê no Período foram:

(a) aprovação do cronograma de atividades do Comitê de Auditoria para o ciclo das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025;

(b) recomendação de aprovação ao Conselho de Administração da Companhia acerca da contratação ou renovação da empresa de auditoria independente da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025;

(c) apreciar a troca de consultoria prestadora de serviços de auditoria interna da Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025;

(d) analisar as Informações Trimestrais (ITRs) relativas aos trimestres encerrados em 31 de março de 2025, 30 de junho de 2025 e 30 de setembro de 2025, discutir com os auditores independentes os procedimentos efetuados de revisão intermediárias e conclusões alcançadas, visando assim apreciar as mesmas para aprovação pelo Conselho de Administração e arquivamento na CVM;

(e) analisar e discutir com a Administração os principais riscos mapeados pela Companhia, visando planejamento de mitigação dos mesmos na forma de procedimentos a serem executados em exames de auditoria interna (consultores terceirizados) e auditores independentes;

(f) discussão e análise: (i) dos principais controles internos da Companhia em ciclos operacionais críticos e ciclo de fechamento contábil e preparação dos relatórios financeiros, (ii) dos processos de estruturação internas de equipes de controles internos, (iii) da revisão de processos dos ciclos de Receitas, Créditos, Contas a Receber e Compras pela função terceirizada de auditoria interna e (iv) do status de remediação das deficiências identificadas pelos auditores independentes ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e comunicadas ao Comitê e Administração pela KPMG;

(g) discutir os exames de auditoria interna efetuados nos ciclos operacionais mais críticos da Companhia pelas empresas de consultoria prestadoras de serviços de auditoria interna para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como as conclusões alcançadas;

(h) analisar e apreciar o plano anual de auditoria independente apresentado pela KPMG Auditores Independentes Ltda. para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025;

(i) discutir com a Administração a atualização de informações referentes às denúncias capturadas pelos diferentes canais de comunicação da Companhia, e a necessidade de investigações pela Companhia, quando aplicáveis;

(j) análise dos principais aspectos e impactos da Reforma Tributária para a Companhia em 31 de dezembro de 2025 e nos próximos exercícios fiscais;

(k) discussão com a Administração sobre a potencial adoção de política de hedge e instrumentos financeiros derivativos em 2026 visando minimizar a exposição a risco decorrente de variação cambial;

(l) status das principais contingências passivas da Companhia em ações judiciais que impactam as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025;

(m) reuniões de *on boarding* de novos integrantes do Comitê durante o exercício;

(n) analisar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e discutir os exames de auditoria planejados e efetuados pela auditoria independente da Companhia visando entender a mitigação dos principais riscos de auditoria comunicados ao Comitê no plano anual de auditoria 2025 e as conclusões alcançadas;

(o) aprovação da emissão do relatório anual resumido de atividades, análises e recomendação de aprovação ao Conselho de Administração da Companhia acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, examinadas pelos auditores independentes;

Cumpre destacar que visando cumprir com as suas atribuições a supervisão das informações financeiras e dos controles internos da Companhia, houve quando aplicável:

- A participação da diretoria financeira, controladoria e jurídica nas reuniões realizadas pelo Comitê.
- A participação das empresas de consultoria especializadas em auditoria interna visando discutir os resultados dos exames de auditoria interna executados durante o ciclo anual.
- A participação dos auditores independentes KPMG em reuniões com o Comitê visando discutir o Plano Anual de Auditoria Independente, bem como a comunicação de suas conclusões para as revisões trimestrais e exame anual.

A atuação do Comitê esteve orientada pelo fortalecimento dos mecanismos de supervisão, transparência e conformidade, contribuindo para o assessoramento técnico ao Conselho de Administração e para o aprimoramento contínuo do ambiente de controles internos da Heringer.

Adicionalmente, em linha com as melhores práticas de governança e visando ao aprimoramento contínuo dos processos de governança e conformidade, o Comitê também analisou as denúncias registradas no Canal de Denúncias da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Recomendações do Comitê a Companhia em relação ao Ambiente de Controles Internos e sua Governança

Considerando as análises, estudos, discussões e melhorias identificadas ao longo das reuniões ocorridas em 2025, o Comitê recomenda aos Administradores da Companhia:

- avaliação da estrutura de área dedicada a implementação de controles internos e governança visando auxiliar a administração tática e operacional da Companhia no atingimento de suas metas com o devido balanceamento e mitigação dos riscos inerentes ao seu negócio e com foco contínuo na atualização, melhoria e monitoramento dos riscos da Heringer ("matriz de riscos periodicamente revisada;
- implementação e aprimoramento contínuo de controles internos como foco em: (i) definição clara das "atividades de controles internos" relevantes de cada Diretoria/Gestor em relação aos processos críticos sob sua responsabilidade; (ii) definição dos procedimentos e prazo para execução e os responsáveis direto de cada item de controle; e
- ampliar o nível de treinamento integrado e multidisciplinar visando o desenvolvimento de seus colaboradores para a continua reposição do quadro administrativo e operacional da Heringer.

Conclusões sobre o ciclo das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025

Os membros do Comitê de Auditoria não estatutário ("Comitê") da Fertilizantes Heringer S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições, analisaram as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes ("KPMG Auditores Independentes Ltda.") emitido sem ressalva e com paragrafo de ênfase, e o Relatório Anual da Administração (conjunto denominado "Demonstrações Financeiras"). Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, e com base nas análises efetuadas, o Comitê recomendou, por unanimidade, a manifestação favorável ao Conselho de Administração da Companhia em relação as referidas Demonstrações Financeiras.

Paulínia, 27 de março de 2026.
Flávio Cesar Maia Luz - Coordenador e membro efetivo
John Alexander Harold Auton - Membro Efetivo
Pedro Pereira de Sá - Membro Efetivo

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e Sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Na qualidade de Diretores da Fertilizantes Heringer S.A. ("Companhia"), declaramos nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, itens V e VI, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, que revimos, discutimos e concordamos com os termos das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração e do parecer dos auditores independentes da Companhia.

São Paulo, 27 de março de 2026.
Gustavo Oubinha Barreiro - Diretor Presidente
Vladislav Guz - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da Fertilizantes Heringer S.A.
Paulínia – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fertilizantes Heringer S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fertilizantes Heringer S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais *(IFRS Accounting Standards)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1.2. às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreram no prejuízo de R$ 172.242 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apresentou geração de caixa operacional negativa de R$ 30.416 mil e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo em R$ 480.367 mil. Conforme apresentado na Nota 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de compras de matérias-primas da Companhia é realizada com parte relacionada, conforme descrito na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado	
Veja a Nota 11 das demonstrações financeiras	
Principal assunto de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
Em 31 de dezembro de 2025, o valor do ativo imobilizado da Companhia totalizava R$ 569.856 mil. Identificamos indicadores de perda no valor recuperável (impairment) dos itens do ativo imobilizado da Companhia, conforme prescrito no Pronunciamento Técnico CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A Administração determinou o valor recuperável com base no valor justo, líquido das despesas de venda dos ativos imobilizados. Este cálculo foi efetuado por avaliadores externos contratados pela Companhia e demonstrou que o valor justo líquido das despesas de venda dos ativos imobilizados, é superior ao valor contábil do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2025, não incorrendo, portanto, em ajuste de impairment. Consideramos esse assunto significativo, uma vez que a avaliação realizada pela Administração da Companhia sobre o valor recuperável do ativo imobilizado envolve julgamentos e premissas que, se alterados, poderão resultar em valores significativamente diferentes dos apurados pela Companhia.	Para a avaliação do valor justo líquido das despesas de venda, realizamos os seguintes procedimentos de auditoria com o suporte de nossos especialistas em avaliação de ativos: - avaliação da competência, habilidade e objetividade dos avaliadores externos contratados pela Companhia; - verificação da adequada aplicação, pelos avaliadores externos, das metodologias e premissas definidas pela Administração da Companhia. Isso inclui, principalmente, a análise das premissas relacionadas ao valor de reposição e à vida útil econômica dos bens, para garantir que essas premissas foram adequadamente utilizadas no cálculo do valor justo dos ativos imobilizados por Unidade Geradora de Caixa (UGC). Também avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras contemplam todos os aspectos exigidos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para determinar o valor recuperável do ativo imobilizado, assim como as divulgações realizadas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras, tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

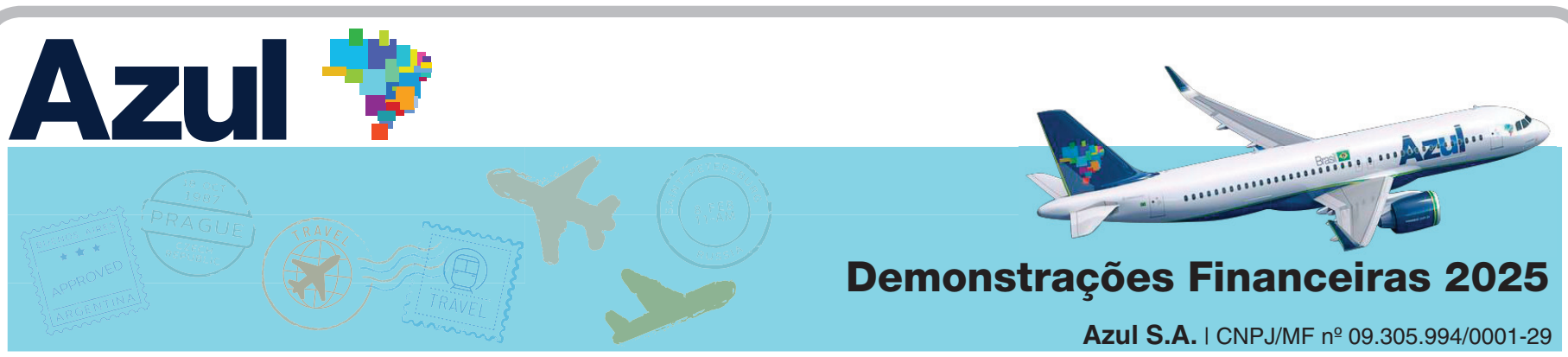
Campinas, 27 de março de 2026

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027612/F
Marcio José dos Santos
Contador CRC 1SP252906/O-0

www.heringer.com.br

DATA MERCANTIL
SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.
datamercantil.com.br



Relatório da Administração

Mensagem da Administração: Encerramos 2025 com mais um ano de sólido desempenho financeiro e operacional, com diversos recordes históricos. Esses resultados destacam o sucesso de nossa reestruturação sob o *Chapter 11*, concluída em menos de nove meses, conforme anunciado em nosso recente Fato Relevante de 20 de fevereiro de 2026. Esse marco só foi possível porque entramos no processo já sustentados por Acordos de Apoio à Reestruturação com os principais *stakeholders*, incluindo *bondholders*, nosso maior arrendador AerCap, e nossos parceiros estratégicos.

Por meio do esforço dedicado a essa ampla reestruturação, posicionamos a Azul para um crescimento sustentável de longo prazo e aumentamos significativamente nossa resiliência financeira. Com o apoio de nossos principais *stakeholders*, incluindo arrendadores de aeronaves, *bondholders* e parceiros estratégicos, a Azul fortaleceu consideravelmente seu balanço, saindo com uma alavancagem líquida abaixo de 2,5x, impulsionada principalmente pela redução de aproximadamente R$6,7 bilhões em empréstimos e financiamentos e pela redução de mais de R$9,8 bilhões em passivos de arrendamento de aeronaves, em comparação a 2024.

Ainda mais importante, durante toda essa reestruturação, conseguimos reduzir nossos pagamentos anuais de juros em 50% e nossos pagamentos recorrentes de arrendamento em mais de 30%, posicionando-nos para geração sustentável de caixa e um contínuo processo de desalavancagem.

Também aumentamos nossa liquidez por meio da bem-sucedida emissão de US$1,375 bilhão em *Senior Notes* – que teve demanda 7x superior ao volume inicialmente ofertado – e por meio de emissões de ações que levantaram US$850 milhões, garantindo uma posição de liquidez sólida após a reestruturação, com R$100 milhões adicionais após aprovação regulatória.

Em relação aos nossos resultados de 2025, registramos mais um ano de forte desempenho, refletindo a execução disciplinada de nosso plano de negócios. A receita total atingiu um recorde histórico, sustentada por uma demanda saudável, ações eficazes de precificação e contribuições sólidas de nossas unidades de negócio "*beyond the metal*".

O EBITDA cresceu e atingiu um recorde histórico de R$6,7 bilhões no ano, com margem de 30,4%, confirmando mais uma vez nossa rentabilidade líder no setor.

Nossas unidades de negócio – Azul Fidelidade, Azul Cargo e Azul Viagens – novamente apresentaram desempenhos excepcionais e continuam sendo fundamentais para diversificação e aumento de rentabilidade. Cada unidade continuou a crescer dois dígitos ano contra ano, contribuindo de forma significativa para nossa receita total e EBITDA.

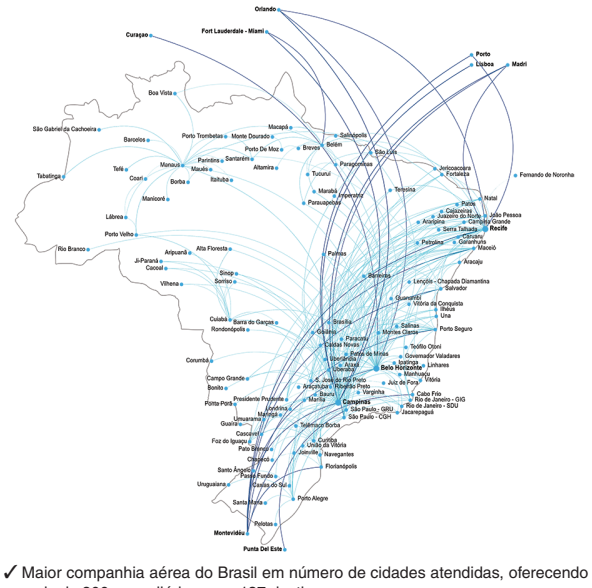
Com a reestruturação concluída com sucesso, entramos em 2026 mais bem preparados do que nunca. Com nosso balanço aprimorado, crescimento disciplinado de capacidade e uma malha aérea única – 80% de nossas rotas não têm concorrência direta – a Azul possui uma capacidade significativa de reagir a desafios macroeconômicos, como o recente aumento dos preços do combustível. Estamos trabalhando diligentemente em diversas ações operacionais para mitigar esse aumento e garantir que a Azul se consolide como a vencedora de longo prazo na região.

Nossos hubs regionais estão entre os mais voltados ao segmento corporativo no Brasil, nossas unidades de negócio apresentam o maior nível de gasto *premium* do mercado e toda a nossa frota está coberta por contratos *total-care*, que garantem previsibilidade nos custos de manutenção de motores. Com um dos menores compromissos futuros de aeronaves na região e um balanço de padrão internacional, a Azul está exposta a menores riscos financeiros e operacionais do que seus concorrentes, que enfrentam desafios significativamente maiores devido às elevadas medidas de crescimento já contratadas, à maior exposição internacional e às obrigações de dívida substancialmente superiores, fatores que dificultam o repasse de aumentos nos custos operacionais.

Estamos extremamente confiantes nas novas perspectivas da Azul. Gostaria de agradecer a nossos clientes, Tripulantes, parceiros, credores e investidores por sua confiança e apoio durante esta fase importante. Estamos ansiosos para implementar nosso plano e para entregar resultados que criarão valor de longo prazo para todos os *stakeholders*.

John Rodgerson
CEO da Azul S.A.

A Azul em 2025



✓ Maior companhia aérea do Brasil em número de cidades atendidas, oferecendo mais de 800 voos diários para 137 destinos;
✓ Frota operacional com 170 aeronaves com uma idade média de 7,2 anos (excluindo aeronaves Cessna);
✓ *27% das decolagens domésticas e 27% de market share (RPK);*
✓ Quarta companhia aérea mais pontual do mundo.

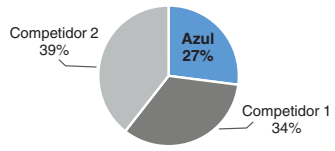
Mercado de aviação: O ano de 2025 foi, mais uma vez, um período de forte demanda para a Azul, com melhorias significativas na capacidade, receita e lucros em comparação com o ano anterior.

Durante o ano, a Azul alcançou um crescimento significativo nos mercados doméstico e internacional, e como resultado, a receita operacional atingiu mais uma vez um recorde, já que a demanda por voos da Azul permaneceu forte. A receita operacional total atingiu R$21,9 bilhões, 12,0% acima em comparação a 2024.

No ano, o EBITDA atingiu um recorde histórico de R$6,7 bilhões, um aumento de 9,6% em relação a 2024, com margem EBITDA de 30,4%.

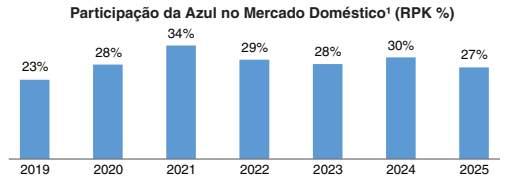
Em 2025, a Azul permaneceu focada na sua malha, encerrando o ano com um aumento de capacidade de 10,0% em relação ao ano anterior e um aumento de 12,1% em RPKs, com uma taxa de ocupação de 83,2%.

Participação da Azul no Mercado¹ (RPK Doméstico, 2025)



¹ Fonte: Anac

Participação da Azul no Mercado Doméstico¹ (RPK %)



¹ Fonte: Anac

Resultados Consolidados: As demonstrações de resultados e os dados operacionais apresentados nas tabelas a seguir devem ser lidos em conjunto com os comentários dos resultados anuais apresentados posteriormente. Os períodos anteriores foram ajustados para refletir a adoção das novas normas contábeis do IFRS 16.

Demonstrações de Resultados (R$ milhões)¹	2025	2024	% Δ
Receita Líquida			
Transporte de passageiros	20.231,0	18.123,1	11,6%
Cargas e outras receitas	1.642,7	1.403,1	17,1%
Receita líquida total	**21.873,7**	**19.526,2**	**12,0%**
Custos e despesas operacionais			
Combustível de aviação	(5.710,3)	(5.583,5)	2,3%
Salários e benefícios	(2.611,6)	(2.722,9)	-4,1%
Depreciação e amortização	(3.013,4)	(2.564,0)	17,5%
Outros aluguéis & ACMI	(586,6)	(268,1)	118,8%
Tarifas aeroportuárias	(1.257,3)	(1.074,8)	17,0%
Gastos com passageiros	(956,9)	(872,5)	9,7%
Comerciais e publicidade	(891,0)	(889,2)	0,2%
Manutenção e reparos	(781,2)	(789,2)	-1,0%
Outros	(2.424,3)	(1.254,4)	93,3%
Total custos e despesas operacionais	**(18.232,5)**	**(16.018,5)**	**13,8%**
Resultado Operacional	**3.641,2**	**3.507,7**	**3,8%**
Margem operacional	16,6%	18,0%	-1,3 p.p.
EBITDA	**6.654,6**	**6.071,7**	**9,6%**
Margem EBITDA	30,4%	31,1%	-0,7 p.p.
Resultado financeiro	**(3.865,8)**	(11.665,5)	-66,9%
Receitas financeiras	904,1	239,1	278,2%
Despesas financeiras²	(8.779,2)	(4.679,2)	87,6%
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos²	(20,0)	(119,3)	-83,2%
Variações cambiais, líquidas	4.029,3	(7.106,0)	n.a.
Resultado antes do IR e contribuição social	**(224,7)**	**(8.157,8)**	**-97,2%**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(0,0)	(0,7)	-96,3%
Imposto de renda e contribuição social diferido	–	39,5	n.a.
Resultado líquido do período²	**(224,7)**	**(8.119,0)**	**-97,2%**
Margem líquida	-1,0%	-41,6%	+40,6 p.p.
Resultado líquido ajustado² ³	**(4.280,8)**	**(995,4)**	**330,0%**
Margem líquida ajustada² ³	-19,6%	-5,1%	-14,5 p.p.

¹ Resultados operacionais ajustados para itens não recorrentes.
² O direito de conversão relacionado às debêntures conversíveis e ao TAP Bond.

Receita Operacional: Em 2025, a receita operacional total da Azul aumentou R$2.347,5 milhões ou 12,0%, atingindo um recorde de R$21,9 bilhões. A receita de passageiros aumentou 11,6% com 10,0% a mais de capacidade em comparação ao mesmo período do ano anterior, impulsionada por um ambiente de demanda saudável, receitas auxiliares robustas e o desempenho notável de nossas unidades de negócio. A receita de carga e outros atingiu R$1,6 bilhão em 2025, 17,1% acima de 2024, principalmente devido ao crescimento no quarto trimestre, ampliando nossa base de clientes com ainda mais varejistas, fabricantes e operadores de *e-commerce* no Brasil que valorizam nossas soluções logísticas confiáveis e de grande alcance.

O RASK e o PRASK atingiram R$42,97 centavos e R$39,74 centavos, respectivamente, devido às vantagens competitivas sustentáveis do nosso modelo de negócio. Em comparação com 2024, o RASK e o PRASK aumentaram 1,9% e 1,5%, respectivamente. A tabela abaixo apresenta nossas receitas e despesas operacionais por ASK nos períodos indicados:

R$ centavos¹	2025	2024	% Δ
Receita líquida por ASK			
Transporte de passageiros	39,74	39,15	1,5%
Cargas e outras receitas	3,23	3,03	6,5%
Receita líquida (RASK)	**42,97**	**42,18**	**1,9%**
Custos e despesas operacionais por ASK			
Combustível de aviação	(11,22)	(12,06)	-7,0%
Salários e benefícios	(5,13)	(5,88)	-12,8%
Depreciação e amortização	(5,92)	(5,54)	6,9%
Outros aluguéis & ACMI	(1,15)	(0,58)	99,0%
Tarifas aeroportuárias	(2,47)	(2,32)	6,4%
Gastos com passageiros	(1,88)	(1,88)	-0,3%
Comerciais e publicidade	(1,75)	(1,92)	-8,9%
Manutenção e reparos	(1,53)	(1,70)	-10,0%
Outras despesas operacionais, líquidas	(4,76)	(2,71)	75,7%
Total custos e despesas operacionais (CASK)	**(35,81)**	**(34,60)**	**3,5%**
Resultado operacional por ASK (RASK-CASK)	**7,15**	**7,58**	**-5,6%**

¹ Os resultados operacionais foram ajustados para itens não-recorrentes.

Custos e Despesas Operacionais: Em 2025, a Azul registrou despesas operacionais de R$18,2 bilhões, em comparação com R$16,0 bilhões em 2024, representando um aumento de 13,8%, devido principalmente ao crescimento de 10,0% na capacidade e de 12,0% na receita, além da inflação anual de 4,3% e do aumento de processos judiciais relacionados a operações irregulares ocorridas majoritariamente em 2024. A composição de nossas principais despesas operacionais em relação a 2025 é a seguinte:

• **Combustível de aviação** aumentou 2,3%, totalizando R$5.710,3 milhões, principalmente devido ao crescimento de 10,0% na capacidade total e um aumento de 7,8% no consumo de combustível, parcialmente compensado pela redução de 5,1% no preço do combustível por litro (excluindo *hedge*).

• **Salários e benefícios** reduziram 4,1%, impulsionados principalmente pelo aumento de produtividade e por diversas estratégias de redução de custos, parcialmente compensados pelo nosso aumento de capacidade de 10,0% em 2025, por um reajuste salarial de 4,8% decorrente de acordos coletivos aplicáveis a todos os funcionários de companhias aéreas no Brasil e pela internalização de certas atividades como iniciativas de redução de custo total.

• **Depreciação e amortização** aumentaram 17,5%, ou R$449,4 milhões, impulsionadas pelo aumento de nossa frota em comparação com 2024, como parte do nosso processo de transformação da frota.

• **Tarifas aeroportuárias** aumentaram 17,0%, ou R$182,5 milhões, impulsionadas principalmente por um crescimento de 28,7% na capacidade internacional, para a qual pagamos taxas e tarifas aeroportuárias mais elevadas, geralmente denominadas em moeda estrangeira.

• **Gastos com passageiros** aumentaram R$84,4 milhões, principalmente devido ao crescimento de 3,4% no número de passageiros e à inflação de 4,3% no período, parcialmente compensados pela redução nos serviços de bordo.

• **Comerciais e publicidade** aumentaram 0,2%, ou R$1,8 milhão, impulsionados principalmente por campanhas publicitárias mais intensas e eventos regionais, além do crescimento de 11,6% na nossa receita de passageiros, que levou a um aumento nas tarifas de cartão de crédito e comissões.

• **Manutenção e reparos** reduziram R$8,0 milhões em comparação com 2024, principalmente devido ao menor número de eventos de manutenção relacionados a aeronaves rejeitadas além da apreciação média de 3,7% do real frente ao dólar e às economias oriundas de renegociações com fornecedores.

• **Outras despesas** aumentaram R$1.169,9 milhões, principalmente devido ao aumento de processos judiciais e à inflação anual de 4,3%.

Liquidez e Financiamentos: A Azul encerrou o ano com R$3,7 bilhões em liquidez imediata, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e investimentos de curto prazo, R$683,4 milhões acima do mesmo período em 2024. Em outubro, a Azul acessou US$221 milhões como a última parcela de seu financiamento DIP de US$1,6 bilhão.

Contas a receber aumentaram 53,4%, ou R$947,4 milhões, em comparação com 31 de dezembro de 2024, impulsionadas principalmente por uma decisão deliberada de não antecipar a totalidade dos recebíveis de cartão de crédito disponíveis. No Brasil, esses recebíveis estão predominantemente vinculados a passagens já voadas e não carregam risco de crédito do portador do cartão, permitindo acesso imediato aos recursos sem retenções. Essa estrutura oferece à Azul significativa flexibilidade de liquidez, já que os recebíveis podem ser antecipados a um custo mínimo quando necessário. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía R$1.976 milhões em recebíveis de cartão de crédito (R$740,6 milhões em 31 de dezembro de 2024).

Liquidez (R$ milhões)	2025	2024	% Δ
Caixa e equivalentes de caixa	991,6	1.210,0	-18,0%
Investimentos de curto-prazo	26,3	71,9	-63,4%
Contas a receber	2.722,7	1.775,4	53,4%
Liquidez imediata	**3.740,7**	**3.057,3**	**22,4%**
Caixa como % da receita líquida UDM	17,1%	15,7%	+0,1 p.p.

A dívida bruta aumentou 6,2%, ou R$2.093,6 milhões, em comparação com 31 de dezembro de 2024, devido ao aumento de R$8,1 bilhões em empréstimos e financiamentos decorrente do DIP acessado no ano, aos juros acumulados e não pagos no período e à apreciação de 3,7% do real no fim do período frente ao dólar. Excluindo os passivos de arrendamento que foram extintos e os empréstimos e financiamentos que foram convertidos em ações no 1T26, nossa dívida bruta seria de aproximadamente R$21 bilhões.

Em 31 de dezembro de 2025, o vencimento médio da dívida da Azul, excluindo passivos de arrendamento e debêntures conversíveis era de 1,6 ano, com uma taxa de juros média de 13,4%. A taxa média de juros sobre as obrigações locais e denominadas em dólar eram equivalentes a CDI + 4% e 13,2%, respectivamente.

Arrendamento, Empréstimos e Financiamentos (R$ milhões)¹	2025	2024	% Δ
Passivo de arrendamento	11.824,6	16.627,8	-28,9%
Dívidas de arrendamento	178,9	1.357,0	-86,8%
Arrendamento financeiro	707,6	710,9	-0,5%
Outros empréstimos e financiamentos de aeronaves	877,9	994,1	-11,7%
Outros empréstimos, financiamentos e debêntures	22.181,7	13.987,3	58,6%
% da dívida não relacionada à aeronave em moeda local	6%	10%	-4,1 p.p.
% da dívida total em moeda local	2%	4%	-0,4 p.p.
Dívida bruta	**35.770,7**	**33.677,1**	**6,2%**

¹ Considera a dívida ajustada pelo efeito do hedge, líquido dos subarrendamentos de aeronave a receber; exclui debentures conversíveis.

O índice de alavancagem da Azul, medido como dívida líquida sobre EBITDA dos últimos 12 meses, foi de 4,8x, principalmente devido à valorização do real frente ao dólar neste ano, o que impactou nossa dívida denominada em dólar, além dos R$6,0 bilhões em dívida levantados no período como parte do nosso plano de reestruturação. Essa alavancagem não considera a conversão das notas 1L e 2L em ações como parte do plano relacionado ao *Chapter 11*, tampouco o pagamento do DIP pelas fontes captadas no *exit financing*, o que reduziu nossa alavancagem para menos de 2,5x na saída do processo, em fevereiro de 2026.

Principais Indicadores de Dívida (R$ milhões)	2025	2024	% Δ
Caixa¹	3.740,7	4.097,7	-8,7%
Dívida bruta²	35.770,7	33.677,1	6,2%
Dívida líquida	32.030,0	29.579,4	8,3%
Dívida líquida/EBITDA (UDM)	4,8x	4,9x	-0,1x

¹ Inclui caixa, equivalentes de caixa, recebíveis, investimentos de curto e longo prazo.
² Exclui instrumentos conversíveis e as notas dos fabricantes de aeronaves.

Frota: Em 31 de dezembro de 2025, a Azul possuía uma frota operacional de passageiros composta por 187 aeronaves com idade média de 7,2 anos, excluindo as aeronaves Cessna.

A Azul terminou o ano com aproximadamente 79% de sua capacidade proveniente de aeronaves de última geração, muito superior a qualquer competidor na região.

Frota Operacional de Passageiros	2025	2024	% Δ
Airbus widebody	12	12	–
Airbus narrowbody	57	56	1,8%
Embraer E2	44	28	57,1%
Embraer E1	20	29	-31,0%
ATR	31	32	-3,1%
Cessna	23	24	-4,2%
Frota operacional de passageiros total	**187**	**181**	**3,3%**

Responsabilidade Ambiental, Social e de Governança ("ESG")

A tabela abaixo apresenta as principais métricas ESG da Azul, de acordo com o padrão SASB (*Sustainability Accounting Standards Board*) para o setor aéreo:

Indicadores Ambientais, Sociais e de Governança	2025	2024	% Δ
Meio Ambiente			
Combustível			
Combustível consumido por ASK (GJ/ASK)	1.053	1.075	-2.0%
Combustível consumido (GJ x 1000)	53.637	49.773	-7,8%
Frota			
Idade média da frota operacional¹ (anos)	7,2	7,1	1,4%
Social			
Relações Trabalhistas			
Gênero dos funcionários: masculino (%)	58,7%	59,8%	-1,2 p.p.
Gênero dos funcionários: feminino (%)	41,3%	40,2%	1,2 p.p.
Rotatividade mensal de funcionários (%)	0,8%	0,9%	-0,1 p.p.
Funcionários cobertos por acordos de negociação coletiva (%)	100%	100%	–
Voluntários (#)	7.153	4.324	65%
Governança			
Administração			
Conselheiros Independentes (%)	89%	91%	-2,1 p.p.
Participação de mulheres no Conselho de Administração (%)	22%	18%	4,2 p.p.
Idade média dos membros do Conselho de Administração (anos)	54	58	-6,6%
Frequência da diretoria em reuniões (%)	99%	96%	3 p.p.
Tamanho do Conselho de Administração (#)	12	11	9,1%
Participação de mulheres em cargo de gestão (%)	39%	40%	-1 p.p.

¹ Excluindo as aeronaves Cessna

continua …

Azul S.A. | CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29

Balanços Patrimoniais 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais – R$)*

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**31/12/25**	**31/12/24**	**31/12/25**	**31/12/24**
Circulante – Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.155	2.015	991.644	1.210.009
Aplicações financeiras	7	–	–	26.286	71.898
Contas a receber	8	–	–	2.722.742	1.775.374
Estoques	9	–	–	972.532	943.578
Depósitos	10	–	–	502.085	328.876
Tributos a recuperar	11	32	11	208.354	203.951
Adiantamento a fornecedores	12	57	–	371.594	274.282
Partes relacionadas	29	–	1.307.350	–	–
Outros ativos	13	7.440	2.357	508.289	850.052
Total do ativo circulante		10.684	1.311.733	6.303.526	5.658.020
Não circulante – Ativo					
Aplicações financeiras – NC	7	–	–	–	1.040.454
Contas a receber	8	–	–	29.452	–
Depósitos	10	52	65	2.377.624	3.063.786
Tributos a recuperar	11	–	–	46.509	36.136
Partes relacionadas	29	1.530.964	1.570.408	–	–
Outros ativos	13	–	–	447.480	411.701
Investimentos	15	755.948	759.173	–	–
Imobilizado	16	–	–	2.772.299	3.034.554
Direito de uso	17	–	–	10.125.024	11.470.679
Intangível	18	–	–	1.536.000	1.559.613
Total do ativo não circulante		2.286.964	2.329.646	17.334.388	20.616.923
Total do ativo		2.297.648	3.641.379	23.637.914	26.274.943

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**31/12/25**	**31/12/24**	**31/12/25**	**31/12/24**
Circulante – Passivo					
Empréstimos e financiamentos	19	–	–	13.783.259	2.207.199
Arrendamentos	20	–	1.241.318	3.353.501	6.314.221
Instrumentos de dívidas conversíveis	21	88.996	124.321	88.996	124.321
Fornecedores	22	10.987	72.674	3.931.201	4.147.225
Instrumentos financeiros derivativos	23	–	–	–	65.375
Taxas e tarifas aeroportuárias	24	–	–	899.605	584.739
Transportes, serviços a executar e programa de fidelidade	25	–	–	6.240.689	6.326.057
Salários e encargos sociais	26	2.292	2.470	533.713	508.448
Tributos a recolher	27	1.025	956	144.007	125.055
Provisões	28	–	–	374.141	670.722
Partes relacionadas	29	55.447	5.291	–	–
Outros passivos	30	–	–	124.039	268.935
Total do passivo circulante		158.747	1.447.030	29.473.151	21.342.297
Não circulante – Passivo					
Empréstimos e financiamentos	19	–	–	9.276.345	12.774.218
Arrendamentos	20	–	1.441.847	9.357.562	15.064.626
Instrumentos de dívida conversíveis	21	308.370	1.058.047	308.370	1.058.047
Fornecedores	22	–	107.416	948.543	1.162.396
Taxas e tarifas aeroportuárias	24	–	–	711.032	792.680
Tributos a recolher	27	894	809	193.581	198.898
Provisões	28	118	142	1.400.534	3.508.314
Partes relacionadas	29	1.650.235	1.083.007	–	–
Provisão para perda com investimento	15	29.217.346	28.938.351	–	–
Outros passivos	30	–	–	1.006.858	808.737
Total do passivo não circulante		31.176.963	32.629.619	23.202.825	35.367.916
Patrimônio líquido	31				
Capital social		7.131.859	2.315.628	7.131.859	2.315.628
Capital social a integralizar		(71.034)	–	(71.034)	–
Reserva de capital		(1.408.711)	2.066.023	(1.408.711)	2.066.023
Ações em tesouraria		(1.433)	(4.334)	(1.433)	(4.334)
Outros resultados abrangentes		4.903	5.917	4.903	5.917
Prejuízos acumulados		(34.693.646)	(34.818.504)	(34.693.646)	(34.818.504)
		(29.038.062)	(30.435.270)	(29.038.062)	(30.435.270)
Total do passivo e patrimônio líquido		2.297.648	3.641.379	23.637.914	26.274.943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais – R$, exceto lucro (prejuízo) básico e diluído por ação)*

		Controladora		Consolidado	
				Exercícios findos em	
Descrição	**Nota**	**31/12/25**	**31/12/24**	**31/12/25**	**31/12/24**
Transporte de passageiros		–	–	19.997.726	18.123.135
Outras receitas		–	–	1.642.667	1.403.073
Receita total	34	–	–	21.640.393	19.526.208
Custos dos serviços prestados	35	–	–	(15.625.596)	(14.310.434)
Lucro bruto		–	–	6.014.797	5.215.774
Despesas comerciais		–	–	(962.078)	(934.145)
Despesas administrativas		(76.903)	(71.401)	(741.317)	(567.457)
Outras receitas (despesas), líquidas		(9.427)	(431)	10.068	(323.540)
		(86.330)	(71.832)	(1.693.327)	(1.825.142)
Resultado de equivalência patrimonial	15	(667.797)	(8.855.954)	–	–
Lucro (prejuízo) operacional		(754.127)	(8.927.786)	4.321.470	3.390.632
Receitas financeiras		734.492	3.269	904.083	239.058
Despesas financeiras		(834.914)	(308.038)	(10.295.119)	(5.247.414)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos		1.006.544	437.035	986.521	317.729
Variações cambiais, líquidas		(27.137)	(395.377)	4.207.915	(7.890.179)
Resultado financeiro	36	878.985	(263.111)	(4.196.600)	(12.580.806)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL		124.858	(9.190.897)	124.870	(9.190.174)
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	–	–	(12)	(723)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	–	39.526	–	39.526
Lucro (prejuízo) do exercício		124.858	(9.151.371)	124.858	(9.151.371)
Lucro (prejuízo) básico por ação ordinária – R$	32	0,16	(26,32)	0,16	(26,32)
Lucro (prejuízo) diluído por ação ordinária – R$	32	0,16	(26,32)	0,16	(26,32)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais – R$)*

	Controladora e Consolidado	
	Exercícios findos em	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**
Lucro (prejuízo) do exercício	124.858	(9.151.371)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes:		
Benefício pós-emprego	(1.014)	2.811
Total dos resultados abrangentes	123.844	(9.148.560)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais – R$)*

Descrição	**Nota**	**Capital social**	**Capital social a integralizar**	**AFAC(a)**	**Reserva de capital**	**Ações em tesouraria**	**Outros resultados abrangentes**	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2023		2.314.821	–	789	2.029.610	(9.041)	3.106	(25.667.133)	(21.327.848)
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	–	–	(9.151.371)	(9.151.371)
Benefício pós-emprego	28	–	–	–	–	–	2.811	–	2.811
Total dos resultados abrangentes		–	–	–	–	–	2.811	(9.151.371)	(9.148.560)
Recompra, alienação e transferências de ações	31	–	–	–	(7.303)	4.707	–	–	(2.596)
Remuneração baseada em ações [b]	32	807	–	(789)	43.716	–	–	–	43.734
Em 31 de dezembro de 2024		2.315.628	–	–	2.066.023	(4.334)	5.917	(34.818.504)	(30.435.270)
Lucro do exercício		–	–	–	–	–	–	124.858	124.858
Benefício pós-emprego	28	–	–	–	–	–	(1.014)	–	(1.014)
Total dos resultados abrangentes		–	–	–	–	–	(1.014)	124.858	123.844
Aumento de capital	31	4.816.231	(71.034)	–	–	–	–	–	4.745.197
Custo na emissão de ações	32	–	–	–	(43.048)	–	–	–	(43.048)
Remuneração baseada em ações [b]	33	–	–	–	70.718	–	–	–	70.718
Efeito do valor justo das ações emitidas [c]	31	–	–	–	(3.499.499)	–	–	–	(3.499.499)
Recompra e transferências de ações	31	–	–	–	(2.905)	2.901	–	–	(4)
Em 31 de dezembro de 2025		7.131.859	(71.034)	–	(1.408.711)	(1.433)	4.903	(34.693.646)	(29.038.062)

(a) Adiantamento para futuro aumento de capital.
(b) Refere-se ao recebimento do exercício de opção de ações e ao *vesting* dos planos de remuneração baseada em ações (Plano de opções e RSU), líquido do imposto de renda referente à transferência de RSU.
(c) Diferença entre o valor de emissão e o valor justo das ações.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais – R$)*

	Controladora		Consolidado	
			Exercícios findos em	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**	**31/12/25**	**31/12/24**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) do exercício	124.858	(9.151.371)	124.858	(9.151.371)
Itens de conciliação do resultado				
Depreciação e amortização	–	–	3.013.375	2.563.982
Resultado com *impairment*	–	–	–	(143.790)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	(1.006.544)	(437.035)	(986.521)	(317.729)
Remuneração baseada em ações	–	–	70.779	43.455
Variações cambiais, líquidas	37.857	393.715	(4.178.793)	7.736.026
Resultado financeiro	63.096	317.328	9.055.623	5.018.405
Breakage – GUC – Chapter 11	–	–	(1.724.867)	–
Renegociações – *Chapter 11*	(2.644)	–	(181.893)	–
Transação tributária	–	–	–	(252.968)
Provisões, líquidas	(24)	112	1.035.676	(145.985)
Recuperação de despesas e baixas de ativos e passivos	–	–	(393.278)	(855.441)
Resultado das modificações de arrendamentos e provisões	–	–	(2.830.356)	(221.391)
Resultado das baixas de imobilizado, direito de uso e intangível	–	–	198.190	143.417
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	(39.526)	–	(39.526)
Resultado das operações de vendas e retroarrendamentos	–	–	(60.270)	(91.613)
Resultado de equivalência patrimonial	667.797	8.855.954	–	–
Resultado conciliado	(115.604)	(60.823)	3.142.523	4.285.471
Variação de ativos e passivos operacionais				
Contas a receber	–	–	(1.041.466)	(292.029)
Estoques	–	–	(61.037)	(159.409)
Depósitos	12	5	(411.370)	(455.229)
Tributos a recuperar	(21)	4.973	(160)	(20.284)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	–	–	(46.822)	(101.767)
Outros ativos	(5.075)	8.525	(390.573)	(575.798)
Fornecedores	6.976	(3.915)	(796.177)	855.534
Taxas e tarifas aeroportuárias	–	–	129.590	79.824
Transportes, serviços a executar e programa de fidelidade	–	–	8.122	1.409.877
Salários e encargos sociais	(180)	126	244.264	128.555
Tributos a recolher	(55)	837	(12.050)	77.881
Provisões	–	–	(605.141)	(423.132)
Outros passivos	–	–	94.507	50.679
Total da variação de ativos e passivos operacionais	1.657	10.551	(2.888.313)	574.702
Juros pagos				
Empréstimos e financiamentos	–	(21.141)	(517.224)	(1.027.814)
Arrendamentos	–	–	(412.511)	(506.258)
Instrumentos de dívidas conversíveis	(177.894)	(76.382)	(177.894)	(76.382)
Outros	–	–	(379.103)	(462.695)
	(177.894)	(97.523)	(1.486.732)	(2.073.149)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(291.841)	(147.795)	(1.232.522)	2.787.024
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aplicações financeiras	–	–	(22.115)	(101.219)
Pagamento de aquisição de controlada	–	–	(5.924)	–
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	–	–	7.270	–
Retroarrendamentos	–	–	195.300	29.346
Aquisição de imobilizado	–	–	(198.415)	(681.329)
Aquisição de manutenção capitalizada	–	–	(361.141)	(577.517)
Aquisição de intangível	–	–	(188.355)	(234.936)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	–	–	(573.380)	(1.565.655)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos				
Captações	–	250.000	7.423.172	3.209.990
Pagamentos	–	(250.000)	(2.277.964)	(1.723.166)
Custos	–	(4.446)	(390.166)	(104.903)
Acordos de financiamento de fornecedores	–	–	–	(496.286)
Arrendamentos	–	–	(3.054.270)	(2.803.166)
Partes relacionadas	295.480	153.811	–	–
Custo na emissão de ações	(43.048)	–	(43.048)	–
Aumento de capital	51.207	–	51.207	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	18	–	18
Ações em tesouraria	(4)	(2.596)	(4)	(2.596)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) nas atividades de financiamento	303.635	146.787	1.708.927	(1.920.109)
Variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	(10.654)	214	(121.390)	11.413
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.140	(794)	(218.365)	(687.327)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.015	2.809	1.210.009	1.897.336
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.155	2.015	991.644	1.210.009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

continua …

Azul S.A. | CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29

Demonstrações dos Valores Adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais – R$)*

Descrição	Nota	Controladora 31/12/25	Controladora 31/12/24	Consolidado Exercícios findos em 31/12/25	Consolidado Exercícios findos em 31/12/24
Receita bruta de vendas					
Transporte de passageiros	34	–	–	20.000.963	18.125.685
Outras receitas	34	–	–	1.782.911	1.506.303
Provisão para perdas com contas a receber	8	–	–	4.909	(490)
		–	–	21.788.783	19.631.498
Insumos adquiridos de terceiros					
Combustível de aviação		–	–	(5.710.291)	(5.583.503)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(37.872)	(38.214)	(5.358.773)	(5.078.841)
Seguros		(16.093)	(7.265)	(100.401)	(79.588)
	35	(53.965)	(45.479)	(11.169.465)	(10.741.932)
Valor adicionado bruto		(53.965)	(45.479)	10.619.318	8.889.566
Retenções	35				
Depreciação e amortização		–	–	(3.013.375)	(2.563.982)
Impairment		–	–	–	143.790
Valor adicionado líquido		(53.965)	(45.479)	7.605.943	6.469.374
Valor adicionado recebido em transferências					
Resultado de equivalência patrimonial	15	(667.797)	(8.855.954)	–	–
Receitas financeiras	36	734.492	3.269	904.083	239.058
		66.695	(8.852.685)	904.083	239.058
Valor adicionado a distribuir		12.730	(8.898.164)	8.510.026	6.708.432
Distribuição do valor adicionado:					
Pessoal [a]					
Remuneração direta		23.548	20.317	1.858.655	1.791.840
Benefícios		3.679	3.365	440.162	405.951
F.G.T.S.		613	573	167.793	158.981
	35	27.840	24.255	2.466.610	2.356.772
Impostos, taxas e contribuições					
Federais [b]		4.525	(37.428)	288.381	351.179
Estaduais		–	–	57.272	52.033
Municipais		–	–	11.587	11.895
		4.525	(37.428)	357.240	415.107
Capital de terceiros					
Despesas financeiras	36	834.914	308.038	10.295.119	5.247.414
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	36	(1.006.544)	(437.035)	(986.521)	(317.729)
Variações cambiais, líquidas	36	27.137	395.377	(4.207.915)	7.890.179
Aluguéis	35	–	–	460.635	268.060
		(144.493)	266.380	5.561.318	13.087.924
Capital próprio					
Lucro (prejuízo) do exercício		124.858	(9.151.371)	124.858	(9.151.371)

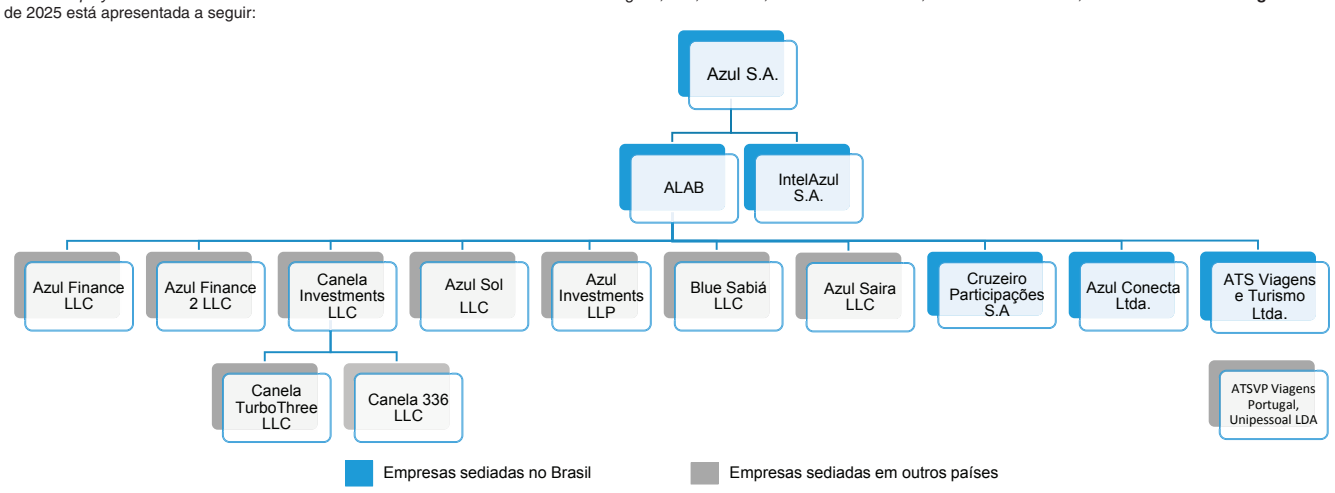
(a) Não contempla INSS no montante de R$1.902 na Controladora e R$226.753 no Consolidado, pois está na linha de impostos federais.
(b) Em 2024, contempla imposto de renda e contribuição social diferidos contabilizado na Controladora.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas Explicativas 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra maneira)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Azul S.A. ("Azul"), em conjunto com suas controladas ("Companhia"), é uma sociedade por ações, regida pelo seu estatuto social, pela Lei 6.404/76 e pelo regulamento de listagem nível 2 de governança corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). A Azul foi constituída em 3 de janeiro de 2008, tem como objeto social a exploração dos serviços de transporte aéreo regular e não regular de passageiros, cargas ou malas postais, fretamento de passageiros, prestação de serviços de manutenção e hangaragem de aeronaves, motores, partes e peças, aquisição e arrendamentos de aeronaves, desenvolvimento de programas de fidelidade, desenvolvimento de atividades conexas e participação em outras sociedades desde o início de suas operações em 15 de dezembro de 2008. A Azul desenvolve suas atividades por meio de suas controladas, principalmente a Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. ("ALAB") e a Azul Conecta Ltda. ("Conecta"), que detêm autorização das autoridades governamentais para operações aéreas, e a ATS Viagens e Turismo Ltda. ("Azul Viagens") para serviços de turismo. As ações da Azul são negociadas na B3 e estão suspensas na *New York Stock Exchange ("NYSE")* em função do processo voluntário de reorganização financeira sob o *Chapter 11* do *U.S. Bankruptcy Code*. A Azul está sediada na avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 8º andar, na cidade de Barueri, estado de São Paulo, Brasil. **1.1. Estrutura organizacional:** A estrutura organizacional da Companhia em 31 de dezembro de 2025 está apresentada a seguir:



Apresentam-se abaixo as atividades principais em que as controladas da Azul estão engajadas, bem como as participações societárias.

Empresa	Tipo de investimento	Atividade principal	Estado	País	% Participação 31/12/2025	% Participação 31/12/2024
Azul IP Cayman Holdco Ltd. (Azul Cayman Holdco)	Direto	Participação em outras sociedades	George Town	Ilhas Cayman	25%	25%
Azul IP Cayman Ltd. (Azul Cayman)	Indireto	Detentora de propriedade intelectual	George Town	Ilhas Cayman	100%	100%
IntelAzul S.A. (IntelAzul)	Direto	Outros serviços	São Paulo	Brasil	100%	100%
Azul IP Cayman Holdco Ltd. (Azul Cayman Holdco)	Indireto	Participação em outras sociedades	George Town	Ilhas Cayman	25%	25%
Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. (ALAB)	Direto	Operações aéreas	São Paulo	Brasil	100%	100%
Azul IP Cayman Holdco Ltd. (Azul Cayman Holdco)	Indireto	Participação em outras sociedades	George Town	Ilhas Cayman	25%	25%
Azul Conecta Ltda. (Conecta)	Indireto	Operações aéreas	São Paulo	Brasil	100%	100%
ATS Viagens e Turismo Ltda. (Azul Viagens)	Indireto	Serviço de turismo	São Paulo	Brasil	100%	100%
ATSVP Viagens Portugal, Unipessoal LDA (Azul Viagens Portugal)	Indireto	Serviço de turismo	Lisboa	Portugal	100%	100%
Azul IP Cayman Holdco Ltd. (Azul Cayman Holdco)	Indireto	Participação em outras sociedades	George Town	Ilhas Cayman	25%	25%
Cruzeiro Participações S.A. (Cruzeiro)	Indireto	Participação em outras sociedades	São Paulo	Brasil	100%	100%
Azul Investments LLP (Azul Investments)	Indireto	Captação de recursos	Delaware	Estados Unidos	100%	100%
Azul SOL LLC (Azul SOL)	Indireto	Financiamento de aeronaves	Delaware	Estados Unidos	100%	100%
Azul Finance LLC (Azul Finance)	Indireto	Financiamento de aeronaves	Delaware	Estados Unidos	100%	100%
Azul Finance 2 LLC (Azul Finance 2)	Indireto	Financiamento de aeronaves	Delaware	Estados Unidos	100%	100%
Blue Sabiá LLC (Blue Sabiá)	Indireto	Financiamento de aeronaves	Delaware	Estados Unidos	100%	100%
Canela Investments LLC (Canela)	Indireto	Financiamento de aeronaves	Delaware	Estados Unidos	100%	100%
Canela Turbo Three LLC (Canela Turbo)	Indireto	Financiamento de aeronaves	Delaware	Estados Unidos	100%	100%
Canela 336 LLC (Canela 336)	Indireto	Financiamento de aeronaves	Delaware	Estados Unidos	100%	100%
Azul Saira LLC (Azul Saira)	Indireto	Financiamento de aeronaves	Delaware	Estados Unidos	100%	100%
Azul Secured Finance LLP (Azul Secured)	Indireto	Captação de recursos	Delaware	Estados Unidos	100%	100%
Azul Secured Finance 2 LLP (Azul Secured 2)	Indireto	Captação de recursos	Delaware	Estados Unidos	100%	100%

1.2. Sazonalidade: As receitas operacionais da Companhia dependem substancialmente do volume geral de tráfego de passageiros e cargas, que está sujeito a mudanças sazonais. Nossas receitas de passageiros são geralmente mais altas durante o período de férias de verão e inverno. Considerando a distribuição dos custos fixos, essa sazonalidade tende a causar variações nos resultados operacionais entre os períodos do exercício social.

2 CONTINUIDADE OPERACIONAL

2.1. Declaração da Administração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, o qual considera que a Companhia manterá suas operações no curso normal dos negócios e será capaz de cumprir suas obrigações à medida que se tornem exigíveis. A Administração avaliou a capacidade de continuidade operacional considerando horizonte mínimo de 12 meses a partir da data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, incluindo os eventos subsequentes ocorridos até essa data. Na realização dessa avaliação, foram considerados: • O plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração; • A implementação das medidas de reestruturação financeira ao longo de 2025; • A confirmação judicial do Plano de Reorganização em dezembro de 2025; • A conclusão do processo de reorganização em fevereiro de 2026; e • As projeções atualizadas de fluxo de caixa e posição de liquidez. Com base nessas análises, mesmo com o capital circulante líquido negativo, a Administração concluiu que não existem incertezas materiais relevantes que possam gerar dúvida significativa quanto à capacidade da Companhia de continuar operando no futuro previsível, sendo apropriada a utilização do pressuposto de continuidade operacional. **Reestruturação Financeira e Processo sob *Chapter 11:* Contexto e Início do Processo:** Durante o primeiro trimestre de 2025, a Companhia implementou medidas voltadas à melhoria de sua liquidez e redução de alavancagem, incluindo renegociações com credores financeiros, arrendadores e fornecedores, bem como oferta pública de ações e reestruturação parcial de instrumentos de dívida. Em 28 de maio de 2025, a Companhia iniciou processo voluntário de reorganização financeira sob o *Chapter 11* do *U.S. Bankruptcy Code,* com o objetivo de: • Reduzir substancialmente seu endividamento; • Readequar contratos de arrendamento; • Reforçar sua liquidez; e • Reestruturar sua estrutura de capital e governança. Durante o processo a Companhia firmou um acordo relacionado aos *General Unsecured Claims ("GUC"),* que corresponde aos créditos quirografários não garantidos, representados pelo *Official Committee of Unsecured Creditors ("UCC"),* e tiveram os seguintes termos definido no Plano: • credores com créditos superiores a US$12,5 milhões poderão optar por receber parte de um total de US$20 milhões em caixa ou participar do "Fundo GUC", que prevê bônus de subscrição de até 5,5% do capital social condicionados ao valor de mercado da Companhia, além de pagamentos adicionais atrelados ao desempenho financeiro futuro e cobertura de determinadas despesas administrativas; • credores com créditos inferiores a US$12,5 milhões receberão parte de um total de US$3,0 milhões; e • negociações específicas foram estabelecidas com fornecedores estratégicos. O processo também contou com apoio de credores relevantes, arrendadores e investidores estratégicos. Foi obtido financiamento na modalidade *Debtor-in-Possession ("DIP"),* destinado ao refinanciamento de determinadas obrigações e ao reforço de liquidez durante o período de reorganização. Durante todo o processo, a Companhia manteve suas operações no curso normal dos negócios. **Confirmação do Plano:** Em 12 de dezembro de 2025, o Tribunal competente aprovou o Plano de Reorganização ("Plano"), representando marco relevante e vinculante no processo. O Plano contemplou, entre outros aspectos: • Conversão das dívidas 1L e 2L em participação acionária; • Implementação de oferta pública para capitalização de créditos; • Oferta pública por novos recursos; • Implementação de Plano de Incentivo à Administração; • Conversão das ações preferenciais em ordinárias; • Reestruturação da governança societária; e • Transição para estrutura acionária amplamente dispersa, sem acionista controlador. Em dezembro de 2025, a Companhia reconheceu contabilmente os efeitos decorrentes da extinção e modificação de obrigações financeiras, renegociações de contratos de arrendamento e outras alterações contratuais já concluídas. Em 20 de fevereiro de 2026, a Companhia concluiu formalmente sua saída do processo de *Chapter 11*, após a verificação das condições estabelecidas no Plano.

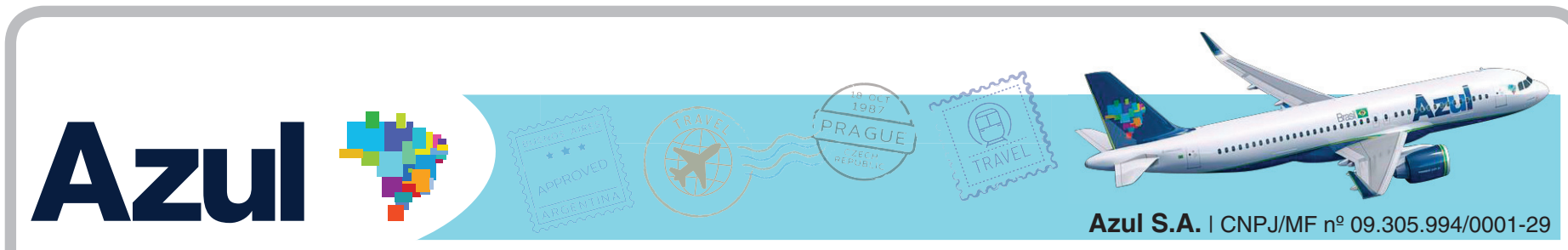
2.2. Memorando de entendimento não vinculante: Em setembro de 2025, a Companhia, em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 15 de janeiro de 2025, informa o encerramento das discussões comerciais com a sociedade controladora da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("Gol"), consubstanciadas no Memorando de Entendimentos Não Vinculante ("*MoU*"), o qual alinhava os termos e condições de uma potencial combinação de negócios entre Azul e Gol. Em 31 de dezembro de 2025, não há obrigações ou passivos contingentes, relacionados à essa operação.

2.3. Capital circulante líquido e estrutura de capital: Em 31 de dezembro de 2025, o capital circulante líquido da Companhia e sua posição de patrimônio líquido são demonstrados abaixo:

Descrição	31/12/25	31/12/24	Variação
Capital circulante líquido	(23.169.625)	(15.684.277)	(7.485.348)
Patrimônio líquido	(29.038.062)	(30.435.270)	1.397.208

A variação do saldo do capital circulante líquido, deve-se, principalmente, à captação de financiamento na modalidade DIP com a finalidade de liquidar outras dívidas. A captação faz parte do plano de reestruturação da Companhia. A variação do saldo do patrimônio líquido deve-se, principalmente, ao resultado do período da Companhia, no montante de R$124.858 e aos efeitos dos aumentos de capital em função da reestruturação no montante de R$1.202.650.

continua …



Azul S.A. | CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra maneira)

3 DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO, BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base no real ("R$") como moeda funcional e de apresentação. Todas as moedas apresentadas estão expressas em milhares, exceto quando indicado de outra maneira. A Companhia opera principalmente através de suas aeronaves e demais ativos que suportam a operação de voo, compondo a sua unidade geradora de caixa (UGC) e seu único segmento reportável: o transporte aéreo. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, estimativas e premissas pode levar a resultados que requeiram ajustes significativos ao valor contábil de ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros. As informações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens significativos: Valor justo: • Aplicações financeiras – Bond TAP; • Instrumentos financeiros derivativos; e • Direito de conversão de debêntures. Outros: • Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **3.1. Aprovação e autorização para emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A aprovação e autorização para a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 26 de março de 2026.

4 POLÍTICAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas e práticas contábeis materiais adotadas pela Companhia estão descritas em cada nota explicativa correspondente, exceto as abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios comparativamente apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **4.1. Consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem informações da Companhia e de suas controladas nas quais detêm o controle de forma direta ou indireta. O controle de uma controlada é obtido quando a Companhia está exposta aos riscos ou detêm direitos sobre retornos variáveis em tais controladas e possui poder de influenciar em decisões operacionais e financeiras da investida. As demonstrações financeiras das controladas foram preparadas adotando-se as mesmas práticas contábeis da Companhia. Todos os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas referentes às transações entre partes relacionadas são eliminados integralmente no processo de consolidação. **4.2. Perda por redução ao valor recuperável ("*impairment*")** Anualmente é realizada revisão dos indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos, a fim de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas, tecnológicas, ou em operações que possam indicar que um ativo não possui recuperabilidade. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o seu valor justo, deduzindo os custos de venda, e seu valor em uso. Quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável, é reconhecida perda por redução ao valor recuperável ajustando o valor contábil ("*impairment*"). A perda por *impairment* anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo. A reversão é limitada de modo que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, como também não exceda o valor contábil determinado anteriormente, líquido de depreciação ou amortização. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa estimados futuros são descontados a valor presente, utilizando taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital. **4.3. Demonstração do valor adicionado ("DVA")** A DVA tem a finalidade de evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte integrante de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é requerida pelas normas IFRS, sendo preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. **4.4. Alterações, novas normas e interpretações contábeis:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o IFRS e o CPC emitiram e alteraram suas normas contábeis sobre diversos assuntos, algumas aplicáveis na preparação desta demonstração financeira. **4.4.1. Alterações, novas normas e interpretações contábeis relevantes com vigência a partir de 2025:** As seguintes normas e entendimentos contábeis descritos a seguir passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025.

Pronunciamento	Descrição
CPC 02 – equivalente ao IAS 21	Efeito das mudanças de câmbio e a possível falta de conversibilidade entre moedas
CPC 18 – equivalente ao IAS 28	Aplicação do método de equivalência patrimonial para a mensuração de investimentos em controladas
ICPC 09	Revisão para alinhamento de redação e referência, principalmente com o CPC 18 e com as normas internacionais (IAS 28) consolidando regras para a equivalência patrimonial
OCPC 10	Reconhecimento e mensuração de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (*allowances*) e crédito de descarbonização (CBIO)

4.4.2. Alterações, novas normas e interpretações contábeis relevantes com vigência a partir de 2026: As seguintes normas contábeis passarão a vigorar nos próximos exercícios e a Companhia está analisando os impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Pronunciamento	Descrição
CPC 48 – equivalente ao IFRS 9	Revisão das regras de classificação e mensuração de ativos financeiros com fluxos variáveis não lineares.
CPC 51 – equivalente ao IFRS 18	Substitui o CPC 26 (R1) (IAS 1) e traz alterações na apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras
IFRS 19	Divulgação de subsidiárias sem responsabilidade pública.
CPC 03 e CPC 40 – equivalente ao IAS 7 e IFRS 7	Aumenta transparência sobre risco de liquidez e vencimentos de instrumentos financeiros e empréstimos e financiamentos

4.5. Principais estimativas contábeis: Conforme divulgado na Nota Explicativa 3, a Administração faz julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a saber:

Descrição	Notas
Provisão para perdas de aplicações financeiras	7
Provisão para perdas de depósitos	10
Provisão para perdas de imobilizado	16
Provisão para perdas de intangível	18
Fornecedores – *Breakage* – *GUC (General Unsecured Claims)*	22
Transportes, serviços a executar e programa de fidelidade – *Breakage*	25
Provisão para devolução de aeronaves e motores	28.1.1
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	28.1.2

A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no exercício em que tais revisões são efetuadas. **4.6. Transações em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são registradas à taxa de câmbio vigente na data em que as operações ocorrem. Ativos e passivos monetários designados em moeda estrangeira são apurados com base na taxa de câmbio vigente na data do balanço, e qualquer diferença resultante da conversão de moedas é registrada na rubrica de "Variações cambiais, líquidas" na demonstração do resultado. As taxas de câmbio em reais são as seguintes:

	Taxa de câmbio final			Taxa de câmbio média		
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**	**Variação %**	**31/12/25**	**31/12/24**	**Variação %**
Dólar americano	5,5024	6,1923	-11,1%	5,5855	5,8369	-4,3%
Euro	6,4692	6,4363	0,5%	6,3095	6,2275	1,3%

5 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia considera que possui um único segmento reportável: transporte aéreo. Este segmento corresponde a 98,3% (98,7% em 31 de dezembro de 2024) das receitas da Companhia. As atividades da Companhia possuem relação funcional, tornando-as indissociáveis somada às demais receitas e reflete a forma como a Administração da Companhia analisa as informações financeiras para tomada de decisão. Os principais tomadores de decisão são os diretores da Companhia. A Companhia segrega as receitas conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado			
Receita	**31/12/25**	**%**	**31/12/24**	**%**
Transporte aéreo	21.282.948	98,3%	19.278.094	98,7%
Receitas auxiliares	357.445	1,7%	248.114	1,3%
Total	21.640.393	100,0%	19.526.208	100,0%

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

6.1. Prática contábil: São contabilizados neste grupo os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, consideradas prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa com risco insignificante de mudança de valor e que não estão vinculadas como garantia de outras operações. **6.2. Composição de caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**	**31/12/25**	**31/12/24**
Caixa	3.155	1.960	196.061	167.998
Equivalentes de caixa:				
Certificado de depósito bancário – CDB	–	–	3.625	698.979
Operações compromissadas	–	55	333.223	294.470
Aplicação automática – DIP (a)	–	–	213.287	–
Time Deposit [(a)]	–	–	245.448	48.554
Outros	–	–	–	8
	3.155	2.015	991.644	1.210.009

(a) Aplicação em dólar americano.

7 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

7.1. Prática contábil: Na apresentação e mensuração das aplicações financeiras, a Companhia considera as disposições do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, equivalente ao IFRS 9, que determina que os ativos financeiros devem ser inicialmente mensurados a valor justo deduzido dos custos diretamente atribuíveis a sua aquisição. Por sua vez, a mensuração subsequente é dividida em duas categorias: **7.1.1. Custo amortizado:** As aplicações financeiras são mensuradas pelo custo amortizado quando todas as seguintes condições forem atendidas: • A Companhia planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente; • Os fluxos de caixa contratuais representam somente o pagamento de juros e principal ("SPPI"); e • A Companhia não optou pela metodologia de valor justo de forma a eliminar inconsistências de mensuração denominadas "descasamento contábil". **7.1.2. Valor justo:** • Por meio do resultado abrangente: as aplicações financeiras serão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado abrangente quando ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) a Companhia planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente e vender o ativo; e (ii) os fluxos de caixa contratuais representam SPPI. • Por meio do resultado: é considerada uma categoria residual, ou seja, se a Companhia não planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente e/ou vender o ativo, este deve ser mensurado pelo valor justo por meio do resultado. **7.2. *Bond* TAP:** Em 14 de março de 2016, a Companhia adquiriu dívidas conversíveis de série A emitidas pela TAP ("*Bond* TAP") no montante de €90 milhões. O *Bond TAP* tem vencimento de 10 anos a partir de sua emissão, com juros anuais de 3,75% até 20 de setembro de 2016 e 7,5% nos anos seguintes, pagos na data de vencimento ou até o resgate antecipado dos títulos, o que ocorrer primeiro. Considerando as circunstâncias atualmente observadas, a Administração revisou em 31 de dezembro de 2025, o valor justo da referida aplicação financeira. A variação negativa decorrente dessa reavaliação foi reconhecida no resultado do exercício. A mensuração reflete a melhor estimativa da Administração na presente data e não representa renúncia de direitos ou alteração da posição jurídica da Companhia quanto aos seus direitos contratuais. A Companhia continuará monitorando os desdobramentos judiciais e revisará prospectivamente a mensuração do valor justo. **7.3. Composição de aplicações financeiras**

			Consolidado	
Descrição	**Taxa média ponderada a.a.**	**Vencimento**	**31/12/25**	**31/12/24**
Bond TAP	–	–	–	1.004.505
Fundos de investimentos	14,2%	jun/26	26.286	107.847
			26.286	1.112.352
Circulante			26.286	71.898
Não circulante			–	1.040.454

Apresenta-se a seguir a movimentação da provisão para perdas:

	Consolidado
Descrição	**31/12/25**
Saldos no início do exercício	–
Adição	(117.684)
Saldos no final do exercício	(117.684)

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras foram avaliadas e a Companhia concluiu que, para uma das aplicações classificadas como "Fundos de Investimentos", o valor recuperável era inferior ao valor contábil e, portanto, reconheceu a provisão para perda no resultado do exercício.

8 CONTAS A RECEBER

8.1. Prática contábil: Os valores a receber estão mensurados com base no valor faturado, líquido da provisão para perdas, e se aproximam do valor justo dado que grande parte possui vencimento no curto prazo. Observando os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, equivalente ao IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas através da aplicação da abordagem simplificada, por meio da utilização de dados históricos, projetando a perda ao longo da vida do contrato, por meio da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuam o mesmo padrão de recebimento e conforme os respectivos prazos de vencimento. Adicionalmente, para determinados casos, a Companhia efetua análises individuais para avaliação dos riscos de recebimento e constitui provisão, se necessário.

8.2. Composição do contas a receber

	Consolidado	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**
Moeda nacional		
Administradoras de cartões de crédito	1.957.920	720.938
Agências de cargas e viagens	311.706	234.036
Parceiros programa de fidelidade	146.035	37.497
Outras	89.675	43.602
Total moeda nacional	2.505.336	1.036.073
Moeda estrangeira		
Reembolsos a receber de garantias contratuais	104.901	324.838
Câmara de compensação	46.060	52.203
Administradoras de cartões de crédito	18.104	19.659
Reembolsos a receber de reservas para manutenção	7.057	101.487
Outras	93.551	268.838
Total moeda estrangeira	269.673	767.025
Total	2.775.009	1.803.098
Provisão para perdas	(22.815)	(27.724)
Total líquido	2.752.194	1.775.374
Circulante	2.722.742	1.775.374
Não circulante	29.452	–

A Companhia renegociou diversos contratos de arrendamento diretamente com as contrapartes, no âmbito do *Chapter 11*. Em decorrência da aprovação formal do Plano, com base na melhor expectativa e informações disponíveis, créditos foram compensados com valores a pagar que tínhamos para esses mesmos arrendadores, no montante de R$1.345. No Brasil, recebíveis de cartões de crédito não estão expostos ao risco de crédito do portador. Os saldos podem ser facilmente convertidos em caixa, quando necessário, por meio da antecipação junto às administradoras de cartões de crédito. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia antecipou o recebimento de R$9.980.348 (R$11.398.429 em 31 de dezembro de 2024) de contas a receber de administradoras de cartão de crédito, sem direito de regresso, com custo médio de 1.3% a.m. sobre o montante antecipado, resultando em juros de R$327.897 (R$327.771 em 31 de dezembro de 2024). Apresenta-se a composição de contas a receber por vencimento, líquida de provisão para perdas:

	Consolidado	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**
A vencer		
Até 90 dias	1.333.233	682.785
De 91 a 180 dias	642.072	380.194
De 181 a 360 dias	507.918	173.221
Acima de 360 dias	29.452	–
	2.512.675	1.236.200
Vencidas		
Até 90 dias	103.562	311.261
De 91 a 180 dias	21.668	142.521
De 181 a 360 dias	39.775	88.986
Acima de 360 dias	97.329	24.130
	262.334	566.898
Provisão para perdas	(22.815)	(27.724)
Total	2.752.194	1.775.374

Os saldos vencidos acima de 90 dias são, principalmente, valores devidos por fabricantes aeronáuticos que estão incluídos no processo de reestruturação no âmbito do *Chapter 11*. A Companhia está conduzindo tratativas com esses fabricantes e, com base no andamento das negociações e na relação comercial estabelecida, mantém a expectativa de recebimento dos valores registrados. Até 20 de março de 2026, do montante total vencido, R$108.614 foi recebido. Apresenta-se a seguir a movimentação da provisão para perdas:

	Consolidado	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**
Saldos no início do exercício	(27.724)	(27.234)
Adições	(22.424)	(27.643)
Reversões	21.504	26.051
Baixa de montantes incobráveis	5.829	1.102
Saldos no final do exercício	(22.815)	(27.724)

9 ESTOQUES

9.1. Prática contábil: Compreendem principalmente peças, componentes rotáveis e materiais para manutenção. Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição incluindo impostos não recuperáveis, despesas aduaneiras e gastos com transportes. Não são capitalizados gastos com fretes de transferências entre bases operacionais. As provisões para perdas nos estoques são constituídas para aqueles itens que não possuem expectativa de realização. **9.2. Composição dos estoques**

	Consolidado	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**
Peças e materiais para manutenção	1.000.881	966.701
Comissaria, uniformes e outros	25.288	30.430
Provisão para perdas	(53.637)	(53.553)
Total líquido	972.532	943.578

Apresenta-se a seguir a movimentação da provisão para perdas:

	Consolidado	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**
Saldos no início do exercício	(53.553)	(47.658)
Movimentação líquida	(84)	(5.895)
Saldos no final do exercício	(53.637)	(53.553)

continua ...

Azul S.A. | CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra maneira)

10 DEPÓSITOS

10.1. Prática contábil: 10.1.1. Depósitos em garantia: São representados por valores depositados pela Companhia, em sua maioria, para os arrendadores das aeronaves e motores como garantia pelo cumprimento do contrato de arrendamento. Os depósitos em garantia são realizados sem incidência de juros e são reembolsáveis ao término dos contratos. Também estão classificados nesse grupo os depósitos judiciais. **10.1.2. Reservas para manutenção:** Determinados contratos de arrendamento preveem o pagamento de reservas para manutenção de aeronaves e motores. Tais valores são mantidos como garantia da realização de atividades de manutenção relevantes, e, portanto, são denominados depósitos, os quais são reembolsáveis após a conclusão do evento de manutenção em um valor igual ou menor que: • O valor do depósito de reservas para manutenção detida pelo arrendador, associado ao evento de manutenção específico; ou • Os custos relacionados ao evento de manutenção específico. Substancialmente, todos esses pagamentos efetuados a título de reservas para manutenção são calculados com base em uma medida de utilização, tais como horas ou ciclos de voo. Na data destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia avaliou se as reservas para manutenção serão recuperadas por meio de reembolso dos gastos futuros com a realização de manutenção nos ativos arrendados. Os valores identificados como não recuperáveis são reconhecidos no resultado do exercício. As reservas para manutenção de aeronaves e motores são classificadas como circulante ou não circulante, dependendo das datas em que se espera que os valores sejam recuperados. **10.2. Composição dos depósitos**

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**	**31/12/25**	**31/12/24**
Depósitos em garantia	52	65	807.590	688.034
Reservas para manutenção	–	–	2.797.710	2.942.716
Total	52	65	3.605.300	3.630.750
Provisão para perda	–	–	(725.591)	(238.088)
Total líquido	52	65	2.879.709	3.392.662
Circulante	–	–	502.085	328.876
Não circulante	52	65	2.377.624	3.063.786

Apresenta-se a seguir a movimentação dos depósitos em garantia e reservas para manutenção:

	Controladora	Consolidado		
Descrição	**Depósitos em garantia**	**Depósitos em garantia**	**Reservas para manutenção**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2023	7.872	418.537	1.874.958	2.293.495
Adições	78	220.698	397.277	617.975
Devoluções	(8.895)	(57.028)	(183.923)	(240.951)
Movimentação da provisão	–	–	113.149	113.149
Utilização pelo arrendador	–	–	(41.042)	(41.042)
Variações cambiais	1.010	105.827	544.209	650.036
Em 31 de dezembro de 2024	65	688.034	2.704.628	3.392.662
Adições [(a)]	–	1.019.827	1.670.227	2.690.054
Devoluções	(13)	(188.011)	(398.330)	(586.341)
Movimentação da provisão	–	–	(507.063)	(507.063)
Utilização pelo arrendador	–	–	(218.009)	(218.009)
GUC	–	(631.760)	(876.294)	(1.508.054)
Variações cambiais	–	(80.500)	(303.040)	(383.540)
Em 31 de dezembro de 2025	52	807.590	2.072.119	2.879.709

(a) Em 2025, a Companhia reconheceu a execução de cartas de crédito utilizadas para depósitos em garantia e reservas para manutenção no montante de R$607.597 e R$1.268.263, respectivamente. A execução dessas cartas de crédito resultou no reconhecimento de obrigação junto à instituição financeira emissora, motivo pelo qual os valores foram registrados como aumento na rubrica "Empréstimos e financiamentos". A Companhia renegociou diversos contratos de arrendamento diretamente com as contrapartes, no âmbito do *Chapter 11*. Em decorrência da aprovação formal do Plano, com base na melhor expectativa e informações disponíveis, créditos foram compensados com valores a pagar que tínhamos para esses mesmos arrendadores, no montante de R$1.508.054. Apresenta-se a seguir a movimentação da provisão para perdas:

	Consolidado	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**
Saldos no início do exercício	(238.088)	(278.352)
Movimentações		
Adições	(1.122.244)	(74.324)
Reversões	538.145	149.873
Utilização	77.036	37.600
	(507.063)	113.149
Variações cambiais	19.560	(72.885)
Saldos no final do exercício	(725.591)	(238.088)

O aumento da provisão para perdas reflete o novo conjunto de condições pactuadas com os arrendadores e o melhor julgamento da Administração sobre as obrigações futuras de manutenção.

11 TRIBUTOS A RECUPERAR

11.1. Prática contábil: Representam direitos que serão realizados (créditos fiscais) provenientes de diferentes tributos federais e estaduais, apurados de acordo com a legislação aplicável e destinados à compensação com débitos futuros. A Companhia revisa continuamente a capacidade de realização desses ativos. Quando necessário, provisões são constituídas para garantir que esses ativos estejam contabilizados pelo seu valor de realização. **11.2. Composição dos tributos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**	**31/12/25**	**31/12/24**
PIS e COFINS	–	–	81.906	76.420
ICMS	–	–	68.707	62.797
Impostos retidos na fonte	32	11	109.938	114.454
Provisão para perdas	–	–	(10.767)	(14.751)
Outros	–	–	5.079	1.167
	32	11	254.863	240.087
Circulante	32	11	208.354	203.951
Não Circulante	–	–	46.509	36.136

Apresenta-se a seguir a movimentação da provisão para perdas:

	Consolidado	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**
Saldos no início do exercício	(14.751)	(13.654)
Adições	(2.593)	(1.097)
Reversões	6.577	–
Saldos no final do exercício	(10.767)	(14.751)

12 ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

12.1. Prática contábil: Representa a contabilização do pagamento de bens ou serviços que serão entregues futuramente. Tais valores são apresentados líquidos de provisão para perdas. **12.2. Composição de adiantamento a fornecedores**

	Consolidado	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**
Moeda nacional	152.533	138.352
Moeda estrangeira	271.997	205.203
Provisão para perdas	(52.936)	(69.273)
	371.594	274.282

Apresenta-se a seguir a movimentação da provisão para perdas:

	Consolidado	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**
Saldos no início do exercício	(69.273)	(28.676)
Adições	(13.013)	(46.559)
Reversões	29.350	5.962
Saldos no final do exercício	(52.936)	(69.273)

13 OUTROS ATIVOS

13.1. Prática contábil: São registrados ao seu custo sendo eles apresentados pelo seu valor contábil líquido de provisões para perda quando aplicável. Esses valores são classificados como circulante ou não circulante de acordo com a sua expectativa de realização. **13.2. Composição de outros ativos**

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**	**31/12/25**	**31/12/24**
Seguros	7.440	2.357	135.307	97.683
Manutenções	–	–	523.068	737.297
Comissões	–	–	103.831	126.942
Créditos com fornecedores	–	–	58.586	66.976
Outros	–	–	134.977	232.855
Total [(a)]	7.440	2.357	955.769	1.261.753
Circulante	7.440	2.357	508.289	850.052
Não circulante	–	–	447.480	411.701

(a) A redução refere-se, principalmente, a renegociação de contratos com fornecedores de manutenção e a alocação em "Empréstimos e financiamentos" de custos de captação. A Companhia renegociou diversos contratos de arrendamento diretamente com as contrapartes, no âmbito do *Chapter 11*. Em decorrência da aprovação formal do Plano, com base na melhor expectativa e informações disponíveis, créditos reconhecidos no ano de 2025 foram compensados com valores a pagar que tínhamos para esses mesmos arrendadores, no montante de R$330.144.

14 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

14.1. Prática contábil: 14.1.1. Impostos correntes: No Brasil, os impostos correntes compreendem o imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro ("CSLL"), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, após compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, estes limitados a 30% do lucro real. Aplica-se a essa base uma alíquota de 15% acrescida de um adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL. Os resultados das controladas estrangeiras estão sujeitos à tributação de acordo com as legislações vigentes. No Brasil esses resultados são tributados de acordo com a Lei nº 12.973/14, na qual prevê que a controladora, direta ou indiretamente, de empresa no exterior adicione os resultados das controladas na apuração do lucro real do período. **14.1.2. Impostos diferidos:** Os impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulantes. Quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos não é provável, tais valores são reconhecidos no resultado do exercício. As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são preparadas com base nos planos de negócio e são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração. **14.1.3. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a norma contábil ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, equivalente ao IFRIC 23, que trata da aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Companhia analisa decisões tributárias relevantes de tribunais superiores e se estas conflitam de alguma forma com as posições adotadas. Para posições fiscais incertas conhecidas, a Companhia, quando necessário, constitui uma provisão com base nas opiniões legais emitidas por seus assessores jurídicos. A Companhia reavalia continuamente as posições assumidas em que há incertezas sobre o tratamento fiscal adotado. **14.2. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

	Controladora			Consolidado		
Descrição	**31/12/24**	**Resultado**	**31/12/25**	**31/12/24**	**Resultado**	**31/12/25**
Passivo fiscal diferido						
Breakage	–	–	–	(294.419)	(31.787)	(326.206)
Variação cambial	(537.910)	(161.305)	(699.215)	(537.910)	(3.887.189)	(4.425.099)
Arrendamentos	–	–	–	(3.866.152)	423.644	(3.442.508)
Outros	–	–	–	(2.013)	345	(1.668)
Total	(537.910)	(161.305)	(699.215)	(4.700.494)	(3.494.987)	(8.195.481)
Ativo fiscal diferido						
Instrumentos financeiros	–	–	–	22.228	(22.228)	–
Variação cambial	587.864	166.931	754.795	587.864	2.694.527	3.282.391
Arrendamentos	–	–	–	5.853.368	(1.531.606)	4.321.762
Provisões temporárias	954	(982)	(28)	1.767.016	(827.682)	939.334
Prejuizo fiscal e base negativa	407.038	225.973	633.011	7.194.433	1.593.517	8.787.950
Outros	–	(1.070)	(1.070)	2.192	399.912	402.104
	995.856	390.852	1.386.708	15.427.101	2.306.440	17.733.541
Redutor do ativo fiscal diferido	(457.946)	(229.547)	(687.493)	(10.726.607)	1.188.547	(9.538.060)
Total	537.910	161.305	699.215	4.700.494	3.494.987	8.195.481
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	–	–	–	–

14.3. Conciliação da alíquota efetiva de impostos

	Controladora		Consolidado	
	Exercícios findos em			
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**	**31/12/25**	**31/12/24**
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL	124.858	(9.190.897)	124.870	(9.190.174)
Alíquota fiscal nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Impostos calculados às alíquotas nominais	(42.452)	3.124.905	(42.456)	3.124.659
Ajustes para determinação da alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	(227.051)	(3.011.024)	–	–
Impostos diferidos	(229.547)	(182.623)	(321.780)	(2.857.978)
Efeito não tributável da marcação a valor justo de instrumentos conversíveis	342.225	148.592	342.225	148.592
Despesas de natureza permanente	160.889	(40.324)	22.009	(395.579)
Outros	(4.064)	–	(10)	19.109
	–	39.526	(12)	38.803
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	–	(12)	(723)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	39.526	–	39.526
	–	39.526	(12)	38.803
Alíquota efetiva	0,0%	0,4%	0,0%	0,4%

A Companhia possui prejuízos fiscais que estão disponíveis indefinidamente para compensação com 30% dos lucros tributáveis futuros sobre os quais não foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, pois não no momento é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizá-los, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**	**31/12/25**	**31/12/24**
Prejuízos fiscais e bases negativas	1.861.798	1.197.171	25.846.911	21.160.095
	Controladora		**Consolidado**	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**	**31/12/25**	**31/12/24**
Prejuízos fiscais de imposto de renda (25%)	465.450	299.293	6.461.728	5.290.024
Bases negativas de contribuição social (9%)	167.561	107.745	2.326.222	1.904.409
Total	633.011	407.038	8.787.950	7.194.433

15 INVESTIMENTOS

15.1. Prática contábil: Nas demonstrações financeiras individuais, investimentos representam a participação societária da Companhia em controladas. Os investimentos são reconhecidos inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustados pelo método da equivalência patrimonial. A Companhia não possui participação societária em sociedades das quais não detém o controle. **15.2. Investimentos diretos**

	Participação da Companhia		
Descrição	**No capital social integralizado**	**No capital votante**	**Patrimônio líquido**
Em 31 de dezembro de 2024			
ALAB	100%	100%	(28.938.351)
IntelAzul	100%	100%	(21.818)
Ágio – IntelAzul	100%	100%	780.991
Azul Cayman Holdco	25%	25%	–
Total			(28.179.178)
Em 31 de dezembro de 2025			
ALAB	100%	100%	(29.217.346)
IntelAzul	100%	100%	(25.043)
Ágio – IntelAzul	100%	100%	780.991
Azul Cayman Holdco	25%	25%	–
Total			(28.461.398)

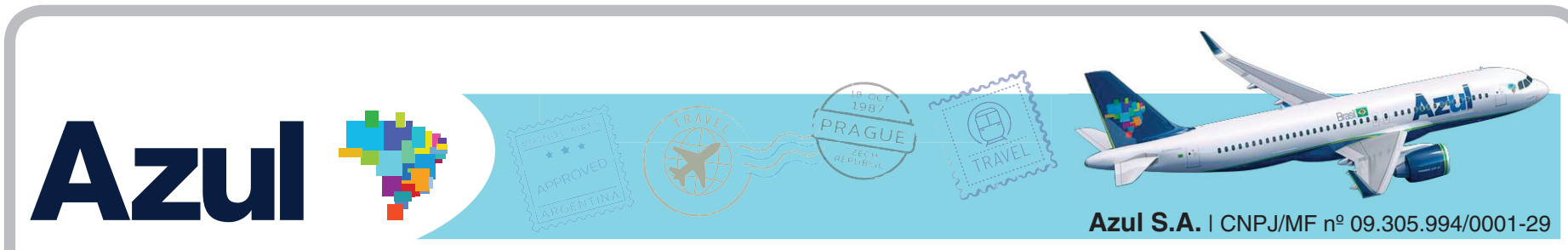
15.3. Movimentação dos investimentos

Descrição	**ALAB**	**IntelAzul**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2023	(20.130.955)	760.782	(19.370.173)
Resultado de equivalência patrimonial	(8.854.345)	(1.609)	(8.855.954)
Remuneração baseada em ações	44.138	–	44.138
Benefício pós-emprego	2.811	–	2.811
Em 31 de dezembro de 2024	(28.938.351)	759.173	(28.179.178)
Resultado de equivalência patrimonial	(664.572)	(3.225)	(667.797)
Aumento de capital	315.873	–	315.873
Remuneração baseada em ações	70.718	–	70.718
Benefício pós-emprego	(1.014)	–	(1.014)
Em 31 de dezembro de 2025	(29.217.346)	755.948	(28.461.398)
Investimentos			755.948
Provisão para perda com investimento			(29.217.346)

16 IMOBILIZADO

16.1. Prática contábil: Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada de acordo com a vida útil econômica estimada de cada categoria de ativos pelo método linear. As estimativas e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças são contabilizados prospectivamente. Quando houver indicativos de ativos registrados com valores que excedam seus valores de recuperação, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Um item do ativo imobilizado é baixado após sua alienação ou quando não se espera benefícios econômicos futuros resultantes do uso do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item são determinados pela diferença entre o valor recebido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. A Companhia recebe créditos de fabricantes quando da aquisição de certas aeronaves e motores, que podem ser utilizados para pagamento de serviços de manutenção. Esses créditos são registrados como redução do custo de aquisição das aeronaves e motores relacionados. **16.1.1. Transações de retroarrendamento (*sale and leaseback*)** As transações de retroarrendamento são analisadas dentro do escopo do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, equivalente ao IFRS 15, com objetivo de verificar se a obrigação de desempenho foi satisfeita, e, portanto, contabilizar a venda do bem. Caso esse requerimento não seja atendido, trata-se de um financiamento com o ativo dado em garantia. Atendidos os requerimentos relacionados à obrigação de desempenho, a Companhia mensura o ativo de direito de uso resultante da transação de retroarrendamento proporcionalmente ao valor contábil

continua …



Azul S.A. | CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra maneira)

anterior do ativo referente ao direito de uso retido pela Companhia. Consequentemente, são reconhecidos apenas os valores de qualquer ganho ou perda referente aos direitos transferidos ao comprador. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou transações de retroarrendamento de motores, onde a receita, líquida dos custos de venda, corresponde a um ganho de R$60.270 (R$91.613 em 31 de dezembro de 2024), sendo reconhecido na rubrica "Outros custos de serviços prestados". **16.1.2. Adiantamentos para aquisição de aeronaves:** No imobilizado são registrados os pré-pagamentos para aquisição de aeronaves durante a fase de fabricação, sendo reconhecidos no momento em que tais valores são pagos.

16.2. Composição do Imobilizado

		Consolidado				
Descrição	**Taxa média ponderada (a.a.)**	**31/12/24**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências (b)**	**31/12/25**
Custo						
Peças e equipamentos aeronáuticos [(a)]		2.237.723	298.601	(83.982)	–	2.452.342
Equipamentos não aeronáuticos (a)		108.152	3.084	(4.040)	–	107.196
Aeronaves, motores e simuladores		384.282	170.126	(256.176)	3.502	301.734
Benfeitorias		660.624	80.132	(96.709)	6.358	650.405
Manutenções		85.157	–	(52.175)	–	32.982
Outros		28.502	585	(2)	–	29.085
Imobilizado em andamento		59.314	10.924	(14.029)	(3.502)	52.707
Antecipações para aquisição de aeronaves		1.036.374	105.279	(256.465)	–	885.188
		4.600.128	668.731	(763.578)	6.358	4.511.639
Depreciação						
Peças e equipamentos aeronáuticos [(a)]	9%	(974.169)	(207.376)	13.306	–	(1.168.239)
Equipamentos não aeronáuticos (a)	10%	(63.287)	(11.210)	614	–	(73.883)
Aeronaves, motores e simuladores	6%	(246.405)	(23.073)	70.424	–	(199.054)
Benfeitorias	10%	(233.508)	(65.280)	46.864	–	(251.924)
Manutenções	11%	(26.031)	(8.972)	13.025	–	(21.978)
Outros	7%	(22.174)	(2.090)	2	–	(24.262)
		(1.565.574)	(318.001)	144.235	–	(1.739.340)
Total imobilizado, líquido		3.034.554	350.730	(619.343)	6.358	2.772.299

[(a)] Tais saldos referem-se às linhas de "Peças e materiais para manutenção" e "Equipamentos" divulgadas em 31 de dezembro de 2024. (b) Os saldos das transferências são entre os grupos de "Estoque" e "Outros ativos".

		Consolidado				
Descrição	**Taxa média ponderada (a.a.)**	**31.12.23**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências (a)**	**31/12/24**
Custo						
Peças e materiais para manutenção		2.036.144	332.469	(191.944)	(43.654)	2.133.015
Equipamentos		195.810	21.356	(5.124)	818	212.860
Aeronaves, motores e simuladores		593.953	323.056	(533.279)	552	384.282
Benfeitorias		555.412	59.848	(24.445)	69.809	660.624
Manutenções		44.016	75.692	(34.551)	–	85.157
Outros		29.231	2.877	(3.606)	–	28.502
Imobilizado em andamento		96.095	64.822	(65.582)	(36.021)	59.314
Antecipações para aquisição de aeronaves		298.040	738.334	–	–	1.036.374
		3.848.701	1.618.454	(858.531)	(8.496)	4.600.128
Depreciação						
Peças e materiais para manutenção	8%	(785.204)	(164.285)	53.518	–	(895.971)
Equipamentos	13%	(120.860)	(25.310)	4.685	–	(141.485)
Aeronaves, motores e simuladores	7%	(271.104)	(39.385)	64.084	–	(246.405)
Benfeitorias	12%	(188.987)	(68.273)	23.752	–	(233.508)
Manutenções	27%	(19.616)	(12.101)	5.686	–	(26.031)
Outros	8%	(23.289)	(2.482)	3.597	–	(22.174)
		(1.409.060)	(311.836)	155.322	–	(1.565.574)
Imobilizado		2.439.641	1.306.618	(703.209)	(8.496)	3.034.554
Impairment		(143.790)	–	143.790	–	–
Total imobilizado, líquido		2.295.851	1.306.618	(559.419)	(8.496)	3.034.554

(a) Os saldos das transferências são entre os grupos de "Direito de uso" e "Intangível".

17 DIREITO DE USO

17.1. Prática contábil: O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, equivalente ao IFRS 16, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento e exige que os arrendatários na data de início do contrato reconheçam um passivo de arrendamento para efetuar os pagamentos e um ativo, mensurado ao seu respectivo custo, representando o direito de usar o ativo durante o prazo do arrendamento ("Right of Use – ROU"). Os arrendatários devem reconhecer separadamente na demonstração do resultado as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, mudança no prazo do arrendamento ou nos fluxos de pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em geral, o arrendatário deve reconhecer o valor da remensuração do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Considerando o ambiente dolarizado no qual a Companhia capta recursos, na determinação da taxa de desconto, a Azul utilizou como base as taxas das captações de empréstimos em moeda estrangeira nas datas de início e/ou modificação dos contratos de arrendamento. **17.1.1. Componentização de aeronaves:** No momento do recebimento e reconhecimento inicial do direito de uso, a Companhia aloca o custo total da aeronave em cinco principais componentes: casco, unidade auxiliar de energia ("APU") ou hélice, trem de pouso e dois motores. A vida útil de cada componente é limitada ao prazo final do contrato ou vida útil estimada do componente, o menor entre os dois. **17.1.2. Capitalização de eventos de manutenção pesada (*heavy maintenance*)** Os eventos de manutenção pesada que incrementam a vida útil dos ativos são capitalizados. Subsequentemente, são depreciados durante o período de uso considerando o menor prazo entre a previsão da próxima manutenção ou término do arrendamento, o menor entre os dois. Reparos e demais manutenções de rotina são apropriados ao resultado quando incorridos. **17.1.3. Reconhecimento de obrigações contratuais relacionadas a devolução dos ativos:** Os custos relacionados aos eventos de manutenção que serão realizados para devolução dos ativos aos arrendadores são reconhecidos como provisão a valor presente em contrapartida ao direito de uso, desde que possam ser estimados de forma razoável. Os ativos são depreciados linearmente ao longo do contrato de arrendamento e os passivos atualizados por taxas de juros e efeitos cambiais.

17.2. Composição do direito de uso

		Consolidado					
Descrição	**Taxa média ponderada (a.a.)**	**31/12/24**	**Adições**	**Baixas**	**Modificações**	**Transferências (a)**	**31/12/25**
Custo							
Aeronaves, motores e simuladores		16.856.505	1.634.904	(879.183)	(740.610)	–	16.871.616
Manutenções		2.178.896	1.069.595	(353.081)	(86.016)	156.729	2.966.123
Restaurações		2.148.670	450.509	(156.566)	(1.531.091)	–	911.522
Outros		350.925	15.922	(1.452)	20.362	–	385.757
		21.534.996	3.170.930	(1.390.282)	(2.337.355)	156.729	21.135.018
Depreciação							
Aeronaves, motores e simuladores	9%	(8.163.584)	(1.543.402)	683.500	–	–	(9.023.486)
Manutenções	22%	(883.821)	(487.586)	135.790	5.410	–	(1.230.207)
Restaurações	18%	(880.533)	(389.013)	155.852	552.931	–	(560.763)
Outros	17%	(136.379)	(59.627)	468	–	–	(195.538)
		(10.064.317)	(2.479.628)	975.610	558.341	–	(11.009.994)
Total direito de uso, líquido		11.470.679	691.302	(414.672)	(1.779.014)	156.729	10.125.024

(a) Os saldos das transferências são entre os grupos de "Estoques", "Outros ativos" e "Imobilizado".

		Consolidado					
Custo	**Taxa média ponderada (a.a.)**	**31.12.23**	**Adições**	**Baixas**	**Modificações**	**Transferências (a)**	**31/12/24**
Custo							
Aeronaves, motores e simuladores		14.279.939	2.701.036	(439.430)	248.712	66.248	16.856.505
Manutenções		1.552.036	744.988	(105.738)	(12.390)	–	2.178.896
Restaurações		1.699.610	713.649	(56.491)	(208.098)	–	2.148.670
Outros		324.650	64.138	(40.407)	2.544	–	350.925
		17.856.235	4.223.811	(642.066)	30.768	66.248	21.534.996
Depreciação							
Aeronaves, motores e simuladores	8%	(7.417.554)	(1.185.460)	439.430	–	–	(8.163.584)
Manutenções	23%	(616.379)	(362.563)	95.121	–	–	(883.821)
Restaurações	26%	(701.501)	(445.171)	54.633	211.506	–	(880.533)
Outros	18%	(109.243)	(58.989)	31.853	–	–	(136.379)
		(8.844.677)	(2.052.183)	621.037	211.506	–	(10.064.317)
Total direito de uso, líquido		9.011.558	2.171.628	(21.029)	242.274	66.248	11.470.679

(a) Os saldos das transferências são entre os grupos de "Subarrendamento de aeronaves", "Estoques", "Outros ativos" e "Imobilizado".

18 INTANGÍVEL

18.1. Prática contábil: 18.1.1. Vida útil definida: Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo de aquisição no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis de vida útil definida, geralmente softwares, são apresentados ao custo menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício quando incorrido.

18.1.2. Vida útil indefinida: 18.1.2.1. Ágio por expectativa de rentabilidade futura: Nessa categoria estão registrados os valores correspondentes ao ágio decorrente das combinações de negócios da IntelAzul (TRIP Linhas Aéreas S.A.) e Conecta (Two Taxi Aéreo Ltda). O ágio é testado anualmente para redução ao valor recuperável através da comparação do valor contábil com o valor em uso. A Administração realiza julgamentos e estabelece premissas para avaliar o impacto das mudanças macroeconômicas e operacionais, a fim de estimar os fluxos de caixa futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos.

18.1.2.2. Direitos de operações em aeroportos (*slots*) Na combinação de negócios da IntelAzul e Conecta, foram adquiridos *slots* que foram reconhecidos pelos seus valores justos na data da aquisição e não são amortizados, sendo testados anualmente para *impairment*. A vida útil estimada destes direitos foi considerada indefinida devido a diversos fatores e considerações, incluindo requerimentos e autorizações de permissão para operar no Brasil e limitada disponibilidade de direitos de operações nos mais importantes aeroportos em termo de volume de tráfego aéreo. O valor dos slots é testado anualmente através da comparação do valor contábil com o valor em uso.

18.2. Composição do intangível

		Consolidado				
Descrição	**Taxa média ponderada (a.a.)**	**31/12/24**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências (a)**	**31/12/25**
Custo						
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	–	901.417	–	–	–	901.417
Slots	–	126.547	–	–	–	126.547
Software		898.465	203.459	(107.740)	–	994.184
		1.926.429	203.459	(107.740)	–	2.022.148
Amortização						
Software	30%	(366.816)	(226.372)	107.040	–	(486.148)
		(366.816)	(226.372)	107.040	–	(486.148)
Total intangível, líquido		1.559.613	(22.913)	(700)	–	1.536.000

		Consolidado				
Descrição	**Taxa média ponderada (a.a.)**	**31.12.23**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências (a)**	**31/12/24**
Custo						
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	–	901.417	–	–	–	901.417
Slots	–	126.547	–	–	–	126.547
Software		776.311	300.595	(178.404)	(37)	898.465
		1.804.275	300.595	(178.404)	(37)	1.926.429
Amortização						
Software	28%	(341.028)	(201.431)	175.643	–	(366.816)
		(341.028)	(201.431)	175.643	–	(366.816)
Total intangível, líquido		1.463.247	99.164	(2.761)	(37)	1.559.613

(a) Os saldos das transferências são para o grupo de "Imobilizado".

18.3. Teste de *impairment* dos ativos intangíveis com vida útil indefinida: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou testes anuais de recuperabilidade do valor contábil por meio do fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa (UGC). As premissas utilizadas nos testes são consistentes com os planos operacionais e as projeções internas da Companhia, elaboradas para um período de cinco anos. Após este período, presume-se uma taxa de perpetuidade de crescimento das projeções operacionais. O fluxo de caixa descontado que determinou o valor em uso da unidade geradora de caixa foi preparado de acordo com o plano de negócios da Companhia. As seguintes premissas foram consideradas: • Frota e capacidade: plano de frota operacional, utilização e capacidade das aeronaves em cada trecho; • Receita de passageiros: receita por assento quilômetro voado; • Custos operacionais: indicadores de performance específicos por linha de custo, assim como premissas macroeconômicas; e • Necessidades de investimento: para suportar à operação e ao plano de crescimento. As premissas macroeconômicas comumente adotadas incluem o Produto Interno Bruto ("PIB"), projeções do dólar norte-americano, ambos obtidos do Relatório Focus emitido pelo Banco Central do Brasil, além dos preços futuros do barril de querosene e taxas de juros, obtidos em divulgações específicas. O resultado do teste demonstrou que o valor recuperável estimado é maior do que o valor contábil alocado à unidade geradora de caixa e, portanto, não foi identificado nenhum ajuste a ser registrado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

	Consolidado	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**
Valor contábil	14.433.323	16.064.846
Valor em uso	22.785.391	28.320.408
Taxa de desconto	12,9%	12,4%
Taxa de crescimento na perpetuidade	4,3%	4,8%
Teste de sensibilidade		
10% variação		
Valor em uso	20.506.852	25.488.367
Alteração do valor em uso	(2.278.539)	(2.832.041)
25% variação		
Valor em uso	17.089.043	21.240.306
Alteração do valor em uso	(5.696.348)	(7.080.102)

19 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

19.1. Prática contábil: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. **19.2. Movimentação de empréstimos e financiamentos**

Consolidado

Descrição	**Taxa média nominal a.a.**	**Taxa efetiva a.a.**	**Vencimento**	**31/12/24**	**Captações (–) custos**	**Transferências [(c)]**	**Conversão de dívida em ações**	**Pagamento de principal**	**Pagamento de juros**	**Juros incorridos**	**Variação cambial**	**Modificações [(a)]**	**Custos amortizados**	**31/12/25**
Em moeda estrangeira – US$														
Senior notes – 2026	7,3%	7,8%	jun/26	196.241	–	–	–	–	–	12.815	(22.119)	–	648	187.585
Senior notes – 2028	11,9%	13,3%	ago/28	6.196.281	–	–	–	–	(555)	56.727	(307.514)	(5.929.442)	3.762	19.259
Senior notes – 2029	11,5%	11,5%	mai/29	1.533.659	–	–	–	–	(815)	15.635	(75.894)	(1.443.339)	–	29.246
Senior notes – 2030	10,9%	10,9%	mai/30	3.649.185	–	–	–	–	(5.096)	46.605	(188.650)	(3.309.622)	–	192.422
Senior notes 1L – 2028 [(a)]	11,9%	11,9%	ago/28	–	396.779	–	–	(177.843)	(182.960)	639.724	(411.731)	6.084.736	–	6.348.705
Senior notes 2L – 2029	11,5%	11,5%	mai/29	–	26.854	–	(489.310)	(40.281)	(48.685)	104.196	(62.713)	1.443.339	–	933.400
Senior notes 2L – 2030	10,9%	10,9%	mai/30	–	58.290	–	(1.123.740)	(87.443)	(105.702)	226.289	(143.940)	3.309.622	–	2.133.376
Bridge notes	–	–	–	976.968	–	–	–	(928.148)	(29.027)	11.087	(47.925)	–	17.045	–
New bridge notes	–	–	–	–	555.314	–	–	(620.453)	(29.534)	29.534	(9.837)	–	74.976	–
DIP – 2026	15,0%	23,1% [(b)]	fev/26	–	9.390.624	–	–	–	(588.089)	589.039	(95.266)	–	298.553	9.594.861
Notas superprioritárias	–	–	–	–	2.806.143	–	–	(2.953.837)	(854.456)	856.189	(169.228)	–	315.189	–
Aeronaves, motores e outros	Sofr 1M + 4,6%	8,5%	mai/26	729.110	–	–	–	–	(45.768)	43.311	(80.289)	–	–	646.364
	Sofr 3M + 2,6%	10,0%	dez/27	116.145	284.671	–	–	(137.561)	(42.547)	17.131	(22.620)	–	5.111	220.330

continua ...

Azul S.A. | CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra maneira)

Consolidado

Descrição	Taxa média nominal a.a.	Taxa efetiva a.a.	Vencimento	31/12/24	Captações (–) custos	Transferências [c]	Conversão de dívida em ações	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Juros incorridos	Variação cambial	Modificações [a]	Custos amortizados	31/12/25
	–	–	–	–	103.136	(102.757)	–	–	(840)	834	(373)	–	–	–
.	4,7%	4,7%	jun/25	145.822	–	–	–	(101.323)	10.576	7.626	(21.500)	(29.985)	478	11.694
Cartas de crédito executadas [d]	–	–	–	–	1.291.133	102.757	–	–	–	–	(17.784)	–	–	1.376.106
				13.543.411	14.912.944	–	(1.613.050)	(5.046.889)	(1.923.498)	2.656.742	(1.677.383)	125.309	715.762	21.693.348
Em moeda nacional – R$														
Debêntures [a]	CDI + 4,0%	18,8%	fev/31	841.858	–	–	–	(210.379)	(104.684)	134.564	–	(9.635)	6.749	658.473
Derivativos executados [d]	–	–	–	–	–	38.576	–	(335)	–	–	–	–	–	38.241
Cartas de crédito executadas [d]	–	–	–	–	704.757	–	–	(35.215)	–	–	–	–	–	669.542
Outros	–	–	–	596.148	–	–	–	(561.593)	(35.125)	363	–	–	207	–
				1.438.006	704.757	38.576	–	(807.522)	(139.809)	134.927	–	(9.635)	6.956	1.366.256
Total em R$				14.981.417	15.617.701	38.576	(1.613.050)	(5.854.411)	(2.063.307)	2.791.669	(1.677.383)	115.674	722.718	23.059.604
Circulante				2.207.199										13.783.259
Não circulante				12.774.218										9.276.345

(a) Devido à reestruturação, R$542.438 foi contabilizado na demonstração de resultado, na rubrica "Reestruturação dos empréstimos e financiamentos". O montante refere-se a R$396.779 de incorporação de taxas, R$155.294, principalmente, de custas da captação original, reversão de R$9.635 de juros e custas. (b) A taxa efetiva de 23,1% a.a. deve-se ao curtíssimo prazo de vencimento e custos da transação. (c) Os saldos das transferências são entre as rubricas "Empréstimos e financiamentos" e "Instrumentos financeiros derivativos". (d) Na data da divulgação, as taxas e os vencimentos estão sendo negociados.

Consolidado

Descrição	Taxa média nominal a.a.	Taxa efetiva a.a.	Vencimento	31/12/23	Captações (–) custos	Transferências	Conversão de dívida em ações	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Juros incorridos	Variação cambial	Efeitos da reestruturação	Custos amortizados	31/12/24
Em moeda estrangeira – US$														
Sênior notes – 2024	5,9%	6,3%	out/24	332.099	–	–	–	(397.696)	(12.017)	17.121	59.679	–	814	–
Sênior notes – 2026	7,3%	7,8%	jun/26	152.572	–	–	–	–	(13.299)	12.998	43.322	–	648	196.241
Sênior notes – 2028	11,9%	13,3%	ago/28	3.922.731	905.219	–	–	–	(620.516)	633.483	1.325.488	(7.502)	37.378	6.196.281
Sênior notes – 2029	11,5%	11,5%	mai/29	1.165.545	41.476	–	–	–	(148.653)	149.819	325.472	–	–	1.533.659
Sênior notes – 2030	10,9%	10,9%	mai/30	2.777.513	93.517	–	–	–	(335.174)	337.752	775.577	–	–	3.649.185
Bridge notes – 2025	Sofr Index + 8,3% a 10,7%	37,8% [a]	jan/25	–	856.502	–	–	–	–	18.726	65.215	–	36.525	976.968
Aeronaves, motores e outros	Sofr 1M +4,6%	9,8%	mai/26	79.086	545.797	–	–	–	(36.214)	40.895	99.546	–	–	729.110
	Sofr 3M +2,6%	11,3%	jun/27	–	104.892	–	–	–	(1.819)	2.616	10.021	–	435	116.145
	4,9%	5,9%	mar/29	284.279	–	–	–	(183.580)	(11.328)	9.961	45.547	–	943	145.822
				8.713.825	2.547.403	–	–	(581.276)	(1.179.020)	1.223.371	2.749.867	(7.502)	76.743	13.543.411
Em moeda nacional – R$														
Capital de giro	CDI +1,6%	20,0%	jan/25	29.648	982.796	–	–	(477.191)	(9.811)	44.118	–	–	23.079	592.639
Debêntures	CDI +5,0%	15,2%	dez/28	919.072	542.660	–	–	(637.676)	(143.788)	129.410	–	18.173	14.007	841.858
Aeronaves, motores e outros	Selic + 5,5%	10,0%	mai/25	12.771	–	–	–	(7.039)	(7.173)	1.362	–	–	79	–
	6,5%	6,5%	mar/27	23.596	–	–	–	(19.984)	(936)	833	–	–	–	3.509
				985.087	1.525.456	–	–	(1.141.890)	(161.708)	175.723	–	18.173	37.165	1.438.006
Total em R$				9.698.912	4.072.859	–	–	(1.723.166)	(1.340.728)	1.399.094	2.749.867	10.671	113.908	14.981.417
Circulante				1.100.051										2.207.199
Não circulante				8.598.861										12.774.218

(a) A taxa efetiva de 37,8% a.a. é devido ao curtíssimo prazo de vencimento e custos da transação.

19.3. Cronograma de amortização da dívida

Descrição	Consolidado 31/12/25	Consolidado 31/12/24
2025	–	2.207.199
2026	13.783.259	1.211.585
2027	187.397	160.172
2028	5.880.851	6.267.806
2029	970.121	1.520.407
Após 2029	2.237.976	3.614.248
	23.059.604	14.981.417
Circulante	13.783.259	2.207.199
Não circulante	9.276.345	12.774.218

19.4. Reestruturação: 19.4.1. *Senior notes:* Durante o primeiro trimestre de 2025, em troca do saldo substancial das *Senior notes* 2028, 2029 e 2030 – ("Notas Existentes"), a subsidiária *Azul Secured* emitiu as *Senior notes* 1L – 2028 e as *Senior notes* 2L – 2029 e 2030 com as seguintes condições: • *Senior notes* 1L – 2028: R$6.180.810 (equivalente a US$1.048.839) em valor principal, em uma base de primeiro grau com vencimento em 2028, remuneração de 11,9% a.a. e incorporação ao principal de taxas no montante de R$396.779; • *Senior notes* 2L – 2029: R$1.443.339 (equivalente a US$238.015) em valor principal, em uma base de segundo grau com vencimento em 2029, remuneração de 11,5% a.a. e incorporação de juros ao principal de R$26.854; e • *Senior notes* 2L – 2030: R$3.309.622 (equivalente a US$546.620) em valor principal, em uma base de segundo grau com vencimento em 2030, remuneração de 10,9% a.a. e incorporação de juros ao principal de R$58.290. As *Senior notes* 1L – 2028 estão garantidas em uma base de primeiro grau após os pagamentos das Notas superprioritárias, mas antes dos pagamentos das *Senior notes* 2L – 2029 e 2030, além de outras dívidas e outras obrigações, conforme prioridades estabelecidas em um acordo entre credores. O pacote de garantias consiste na cessão fiduciária do fluxo de recebíveis da Azul Viagens, do programa de fidelidade e na venda fiduciária da propriedade intelectual do programa de fidelidade. Além disso, a Companhia celebrou escrituras suplementares para alterar os termos das Notas Existentes de acordo com sua solicitação de consentimentos para eliminar substancialmente todas as cláusulas restritivas, eventos de inadimplência e garantias. De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, equivalente ao IFRS 9, a Companhia concluiu que a renegociação se enquadra no âmbito de extinção da dívida. Sendo assim, os valores proporcionais anteriormente registrados foram extintos e uma nova dívida foi contabilizada. Por este motivo, quaisquer custos ou taxas incorridas foram reconhecidos no resultado. No segundo trimestre de 2025 a Companhia converteu R$1.613.050 do valor principal das *Senior notes 2L* – 2029 e 2030 em 450.572.669 ações preferenciais com valor de emissão de R$ 3,58 reais por ação e com valor justo de R$ 1,95 reais por ação e reconheceu na demonstração do resultado, na rubrica "Conversão de dívida em ações", um ganho de R$734.433. **19.4.2. Debêntures:** Em setembro de 2025, a Companhia renegociou os termos das debêntures simples não conversíveis em ações resultando, na postergação da data de vencimento para fevereiro de 2031, periodicidade da amortização do principal e juros para mensal a partir de março de 2026 e setembro de 2025, respectivamente, e taxas de remuneração para CDI + 3% a.a. a partir de setembro de 2025. De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, equivalente ao IFRS 9, a Companhia concluiu que a renegociação se enquadra no âmbito de extinção da dívida. Sendo assim, os valores proporcionais anteriormente registrados foram extintos e uma nova dívida foi contabilizada. Por este motivo, os custos e encargos foram reconhecidos no resultado. **19.5. Captações relevantes: 19.5.1. Notas superprioritárias:** Durante o primeiro trimestre de 2025, a subsidiária *Azul Secured* emitiu Notas superprioritárias em uma oferta privada, no valor principal de R$3.093.825 (equivalente a US$525.000), com custos de R$315.190, juros equivalentes a Sofr Index + 8,3% a.a. (caso pago em dinheiro) ou + 10,7% a.a. (caso sejam capitalizados), pagamentos de juros trimestrais, sendo o primeiro pagamento em fevereiro de 2025, e vencimento em janeiro de 2030. Adicionalmente, os juros no montante de R$27.508 foram incorporados ao principal. Em julho de 2025, o saldo foi liquidado. **19.5.2. *New bridge notes:*** Em abril de 2025, a subsidiária *Azul Secured 2* obteve de seus atuais detentores de título de dívida um financiamento adicional de R$610.208 (equivalente a US$107.656), com custos de R$74.976, juros equivalentes a 13,5% a.a., amortização de juros mensais e vencimento em outubro de 2025. Adicionalmente, os juros no montante de R$20.082 foram incorporados ao principal. Em julho de 2025, o saldo foi liquidado. **19.5.3. *Debtor in possession – DIP:*** Em maio de 2025 a subsidiária *Azul Secured* garantiu o direito à uma linha de financiamento na modalidade *DIP* de aproximadamente US$1,6 bilhão, disponibilizado de acordo com a autorização do Tribunal. A Companhia obteve acesso a R$9.080.656, líquido dos custos de captação de R$412.881, resultando em R$8.667.775 (equivalente a US$1,6 bilhões), com juros equivalentes a 15,0% a.a. e vencimento em fevereiro de 2026. Adicionalmente, os juros no montante de R$722.849 foram incorporados ao principal. Em julho de 2025, com os recursos do DIP, a Companhia realizou o pagamento das operações Notas Superprioritárias e *New bridge notes,* citadas anteriormente. **19.5.4. Cartas de crédito:** Durante 2025, a subsidiária ALAB reconheceu o montante de R$1.995.890, referente a execução de cartas de crédito que eram utilizadas para depósitos em garantia, reserva para manutenção e outros. **19.6. Cláusulas restritivas:** A Companhia continua medindo as cláusulas restritivas ("*covenants*") de alguns dos seus contratos de empréstimos e financiamentos de acordo com as condições originais, aguardando futuros acordos que possam ser firmados com seus credores no âmbito do *Chapter 11*, conforme abaixo. Embora o *Chapter 11* possa ter desencadeado o não cumprimento de certas obrigações, as contrapartes estão impedidas de tomar quaisquer medidas como resultado de supostos descumprimentos. Portanto, a dívida relacionada permanece classificada nestas demonstrações financeiras de acordo com o fluxo contratual originalmente estabelecido.

Cláusula restritiva relativa a:	Frequência de mensuração	Indicadores requeridos para a mensuração	Atingido
9° e 10° emissão de debêntures da ALAB	Anual	(i) índice de cobertura do serviço da dívida ajustado (ICSD) igual ou superior a 1,2; (ii) alavancagem financeira menor ou igual a 6,5 em 2023; 5,0 em 2024 e 2025; e 4,5 a partir de 2026.	Waiver
Aeronave, motores e outros	Trimestral	(i) O saldo total de caixa no último dia do trimestre não seja inferior a R$1 bilhão.	Atingido
	Anual	(ii) Alavancagem: igual ou menor a 5,50, sendo o referido Índice obtido por dívida líquida/EBITDA no último dia do exercício.	Não atingido
Senior notes 1L e 2L	Trimestral	(i) Liquidez Imediata superior a R$ 350 milhões em 31 de março de 2025; (ii) Liquidez Imediata superior a R$ 500 milhões a partir de 30 de junho de 2025.	Atingido
DIP	Quinzenal	Liquidez superior a US$90 milhões a cada quinzena, a partir de 13 de junho de 2025.	Atingido

20 ARRENDAMENTOS

20.1. Prática contábil: Os passivos de arrendamento são reconhecidos, mensurados, apresentados e divulgados de acordo com o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, equivalente ao IFRS 16, em contrapartida ao direito de uso. As demais práticas contábeis adotadas pela Companhia referente as operações de arrendamento estão apresentadas na nota explicativa 17.

20.2. Composição de Arrendamentos

Descrição	Controladora 31/12/25	Controladora 31/12/24	Consolidado 31/12/25	Consolidado 31/12/24
Arrendamentos	–	–	12.532.206	17.338.698
Arrendamentos – *Notes*	–	–	178.857	1.356.984
Arrendamentos – *Equity*	–	2.683.165	–	2.683.165
	–	2.683.165	12.711.063	21.378.847
Circulante	–	1.241.318	3.353.501	6.314.221
Não circulante	–	1.441.847	9.357.562	15.064.626

20.3. Reestruturação: 20.3.1. Extrajudicial: Durante o primeiro trimestre de 2025, a Companhia evoluiu significativamente com a reestruturação de suas obrigações com os arrendadores, que contemplou: • Eliminação de obrigações de emissão de ações em troca de 93.697.586 novas ações preferenciais em uma emissão única; • Troca parcial das *Notes* 2030 por novas notas sem garantia com vencimento em 2032 e uma opção da Companhia de incorporar os juros ao principal ("PIK"); e • Acordos definitivos e vinculantes, com diferimentos dos saldos, extensões de prazos e alterações de valores. **20.3.2. Judicial:** A Companhia renegociou diversos contratos de arrendamento diretamente com as contrapartes, no âmbito do *Chapter 11*. Em decorrência da aprovação formal do Plano e com base na melhor expectativa e informações disponíveis, foi reconhecida redução no montante de R$3.497.529.

20.4. Arrendamentos

Consolidado

Descrição	Prazo médio remanescente	Taxa média ponderada a.a.	31/12/24	Adições	Modificações	Pagamentos	Juros incorridos	Transferências [a]	Baixas	GUC	Variação cambial	31/12/25
Arrendamentos sem opção de compra:												
Aeronaves, motores e simuladores	8,1	18,6%	16.357.918	1.586.734	13.279	(3.552.045)	2.351.625	(155.586)	(219.708)	(2.896.289)	(1.880.957)	11.604.971
Outros	5,5	16,9%	269.886	15.922	20.362	(96.931)	28.151	–	(969)	–	(16.748)	219.673
Arrendamentos com opção de compra:												
Aeronaves, motores e simuladores	4,9	16,1%	710.894	122.902	39.690	(141.311)	83.182	–	–	–	(107.795)	707.562
Total			17.338.698	1.725.558	73.331	(3.790.287)	2.462.958	(155.586)	(220.677)	(2.896.289)	(2.005.500)	12.532.206
Circulante			4.928.197									3.353.501
Não circulante			12.410.501									9.178.705

(a) Os saldos das transferências são para o grupo "Fornecedores".

Consolidado

Descrição	Prazo médio remanescente	Taxa média ponderada a.a.	31/12/23	Adições	Modificações	Pagamentos	Juros incorridos	Transferências [a]	Baixas	Variação cambial	31/12/24
Arrendamentos sem opção de compra:											
Aeronaves, motores e simuladores	8,0	16,2%	11.567.882	2.605.615	237.065	(2.955.177)	1.890.622	(226.490)	(17.942)	3.256.343	16.357.918
Outros	4,8	11,5%	237.254	64.138	2.544	(83.264)	24.350	–	(12.916)	37.780	269.886
Arrendamentos com opção de compra:											
Aeronaves, motores e simuladores	4,0	14,5%	650.691	–	(8.150)	(188.206)	89.187	–	–	167.372	710.894
Total			12.455.827	2.669.753	231.459	(3.226.647)	2.004.159	(226.490)	(30.858)	3.461.495	17.338.698
Circulante			3.349.056								4.928.197
Não circulante			9.106.771								12.410.501

(a) Os saldos das transferências são entre as classificações de "Arrendamentos".

continua ...

Azul S.A. | CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra maneira)

20.5. Arrendamentos – *Notes*

									Consolidado
Descrição	**Prazo médio remanescente**	**Taxa média ponderada a.a.**	**31/12/24**	**Modificações**	**Pagamentos**	**Juros incorridos**	**GUC**	**Variação cambial**	**31/12/25**
Financiamento com lessores – *Notes*	6,5	17,1%	1.356.984	(32.031)	(550.674)	143.601	(601.240)	(137.783)	178.857
Total			1.356.984	(32.031)	(550.674)	143.601	(601.240)	(137.783)	178.857
Circulante			144.706						–
Não circulante			1.212.278						178.857

									Consolidado
Descrição	**Prazo médio remanescente**	**Taxa média ponderada a.a.**	**31/12/23**	**Modificações**	**Pagamentos**	**Juros incorridos**	**Baixas**	**Variação cambial**	**31/12/24**
Financiamento com lessores – Notes	5,5	14,8%	1.030.845	–	(123.703)	161.996	–	287.846	1.356.984
Total			1.030.845	–	(123.703)	161.996	–	287.846	1.356.984
Circulante			121.948						144.706
Não circulante			908.897						1.212.278

20.6. Arrendamentos – *Equity*

								Controladora e Consolidado
Descrição	**Prazo médio remanescente**	**Taxa média ponderada a.a.**	**31/12/24**	**Modificações**	**Pagamentos**	**Juros incorridos**	**Variação cambial**	**31/12/25**
Financiamento com lessores – *Equity*	–	–	2.683.165	(2.172.452)	(379.377)	69.354	(200.690)	–
Total	–	–	2.683.165	(2.172.452)	(379.377)	69.354	(200.690)	–
Circulante			1.241.318					–
Não circulante			1.441.847					–

								Controladora e Consolidado
Descrição	**Prazo médio remanescente**	**Taxa média ponderada a.a.**	**31/12/23**	**Pagamentos**	**Juros incorridos**	**Transferências [a]**	**Variação cambial**	**31/12/24**
Financiamento com lessores – Equity	2,6	14,4%	1.659.739	(61.245)	294.359	226.490	563.822	2.683.165
Total			1.659.739	(61.245)	294.359	226.490	563.822	2.683.165
Circulante			216.388					1.241.318
Não circulante			1.443.351					1.441.847

(a) Os saldos das transferências são entre as classificações de "Arrendamentos".

20.7. Cronograma de amortização dos arrendamentos

		Consolidado
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**
2025	–	5.219.787
2026	3.601.304	3.935.627
2027	2.971.572	3.473.086
2028	2.767.084	3.095.203
2029	2.562.476	2.797.924
Após 2029	10.781.388	10.562.642
Pagamentos mínimos de arrendamentos	22.683.824	29.084.269
Encargos financeiros	(10.151.618)	(11.745.571)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	12.532.206	17.338.698
Circulante	3.353.501	4.928.197
Não circulante	9.178.705	12.410.501

20.8. Cronograma de amortização dos arrendamentos – *Notes*

		Consolidado
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**
2025	–	155.502
2026	–	132.873
2027	–	132.873
2028	–	132.873
2029	–	132.873
Após 2029	498.718	1.838.076
Pagamentos mínimos de arrendamentos	498.718	2.525.070
Encargos financeiros	(319.861)	(1.168.086)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	178.857	1.356.984
Circulante	–	144.706
Não circulante	178.857	1.212.278

20.9. Cronograma de amortização dos arrendamentos – *Equity*

		Controladora e Consolidado
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**
2025	–	1.292.650
2026	–	1.058.962
2027	–	757.234
Pagamentos mínimos de arrendamentos	–	3.108.846
Encargos financeiros	–	(425.681)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	–	2.683.165
Circulante	–	1.241.318
Não circulante	–	1.441.847

20.10. Cláusulas restritivas: Durante o processo de reestruturação no âmbito do *Chapter 11*, alguns contratos de arrendamento, que continham cláusulas restritivas ("*covenants*"), foram rejeitados, deixando de gerar quaisquer obrigações futuras, inclusive o cumprimento desses *covenants*. Outros contratos tiveram valores remanescentes classificados como *GUC*, classificação que não implica continuidade dos *covenants*.

21 INSTRUMENTOS DE DÍVIDA CONVERSÍVEIS

21.1. Prática contábil: De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, equivalente ao IFRS 9, o direito de conversão em ações das debêntures foi mensurado pelo valor justo por meio do resultado pois trata-se de um derivativo embutido.

21.2. Composição de Instrumentos de dívida conversíveis

												Controladora e Consolidado
Descrição	**Taxa média nominal a.a.**	**Taxa efetiva a.a. [a]**	**Vencimento**	**31/12/24**	**Captações [b]**	**Variação do direito de conversão**	**Pagamento de principal**	**Pagamento de juros**	**Juros incorridos**	**Variação cambial [c]**	**Efeito da reestruturação [b]**	**31/12/25**
Em moeda estrangeira – US$												
Debêntures	12,3%	12,3%	out/28	1.182.368	84.884	(1.006.544)	(351.581)	(188.780)	405.207	22.097	249.715	397.366
Total em R$				1.182.368	84.884	(1.006.544)	(351.581)	(188.780)	405.207	22.097	249.715	397.366
Circulante				124.321								88.996
Não circulante				1.058.047								308.370

(a) Não considera o direito de conversão. (b) Devido à reestruturação, o montante refere-se à pagamento de prêmio de R$1.428, extinção e reconstituição do direito de conversão de R$961.252 e receita de extinção e reconstituição da dívida de R$712.965, resultando no montante de R$249.715, sendo adicionado R$84.884 referente a incorporação de taxas ao principal, totalizando R$334.599 contabilizado no resultado financeiro. (c) Considera a conversão original.

												Controladora e Consolidado
Descrição	**Taxa média nominal a.a.**	**Taxa efetiva a.a. [a]**	**Vencimento**	**31/12/23**	**Captações [b]**	**Variação do direito de conversão**	**Pagamento de principal**	**Pagamento de juros**	**Juros incorridos**	**Variação cambial [b]**	**Efeito da reestruturação [b]**	**31/12/24**
Em moeda estrangeira – US$												
Debêntures	12,3%	12,3%	out/28	1.201.610	–	(437.035)	–	(76.382)	273.826	220.349	–	1.182.368
Total em R$				1.201.610	–	(437.035)	–	(76.382)	273.826	220.349	–	1.182.368
Circulante				25.807								124.321
Não circulante				1.175.803								1.058.047

(a) Não considera o direito de conversão. (b) Considera a conversão original.

21.3. Renegociações: Durante o primeiro trimestre de 2025, a Companhia renegociou as debêntures conversíveis, com pagamento de prêmio de R$1.428 (equivalente a US$242) e alteração do preço de conversão de R$22,78 reais para R$3,37 reais. Não houve alteração de vencimento e da taxa de juros nominal. De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, equivalente ao IFRS 9, a Companhia concluiu que a renegociação se enquadra no âmbito de extinção da dívida. Sendo assim, os valores proporcionais anteriormente registrados foram extintos e uma nova dívida foi contabilizada. Por este motivo, quaisquer custos ou taxas incorridas foram reconhecidos no resultado.

21.4. Cronograma de amortização

	Controladora e Consolidado	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**
2025	–	124.321
2026	88.996	–
2028	308.370	1.058.047
	397.366	1.182.368
Circulante	88.996	124.321
Não circulante	308.370	1.058.047

22 FORNECEDORES

22.1. Prática contábil: Os valores são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais. **22.2. Composição de fornecedores**

		Consolidado
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**
Obrigações decorrente dos arrendamentos	802.882	516.670
Obrigações decorrente dos fornecedores	252.534	424.178
Investimento em controlada	–	38.279
Outros	75.481	98.545
Total	1.130.897	1.077.672
Circulante	124.039	268.935
Não circulante	1.006.858	808.737

22.3. Reestruturação: 22.3.1. Extrajudicial: Durante o primeiro trimestre de 2025, a Companhia evoluiu significativamente com a reestruturação de suas obrigações com os fornecedores, que contemplou: • Eliminação de obrigações de emissão de ações em troca de 2.312.402 novas ações preferenciais em uma emissão única; • Troca parcial das *Notes* 2030 por novas notas sem garantia com vencimento em 2032 e uma opção da Companhia de incorporar os juros ao principal ("PIK"); e • Acordos definitivos e vinculantes com diferimentos dos saldos. **22.3.2. *Judicial:*** A Companhia renegociou diversos contratos de arrendamento e fornecedores diretamente com as contrapartes, no âmbito do *Chapter 11*. Em decorrência da aprovação formal do Plano e com base na melhor expectativa e informações disponíveis, houve a redução no montante de R$193.435 e R$181.893, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2025, com base na melhor expectativa e informações disponíveis, o saldo líquido de "Arrendadores – *GUC – Chapter 11*" e "Arrendadores – *GUC – Chapter 11*" reflete as obrigações assumidas no acordo com o *UCC* (*"Unsecured Creditors' Committee"*), equivalente a US$23 milhões, que prevê pagamentos em dinheiro ou participação no Fundo *GUC*, além dos demais benefícios estabelecidos no Plano.

23 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

23.1. Prática contábil: As variações nas taxas de juros, câmbio e nos preços do combustível de aviação expõem a Companhia e suas controladas a riscos que podem afetar seus desempenhos financeiros. Com o objetivo de mitigar tais riscos, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos. As operações apresentam a variação de seu valor justo contabilizadas diretamente no resultado financeiro. **23.2. Composição dos instrumentos financeiros derivativos**

				Consolidado
Variações no valor justo	**Termo de combustível**	**Opção combustível**	**Direito de conversão das debêntures [a]**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2023	(60.102)	12.266	(488.775)	(536.611)
Ganhos (perdas) reconhecidos no resultado	(108.435)	(10.871)	437.035	317.729
Pagamentos (recebimentos)	103.162	(1.395)	–	101.767
Em 31 de dezembro de 2024	(65.375)	–	(51.740)	(117.115)
Ganhos (perdas) reconhecidos no resultado	(20.023)	–	1.006.544	986.521
Pagamentos	46.822	–	–	46.822
Transferências [b]	38.576	–	–	38.576
Reestruturação [c]	–	–	(961.252)	(961.252)
Em 31 de dezembro de 2025	–	–	(6.448)	(6.448)
Instrumentos de dívida conversíveis não circulante	–	–	(6.448)	(6.448)
	–	–	(6.448)	(6.448)

(a) Saldo contabilizado na controladora, representando 311.299.938 opções de conversões em ações. (b) Os saldos das transferências são para a rubrica de "Empréstimos e financiamentos". (c) Refere-se a efeitos da extinção e reconstituição do direito de conversão.

24 TAXAS E TARIFAS AEROPORTUÁRIAS

24.1. Prática contábil: Os valores são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais.

24.2. Composição de taxas e tarifas aeroportuárias

		Consolidado
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**
Transação tributária	926.051	916.690
Tarifas aeroportuárias	351.591	212.125
Taxa de embarque	294.441	231.913
Outras taxas	38.554	16.691
	1.610.637	1.377.419
Circulante	899.605	584.739
Não circulante	711.032	792.680

25 TRANSPORTES, SERVIÇOS A EXECUTAR E PROGRAMA DE FIDELIDADE

25.1. Prática contábil: Compreende as obrigações da Companhia pelo recebimento antecipado para prestação de serviços de transporte aéreo e outros serviços. Tais obrigações são extintas pela prestação dos serviços. A Companhia reconhece a receita de *breakage* com base em estimativas históricas de bilhetes e pontos emitidos que expirarão pela não-utilização, ou seja, clientes que adquiriram e que apresentam grande probabilidade de não os utilizar. Para fins de reconhecimento dessa receita também são considerados os prazos médios de prestação dos serviços e resgate de pontos, sendo tais premissas inseridas em um modelo estatístico que determina a previsão de taxa de *breakage* a ser adotada. Ao menos anualmente, os cálculos são revisados com objetivo de refletir e capturar mudanças no comportamento dos clientes em relação a não utilização dos bilhetes e pontos.

25.2. Composição de transportes, serviços a executar e programa de fidelidade

		Consolidado
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**
Transportes a executar de passageiros	3.207.735	3.060.010
Pontos do programa fidelidade a executar	2.922.070	3.178.919
Pacotes de viagens a executar	1.047.547	941.229
Transportes a executar de cargas	22.768	11.840
Breakage	(959.431)	(865.941)
	6.240.689	6.326.057
Circulante	6.240.689	6.326.057
Não circulante	–	–

26 SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

26.1. Prática contábil: Os valores são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais.

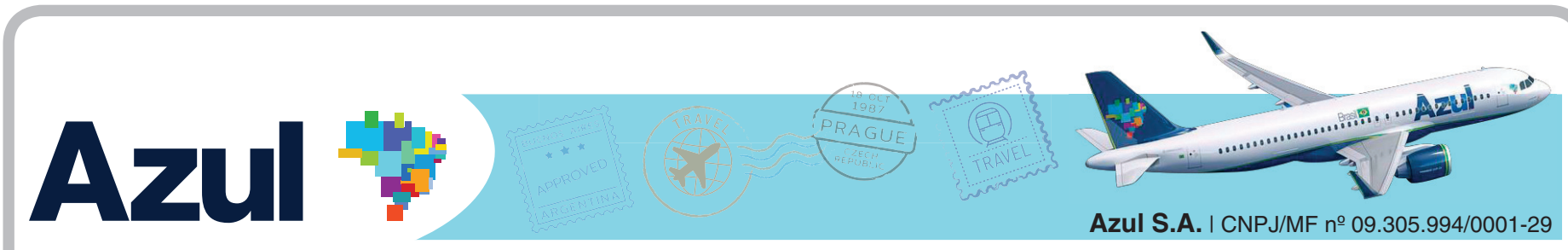
26.2. Composição de salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**	**31/12/25**	**31/12/24**
Salários e benefícios	2.292	2.470	533.713	508.412
Remuneração baseada em ações	–	–	–	36
	2.292	2.470	533.713	508.448
Circulante	2.292	2.470	533.713	508.448
Não circulante	–	–	–	–

27 TRIBUTOS A RECOLHER

27.1. Prática contábil: Os valores representam obrigações tributárias decorrentes das atividades operacionais da Companhia oriundos principalmente do transporte de passageiros e cargas e são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais.

continua …



Azul S.A. | CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra maneira)

27.2. Composição de tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**	**31/12/25**	**31/12/24**
Transação tributária	993	899	226.141	230.214
Impostos retidos na fonte	887	504	84.753	80.868
Impostos sobre importação	39	357	10.210	9.497
Outros	–	5	16.484	3.374
	1.919	1.765	337.588	323.953
Circulante	1.025	956	144.007	125.055
Não circulante	894	809	193.581	198.898

28 PROVISÕES

28.1. Prática contábil: 28.1.1. Devolução de aeronaves e motores: As aeronaves e motores negociados sob a modalidade de arrendamento sem opção de compra regularmente preveem obrigações contratuais estabelecendo condições para devolução desses ativos. Dessa forma, a Companhia provisiona os custos de devolução, uma vez que se trata de obrigações presentes decorrentes de eventos passados e que irão gerar desembolsos futuros, cuja mensuração é feita com base na melhor estimativa da Administração. Os custos de devolução referem-se basicamente à reconfiguração de aeronave (interior e exterior), obtenção de licenças, certificações técnicas, manutenções, pintura etc., conforme estabelecido em contrato. O custo é registrado inicialmente a valor presente no ativo de direito de uso com contrapartida na provisão para devolução de aeronaves e motores, que compõem a rubrica de "Provisões". Após o registro inicial, o passivo é atualizado de acordo com a taxa de câmbio e com a taxa de remuneração de capital estimada pela Companhia, sendo a contrapartida registrada no resultado financeiro. Eventuais alterações na estimativa de gastos a incorrer são registradas de forma prospectiva contra o direito de uso ou na demonstração do resultado do exercício caso não haja saldo remanescente no ativo de direito de uso. **28.1.2. Riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos, principalmente no Brasil. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos. **28.1.3. Benefícios pós-emprego:** A Companhia reconhece passivos atuariais relacionados a benefício de plano médico oferecido a seus colaboradores de acordo com o CPC 33 (R1) – "Benefícios a Empregados", equivalente ao IAS 19. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" tendo como base o relatório atuarial preparado por especialistas independentes, enquanto o custo do serviço corrente e o custo dos juros são reconhecidos no resultado do exercício. **28.2. Composição das provisões:** Apresentam-se a seguir a movimentação das provisões:

				Consolidado
Descrição	**Devolução de aeronaves e motores [a]**	**Riscos tributários, cíveis e trabalhistas [b]**	**Benefício pós-emprego**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2023	2.573.170	557.773	9.910	3.140.853
Movimentações	503.080	85.889	154	589.123
Baixas	(77.086)	(346.047)	–	(423.133)
Juros incorridos	151.153	(75.136)	972	76.989
Efeito da experiência do plano	–	–	(2.811)	(2.811)
Variação cambial	798.015	–	–	798.015
Em 31 de dezembro de 2024	3.948.332	222.479	8.225	4.179.036
Movimentações	(2.134.403)	594.898	153	(1.539.352)
Baixas	(39.818)	(565.204)	(119)	(605.141)
Juros incorridos	181.428	5.003	941	187.372
Efeito da experiência do plano	–	–	1.014	1.014
Variação cambial	(448.254)	–	–	(448.254)
Em 31 de dezembro de 2025	1.507.285	257.176	10.214	1.774.675

(a) Taxa nominal de desconto 17,9% a.a. (10,8% a.a. em 31 de dezembro de 2024). (b) Considera provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas no valor de R$118 na Controladora, (R$142 em 31 de dezembro de 2024). **28.2.1. Riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** Apresentam-se os saldos dos processos com estimativas de perdas provável e possível:

				Consolidado
	Perda provável		Perda possível	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**	**31/12/25**	**31/12/24**
Tributários	91.463	78.936	333.551	89.826
Cíveis	109.868	76.608	331.275	126.818
Trabalhistas	55.845	66.935	257.675	194.234
	257.176	222.479	922.501	410.878

28.2.1.1. Tributários: A Companhia possui ações de natureza tributária, relacionadas, principalmente, a processos judiciais e administrativos referente a tributos federais, estaduais e municipais. Durante o terceiro trimestre de 2025, a Companhia tomou ciência de processos com estimativa de perda possível que tratam de base de cálculo de IRPJ, CSLL e ICMS no montante de R$161.147. **28.2.1.2. Cíveis:** A Companhia possui ações de natureza cível, relacionadas principalmente a ações indenizatórias em geral, tais como atrasos e cancelamentos de voos, extravios e danos de bagagem, dentre outras. O aumento nos processos com estimativas de perdas provável se dá em razão do expressivo aumento de ações recebidas. Os valores são pulverizados e não cabe destacar nenhum processo específico. O aumento nos processos com estimativas de perdas possível se dá em razão da mudança da política da Companhia de concessão de acordos através de voucher de compensação. **28.2.1.3. Trabalhistas:** A Companhia possui ações de natureza trabalhista, relacionadas principalmente a discussões de horas extras, adicional de periculosidade e equiparação salarial. Os valores são pulverizados e não cabe destacar nenhum processo específico. **28.2.2. Benefício pós-emprego:** Seguem as premissas utilizadas para o cálculo do benefício pós-emprego:

		Consolidado
Média ponderada das premissas	**31/12/25**	**31/12/24**
Taxa nominal de desconto a.a.	11,5%	11,8%
Taxa real de desconto a.a.	7,2%	7,4%
Taxa de inflação estimada no longo prazo a.a.	4,1%	4,1%
HCCTR – Taxa Nominal de Inflação Média a.a.	7,2%	7,2%
HCCTR – Taxa Real de Inflação Média a.a.	3,0%	3,0%
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%

29 PARTES RELACIONADAS

29.1. Prática contábil: As transações com partes relacionadas foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia, a preços, prazos e encargos financeiros de acordo com as condições de mercado entre as partes. Tais operações incluem, dentre outros aspectos, contratos de serviços compartilhados e contratos de mútuo. **29.2. Transações entre empresas relacionadas: 29.2.1. Saldos:** Observando-se as normas contábeis, tais transações foram devidamente eliminadas para fins de consolidação.

				Controladora
Credor	**Devedor**	**Tipo de operação**	**31/12/25**	**31/12/24**
Azul	Outros	Reestruturação de dívidas – custos	19.881	21.146
Azul	Outros	Reestruturação de dívidas – conversão de dívida em ações	1.511.083	–
Azul	Outros	Reestruturação de dívidas – equity	–	2.856.613
Outros	Azul	Mútuo	(1.271.322)	(264.718)
Outros	Azul	Reestruturação de dívidas – Instrumentos de dívidas conversíveis	(34.614)	–
Outros	Azul	Reestruturação de dívidas – custos	(399.746)	(823.581)
			(174.718)	1.789.460
Direitos com partes relacionadas circulante			–	1.307.350
Direitos com partes relacionadas não circulante			1.530.964	1.570.408
Obrigações com partes relacionadas circulante			(55.447)	(5.291)
Obrigações com partes relacionadas não circulante			(1.650.235)	(1.083.007)

29.2.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração: Os colaboradores da Companhia têm direito a participação nos resultados com base em determinadas metas acordadas anualmente. Por sua vez, os executivos têm direito a bônus com base em disposições estatutárias propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. O montante da participação é reconhecido no resultado do exercício em que as metas são atingidas. O pessoal-chave da Administração compreende os conselheiros, membros do Comitê Executivo e diretores. As despesas incorridas com remuneração e os respectivos encargos, pagos ou a pagar, estão demonstrados a seguir:

		Consolidado
	Exercícios findos em	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**
Salários e benefícios	75.445	57.743
Benefícios pós-emprego	620	716
Remuneração baseada em ações	67.615	39.870
	143.680	98.329

O plano de remuneração baseada em ações considera o plano de opções, RSU e *phantom shares*. Tais planos têm previsão de liquidação em até oito anos e, portanto, as despesas incorridas não configuram necessariamente saída de caixa. O aumento em 2025 refere-se ao cancelamento das opções de compra de ações e RSU que ainda não estavam vestidas, acelerando o reconhecimento da despesa (nota 33). **29.2.3. Garantias e avais:** A Companhia concedeu garantias em aluguel de imóveis para alguns de seus executivos e o total envolvido não é significativo. **29.2.4. Acordo corporativo:** Em agosto de 2024, a Companhia celebrou acordo corporativo com a Águia Branca Participações S.A., um de seus acionistas, para a obtenção de passagens aéreas. **29.2.5. *Breeze:*** A Companhia assinou contratos de subarrendamento de três aeronaves com a *Breeze Aviation Group ("Breeze")*, uma companhia aérea fundada pelo acionista controlador da Azul, com sede nos Estados Unidos. A transação foi votada e aprovada por 97% dos acionistas da Azul na AGE realizada em março de 2020. Seguindo práticas de boa governança, o acionista controlador não participou da votação. Em 2024, a Companhia finalizou os contratos de subarrendamento. Apresentam-se a seguir as operações com a *Breeze*:

					Consolidado
Credor	**Devedor**	**Tipo de operação**	**Nota**	**31/12/25**	**31/12/24**
ALAB	Breeze	Reserva de manutenção	Contas a receber	–	2.703
Breeze	ALAB	Reserva de manutenção	Outros passivos	–	(11.411)

				Consolidado	
				Exercícios findos em	
Receitas	**Despesas**	**Tipo de operação**	**Nota**	**31/12/25**	**31/12/24**
ALAB	Breeze	Juros incorridos	Receita financeira	–	1.754

29.2.6. *Azorra:* Em agosto de 2022, a Companhia celebrou contratos de venda e arrendamento de aeronaves e motores com entidades do grupo *Azorra Aviation Holdings LLC. ("Azorra")*, a qual se tornou uma parte relacionada a partir da eleição do acionista controlador da Companhia ao cargo de membro independente do Conselho de Administração da *Azorra*. Apresentam-se a seguir as operações com a *Azorra*:

					Consolidado
Credor	**Devedor**	**Tipo de operação**	**Nota**	**31/12/25**	**31/12/24**
ALAB	*Azorra*	Contas a receber	Contas a receber	–	118.013
ALAB	*Azorra*	Reserva para manutenção	Depósitos	15.418	–
ALAB	*Azorra*	Depósito em garantia	Depósitos	52.840	46.213
Azorra	ALAB	Arrendamentos	Arrendamentos	(295.954)	(473.428)
Azorra	Azul Investments	Arrendamentos – *Notes*	Arrendamentos	–	(96.458)
Azorra	Azul	Arrendamentos – *Equity*	Arrendamentos	–	(150.441)

					Consolidado
Receitas	**Despesas**	**Tipo de operação**	**Nota**	**31/12/25**	**31/12/24**
Azorra	ALAB	Juros incorridos	Despesa financeira	84.548	78.451

29.2.7. *Lilium:* Em agosto de 2021, a Companhia anunciou planos de parceria estratégica com a *Lilium GmbH*, subsidiária integral da *Lilium N.V. ("Lilium")*, a qual se tornou uma parte relacionada a partir da eleição do acionista controlador da Companhia ao cargo de membro independente do Conselho de Administração da *Lilium*. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não tem saldos em aberto com a *Lilium*. **29.2.8. *United:*** A Companhia possui acordos com a *United Airlines Inc.*("*United*"), um de seus acionistas, para a utilização do programa de fidelidade e para a reacomodação de passageiros. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o saldo não é significativo. **29.2.9. *Airbus Brasil:*** A Companhia possui acordos com a Airbus Brasil Negócios Aeroespaciais Ltda. ("Airbus Brasil"), onde um de seus conselheiros ocupa o cargo de consultor. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o saldo não é significativo.

30 OUTROS PASSIVOS

30.1. Prática contábil: São registrados pelo valor justo das obrigações conhecidas e subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos. Sendo classificados entre circulante e não circulante conforme seu prazo esperado de liquidação.

30.2. Composição de outros passivos

	Consolidado	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**
Obrigações decorrente dos arrendamentos	802.882	516.670
Créditos com fornecedores	252.534	424.178
Investimento em controlada	–	38.279
Outros	75.481	98.545
Total	1.130.897	1.077.672
Circulante	124.039	268.935
Não circulante	1.006.858	808.737

31 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31.1. Prática contábil: O patrimônio líquido é composto pelo capital social, reservas constituídas, ações em tesouraria e lucros ou prejuízos acumulados. As variações observadas evidenciam a evolução do patrimônio dos acionistas ao longo do exercício.

31.2. Capital social

				Controladora e Consolidado
		Valor	Quantidade	
Descrição	**Capital social [a]**	**AFAC**	**Ações ordinárias**	**Ações preferenciais**
Em 31 de dezembro de 2023	2.314.821	789	928.965.058	335.747.796
Integralização de capital	807	(807)	–	–
Remuneração baseado em ações	–	18	–	3.000
Em 31 de dezembro de 2024	2.315.628	–	928.965.058	335.750.796
Aumento de capital	–	–	–	–
Conversão em ações – arrendamento [b]	3.006.736	–	–	93.697.586
Conversão em ações – fornecedores [b]	74.204	–	–	2.312.402
Conversão em ações – empréstimos e financiamentos [c]	1.613.050	–	–	450.572.669
Emissão de ações – acionistas controladores	72.000	–	1.200.000.063	–
Emissão de ações – oferta pública	48.392	–	–	13.517.180
Emissão de ações – direito de preferência	1.849	–	–	189.120
Em 31 de dezembro de 2025	7.131.859	–	2.128.965.121	896.039.753

(a) Considera o montante de R$71.034 referente a capital social a integralizar. (b) Considera a conversão de 96.009.988 ações preferenciais, com valor emissão de R$32,09 reais por ação e com valor justo de R$3,29 reais por ação, resultando em um ajuste ao valor justo de R$2.765.066. (c) Considera a conversão de 450.572.669 ações preferenciais, com valor emissão de R$ R$3,58 reais por ação e com valor justo de R$1,95 reais por ação, resultando em um ajuste ao valor justo de R$734.433

Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto. As ações preferenciais de qualquer classe não conferem direito a voto, entretanto, proporcionam a seus detentores: • Prioridade de reembolso de capital; • O direito de serem incluídas em oferta pública de compra de ações devido à transferência do controle da Companhia, nas mesmas condições e por um preço por ação preferencial equivalente a setenta e cinco (75) vezes o preço por ação ordinária pago ao acionista controlador; • O direito de receber valores equivalentes a setenta e cinco (75) vezes o preço por ação ordinária após a divisão dos ativos remanescentes entre os acionistas; e • O direito de recebimento de dividendos iguais a setenta e cinco (75) vezes o valor pago a cada ação ordinária. A composição acionária da Companhia está apresentada a seguir:

					Controladora e Consolidado		
			31/12/25			31/12/24	
Acionista	**Ações ordinárias**	**Ações preferenciais**	**% Participação econômica**	**Ações ordinárias**	**Ações preferenciais**	**% Participação econômica**
David Neeleman	67,0%	0,8%	2,9%	67,0%	2,2%	4,5%
Acionistas Trip [a]	33,0%	0,7%	1,4%	33,0%	1,8%	2,9%
Ballyfin Aviation II	–	5,7%	5,6%	–	–	–
United Airlines Inc	–	2,1%	2,0%	–	5,5%	5,4%
Outros	–	90,7%	88,1%	–	90,4%	87,1%
Tesouraria	–	–	–	–	0,1%	0,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(a) Representa Trip Participações S.A., Trip Investimentos Ltda. e Rio Novo Locações Ltda.

A Companhia está autorizada, mediante deliberação do Conselho de Administração, a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, no montante de até R$30.000.000 apenas com possibilidade de conversão em ações preferenciais e emissão de até 7.500.000 novas ações ordinárias. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização. **31.3. Ações em tesouraria: 31.3.1. Prática contábil:** Os instrumentos de capital próprio adquiridos denominados ações em tesouraria são reconhecidos pelo custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento desses instrumentos patrimoniais. Qualquer diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, se a ação for reemitida, é reconhecida como prêmio de emissão.

31.3.2. Movimentação das ações em tesouraria

			Controladora e Consolidado
Descrição	**Quantidade de ações**	**Valor**	**Custo médio (em R$)**
Em 31 de dezembro de 2023	499.999	9.041	18,08
Recompra	210.000	2.596	12,36
Alienação	(4.125)	(69)	–
Transferências	(441.379)	(7.234)	–
Em 31 de dezembro de 2024	264.495	4.334	16,39
Recompra	4.000	4	1
Transferências	(179.816)	(2.905)	–
Em 31 de dezembro de 2025	88.679	1.433	16,16

32 RESULTADO POR AÇÃO

32.1. Prática contábil: O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação, exceto as em tesouraria, durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, exceto as ações em tesouraria, pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. No exercício de 2025, embora a Companhia tenha apresentado lucro e em 2024 tenha apresentado prejuízo, os instrumentos potencialmente conversíveis não foram incluídos no cálculo do lucro diluído por ação, pois o preço de conversão excedia o valor da ação no período, o que os tornou antidilutivos.

continua …

Azul S.A. | CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra maneira)

32.2. Cálculo do resultado por ação

	Controladora e Consolidado	
	Exercícios findos em	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**
Numerador		
Lucro (prejuízo) do exercício	124.858	(9.151.371)
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	788.177.294	347.661.854
Média ponderada do número de conversões presumidas	320.136.768	900.031.192
Média ponderada de ações preferenciais que teriam sido emitidas ao preço médio das ações ao preço de mercado	–	2.377.040
Lucro (prejuízo) básico por ação ordinária – R$	0,16	(26,32)
Lucro (prejuízo) diluído por ação ordinária – R$	0,16	(26,32)

(a) Não considera ações em tesouraria. De acordo com o CPC 41 – Lucro por ação, equivalente ao IAS 33, a Companhia apresentou retroativamente o lucro (prejuízo) por ação devido à conversão das ações preferenciais em ordinárias e ao grupamento ocorrido em 2026, sendo assim, a quantidade média ponderada foi ajustada para todos os períodos apresentados, sem impacto no lucro líquido, afetando apenas o denominador do cálculo do lucro (prejuízo) por ação.

33 REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

33.1. Prática contábil: A Companhia oferece planos de remuneração baseada em ações, a serem liquidados com ações ou dinheiro, segundo os quais a Companhia recebe serviços como contraprestações. O custo dos instrumentos é mensurado com base no valor justo na data da outorga ou na data dessas demonstrações financeiras para *phantom shares*. Para determinar o valor justo das opções de compras, a Companhia utiliza-se do modelo *Black-Scholes*. O custo das transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido no resultado em "Salários e Benefícios", em conjunto com o correspondente aumento da "Reserva de capital" ou passivo de "Salários e encargos sociais" para *phantom shares*, ao longo do cumprimento da condição de serviço. **33.2. Planos de remuneração:** A Companhia possui três planos de remuneração baseada em ações: o Plano de opção de compra de ações ("Plano de opções"), o Plano de ações restritas ("RSU") e o Plano de compra de ações (*"phantom shares"*). Todos visam estimular e promover o alinhamento dos objetivos da Companhia, dos acionistas, dos administradores e dos colaboradores, e mitigar os riscos na geração de valor da Companhia pela perda de seus executivos, fortalecendo o comprometimento e a produtividade desses nos resultados de longo prazo. Durante o primeiro trimestre de 2025, foi aprovada a criação do primeiro programa do plano de opção de compra de ações, com outorga de até 250.000.000 de ações e período de *vesting* de até três anos. Durante o segundo trimestre de 2025, a Companhia cancelou parcialmente opções de ações e RSU, que ainda não estavam vestidas. De acordo com o CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, equivalente ao IFRS 2, a Companhia concluiu que em razão do cancelamento, foi preciso antecipar o reconhecimento da despesa desses planos. Sendo assim, o valor remanescente das despesas não reconhecidas foi integralmente apropriado ao resultado, refletindo o encerramento das obrigações futuras da Companhia relacionadas aos referidos programas. Apresenta-se a seguir a movimentação dos planos:

	Controladora e Consolidado			
	Número de ações			
Descrição	**Plano de opções**	**RSU**	**Phantom shares**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2023	20.521.684	1.544.065	246.930	22.312.679
Concedidas	4.200.000	1.007.253	–	5.207.253
Exercidas	(3.000)	(608.472)	(18.177)	(629.649)
Canceladas	(94.181)	(101.824)	(47.742)	(243.747)
Em 31 de dezembro de 2024	24.624.503	1.841.022	181.011	26.646.536
Exercidas	–	(248.045)	–	(248.045)
Canceladas	(15.787.673)	(1.057.181)	(82.845)	(16.927.699)
Em 31 de dezembro de 2025	8.836.830	535.796	98.166	9.470.792

	Controladora e Consolidado	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**
Preço da ação (em reais)	0,18	3,54
Preço médio ponderado da opção de compra de ações exercidas (em reais)	–	5,97
Preço médio ponderado da opção de *phantom shares* exercidas (em reais)	–	10,35
Entrada de caixa plano de opções	–	18
Saída de caixa *phantom shares*	–	188
Obrigação total referente a *phantom shares*	–	36
Imposto de renda referente à transferência de RSU	98	1.439
Quantidade de ações equivalentes ao IR de RSU	68.229	167.093

As despesas dos planos de remuneração baseados em ações estão demonstradas a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	Exercícios findos em	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**
Plano de opções	62.030	38.794
RSU	8.786	6.361
Phantom shares	(37)	(1.700)
	70.779	43.455

Em função da redução do valor da ação no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de R$3,54 reais para R$0,18 reais, houve diminuição na estimativa da remuneração de *phantom shares* e consequentemente uma reversão da despesa contabilizada em períodos anteriores.

33.3. Premissas: 33.3.1. Plano de opções: Durante 2025, a Companhia não efetuou a outorga de novos programas, conforme demonstrado abaixo:

Outorga	Preço de exercício (em reais)	Valor justo médio (em reais)	Volatilidade	Dividendo esperado	Taxa média de retorno	Taxa de exercício por tranche	Prazo remanescente (em anos)	Período aquisitivo até (anos)	Opções outorgadas	Opções em circulação	Opções disponíveis
11/dez/09	3,42	1,93	47,7%	1,1%	8,8%	25,0%	–	4,0	5.032.800	180.870	180.870
24/mar/11	6,44	4,16	54,8%	1,1%	12,0%	25,0%	–	4,0	1.572.000	84.000	84.000
05/abr/11	6,44	4,16	54,8%	1,1%	12,0%	25,0%	–	4,0	656.000	6.200	6.200
30/jun/14	19,15	11,01	40,6%	1,1%	12,5%	25,0%	–	4,0	2.169.122	708.993	708.993
01/jul/15	14,51	10,82	40,6%	1,1%	15,7%	25,0%	–	4,0	627.810	177.592	177.592
01/jul/16	14,50	10,14	43,1%	1,1%	12,2%	25,0%	–	4,0	820.250	280.124	280.124
06/jul/17	22,57	12,82	43,4%	1,1%	10,3%	25,0%	–	4,0	680.467	442.796	442.796
08/ago/22	11,07	8,10	70,0%	–	13,0%	25,0%	0,6	4,0	1.774.418	864.700	864.700
08/ago/22	11,07	6,40	68,8%	–	13,2%	33,3%	–	3,0	1.514.999	1.027.448	1.027.448
19/ago/22	11,07	7,39	67,2%	–	13,6%	100,0%	–	1,0	4.900.000	4.624.480	4.624.480
19/ago/22	11,07	11,54	74,6%	–	12,7%	20,0%	–	5,0	8.900.000	–	–
07/jul/23	15,60	10,80	75,4%	–	10,5%	25,0%	1,5	4,0	1.800.000	439.627	439.627
23/out/24	4,04	3,25	73,0%	–	12,9%	25,0%	–	4,0	2.200.000	–	–
14/dez/24	4,17	2,16	72,8%	–	14,8%	25,0%	–	4,0	2.000.000	–	–
									34.647.866	8.836.830	8.836.830

33.3.2. RSU: Durante 2025, a Companhia não efetuou a outorga de novos programas, conforme demonstrado abaixo:

Taxa de exercício por tranche	Valor justo (em reais)	Prazo remanescente (em anos)	Período aquisitivo até (anos)	Total outorgado	Total não exercido
25,0%	42,67	–	4,0	300.000	–
25,0%	11,72	0,5	4,0	335.593	13.800
25,0%	11,72	0,5	4,0	671.186	38.966
25,0%	19,32	1,5	4,0	500.000	57.774
25,0%	5,48	2,8	4,0	671.502	276.876
25,0%	4,17	2,9	4,0	335.751	148.380
				2.814.032	535.796

33.3.3. *Phantom shares:* Durante 2025, a Companhia não efetuou a outorga de novos programas, conforme demonstrado abaixo:

Outorga	Preço de exercício (em reais)	Valor justo médio (em reais)	Volatilidade	Dividendo esperado	Taxa média de retorno	Taxa de exercício por tranche	Prazo remanescente (em anos)	Período aquisitivo até (anos)	Opções outorgadas	Opções em circulação	Opções disponíveis
07/ago/18	20,43	0,00	90,8%	–	14,3%	25,0%	–	4,0	707.400	53.520	53.520
30/abr/20	10,35	0,01	90,8%	–	14,3%	33,3%	–	3,0	3.250.000	30.696	30.696
30/abr/20	10,35	0,04	86,7%	–	13,9%	25,0%	–	4,0	1.600.000	12.520	12.520
17/ago/21	33,99	0,01	84,1%	–	13,7%	25,0%	–	4,0	580.000	1.430	1.430
									6.137.400	98.166	98.166

34 RECEITA DE VENDAS

34.1. Prática contábil: 34.1.1. Receita de transporte de passageiros e programa de fidelidade: A receita de transporte de passageiros é reconhecida quando o serviço é efetivamente prestado. Os bilhetes vendidos, mas ainda não utilizados são registrados na rubrica Transportes, serviços a executar e programa de fidelidade", líquida da estimativa de receita de *breakage* (nota explicativa 25). Outras receitas que incluem voos fretados, tarifas de remarcação, despacho de bagagem e serviços adicionais são reconhecidos junto com a obrigação principal de transporte de passageiros. No programa de fidelidade, os clientes acumulam pontos com base no valor gasto no transporte aéreo e de acordo com as regras dos parceiros. A quantidade de pontos acumulados depende da categoria do cliente no programa de fidelidade, mercado, classe tarifária e outros fatores incluindo campanhas promocionais. Após a venda de um bilhete, a Companhia reconhece uma parcela do valor recebido como receita quando o serviço de transporte ocorre e difere a parcela correspondente aos pontos do programa de fidelidade em conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, equivalente ao IFRS 15. A Companhia determina o preço estimado de venda do transporte aéreo e os pontos considerando que cada elemento tivesse sido vendido em uma base separada, sendo, portanto, baseado no preço de venda individual relativo (*"stand-alone selling price"*). A Companhia também vende pontos do programa de fidelidade a clientes e parceiros, incluindo administradoras de cartões de crédito, instituições financeiras e empresas varejistas. A receita relacionada é diferida e reconhecida quando os pontos são resgatados com base no preço médio ponderado dos pontos vendidos. Os pontos não utilizados são registrados e mantidos na rubrica "Transportes, serviços a executar e programa de fidelidade", até sua efetiva utilização ou expiração. **34.1.2. Outras receitas:** Outras receitas incluem, principalmente, o transporte de cargas e pacotes de viagens e são reconhecidas quando as obrigações de desempenho são atendidas.

34.2. Composição da receita de vendas

	Consolidado	
	Exercícios findos em	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**
Transporte de passageiros	20.000.963	18.125.685
Outras receitas	1.782.911	1.506.303
Total	21.783.874	19.631.988
Impostos incidentes sobre		
Transporte de passageiros	(3.237)	(2.550)
Outras receitas	(140.244)	(103.230)
Total de impostos	(143.481)	(105.780)
Receita total	21.640.393	19.526.208

A receita por localidade geográfica está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	Exercícios findos em	
Descrição	31/12/25	**31/12/24**
Receita doméstica	17.157.785	16.084.172
Receita internacional	4.482.608	3.442.036
Receita total	21.640.393	19.526.208

35 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

35.1. Prática contábil: São apresentados por natureza e incluem o custo dos serviços prestados, despesas comerciais e despesas administrativas, além de gastos com pessoal, serviços de terceiros, depreciação e amortização e outros. A nota também contempla outras receitas e despesas, representando resultados não recorrentes ou não diretamente relacionados às operações principais.

35.2. Composição dos custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
			Exercícios findos em	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**	**31/12/25**	**31/12/24**
Custos dos serviços prestados				
Combustível de aviação	–	–	(5.710.291)	(5.583.503)
Salários e benefícios	–	–	(2.444.110)	(2.538.629)
Taxas e tarifas aeroportuárias	–	–	(1.266.186)	(1.074.818)
Gastos com passageiros e tráfego	–	–	(956.933)	(872.481)
Manutenção	–	–	(824.058)	(789.222)
Depreciação e amortização [(a)]	–	–	(3.003.552)	(2.552.173)
Impairment	–	–	–	143.790
Seguros	–	–	(84.308)	(72.323)
Outros [(b)]	–	–	(1.336.158)	(971.075)
	–	–	(15.625.596)	(14.310.434)
Despesas comerciais				
Salários e benefícios	–	–	(46.636)	(44.921)
Comerciais e publicidade	–	–	(915.442)	(889.224)
	–	–	(962.078)	(934.145)
Despesas administrativas				
Salários e benefícios	(29.742)	(26.230)	(202.617)	(139.322)
Depreciação e amortização [(a)]	–	–	(9.823)	(11.809)
Seguros	(16.093)	(7.265)	(16.093)	(7.265)
Outras [(b)]	(31.068)	(37.906)	(512.784)	(409.061)
	(76.903)	(71.401)	(741.317)	(567.457)
Outras receitas (despesas)				
Renegociações – *Chapter 11*	2.644	–	181.893	–
Breakage – GUC – Chapter 11	–	–	1.724.867	–
Custos da reestruturação – *Chapter 11*	(11.803)	–	(871.028)	–
Outras [(b)]	(268)	(431)	(1.025.664)	(323.540)
	(9.427)	(431)	10.068	(323.540)
Total	(86.330)	(71.832)	(17.318.923)	(16.135.576)

(a) Líquido de créditos de PIS e COFINS no valor de R$10.626 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R$1.468 em 31 de dezembro de 2024). (b) Considera principalmente, despesas de viagens, judiciais, serviços profissionais, serviços de tecnologia, aluguéis e subcontratação de transporte aéreo.

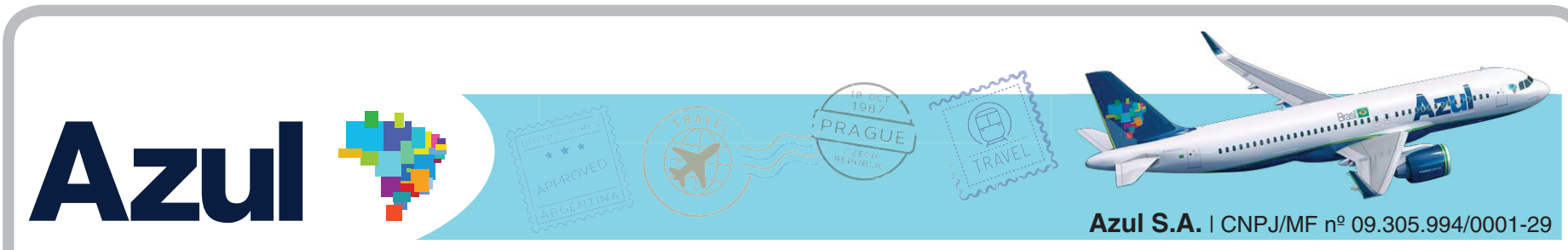
36 RESULTADO FINANCEIRO

36.1. Prática contábil: Abrange juros sobre aplicações, arrendamentos, empréstimos e financiamentos, variações cambiais, variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos e perdas nos instrumentos derivativos, comissões e despesas bancárias, entre outros. As receitas e as despesas com juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

36.2. Composição do resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
			Exercícios findos em	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**	**31/12/25**	**31/12/24**
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações	46	96	100.208	148.162
Conversão de dívida em ações	734.433	–	734.433	–
Valor justo do *Bond TAP*	–	–	4.127	37.610
Outras	13	3.173	65.315	53.286
	734.492	3.269	904.083	239.058
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	–	(21.141)	(2.791.669)	(1.379.560)
Juros sobre arrendamentos	–	–	(2.675.913)	(2.460.514)
Juros sobre instrumentos conversíveis	(405.207)	(273.826)	(405.207)	(273.826)
Juros sobre fornecedores e taxas e tarifas aeroportuárias	(78)	(36)	(438.290)	(328.937)
Juros sobre provisões	–	–	(187.372)	(76.989)
Juros sobre antecipação de recebíveis de cartão de crédito	–	–	(327.897)	(327.771)
Juros sobre mútuo	(68.145)	(8.057)	–	–
Custo amortizado de empréstimos e financiamentos	–	(4.446)	(722.718)	(113.908)

continua ...



Azul S.A. | CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Controladora		Consolidado	
			Exercícios findos em	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**	**31/12/25**	**31/12/24**
Despesas financeiras				
Custo operações financeiras	–	(345)	(248.969)	(130.285)
Valor justo do *Bond* TAP	–	–	(1.056.005)	(14.842)
Reestruturação dos empréstimos e financiamentos	–	–	(542.438)	–
Reestruturação das debêntures conversíveis	(334.599)	–	(334.599)	–
Provisão para perda de aplicações financeiras	–	–	(117.684)	–
Outros custos da reestruturação	(27.963)	–	(215.354)	–
Outros	1.078	(187)	(231.004)	(140.782)
	(834.914)	(308.038)	(10.295.119)	(5.247.414)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	1.006.544	437.035	986.521	317.729
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(27.137)	(395.377)	4.207.915	(7.890.179)
Resultado financeiro, líquido	878.985	(263.111)	(4.196.600)	(12.580.806)

37 GERENCIAMENTO DE RISCOS

37.1. Prática contábil: As atividades operacionais expõem a Companhia e suas controladas aos riscos financeiros: (i) de mercado, relacionados à taxa de juros, ao preço de combustível de aviação e câmbio, (ii) risco de crédito e (iii) risco de liquidez. Os riscos são monitorados pela Administração da Companhia e podem ser mitigados através da utilização de *swaps*, termos e opções. Todas as atividades com instrumentos financeiros derivativos para gestão de riscos são realizadas por especialistas com experiência e supervisão adequada. A Companhia tem como política não operar transações para fins especulativos. **37.2. Hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros:** A seguinte hierarquia é usada para determinar o valor justo de instrumentos financeiros: Nível 1: preços cotados, sem ajustes, nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. A hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia, bem como o comparativo entre o valor contábil e o valor justo, estão identificados a seguir:

						Consolidado
			Valor contábil		Valor justo	
Descrição	**Nota**	**Nível**	**31/12/25**	**31/12/24**	**31/12/25**	**31/12/24**
Ativo						
Aplicações financeiras – Bond TAP	7	2	–	1.004.505	–	1.004.505
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	19	–	(23.059.604)	(14.981.417)	(24.248.794)	(13.949.702)
Instrumentos de dívida conversíveis – direito de conversão [(a)]	21	2	(6.448)	(51.740)	(6.448)	(51.740)
Instrumentos financeiros derivativos	23	2	–	(65.375)	–	(65.375)

(a) Saldo contabilizado na Controladora. Os instrumentos financeiros cujo valor justo se aproxima do seu valor contábil, com base nas condições estabelecidas, principalmente em função do curto prazo do vencimento, não foram divulgados. **37.3. Risco de mercado: 37.3.1. Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade de variação desfavorável às quais os fluxos de caixa da Companhia estão expostos. **37.3.1.1. Análise de sensibilidade:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha ativos e passivos atrelados a diversos tipos de taxas de juros. Na análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, foi considerado o impacto apenas sobre as posições com valores expostos às tais oscilações:

				Consolidado
	Exposição ao CDI		Exposição ao SOFR	
Descrição	**Taxa a.a.**	**31/12/25**	**Taxa ponderada a.a.**	**31/12/25**
Ativos (passivos) expostos, líquidos	14,9%	(30.742)	3,7%	(1.495.146)
Efeito no resultado				
Desvalorização da taxa de juros em -10%	13,4%	4.944	3,3%	5.485
Desvalorização da taxa de juros em -25%	11,2%	12.360	2,8%	13.712
Valorização da taxa de juros em 10%	16,4%	(4.944)	4,0%	(5.485)
Valorização da taxa de juros em 25%	18,6%	(12.360)	4,6%	(13.712)

37.3.2. Risco de preço de combustível de aviação ("QAV"): Decorre da possibilidade de variação desfavorável às quais os fluxos de caixa da Companhia estão expostos. **37.3.2.1. Análise de sensibilidade:** O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade da oscilação dos preços do litro do QAV:

		Consolidado
		Exposição ao preço
Descrição	**Preço [(a)]**	**31/12/25**
Combustível de aviação	4,2	(5.710.291)
Efeito no resultado		
Desvalorização do preço em -10%	3,8	571.029
Desvalorização do preço em -25%	3,2	1.427.573
Valorização do preço em 10%	4,6	(571.029)
Valorização do preço em 25%	5,3	(1.427.573)

(a) Preço médio por litro.

37.3.3. Risco de câmbio: Decorre da possibilidade de variação desfavorável às quais os fluxos de caixa da Companhia estão expostos. A exposição patrimonial às principais variações das taxas de câmbio está demonstrada a seguir:

				Controladora
	Exposição ao US$		Exposição ao €	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**	**31/12/25**	**31/12/24**
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	2.016	503	452	464
Partes relacionadas	1.530.964	2.877.759	–	–
Total ativo	1.532.980	2.878.262	452	464
Passivo				
Instrumentos de dívidas conversíveis	(397.366)	(1.182.368)	–	–
Arrendamentos	–	(2.683.165)	–	–
Fornecedores	(863)	(173.448)	–	–
Partes relacionadas	(1.155.177)	(823.581)	–	–
Total passivo	(1.553.406)	(4.862.562)	–	–
Exposição líquida	(20.426)	(1.984.300)	452	464
Exposição líquida em moeda estrangeira	(3.712)	(320.446)	70	72

				Consolidado
	Exposição ao US$		Exposição ao €	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**	**31/12/25**	**31/12/24**
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	560.717	76.267	12.237	6.420
Aplicações financeiras – EXP	–	–	–	1.004.505
Contas a receber	217.266	687.396	11.469	2.927
Depósitos	2.588.149	3.257.360	74.253	11.581
Outros ativos	60.905	72.360	29.464	5.535
Total ativo	3.427.037	4.093.383	127.423	1.030.968
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	(21.818.077)	(13.720.427)	–	–
Arrendamentos	(12.583.452)	(21.250.461)	–	–
Instrumentos de dívidas conversíveis	(397.365)	(1.182.368)	–	–
Fornecedores	(2.847.888)	(3.356.243)	(1.516)	–
Taxas e tarifas aeroportuárias	(2.203)	(3.373)	–	–
Provisões	(1.507.285)	(3.947.439)	–	–
Outros passivos	(138)	(31.055)	(84)	(15)
Total passivo	(39.156.408)	(43.491.366)	(1.600)	(15)
Exposição líquida	(35.729.371)	(39.397.983)	125.823	1.030.953
Exposição líquida em moeda estrangeira	(6.493.416)	(6.362.415)	19.450	160.178

37.3.3.1. Análise de sensibilidade

				Controladora
	Exposição ao US$		Exposição ao €	
Descrição	**Taxa de fechamento**	**31/12/25**	**Taxa de fechamento**	**31/12/25**
Ativos (passivos) expostos, líquidos	5,5	(20.426)	6,5	452
Efeito no resultado				
Desvalorização da moeda estrangeira em -10%	5,0	2.043	5,8	(45)
Desvalorização da moeda estrangeira em -25%	4,1	5.107	4,9	(113)
Valorização da moeda estrangeira em 10%	6,1	(2.043)	7,1	45
Valorização da moeda estrangeira em 25%	6,9	(5.107)	8,1	113

				Consolidado
	Exposição ao US$		Exposição ao €	
Descrição	**Taxa de fechamento**	**31/12/25**	**Taxa de fechamento**	**31/12/25**
Ativos (passivos) expostos, líquidos	5,5	(35.729.371)	6,5	125.823
Efeito no resultado				
Desvalorização da moeda estrangeira em -10%	5,0	3.572.937	5,8	(12.582)
Desvalorização da moeda estrangeira em -25%	4,1	8.932.343	4,9	(31.456)
Valorização da moeda estrangeira em 10%	6,1	(3.572.937)	7,1	12.582
Valorização da moeda estrangeira em 25%	6,9	(8.932.343)	8,1	31.456

37.4. Risco de crédito: É inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, e está principalmente presente nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos em garantia e reservas para manutenção. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados frequentemente pela Companhia e quando necessário, são reconhecidas provisões para perdas. Os instrumentos financeiros derivativos são contratados em mercado de balcão (OTC) junto a contrapartes que mantém relacionamento, e podem ser contratados em bolsa de valores de mercadorias e futuros (B3 e NYMEX), o que mitiga substancialmente o risco de crédito. **37.5. Risco de liquidez:** Os cronogramas de vencimento dos principais passivos financeiros consolidados em 31 de dezembro de 2025 são como segue:

					Consolidado
Descrição	**Saldo contábil**	**Fluxo de caixa contratual**	**Até 1 ano**	**De 2 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**
Empréstimos e financiamentos	23.059.604	27.492.023	13.811.356	13.470.438	210.229
Arrendamentos	12.711.063	23.182.542	3.601.304	13.622.961	5.958.277
Instrumentos de dívida conversíveis	397.366	856.189	88.996	767.193	–
Fornecedores	4.879.744	6.825.688	5.720.153	1.105.535	–
Taxas e tarifas aeroportuárias	1.610.637	2.190.683	920.767	563.148	706.768
	42.658.414	60.547.125	24.142.576	29.529.275	6.875.274

37.6. Gerenciamento do capital: A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que considera adequada para os custos financeiros e os prazos de vencimento das captações e suas garantias. A Administração da Companhia acompanha continuamente seu endividamento líquido.

38 TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA

			Controladora
Descrição	**Conversão de dívidas em ações**	**Transferências**	**Total**
Investimentos	315.874	–	315.874
Arrendamentos	–	2.683.166	2.683.166
Instrumentos de dívidas conversíveis	–	362.466	362.466
Fornecedores	–	164.348	164.348
Partes relacionadas	1.194.491	(3.525.854)	(2.331.363)
Patrimônio líquido	(1.194.491)	–	(1.194.491)
31 de dezembro de 2025	315.874	(315.874)	–

			Controladora
Descrição	**Depósitos em garantia**	**Transferências**	**Total**
Depósitos	(8.811)	–	(8.811)
Outros ativos	8.811	–	8.811
Arrendamentos	–	(1.023.426)	(1.023.426)
Partes relacionadas	–	1.023.426	1.023.426
31 de dezembro de 2024	–	–	–

															Consolidado
Descrição	**Aquisição de bens do ativo imobilizado**	**Aquisição de manutenção capitalizada**	**Aquisição de bens do ativo intangível**	**Pré pagamento de manutenção**	**Reservas para manutenção**	**Aumento de capital**	**Compensações de arrendamento**	**Compensações de fornecedores**	**Aquisição de arrendamentos**	**Constituição de ARO**	**Compensações de empréstimos**	**Modificações de arrendamentos**	**Transferências**	**Execução de cartas de crédito**	**Total**
Contas a receber	–	–	–	–	108.732	–	(255.321)	(59.885)	48.326	–	–	–	–	–	(158.148)
Estoques	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(31.998)	–	(31.998)
Depósitos	–	–	–	–	19.133	–	–	(428.287)	–	–	–	–	7.625	1.875.860	1.474.331
Imobilizado	470.317	–	–	–	–	–	(256.465)	–	–	–	–	–	6.358	–	220.210
Direito de uso	–	708.453	–	–	–	–	–	–	1.650.826	450.509	–	(3.109.311)	156.729	–	(142.794)
Intangível	–	–	15.103	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	15.103
Outros ativos	–	–	–	73.195	–	–	(176.990)	–	–	–	–	–	(131.089)	79.922	(154.962)
Empréstimos e financiamentos	(103.136)	(284.671)	–	–	–	878.617	(256.514)	–	–	–	(362.466)	–	(38.576)	(1.979.278)	(2.146.024)
Arrendamentos	–	–	–	–	–	308.265	945.290	–	(1.725.558)	–	–	2.131.152	155.586	–	1.814.735
Instrumentos de dívida conversíveis	–	–	–		–	–	–	–	–	–	362.466	–		–	362.466
Fornecedores	(367.181)	(423.782)	(15.103)	(73.195)	(127.865)	7.608	–	488.172	26.406	–	–	–	(163.211)	23.496	(624.655)
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	38.576	–	38.576
Provisões	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(450.509)	–	978.159	–	–	527.650
Patrimônio líquido	–	–	–	–	–	(1.194.490)	–	–	–	–	–	–	–	–	(1.194.490)
31 de dezembro de 2025	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–

														Consolidado
Descrição	**Aquisição de bens do ativo imobilizado**	**Aquisição de manutenção capitalizada**	**Aquisição de bens do ativo intangível**	**Pré pagamento de manutenção**	**Reservas para manutenção**	**Acordos de financiamento de fornecedores**	**Compensações de arrendamento**	**Compensações de fornecedores**	**Aquisição de arrendamentos**	**Constituição de ARO**	**Modificações de arrendamentos**	**Transferências**	**Outros**	**Total**
Contas a receber	–	–	–	–	240.950	–	(92.703)	(600.978)	–	–	–	–	–	(452.731)
Subarrendamento de aeronaves	–	–	–	–	–	–	(9.467)	–	–	–	–	(27.086)	–	(36.553)
Estoques	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(2.261)	(9.878)	(12.139)
Depósitos	–	–	–	–	(81.304)	–	–	–	–	–	–	–	–	(81.304)
Imobilizado	875.504	–	–	–	–	–	–	–		–	–	(8.496)	(53.137)	813.871
Direito de uso	–	229.091	–	–	–	–	–	–	2.765.174	713.649	234.860	66.248	–	4.009.022
Intangível	–	–	65.659	–	–	–	–	–	–	–	–	(37)	–	65.622
Outros ativos	–	–	–	230.222	–	–	–	–	–	–	–	(28.368)	–	201.854
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	–	–	–	–	(654.854)	–	–	–	–	–	(654.854)
Arrendamentos	–	–	–	–	–	–	102.170	–	(2.771.846)	–	(231.459)	–	–	(2.901.135)
Fornecedores	(875.504)	(229.091)	(65.659)	(230.222)	(159.646)	208.804	–	1.255.832	2.769	–	–	–	63.015	(29.702)
Acordos de financiamento de fornecedores	–	–	–	–	–	(208.804)	–	–	–	–	–	–	–	(208.804)
Provisões	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(713.649)	(3.401)	–	–	(717.050)
Outros passivos	–	–	–	–	–	–	–	–	3.903	–	–	–	–	3.903
31 de dezembro de 2024	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–

continua ...

Azul S.A. | CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra maneira)

39 COMPROMISSOS

39.1. Aquisição de aeronaves: Por meio de contratos com fabricantes e arrendadores, a Companhia assumiu o compromisso de adquirir certas aeronaves, conforme abaixo:

	Consolidado	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**
Arrendadores	9	17
Fabricantes	52	94
	61	111

Os valores demonstrados a seguir estão trazidos a valor presente utilizando a taxa de desconto ponderada das operações de arrendamentos, equivalente a 18,4% (15,8% em 31 de dezembro de 2024) e não caracterizam, necessariamente, saída de caixa, pois a Companhia avalia a aquisição de financiamentos para cumprir tais compromissos.

	Consolidado	
Descrição	**31/12/25**	**31/12/24**
2025	–	1.960.910
2026	1.297.521	2.517.365
2027	978.011	5.910.751
2028	836.170	5.284.514
2029	2.344.423	3.691.292
Após 2029	5.419.765	1.088.322
	10.875.890	20.453.154

39.2. Cartas de crédito: Segue posição das cartas de crédito em utilização pela Companhia, para os seguintes fins:

			Consolidado	
	31/12/25		31/12/24	
Descrição	**R$**	**US$**	**R$**	**US$**
Depósitos em garantia, reservas para manutenção e outros	50.816	9.235	2.379.135	384.209
Fianças bancárias	–	–	7.005	–
	50.816	9.235	2.386.140	384.209

40 EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 31 de dezembro de 2025, a Companhia avançou nas etapas previstas no Plano de Reestruturação conduzido no âmbito do *Chapter 11*, com os seguintes eventos relevantes: Em 6 de janeiro de 2026, foi homologada a oferta pública destinada à capitalização obrigatória das *Senior Notes 1L e 2L*, etapa central do Plano. Esta operação envolveu a conversão dos créditos detidos pelos investidores em capital da Companhia, resultando em aumento de capital de R$7,4 bilhões. Em 12 de janeiro de 2026 a totalidade das ações preferenciais foi convertida em ações ordinárias, na razão de 75 ações ordinárias para cada ação preferencial, passando o capital social a ser representado exclusivamente por ações ordinárias. Em 14 de janeiro de 2026, foi homologado o aumento de capital de R$1,2 bilhão decorrente do exercício dos bônus de subscrição distribuídos gratuitamente na oferta mencionada acima. Esse exercício ampliou a base de capital e ajustou a estrutura acionária para refletir as condições acordadas com os credores no Plano. Em 19 de janeiro de 2026, foi concluída a conversão obrigatória das debêntures conversíveis, conforme deliberado pelos debenturistas. Essa conversão resultou em aumento de capital de R$1,0 bilhão. De 23 de janeiro a 6 de fevereiro de 2026, a Companhia lançou, precificou e concluiu a oferta privada de títulos de dívida seniores ("*Exit Financing*"), captando US$1,4 bilhão. Os recursos foram integralmente utilizados para liquidar o financiamento DIP e prover liquidez para a execução final do Plano. Em 11 de fevereiro de 2026, o Tribunal do CADE aprovou o investimento da *United Airlines*, no montante de US$ 100 milhões, viabilizando a participação da investidora na oferta pública de novos recursos ("*Equity Rights Offering – ERO*"). Em 18 de fevereiro de 2026, foi concluído o Procedimento de Alocação da *ERO*, resultando em aumento de capital de R$5,0 bilhões, destinado tanto à entrada de novos recursos quanto à capitalização facultativa do financiamento DIP. A Companhia aprovou e concluiu o grupamento de ações na proporção de 75 ações para 1, sem alteração do capital social, de forma que todas as quantidades de ações informadas após essa data já refletem os efeitos do grupamento A Companhia celebrou aditamentos a acordos de investimento com *American Airlines e United Airlines*, prevendo aportes adicionais de até US$200 milhões, além de US$100 milhões de determinados credores existentes. Foram ainda celebrados instrumentos de bônus de subscrição adicionais que, se exercidos, poderão gerar aportes complementares de até US$25 milhões. Em 19 de fevereiro de 2026, o Conselho de Administração aprovou a emissão de três séries de bônus de subscrição previstas no Plano, direcionadas à *American Airlines*, credores quirografários e à *United Airlines* e determinados credores. Se integralmente exercidos, poderão gerar diluição potencial de até 12,5% aos acionistas que não exercerem direito de preferência. Na mesma data, foram eleitos, sob condição suspensiva, os membros do Comitê Estratégico previsto no Plano, cuja atuação será voltada à supervisão da estratégia e implementação pós-reorganização. Em 20 de fevereiro de 2026, a Companhia concluiu sua saída formal do processo de *Chapter 11*, após a verificação das condições previstas no Plano. A Azul emergiu com redução de dívidas financeiras e obrigações de arrendamento, melhora substancial da liquidez e alavancagem e estrutura de capital reorganizada. Na mesma data, o capital social consolidado passou a R$21,8 bilhões. Em 25 de março de 2026, a Companhia realizou assembleia para aprovar o grupamento de ações na proporção de 150.000 para 1, conforme solicitação da B3. A eficácia e efetiva implementação do grupamento passará a produzir efeitos a partir de 20 de abril de 2026, quando as ações passarão a ser negociadas sob o código AZUL3, de modo que, conforme informado na documentação divulgada para fins da convocação da assembleia, os acionistas detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia em número que não seja múltiplo de 150.000 poderão, até o dia 17 de abril de 2026, a seu livre e exclusivo critério, ajustar suas respectivas posições via mercado, mediante a composição de sua posição em lotes múltiplos de 150.000 ações, mediante negociações na B3. Adicionalmente, em cumprimento ao plano de reorganização do Chapter 11, a Companhia solicitou à B3 a retirada de negociação dos Bônus de abril de 2025, que foram cancelados na consumação do plano.

A Diretoria

Contador

Rafael Mariotto de Oliveira
CRC 1SP 263.418/O – Contador Responsável Técnico

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Barueri, 26 de março de 2026.
John Peter Rodgerson
Diretor Presidente
Alexandre Wagner Malfitani
Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relação com Investidores
Daniel Tckaz
Diretor Vice-Presidente de Operações
Abhi Manoj Shah
Diretor Vice-Presidente de Receitas

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a conclusão expressa no relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Barueri, 26 de março de 2026.
John Peter Rodgerson
Diretor Presidente
Alexandre Wagner Malfitani
Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relação com Investidores
Daniel Tckaz
Diretor Vice-Presidente de Operações
Abhi Manoj Shah
Diretor Vice-Presidente de Receitas

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE")

Apresentação e informações gerais: O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") é um órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio, de caráter consultivo, para: (i) Contratar e destituir o auditor independente; (ii) Supervisionar as atividades do auditor independente, a fim de avaliar: (a) a sua independência; (b) a qualidade dos serviços prestados; e (c) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (iii) Supervisionar as áreas de controles internos e auditoria interna da Companhia; (iv) Monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos da Companhia; (v) Monitorar a qualidade e integridade das informações financeiras intermediárias e anuais; (vi) Monitorar a qualidade e integridade das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras da Companhia; (vii) Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (a) a remuneração da administração; (b) a utilização de ativos da Companhia; e (c) as despesas incorridas em nome da Companhia; (viii) Avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações; (ix) Elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações realizadas; e (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, o auditor independente e o Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras da Companhia; (x) Analisar e recomendar ao Conselho de Administração sobre propostas de garantias. **Resumo das atividades do CAE em 2025: Auditoria interna:** No exercício de 2025, A Auditoria Interna não se reportou ao CAE, devido a reestruturações organizacionais que se fizeram necessárias, concentrando seus esforços nos seguintes tópicos: (i) Reestruturação de seus processos internos e a atualização da metodologia de trabalho; (ii) Implementação de novas ferramentas de gestão; (iii) Revisão pontual e independente de determinados processos da Companhia; (iv) Apoio ao departamento de Compliance em investigações de denúncias. Em 2026, a Auditoria Interna retomará seu rito regular e reporte formal a este Comitê. **Controles internos:** (i) Apreciação e aprovação do planejamento de projetos relacionados a obtenção da certificação 404 (Lei *Sarbanes-Oxley*); (ii) Supervisão das deficiências de controles internos identificadas em anos anteriores e durante o exercício findo em 31 de dezembro 2025; e (iii) Acompanhamento dos testes de controles internos para fins de certificação e atendimento dos requerimentos das Seções 302 e 404 da Lei *Sarbanes-Oxley*. **Auditoria independente:** (i) Análise e aprovação das informações prestadas pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** (i) Revisão e recomendação ao Conselho de Administração, quanto à aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Parecer do CAE:** O CAE, em cumprimento às disposições legais, declarou que revisou e discutiu o relatório da Administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Com base nesta revisão e considerando, ainda, as informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia e pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. no decorrer do exercício, manifestou-se favoravelmente ao relatório da Administração e demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório do auditor independente emitido pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. recomendando ao Conselho de Administração a sua aprovação.

Barueri, 25 de março de 2026.
Gilberto de Almeida Peralta
Membro e Coordenador do Comitê
James Jason Grant
Membro do Comitê
Renata Faber Rocha Ribeiro
Membro do Comitê

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Azul S.A.
Barueri-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Azul S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Azul S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais Assuntos de Auditoria (PAA) Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos. Receita de transporte de passageiros (incluindo *breakage*) (Nota Explicativa nº 34). **Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** A Companhia reconhece as receitas de transporte de passageiros quando da efetiva prestação do serviço. Os trechos vendidos e não voados são registrados na rubrica "Transportes, serviços a executar e programa de fidelidade", líquida da estimativa de expiração de bilhetes não utilizados (*breakage*). O processo é altamente dependente dos sistemas de tecnologia da informação e envolve premissas e julgamentos significativos e complexos da administração, como por exemplo, expectativas de expiração e padrão de bilhetes não utilizados, o que eleva o risco de distorção relevante no reconhecimento das receitas. Dada a relevância dos valores e grau de julgamento envolvidos na mensuração do *breakage,* entendemos *que* este assunto demandou atenção significativa em nossa auditoria e, dessa forma, novamente, foi considerado um principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras:** Através de nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outras atividades, nós: • Entendemos os controles internos automatizados de TI utilizados pela administração para o registro e controles das receitas de transporte de passageiros, bem como os parâmetros aplicados nos sistemas para estimativa de receita decorrente da expiração de bilhetes não utilizados (*breakage*); • Aplicamos procedimentos analíticos de auditoria, com o uso de ferramenta automatizada de auditoria (Audit Data Analytics – ADA) para identificar padrões, variações relevantes e possíveis inconsistências nas receitas de transportes de passageiros; • Em base amostral selecionada de voos, realizamos procedimento de observação de embarque de passageiros, verificando o respectivo registro da receita nos sistemas da Companhia; • Executamos testes substantivos, também em base amostral, para verificar se as transações de receita estavam adequadamente suportadas por evidências e apropriadamente reconhecidas; • Desafiamos as premissas utilizadas pela administração para cálculo do *breakage,* com o suporte de nossos especialistas internos da área atuarial, avaliando a razoabilidade do modelo adotado, dados históricos utilizados e a consistência das premissas consideradas pela administração; • Avaliamos se as divulgações apresentadas nas notas explicativas estavam claras, completas e consistentes com as informações obtidas durante a auditoria e com as representações obtidas da administração. Com base nas evidências obtidas e nos procedimentos de auditoria realizados, consideramos que os procedimentos adotados pela administração para o reconhecimento de receita de transportes, serviços a executar e programa de fidelidade (incluindo *breakage*), bem como as respectivas divulgações nas notas explicativas, estão adequados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Avaliação da continuidade operacional (Notas Explicativas nºs 2 e 40). **Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o pressuposto da continuidade operacional, com base no entendimento da administração de que a Companhia continuará operando por um futuro previsível de, pelo menos, doze meses a partir da data-base das demonstrações financeiras. Tal avaliação considera que a administração não pretende liquidar a Companhia ou interromper as suas operações e que dispõe de planos e medidas capazes de sustentar sua continuidade. Embora a Companhia tenha apresentado lucro no montante de R$ 124.858 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (individual e consolidado), nessa mesma data apresentava patrimônio líquido negativo no montante de R$29.038.062 mil (individual e consolidado), bem como excesso do passivo circulante sobre ativo circulante consolidado nos montantes de R$ 148.063 mil (individual) e R$23.169.625 mil (consolidado). Conforme descrito nas notas explicativas, a administração implementou e mantém ações e planos voltados à recomposição da estrutura de capital, melhoria de liquidez e manutenção das operações. A avaliação da continuidade operacional envolve a utilização de premissas e projeções de fluxo de caixa que requerem julgamentos significativos e subjetivos por parte da administração, especialmente em relação a capacidade de geração de caixa, premissas macroeconômicas, cronograma de captação de recursos e execução dos planos previstos nas renegociações com credores entre outras ações, parte do plano de reestruturação em andamento. Dessa forma, devido ao grau de julgamento envolvido, aliado à materialidade dos saldos e aos indicadores financeiros observados, este tema foi considerado, novamente, um dos principais assuntos de auditoria para nossa auditoria do exercício corrente. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras:** Através de nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outras atividades, nós: • Avaliamos a capacidade da Companhia e suas controladas manterem suas operações no futuro previsível, com base nas informações e evidências disponibilizadas pela administração; • Revisão da metodologia e as premissas utilizadas pela administração no estudo de continuidade operacional para os próximos doze meses a partir da data-base das demonstrações financeiras (individuais e consolidadas), bem como os respectivos fluxos de caixa, incluindo a avaliação dos eventos subsequentes relevantes até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas; • Com suporte de nossos especialistas internos em finanças corporativas, avaliamos as premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa, considerando os resultados realizados e a consistência das projeções e desempenho observados em períodos anteriores; • Analisamos as reestruturações em curso, as iniciativas de redução de custos e a rentabilidade esperada no horizonte de doze meses, com vistas a suportar a continuidade das operações;

continua …

PUBLICIDADE LEGAL

Azul S.A. | CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29

... continuação do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

• Revisamos o cronograma de negociação de dívidas e a viabilidade de fontes de financiamentos futuras quando disponíveis; e • Avaliamos se as divulgações nas notas explicativas eram adequadas, consistentes e completas com as informações e representações obtidas durantes a auditoria. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências obtidas, consideramos razoáveis os julgamentos exercidos e premissas adotadas pela administração da Companhia na avaliação do pressuposto de continuidade operacional, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com nossa auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 24 de fevereiro de 2025.

Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 028.281/O-4 F SP

Élica Daniela da Silva Martins
Contadora
CRC 1SP 223.766/O-0

Ministros do STF que receberam verbas acima do teto

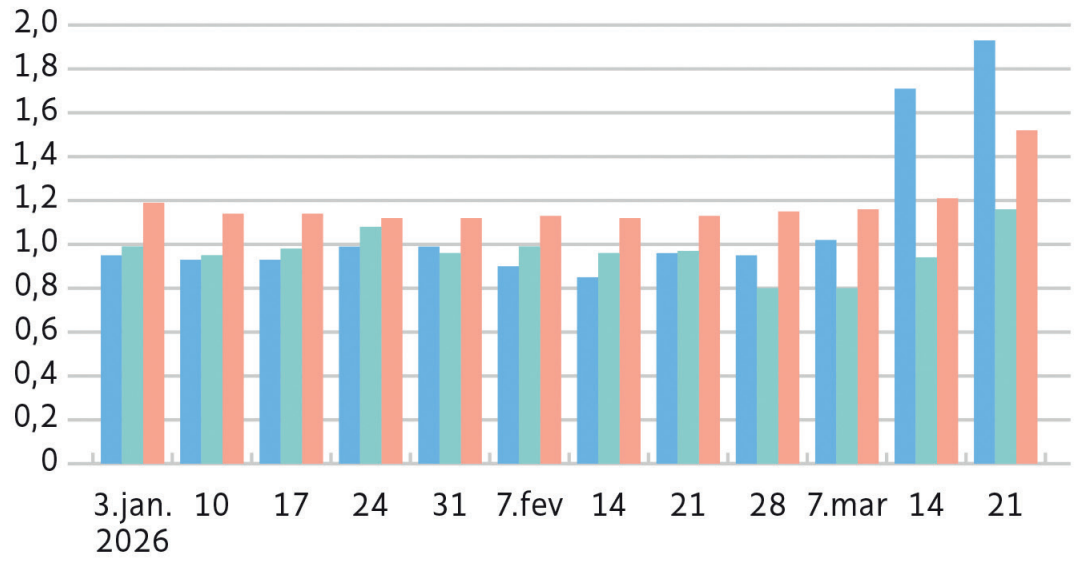
Ministro	Valor total, em R$	Último pagamento
Alexandre de Moraes	1.048.842,93	jan. 2026
Gilmar Mendes	880.378,30	jul. 2025
André Mendonça	491.003,21	jan. 2025
Kassio Nunes Marques	277.652,01	nov. 2020
Flávio Dino	136.545,44	dez. 2024
Luiz Fux	52.921,62	jun. 2019

Fonte: Dados do CNJ e dos portais da transparência do MP-SP, MPF e TRF referentes ao período entre jan. 2019 e jan. 2026

GRÁFICOS INFORMATIVOS

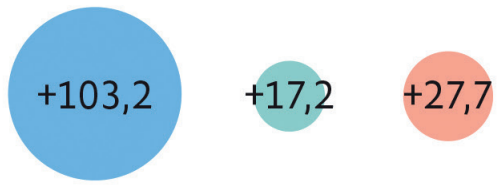
Distribuidoras e revendas sobem margem de lucro

Média no país, em R$



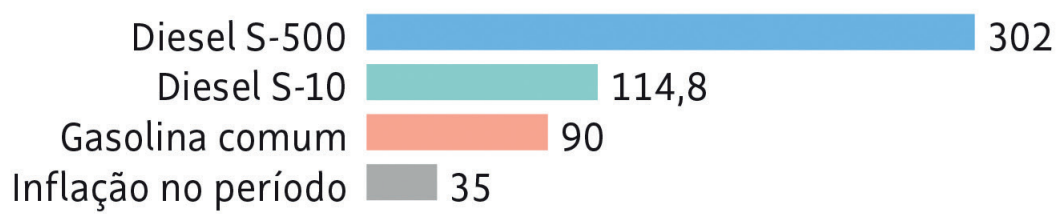
Alta no período

Em %



Margens de lucro dispararam desde jan.2021

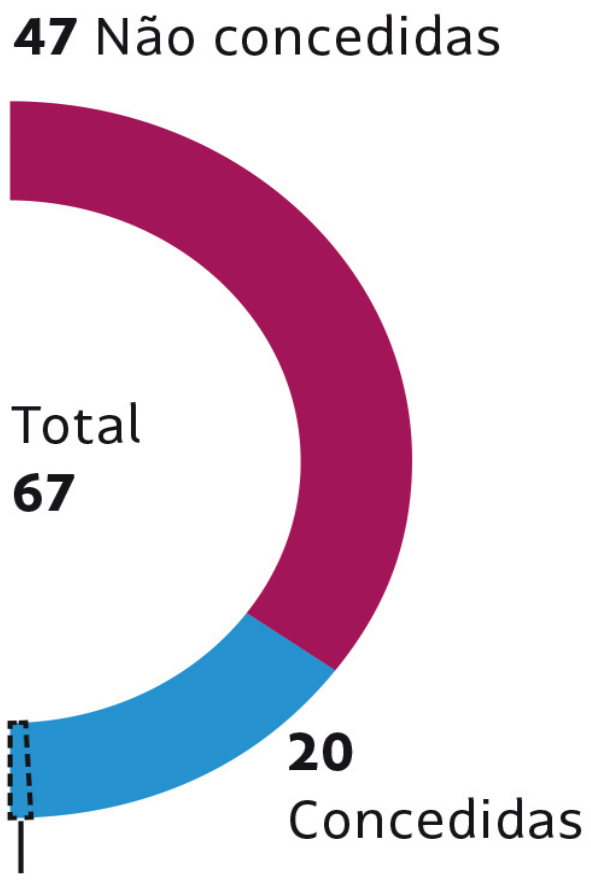
Em %



Fonte: Relatório Mensal do Mercado de Derivados de Petróleo do MME, BC e IBGE

Pedidos de prisão domiciliar humanitária analisados por Moraes em um ano

De mar.2025 a mar.2026



Em **uma** dessas decisões, há previsão de reavaliação médica, como no caso de Bolsonaro

A pesquisa feita por mecanismo de busca de jurisprudência a partir das palavras-chave: "prisao domiciliar doenca"~10 OU "prisão domiciliar humanitária" OU "prisão humanitária". Til e dez especificam o máximo que pode haver de palavras interpostas

Fonte: STF

NEGÓCIOS

BC liquida Entrepay por desrespeito a normas e risco a credores

O Banco Central decretou, na sexta-feira (27), a liquidação extrajudicial da Entrepay Instituição de Pagamento S.A. e, por extensão, das empresas Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A. e Octa Sociedade de Crédito Direto S.A., integrantes do mesmo conglomerado financeiro.

"A liquidação extrajudicial foi motivada pelo comprometimento da situação econômico-financeira da instituição líder do Conglomerado, bem como por infringência às normas que disciplinam sua atividade e por prejuízos que sujeitam a risco anormal seus credores", informou o BC.

O Grupo Entre, responsável pela Entrepay, diz que "vinha conduzindo, de forma estruturada, um processo de descontinuação das operações dessas sociedades, no contexto de uma revisão estratégica de seu portfólio de negócios, com foco na transição ordenada das atividades, no cumprimento das obrigações assumidas e na preservação da continuidade operacional durante esse período".

"O Grupo Entre reafirma seu compromisso com a colaboração integral com as autoridades competentes, prestando todos os esclarecimentos necessários e acompanhando os desdobramentos do processo de liquidação dentro dos canais institucionais apropriados, de forma também a mitigar impactos a clientes, parceiros e demais públicos relacionados", diz ainda, em nota.

A empresa afirma que outros negócios do grupo seguirão seu curso normalmente. O conglomerado era classificado como de pequeno porte, enquadrado no segmento S4 da regulação prudencial. Em dezembro de 2025, detinha cerca de 0,009% dos ativos totais do SFN (Sistema Financeiro Nacional), segundo o BC.

Para comparação, o Banco Master tinha 0,57% do ativo total do SFN quando foi liquidado, em novembro do ano passado.

As instituições liquidadas operavam como instituição de pagamento e sociedade de crédito direto, o que significa que não captavam recursos por instrumentos cobertos pelo FGC (Fundo Garantidor de Créditos), como CBDs. Dessa forma, não está prevista necessidade de ressarcimento a investidores, como ocorreu nos casos do Master e do WillBank. Folhapress

Fictor nega ter conhecimento sobre relação com organização criminosa

A Fictor garante que não possui qualquer conhecimento acerca de eventual relação com organização criminosa e que até o momento não teve acesso às informações utilizadas pela Polícia Federal para sustentar a afirmação.

A empresa reitera que, tão logo lhe seja franqueado o acesso aos autos e aos dados que embasam as investigações, prestará todos os esclarecimentos pertinentes de forma transparente e responsável, diz, em nota à imprensa, reafirmando o compromisso com as melhores práticas de governança, integridade corporativa e estrita observância da legislação vigente.

Na quarta-feira, 25, a Polícia Federal prendeu 14 pessoas dentro da Operação Fallax, que tem como objetivo desarticular uma organização criminosa especializada em crimes contra bancos estatais e privados, além de estelionato, lavagem de dinheiro e fraudes bancárias que superam R$ 500 milhões.

A PF suspeita de ligação do grupo com o Comando Vermelho.

O CEO e fundador do Grupo Fictor, Rafael Góis, é um dos investigados e foi alvo de busca e apreensão nesta semana. IstoÉDinheiro

ANP cria trava para proteger Petrobras em programa de subsídio ao diesel

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) criou uma "trava" para proteger a Petrobras no programa de subvenção ao diesel criado pelo governo para enfrentar a alta do petróleo provocada pela guerra no Irã.

As regras do programa foram aprovadas em reunião de diretoria da agência na sexta(27). Nela foi definida uma fórmula para atualizar os preços-teto estipulados pelo governo para conceder a subvenção de R$ 0,32 por litro.Era uma decisão aguardada pelo mercado, já que a fórmula dá maior previsibilidade para as importações futuras de diesel. A incerteza em relação aos preços tem afastado importadores e gerado risco para o abastecimento nacional.

Essa fórmula vai atualizar diariamente, com base na variação das cotações internacionais do diesel, a tabela de preços anunciada na semana passada pelo MME (Ministério de Minas e Energia) como os valores máximos de venda para quem quiser receber o subsídio.

Vai usar não apenas a cotação dos Estados Unidos, como na subvenção do governo Michel Temer, em 2018, mas também um indicador que use a cotação do resto do mundo, já que hoje grande parte da importação brasileira vem da Rússia.

São dois preços, um para diesel importado, mais próximo das cotações internacionais, e outro para o diesel produzido com petróleo nacional ou seja, da Petrobras, mais próximo dos preços que a estatal praticava quando a subvenção foi criada, há duas semanas.

A regra aprovada institui um mecanismo especial para o preço do diesel nacional, que funcionará como uma "trava" para proteger a Petrobras em caso de queda abrupta do preço do petróleo, segundo o diretor-geral da ANP, Artur Watt.

Ela cria um piso de preço para o diesel nacional, que é equivalente ao valor estabelecido na tabela do ministério. O piso é válido enquanto o preço do diesel importado estiver acima da cotação anterior à guerra. Segundo Watt, isso evita que a Petrobras seja obrigada a reduzir seus preços em caso de queda abrupta do petróleo. Folhapress